

**LISBOA “RENOVA VOTOS” DE PROTAGONISMO: PATRIMÓNIO
(I) MATERIAL, CRIATIVIDADE E EMOÇÃO – UM MANIFESTO POR UM
TERRITÓRIO MAIS COMPETITIVO E INCLUSIVO**

Judite Maria Lourenço dos Reis

Trabalho de Projecto do Mestrado em
Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade

MARÇO DE 2012



LISBOA “RENOVA VOTOS” DE PROTAGONISMO: PATRIMÓNIO (I) MATERIAL, CRIATIVIDADE E EMOÇÃO – UM MANIFESTO POR UM TERRITÓRIO MAIS COMPETITIVO E INCLUSIVO

Judite Maria Lourenço dos Reis

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre** em ***Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade*** realizado **sob a orientação científica** da Professora Catedrática Maria Regina Faia Martins Salvador.

MARÇO DE 2012



DECLARAÇÕES

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, Março de 2012

Declaro que este Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, Março de 2012

“É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir.” José Gomes Ferreira

AGRADECIMENTOS

Por mais força e vontade que tenhamos, há sempre momentos de angústia e desânimo. Por vezes um desalento passageiro, outras um niilismo tão paralisante que quase nos incapacita de fechar a caixa de Pandora. Apesar de inegável a força que a pequena centelha (Esperança) significou, pois só assim estivemos aptos a apr(e)ender os ensinamentos que Deus nos colocou no caminho; foi preciso mais... afinal se não tivéssemos conseguido agarrar o fio de Ariadne teríamos ficado eternamente prisioneiros no labirinto de Dédalo (ou nos nossos próprios labirintos). Destino idêntico se não soubéssemos dosear o entusiasmo e a perseverança. Ainda assim nada está garantido, não raras vezes sentimos fraqueza mesmo à beira da meta. Eduardo Lourenço em *O Labirinto da Saudade* referiu que *em princípio, todo o português que sabe ler e escrever se acha apto para tudo*. Pessoalmente, julgo que a responsabilidade de “saber ler e escrever” nos conduz à humildade. Pelo que colhi antes o ensinamento de Séneca - *não sou um sábio, e não o serei nunca, mas exijo que se não for igual aos melhores, que seja superior aos piores* - para projecto (plural) de vida. Todavia sei, tal como Pitágoras, *que a melhor maneira [se não única] que o homem dispõe para se aperfeiçoar, é aproximar-se de Deus*; ora se Deus começa no outro, isso implica admitir que terminar é AGRADECER àqueles que, de uma forma ou de outra, apoiaram este empreendimento. Mas, simultaneamente exige aceitar-se que não há chegada que não constitua nova partida.

Portanto, um BEM-HAJA plural: à elevação das minhas capacidades acima de si mesmas, proporcionada quer pela orientação sapiente e assertiva da Professora Regina Salvador, quer pela sua “alma grande”; aos momentos de cumplicidade e discussão construtiva, especialmente aos “mosqueteiros” Bruno e Sónia (família adoptiva no período final desta jornada), mas também aos restantes colegas que oportunamente ousaram embarcar neste mestrado transdisciplinar partilhado pela U. Nova - U.

Atlântica; à inspiração intelectual (dada a quantidade de referências que teria de arrolar vou optar por as cunhar no coração); aos desafios capacitadores, ao Professor Luís Vicente Baptista e ao Professor Paulo Machado.

Na CMLisboa cabe-me uma palavra de elevada estima para com os responsáveis da DMC, do DPC e do GEO, Dr. Francisco Motta Veiga, Arqto. Jorge Ramos de Carvalho e Dra. Anabela Valente, respectivamente. Também não posso esquecer o entusiasmo contagiante da Sofia Tempero, que em certa medida contribuiu para que me tivesse reapaixonado pela Madragoa.

E de um modo geral a todos os colegas do Gabinete, um carinho especial para com a Fátima, a Vanda, a Paula Candeias, a Ana Melo, o Guilherme, a Luisa A. Sousa, o Jorge Luís, o Pissarra, a Constança, a Delminda, a Catarina, a Eunice, a Zé, o Ludovice, o Jana, a Luisa Cardoso, a Sansão, a Elisabete, a Manuela, o João, a Ana Paula, a Rosário, a Paula Tavares, a Chirôndio, a Esmeralda, o Jorge Rodrigues, a Luisa Neves, a Ana Patrício, a Anabela, a Margarida, o Vilhena... de quem fui recebendo palavras de incentivo. Mas não seria honesta se não reforçasse o agradecimento perante aqueles que contribuíram com valiosas indicações bibliográficas.

Por vezes deixamos para o fim precisamente aqueles que têm lugar cativo no coração: a Família - não seria justa se não sublinhasse o apoio da minha irmã Manela e dos meus sobrinhos João Pedro e Joana (e eles sabem porquê) - e os amigos, ênfase para o gesto da Olga.

A vós Diogo e José devo um dos papéis mais desafiantes da vida: o de MÃE e o de SÓCIA DO CORAÇÃO, daí esta digressão ser obviamente vossa. Mas permitam-me dedicá-la também à memória dos meus pais e irmão.

RESUMO:

Neste tempo em que, cada vez mais, se torna evidente os riscos da valorização excessiva do curto prazo, somos impelidos a pensar em termos de uma conduta não só integrada, como continuada. Quanto às cidades? É inquestionável que, sobretudo desde o último quartel do século passado, se têm vindo a assumir como actores-chave nos processos globais. Nelas se concentram as actividades financeiras e culturais, aliás é precisamente a Cultura a pedra angular deste trabalho. O objectivo? Territórios mais competitivos e inclusivos com uma posição vincada no mundo global, a par de uma responsabilidade firme na escala do “bairro” – neste caso a Madragoa. Como? Através de uma estratégia de desenvolvimento local assente no património (i)material, na criatividade e na emoção. O “acervo” cultural imaterial dos bairros tradicionais de Lisboa é o *leitmotiv* dos micro-clusters temáticos, donde os vários eco-museus locais i(e)nformam uma espécie de mega Eco-Museu que traduza a Lisboa: cidade de bairros.

Palavras-chave: Madragoa, Património (i)material, Criatividade, Emoção, Socio-museologia

ABSTRACT:

At this time, more and more, it becomes apparent the risk of excessive appreciation of the short term, so we are compelled to think in terms of conduct not only integrated, but continued (a constant work in progress). As for cities? It's clear that, especially since the last quarter-century past, have been acting as key players in global processes. In cities are concentrated financial and cultural activities, Culture is precisely the cornerstone of this work. The goal? Territories more competitive and inclusives with a standfast in the global world, and a strong responsibility in neighborhood scale too – our focus is a riverside neighborhood named Madragoa. How? Through a local development strategy based on (i)material heritage, creativity and emotion. The intangible cultural heritage collection of traditional neighborhoods of Lisbon will be the leitmotif of the micro-thematic clusters, where the local eco-museums will form a kind of mega Eco-Museum that reflects Lisboa: city of quarters.

Keywords: Madragoa, (I)material Heritage, Creativity, Emotion, Sociomuseology

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO / ABSTRACT	iii
ÍNDICE GERAL	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
SIGLAS / ACRÓNIMOS	vii
 INTRODUÇÃO	 1
 I. CIDADE	 8
Cidade fórum de oportunidades ou problemas?	15
Território na "agenda" política	23
Cidade: uma definição administrativa	26
LISBOA: de ontem e de hoje	27
O que faz com que uma cidade seja uma boa cidade?	33
Bairros tradicionais e suas "gentes": uma riqueza (des)valorizada?	33
Bairros: sinónimo de santos populares	35
O(s) direito(s) à cidade e ao espaço público	37
Governança nos Territórios	40
Qualidade de vida: para lá do "ter"...	45
Globalização: standardização ou diferenciação	47
(re)nascimento de alianças...	48
esboroamento ou reforço da(s) identidade(s)	49
identidades sócio-urbanísticas únicas de Lisboa	51
 II. CULTURA: a Força do 4º pilar	 55
Cultura: um conceito amplo, fluído...	59
Madragoa: das origens à MOD (Madragoa Ovarinas District)	64
Madragoa: na charneira entre o Santos Design District (S.D.D.) e o	68

Bairro-Alto...

Da Topofilia à Terrafilia: da emoção à acção 71

"Espírito do lugar" e "Lugares de memória" 72

III. PATRIMÓNIO (I)MATERIAL 78

Património: uma herança de pais para filhos... 80

Património cultural imaterial 83

IV. CRIATIVIDADE URBANA: um *input* de mudança... 91

Criatividade(s)? 95

Da "Terceira Itália" à "Terceira Lisboa" 97

Velhas manias, novas propostas... 100

Um percurso: do Turismo Cultural ao Turismo com Responsabilidade Social 102

Socio-museologia ou museologia de vizinhança 108

...combinando História com Criatividade 111

Rua Vicente Borga 112

Rua da Esperança 113

Largo Vitorino Damásio 114

Calçada do Castelo Picão, Travessa do Pasteleiro e Travessa das Isabéis 117

V. EMOÇÃO 120

Da inteligência cognitiva à inteligência emocional... 121

Inteligência(s) emocional(is) 123

Da Psicologia para a Sociologia... 123

Inteligência emocional dos lugares 124

Chafariz da Esperança: do legado de Mardel a ícone de Lisboaemoção 126

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS 135

ANEXOS 155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Território e Políticas Públicas	24
Figura 2 - Evolução das metodologias de gestão empresarial ao longo do século XX	41
Figura 3 - "onde queremos chegar" como cidade	45
Figura 4 - Ambiência do bairro da Madragoa	69
Figura 5 - Da Madragoa ao Bairro-Alto	70
Figura 6 - Dimensões / eixos do PCI	88
Figura 7 - A originalidade das varinas	88
Figura 8 - Etapas da salvaguarda do PCI, segundo a Convenção da UNESCO	90
Figura 9 - Os grandes factores da criatividade (3 C's de Landry abraçam os 3 T's de Florida)	94
Figura 10 - "Diamante" da competitividade de Porter	99
Figura 11 - Actividades culturais e desenvolvimento sustentável	101
Figura 12 - Geografia da Lisboa turística	102
Figura 13 - Do Turismo cultural para o Turismo Cultural Criativo	105
Figura 14 - "Alfama não é Museu!" - "We are not typical!"	106
Figura 15 - Socio-museologia: uma nova mediação	110
Figura 16 - Grelhadores comunitários a instalar na R. Vicente Borga	113
Figura 17 - De Genebra aos bairros tradicionais de Lisboa	115
Figura 18 - Uma homenagem que vai da Mouraria aos restantes bairros tradicionais lisboetas	118
Figura 19 - Uma Lisboa com mais valor: os vectores chave	119

SIGLAS/ACRÓNIMOS

AML – *Área Metropolitana de Lisboa*

AMP – *Área Metropolitana do Porto*

ATL – *Associação Turismo de Lisboa*

CCDRLVT – *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo*

CML – *Câmara Municipal de Lisboa*

DMC – *Direcção Municipal de Cultura*

DPC – *Departamento de Património Cultural*

GEO – *Gabinete de Estudos Olisiponenses*

IADE – *Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing*

IAPMEI – *Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação*

ICOMOS – *Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios*

ICS – *Instituto de Ciências Sociais*

IGESPAR – *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*

IMC – *Instituto dos Museus e Conservação*

INTELI – *Inteligência e Inovação*

ISCTE/IUL – *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa*

LNEC – *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*

OCDE – *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

PCI – *Património Cultural Imaterial*

PDM – *Plano Director Municipal*

PISAL – *Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa*

PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

QREN – *Quadro de Referência Estratégico Nacional*

TIC – *Tecnologias da Informação e Comunicação*

UNCTAD – *Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento*

UNESCO – *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*

“O que o mundo for amanhã é o esforço de todos nós que o determinará.”

Bento de Jesus Caraça



INTRODUÇÃO

Como guião *Lisboa “renova votos” de protagonismo: património (i)material, criatividade e emoção - um manifesto por um território mais competitivo e inclusivo.* Como narrativa a reificação da sociedade, o processo de metropolização de Lisboa, a pós-modernidade, a globalização...; como cenário um pedaço da Lisboa plural - urbe mãe do fado (consagrado pela UNESCO em 2011 como património imaterial da humanidade) - mais concretamente a Madragoa, outrora Mocambo. Quanto a actores e figurantes conta-se uma extensa constelação, desde os moradores aos visitantes.

Quanto à pergunta de partida, resolvemos antes assumir que são duas.

- ❖ O património cultural imaterial pode contribuir para o desenvolvimento local?
- ❖ O património cultural imaterial pode contribuir para criar espaços sócio-inclusivos na cidade?

Estas por sua vez foram coadjuvadas pelas hipóteses abaixo, que por sua vez foram trazidas das inquietações de Pedro Costa (2007) e de Machado Pais (2010), respectivamente:

- ❖ As especificidades de certos locais são importantes para o surgimento de dinâmicas criativas
- ❖ A cultura tem um papel na recuperação [e no uso] do espaço público

De facto, estas hipóteses não só nos conduziram até ao final, como se revelaram autênticas trave-mestras para a investigação. Quanto ao propósito central que foi

acompanhando toda a construção da peça a capacidade de criarmos territórios mais competitivos e inclusivos, apresentando-se, aqui, a Cultura como pedra angular. Porque efectivamente, tal como Boaventura Sousa Santos, *acredita-se no papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, o contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade*. (2003: 9). Isto para dizer que o desafio só faz sentido porque realmente se crê que o conhecimento¹ pode melhorar a vida. A grande “força” a que se recorre é sobretudo aquela que o PNUD já identificou ao afirmar que “a verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo”. Nem a propósito, em 2012, a produção cinematográfica internacional *O Comboio Noturno para Lisboa* trouxe novamente o actor Jeremy Irons ao nosso país, e este não podia ter enfatizado mais a beleza desta cidade: “Lisboa tem um potencial arquitectónico, cultural e gastronómico ímpar”.

Antes de se prosseguir e por forma a tornar claro o mapeamento adoptado ao longo do trabalho de projecto², convém lembrar que este se alicerçou na nova modalidade aberta pelo espírito de Bolonha. Espelha-se, então, o ponto que o informou: (...) *projecto de investigação original versando temática relevante para a área de especialização do mestrado, com amplitude e profundidade adequadas à realização de uma investigação conducente ao grau de doutor*. Daí que nesta fase, e no que tange à metodologia, se tenha feito a revisão bibliográfica e documental centrada, essencialmente, na produção científica oferecida pelas Ciências Sociais. O critério axial, na análise das

1 Foucault ao desenvolver o conceito de governamentalidade (originalmente "gouvernementalité") – que corresponde ao conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder (...). (1979: 291) – atribuiu uma nova acepção ao conceito de “poder”, a juntar-se ao “poder disciplinar” e ao “poder regulamentação”, e é neste sentido que as instituições produtoras de conhecimento, nomeadamente as Universidades, lhe merecem uma atenção especial. Mais recente, finais de 2000, o Banco Mundial apresenta a “Declaração Millennium”, donde saiem 8 grandes objectivos – *Eradicate extreme poverty and hunger; Achieve universal primary education; Promote gender equality and empower women; Reduce child mortality; Improve maternal health; Combat HIV/AIDS, malaria, and others diseases; Ensure environmental sustainability e Develop a global partnership for development* – para 2015, subscritos pelos líderes de 189 nações. Mas sem perder de vista a relação entre saber- poder que se introduziu, destaca-se não só o último objectivo do Banco Mundial, como se reforça uma das suas linhas orientadoras (f): “in cooperation with the private sector, make available the benefits of new technologies, especially information and communications”. O argumento, igualmente do Banco Mundial, é inequívoco: “studies show that a 10% increase in high-speed Internet connections result in economic growth of 1.3% in developing countries”. Em suma: o desafio que se coloca hoje já não passa apenas pela produção de conhecimento exige, também, a sua disponibilização. Fonte: <http://www.worldbank.org>.

2 In regulamento da componente não lectiva de Mestrados da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, talvez ao encontro da proposta de Pierre Bourdieu, quando este defendeu que (...) *a construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto inaugural (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas (...)*. (1994: 26-7).

publicações/documentos, visou responder àquele que se impôs como o “néon” deste trabalho, ou seja, o Património cultural (i)material. Obviamente sem nunca perder de vista aquela que se considera ser a sua grande valência, a função económica e social.



Retomando, para o guião recebeu-se inspiração de várias vertentes. Invocámos desde *As Cidades Invisíveis* - de Italo Calvino³, aos contributos deixados por Michel Foucault⁴ ou Henri Lefebvre, atravessando a colectânea *Cidades Criativas: Perspectivas*, uma reflexão que arrolou quase duas dezenas de pensadores e que permeia este primeiro decénio do século XXI, compreendendo obviamente o tributo dos principais vultos destas lides, nomeadamente, Florida (2004, 2012) e Landry (1996, 2000, 2001) e a forma como relacionaram a criatividade com “a classe social”, e a “cidade”, respectivamente. Landry trouxe também a importância dos 3 C’s (cultura, comunicação e cooperação). A rematar a perspectiva apresentada pelo discípulo de Richard Florida. E se o mestre tinha defendido os 3 T’s (talento, tecnologia e tolerância) como força triunfal das cidades, já Peter Kageyama em *For The Love of Cities*⁵ (2011b), tal qual Messias, acrescenta outro trunfo ao apresentar um estudo que mostra uma correlação positiva entre o “amor” pela comunidade, medido pelo respectivo grau de envolvimento, e o crescimento económico local.

A escolha de uma visão integrada, do património (i)material, da criatividade e da emoção, encontra pertinência num vasto suporte teórico, afinal à época da globalização

3 Calvino constrói *As Cidades Invisíveis* a partir das conversas de Marco Polo com Kublai Kan, no fundo a trama gira em torno das cidades do Oriente que Polo visitou e que dá a conhecer, de empréstimo, ao imperador dos Tártaros (que acreditava que esse conhecimento o aproximaria da perfeição do poder). É o imperador que depois de deambular entre a arquitectura, as gentes, os usos e costumes, e de apreender as muitas perspectivas, que vai concluir que as cidades comportam aspectos tangíveis e intangíveis.

4 Afinal a obra de Foucault (tomada aqui como um todo uniforme) continua uma referência até hoje e os seus ensinamentos continuam a revelar-se de grande préstimo. Pediu-se emprestado o seu método genealógico, que por sua vez Foucault terá já pedido a Nietzsche, na medida em que defende a descontinuidade histórica. Segundo o autor a verdade é o resultado de uma relação de forças, de rupturas e descontinuidades; assim, a construção histórica é também ela fruto de constante metamorfose. Aliás Foucault é claro quando diz que *o conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana* (2003: 15-6). Se quisermos colocarmos assim as coisas, usar a matriz genealógica é perceber que o homem (em analogia as cidades, os bairros) é um produto de relações historicamente construídas, produto das diversas forças que o constituem e que o vão moldando.

5 A propósito desta obra Charles Landry diz o seguinte: *Peter has captured something very important... love. When we love a city, we are committed to it, we engage with it, we care for it; we give our best to it. A city that is loved also gives back. It makes those who live there feel enriched. And so you have a virtuous cycle.* Mas Peter Kageyama já vinha ganhando protagonismo, sobretudo graças ao *Creative Cities Summit* em 2004.

exigem-se novos desafios, um tempo complexo e de rápidas mudanças impõe novas partituras. Mas Carlos Fortuna, antecipando a “religação dos saberes/conhecimentos” proposta por Edgar Morin (2001), acabou por definir a abordagem que escolhemos para este trabalho de projecto,

A reconceptualização da cidade como espaço fragmentado e disputado abriu novos campos de análise e fez surgir novos objectos empíricos de pesquisa [...]. Nesta reinterpretação da cidade não são apenas os estudos sobre cidades particulares que sobressaem, mas emergem também como objectos singulares de pesquisa empírica, e em detrimento da meta-narrativa urbana, os seus (re)arranjos socio-espaciais específicos, a sua economia simbólica⁶ e a natureza dos seus edifícios, monumentos e outros marcadores, ou as suas ruas [...] e o discurso da Sociologia sobre a cidade torna-se, deste modo, crescentemente, um discurso cruzado com numerosos outros enunciados⁷, de tipo fenomenológico, semiótico e literário [...]. (FORTUNA, 1997: 3).

Mais recente, desta feita com Rogério Proença Leite, reiterou a capacidade decorrente da multidisciplinaridade e enfatizou a necessidade das *análises contemporâneas sobre as cidades precisarem de perspectivas heterodoxas. (...) de abordagens culturais originais e de novos léxicos (...)*. (FORTUNA e LEITE, 2009: 8).

Justificada quer a modalidade quer os eixos fundamentais, somos de convocar os mais de 70 anos volvidos sobre a Carta de Atenas⁸ (1933), e as premissas que esta fixou para a cidade: “habitar; trabalhar; circular e cultivar-se o corpo e o espírito”, e simultaneamente introduzir (mais à frente) a nova Carta de Atenas⁹ de 1998, com revisão de 2003.

6 Conceito que Sharon Zukin identificou quando afirmou: *Yet what cities still do have in common is a “symbolic economy” - a continual production of symbols and spaces that frames and gives meaning to ethnic competition, racial change, and environmental renewal and decay.* (1995: 265).

7 A remeter para o Relatório Gulbenkian, 2002 “Para abrir as Ciências Sociais” e de certa forma a recuperar as palavras do fundador da Escola dos *Annales* (...) *é impossível que o sociólogo se encontre deslocado nas oficinas e nos trabalhos da história: reencontra aí os seus materiais, as suas ferramentas, o seu vocabulário, os seus problemas e as suas próprias incertezas.* (BRAUDEL, 1981:76).

8 A Carta de Atenas foi o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna. Esta cunhou o conceito de “cidade-jardim”, alicerçado na cidade funcional que vincava a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho. Acrescenta-se que Luís Benavente foi o único português a participar na Carta, mas já na fase de revisão.

9 Da qual Isabel Raposo (2006), docente no Mestrado em “Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos” ministrado pela Fac. de Arquitectura da UTL, enumerou as seguintes características: centra-se nos habitantes e nos

Não obstante reconhece-se que a capacidade de “ver largo” deste mestrado constituiu um forte auxílio, o que em associação ao desafio proposto pelas *United Nations Conference on Trade and Development - Each country is different, each market is special and each creative product has its specific touch and splendour. Nonetheless, every country [or cities, or neighborhood] might be able to identify key creative industries that have not yet been exploited to their full potential so as to reap developmental benefits. There is no one-size-fits-all prescription; each country should formulate a feasible strategy to foster its creative economy, based on its own strengths, weakness and realities. The time for action is now.* (UNCTAD, 2010: xxv) - acabou por conduzir ao “ponto de partida preambular”.

Erik Olin Wright (2007) reclamou a transformação das utopias em realidade, pelo que este trabalho visa ser um átomo para essa transformação da (nova) realidade. Acredita-se que o Património Cultural Imaterial dos bairros tradicionais de Lisboa, numa primeira instância, podem ser um móbil de desenvolvimento local e inclusão social. Como? Com base nas recomendações propostas por quem se tem dedicado a esta temática. Basta assentir na lição de Maria de Lourdes Santos (2010), quando esta advogou a execução de “políticas integradas”. Daí o nosso esforço de olhar numa perspectiva sistémica, por forma a poder colaborar nessa proposta de integração.

Apenas alguns exemplos, de Ernâni Lopes (2009) tomámos em consideração uma das cinco oportunidades que prescreveu para Portugal. Ainda que nos estejamos a referir ao “Turismo”, não deixa de ser verdade que tenhamos enveredado também pela obediência à sua directriz de regeneração e promoção dos centros urbanos; de Adelaide Carranca (2003) obtivemos o reforço daquilo em que acreditamos, isto é, a Cultura como âncora para a coesão social; de Manuela Reis (2000), Deolinda Folgado (2010) e Guilherme d’Oliveira Martins (2010, 2011) o património como veículo de participação e de cidadania activa; de Pedro Costa (2009) a lição de que o sector da Cultura deverá ter no âmago de

utilizadores da cidade e nas suas necessidades; propõe uma visão coerente de cidade (conjuntos urbanos policêntricos, organizados em rede); propõe novos sistemas de governância (envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, orçamento participativo, p.e.); utiliza novas tecnologias de comunicação e de informação (TIC); propõe a convergência de esforços de urbanistas e outros profissionais; distingue aspectos da cidade em que o urbanismo exerce influência e outros em que não exerce.

qualquer estratégia o património material e imaterial; do QREN 2007-2013, o argumento de que se deve “promover a valorização do património cultural, tangível e intangível, no domínio do mar”; da Estratégia de Reabilitação para Lisboa 2011-2024¹⁰ partilhamos da sua visão de articular vários domínios (urbanismo, habitação, acção social, cultura, mobilidade, etc.), daí acreditarmos que de entre os sete objectivos que essa “Estratégia” definiu possamos cooperar para dois deles, nomeadamente: “Manter a memória da cidade, restaurar o património histórico, arquitectónico e paisagístico de Lisboa” e “Manter, recuperar, valorizar e requalificar os equipamentos colectivos e o espaço público”; do “Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011-2014” a certeza de que os “bairros típicos”, dentre eles a Madragoa, têm potencialidades a desenvolver. E porque a globalização remete-nos para uma escala galáctica, resolvemos olhar para a mega cidade de São Paulo, onde observámos metade¹¹ das dez premissas apontadas pelo “Manifesto São Paulo Criativa”, sendo que duas delas - “Projetar o futuro envolve reconhecer o passado” (3) e “A riqueza imaterial de uma cidade ganha solidez quando gera também riquezas materiais” (9) - nos mereceram particular atenção, dado comungarem do nosso entendimento.

Portanto resolveu olhar-se para a Madragoa enquanto bairro à beira rio. E se o objecto de estudo é um bairro tradicional de Lisboa, logo impõe-se como ponto de partida a recuperação do quadro referencial desse bairro. Ou seja, para estudar e interpretar espaços de hoje que são simultaneamente espaços de ontem é fundamental definir uma estratégia adequada a essa análise. Obviamente que não é tarefa fácil, pois todos sabemos que o passado não ficou preservado em nenhuma solução milagrosa que nos permita, agora, capturá-lo incólumemente. Daí que, a nosso ver, o verdadeiro desafio consista na recuperação “do tempo do lugar”, e isso envolve lidar com a memória

10 À data sabemos que a versão final da proposta foi aprovada a 21-12-2011 em Reunião da CML e que foi enviada para a Assembleia Municipal.

11 A saber: 1 – “Cidade criativa é cidade compartilhada”; 2 – “A cidade é um sistema, no qual as partes se complementam”; 3 – “Projetar o futuro envolve reconhecer o passado”; 7 – “A cidade criativa se reinventa continuamente...”; 9 – “A riqueza imaterial de uma cidade ganha solidez quando gera também riquezas materiais”. Este Manifesto faz parte do projecto mais alargado designado “Creatividades” a desenvolver pela *Garimpo de Soluções - economia, cultura e desenvolvimento*. O “Creatividades” nasceu com a missão de investigar como a Economia Criativa pode contribuir para o desenvolvimento sócio-económico das cidades brasileiras. Fonte: <http://www.creatividades.com.br>

colectiva, que por sua vez implica aceitar perdas, contradições... Mas se nos “lançarmos à pesquisa miúda, e não recearmos o pó incomodativo dos arquivos”, conforme nos propôs Joel Serrão (1960: 183), a tarefa torna-se mais simples e a “nossa visão terá [acrescentaria antes, poderá ter] préstimo”.

Conceptualmente este trabalho de projecto divide-se em seis capítulos. **Cidade**, o primeiro, assume a forma de um ensaio dilatado percorrendo as contrariedades, ambivalências, complexidades, oportunidades... que dão forma às cidades. Espaço para os “bairros tradicionais e “suas gentes”: uma riqueza (des)valorizada?”; a “Governança nos Territórios”; a “Qualidade de Vida”; o “(re)nascimento de alianças...” ou “identidades sócio-urbanísticas de Lisboa”. O segundo, **Cultura: a “Força” do “4º pilar”**, detém-se com o conceito de Cultura, leva-nos à Madragoa e encerra com “Da Topofilia à Terrafilia: da emoção à acção”. No terceiro, as andanças são pelo **Património (I)material**. A seguir é a vez da “**Criatividade Urbana: um input de mudança**”, abraçando “da Terceira-Itália à Terceira-Lisboa”; “O Turismo enquanto propulsor de Responsabilidade Social” e “...combinando História com Criatividade”. O quinto pertence à **Emoção**, e compreende “da inteligência cognitiva à inteligência emocional” a “Chafariz da Esperança: do legado de Mardel a ícone de Lisboémoção”. Por último as **Considerações Finais**.



I

CIDADE

Lisboa Tu És Assim

Quando
O sol se põe já fugidio
Bate nos barcos sobre o rio
E na rotunda ao fim da tarde

Pessoas
Vagueiam na hora de ponta
Passam por mim vezes sem conta
É a cidade ?

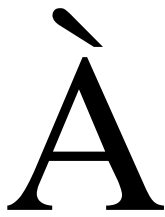
As casas
E as paragens na avenida
Cheias de cor cheias de vida
Do Bairro Alto à Madragoa

Eu ando
E vou sentindo como és
Vendo as esplanadas dos cafés
Sei que és
Lisboa

Lisboa
Dos rios e dos barcos nos cais
Da gente nas ruas e mais
Tu és assim?
Lisboa tu sabes que bom é voltar
De longe de qualquer lugar
Só para ti ?

Eu sigo
E vou sentindo como és
Nas passeiras do Marquês
Sei que és Lisboa ?

Pedro Moutinho



questão o que é a cidade? Malcom Miles responde:

The engineer sees the city as a problem of circulation, the planner sees order and disorder, the novelists as an accumulation of interconnected stories, [...] the criminal as opportunies, the pensioner, stranded in decaying public housing in the inner city, as a jungle, but also as the repository of rich, meaningful memories. [...] does not seek to answer the question “what is a city?” This would be impossible because there is no correct answer. (2008: 7).



Dáí que tenhamos convocado a eclecticidade de Fernando Chueca Goitia (1996) para nos ajudar neste trabalho. O arquitecto captou e resumiu a concepção de “cidade” na perspectiva dos vários campos disciplinares: da História à Economia, da Política à Geografia, da Sociologia à Arquitectura, e em todos eles se evidenciaram características que atribuíram à cidade “pioneirismo” e “oportunidade”. Já o engenheiro Jean-Paul Lacaze refere que (...) *a cidade é em primeiro lugar um lugar privilegiado de reproduções dos costumes sociais. É uma escola* (...). (1999: 23).

É indubitável o facto da (...) *cidade há muito [ser] um local estratégico para a exploração de muito temas importantes que confrontam a sociedade e a sociologia.* (SASSEN, 2010: 87). Portanto, dentre as múltiplas perspectivas de cidade elegemos começar pela visão de João Seixas “lugar simultaneamente atraente e maléfico” (2006: 54), devido, sobretudo, à sua intemporalidade, pois as suas palavras tanto nos transportam para as “duas cidades” de Santo Agostinho¹² como nos conduzem a Simmel.

Desde o início que os sociólogos definiram a cidade como um espaço de estranheza, e como meio propiciador de uma cultura da diferença. Desde Simmel a Sennet¹³ a cidade é concebida como o lugar onde puderam conviver diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo. Félix Guattari (1992: 172), no ano em que se debatia a *Cimeira*

12 A *Cidade de Deus* tem como contexto a invasão de Roma por Alarico, rei dos Visigodos, em 410. A par de *Confissões*, esta é também uma das obras magnas de Santo Agostinho, composta por vinte e dois livros (que representam a defesa do Cristianismo face à queda de Roma). É na segunda parte da obra, ou seja, dos livros XI a XXII que o bispo de Hipona desenvolve a teoria das “duas cidades”: *Dois amores erigiram duas cidades, Babilônia e Jerusalém: aquela é o amor de si até ao desprezo de Deus; esta, o amor de Deus até ao desprezo de si.*

13 Richard Sennett vê a cidade como um (...) *fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que esse sonho seja inútil; a cidade surgiu como foco para a vida social activa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas* (...). (1998: 414).

da Terra, numa conferência promovida pela UNESCO, a propósito das cidades, proferiu o seguinte discurso: - *As cidades são imensas máquinas, megamáquinas, para retomar uma expressão de Lewis Mumford, produtoras de subjetividade individual e coletiva.*

Já George Simmel (1858-1918) teve uma postura que nos parece bastante visionária, na medida em que concebeu a contrariedade da cidade e em que apreendeu o paradoxo da modernidade, frisou a liberdade - “estranheza mútua e uma repulsa partilhada”, a reserva¹⁴, o anonimato e a indiferença (a atitude *blasé*), sem esquecer a alienação - “estiolamento das pessoas”, consequência da extrema divisão social do trabalho. Em contraposição à atmosfera *blasé*, Walter Benjamin (1892-1940) ofereceu-nos o *flâneur*, aquele que prestava atenção à urbe. Personagem que nas suas deambulações dedicou atenção às “figuras” que a modernidade foi produzindo dentro das grandes cidades. Assim, o *flâneur*, em certa medida, assumiu-se como o porta-voz daqueles que experienciavam a grande cidade.

Voltando a Simmel, este deixou-nos sem dúvida um legado a que, hoje, podemos designar de património analítico. Quer a obra *A Filosofia do Dinheiro*, onde o autor entendeu a difusão e a aceitação do dinheiro - “vil metal” - como decorrente da evolução da sociedade, quer *A metrópole e a Vida Mental*, dão conta da alteração dos padrões de vida moderna. Ambas conheceram a luz do dia na primeira década do século XX. Os hábitos, os costumes, as relações estavam em constante mutação, eram diferentes dos da época anterior. Aliás o autor é apontado por alguns analistas como o pensador da crise e da ruptura. Pois, que trouxe à tona temas como a incerteza, a alienação, a falta de cultura humana, entre outros. Torna-se mais fácil de compreender, se atentarmos que à época antes da Revolução Industrial, e tomando-a como um marco, os adjectivos que melhor traduziam esse tempo/sociedade acabavam por ser a imobilidade e a certeza (no sentido da quase ausência de imprevisibilidade). Pelo que a experiência da modernidade encetou um novo sentido, um novo pulsar, um ritmo acelerado, um cenário de incerteza e imprevisibilidade, conforme refere Waizbort, 2000,

14 De um ponto de vista formal, a atitude mental do habitante das grandes cidades poderá descrever-se como de reserva. (...) Somos forçados a manter esta reserva (...) pelo direito à desconfiança que sentimos perante esses elementos fugazes da vida urbana; (...) é frequente não conhecermos, sequer de vista, aqueles que durante todo o ano são nossos vizinhos. (SIMMEL, 2004: 83)

dentre outros. Ainda que a antinomia resultante desses conflitos tenha tido, segundo Simmel, um papel fulcral na sociedade, na medida em que desempenhou¹⁵ uma função social imprescindível à vida quotidiana. (FERREIRA *et al.*, 1995). Num registo, de certa forma elogioso, Simmel contrariou o tom pessimista de alguns dos seus contemporâneos, pois considerou a cidade como o espaço por excelência da modernidade. Por estas razões, Simmel é considerado um dos precursores da microsociologia.



Antes, uma justa homenagem a Friedrich Engels (1820-1895), pois com apenas 25 anos deu à pena *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, um estudo sobre as más condições de vida (ou a ausência delas¹⁶) dos trabalhadores da indústria na cidade de Manchester na Inglaterra Vitoriana. A parceria com Karl Marx (1818-1883) surge logo a seguir e faz do texto *A Ideologia Alemã* o início da formulação da concepção materialista da história, com enfoque na tensão entre a burguesia e o proletariado, o enriquecimento dos primeiros e a pauperização dos segundos. No fundo a cidade palco da “luta de classes”.

Ainda no cômputo da Sociologia, E. Durkheim (1858-1917) olhou para a cidade, ainda que de forma indirecta, apenas enquanto morfologia, ou dito de outra forma, enquanto *locus* da vida social. Na *Divisão Social do Trabalho* anunciou o desenvolvimento da sociedade, através do modo de organização social e económica e explicou a necessidade do equilíbrio e da coesão social, enfatizando a importância dos laços de solidariedade¹⁷. Já M. Weber (1864-1920), a quem R. Aron¹⁸ (1966) intitulou de “sociólogo das

15 Através daquilo a que designou por “formas sociais”.

16 Engels constatou que em cidades como Manchester e Liverpool a mortalidade, por exemplo, por convulsões era dez vezes maior do que no campo. A cidade de Manchester, com 400.000 habitantes e 350.000 operários seria a primeira cidade industrial do mundo. Os bairros operários eram locais de “sujidade e sordidez repugnante”, eram os padrões que construíam as “vilas”, sendo que a *Pequena Irlanda* se destacava por ser a pior - 4.000 pessoas para 200 casas na parte leste da cidade para onde o vento empurrava o fumo.

17 Que por sua vez podiam assumir duas formas: “solidariedade mecânica”, que liga o indivíduo à sociedade através de fortes processos de semelhança, isto é, ser igual entre os pares; esta associada, sobretudo, às “sociedades mais primitivas”, onde a especialização do trabalho era inexistente. Mas à medida que a “sociedade industrial/capitalista” foi ganhando terreno o sociólogo preconizou o estabelecimento da “solidariedade orgânica”. Tónica nas diferenças individuais, mas e à semelhança dos organismos, valorização da multiplicidade e heterogeneidade de funções enquanto constituintes de um todo.

18 ARON, R. (1966) – *La Sociologie Allemande Contemporaine*, Paris, PUF

sínteses”, opta por caracterizar a cidade pelo efeito libertador, do ditado alemão “o ar da cidade liberta”, referindo-se à liberdade face ao jugo senhorial. Quanto à forma como a concebeu vai ao encontro do que postulou como “tipo-ideal”¹⁹, sendo a cidade medieval ocidental a que mais considerou aproximar-se desse ideal.

Na cidade, o enclave implícito que funda a cidadania ganha ênfase. Ainda que não haja necessidade de recuarmos à *Ágora* grega nem à *Polis* romana, recordemo-las como berço civilizacional. Mas firmemos estaca na Revolução Industrial²⁰, época que marca a consagração da cidade face ao campo. Daí que o século XIX e XX, para uma Europa mais, ou menos “civilizada”, tenha ficado conhecido como o “século da urbanização”²¹. A Grécia com a Carta de Atenas firmou um marco, definindo novos rumos à arena urbanística, e com a nova Carta de Atenas reiterou-o. A este respeito, Raposo (2006) sintetizou os objectivos do desenho urbano e da composição urbana presentes na nova Carta, sendo que destes nos mereceu particular relevo, de acordo obviamente com o cariz deste trabalho, “proteger os elementos do património natural e cultural”; “criar ambientes urbanos simbólicos provenientes do espírito próprio de cada lugar, valorizando, assim, traços identitários distintivos” e fomentar “a excelência estética”.

Destaque, ainda, para Louis Wirth (1897-1952) pela forma como no artigo *O urbanismo como modo de vida* (1938) nos deu a conhecer a expressão galgante da urbanidade²² acrescentando, ainda assim, que a cidade mais do que favorecer a arte, é a própria arte. Giulio Carlo Argan (1993) desenvolveu, depois, essa perspectiva, explicando que com o

19 Os tipos ideais exprimem-se por definições que não são conformes com o modelo da lógica aristotélica. Um conceito histórico não retém os caracteres apresentados por todos indivíduos incluídos na extensão do conceito, e menos ainda os caracteres médios dos indivíduos considerados, mas visa o típico, o essencial (...) e nesta função, o tipo ideal, é em particular uma tentativa que visa apreender as individualidades históricas ou os seus diferentes elementos em conceitos genéticos (...). O tipo ideal é um quadro de pensamento, não é a realidade histórica nem sobretudo a realidade «autêntica», e menos ainda pode servir como um esquema segundo o qual pudéssemos ordenar a realidade a título de exemplar. Não tem outro sentido senão o de um conceito limite puramente ideal, pelo qual medimos a realidade a fim de clarificarmos o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual comparamos a mesma realidade. (ARON, 2000: 496 e 548).

20 Pois conforme refere Alfredo Mela (...) a revolução industrial [apresenta-se] como uma linha divisória na história do urbanismo e, especificamente, como o processo de transformação que torna possível uma inversão dos pesos relativos da população urbana e não urbana. (1999: 45).

21 (...) a urbanização é aqui definida como processo em que a mobilidade espacial organiza a vida quotidiana, o que supõe a possibilidade e a capacidade de ser móvel (...). (RÉMY e VOYÉ, 2004: 65).

22 Em 1800 apenas 2% da população mundial vivia nas cidades, hoje a percentagem de população mundial urbana é, em termos médios, cerca de 60%.

Renascimento a cidade era vista como uma obra de arte e com o primeiro alvor da Modernidade era local de utopia (sonho); mas a partir do período industrial mudou de roupagem, apresentando-se repleta de problemas que a empurram para uma condição de degradação.

A cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero. Se a cidade não se tivesse tornado a megalópole industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como no entanto são – a interpretação de uma condição objectiva da existência humana. (ARGAN, 1993: 212).

Também por cá assistimos a essa “degradação”, a prova irrefutável foi o aparecimento das “ilhas” na cidade do Porto em 1832²³. A que Paulo Seixas se refere assim: *são por definição uma unidade urbanística de construção espontânea, não se identificando com nenhum tipo anterior de construção urbana ou rural*. (1997: 107). Em Lisboa²⁴ foram, tendencialmente, os “pátios e vilas” que deram guarida à população operária.

Sem perder de vista Wirth, apontado por alguns autores como pertencendo à segunda geração da Escola de Chicago²⁵, interessa recuar aos fundadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, donde Ernest Burgess e Robert Park se

23 E intensificando-se a sua construção ao longo do último quartel do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX. O Inquérito Industrial de 1881 é o primeiro documento que chama a atenção para as péssimas condições de habitação do operariado. (SEIXAS, 1997).

24 Em relação a este assunto pode consultar Nuno Teotónio Pereira (1994) – “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, pp. 509-524.

25 A *Escola de Chicago* surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. Entre 1915 e 1940, esta Escola produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais que versavam a investigação dos fenómenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana. Com a formação da Escola de Chicago inaugurou-se um novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenómenos urbanos, que levou à constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos especializados. O seu surgimento está directamente ligado com o processo de expansão urbana e o crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século XX, resultado, obviamente, do acelerado desenvolvimento industrial. Decorrente desse processo, a cidade assistiu ao aparecimento de fenómenos sociais urbanos (à data a aceção era “patologia social”), nomeadamente, o crescimento da criminalidade, da delinquência juvenil, o aparecimento de gangues de marginais, o desemprego, a imigração e, com ela, a formação de várias comunidades segregadas. Daí que esses problemas sociais se tenham convertido nos seus principais objectos de pesquisa. Todavia, os estudos dos problemas sociais acabaram por estimular a elaboração de novas teorias e conceitos sociológicos, além de novos procedimentos metodológicos. Deve-se à primeira geração de sociólogos desta Escola - Albion Small; Robert Park; Ernest Burgess; Roderick McKenzie e William Thomas - o primeiro programa de estudos de sociologia urbana. (FREITAG, 2006: *passim*).

destacaram. O primeiro, pela criação do conceito (modelo) do “CBD”²⁶, que também é conhecido pelo seu nome, ou seja, “modelo Burgess”; e o segundo, pela forma como soube aliar duas circunstâncias da sua vida em proveito da cidade: da profissão de jornalista tirou o saber olhar para a cidade “script a script”, ou seja, em forma de reportagem, e do facto de ter sido aluno de Simmel teria levado à teorização²⁷ que o ajudou a compreender a cidade e a adoptar medidas de acção. (FREITAG, 2006). Amalia Signorelli considera que, *a contribuição mais importante desta escola (...) está justamente em ter tematizado a cidade (...). Com uma certa ingenuidade simplificadora, mas talvez por isso mesmo inovadora, os estudiosos de Chicago emanciparam a cidade.* (1999: 67-9). Importância indesmentível que Paulo Machado (2007: 137), dentre tantos outros, sintetiza, sublinhando sobretudo a capacidade que esta Escola teve de “romper com o atomismo” e de “apostar nos interfaces com outras ciências sociais”.

Em relação à(s) cidade(s), de uma coisa temos a certeza: não há consenso...

As cidades transformaram-se em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais. (BAUMAN, 2006: 32).

As grandes aglomerações urbanas perderam a harmonia física e a tensão social libertadora, promotora da inovação e do progresso, tecnológico e sócio-económico. Sucederam-lhes os conflitos étnicos e sociais. Muitas aglomerações urbanas passaram de cidades a arenas polivalentes e polifacetadas, onde o cidadão se apaga face ao gladiador. (GASPAR, 1998: 1).

Porque é que, ao longo da história, a urbanização tem sido a companheira inseparável do desenvolvimento económico? [...] Porque é que as empresas e as populações se concentram nas aglomerações urbanas? O que ganham com isso? As cidades parecem

26 Iniciais que significam “Central Business District”, um modelo que divide em 5 anéis concêntricos a cidade. Ao centro o CBD (serviços), imediatamente a seguir: a zona de transição (indústria); casco da cidade (a classe operária); o 1º anel periférico - interno (classe média) e o 2º anel periférico - externo (classe alta), respectivamente.

27 Hermínio Martins, recentemente, teve oportunidade de se pronunciar sobre as Ciências Sociais em Portugal. E enfatizou precisamente esse défice de “Teorização”, afirmando que *esta sonolência intelectual, em termos globais, é, na minha opinião, uma propriedade emergente da disciplina institucionalizada como disciplina, não um atributo de qualquer dos indivíduos que professam a disciplina, cujos intelectos estão tão vivos, inquietos e abertos como em qualquer outro país.* (2011: 471).

nascer por serem formas de organização que permitem às populações atingir um nível de bem-estar mais elevado. (POLÈSE, 1998: 25).

51

La ville constitue un instrument qui permet à ceux qui la dominent de se maintenir et de contrôler le territoire qui l'entoure et qui la nourrit. En essaimant, elle conduit à la structuration de grands espaces. Elle attire et fixe les populations, les produits et les savoirs. Elle devient un lieu de contacts, de communication et d'échanges. Elle produit des biens élaborés et se révèle propice à la germination d'idées originales et à l'éclosion de l'innovation. (CLAVAL, 2003: 158).

As cidades são feitas de oportunidades, de direitos, de ideias e de relações. São locais de desejo onde se juntam fortes lastros de passado e tênues imagens do futuro, num desdobramento contínuo de mil e um projetos – dos Mega-projetos que marcam uma geração aos Micro-projetos ou mesmo Nanoprojetos que compõem o nosso quotidiano. Todos são relevantes. (SEIXAS, 2010: 8).

Cidade - fórum de oportunidades ou de problemas?

Pelo que é com este degladiar de pontos de vista que prosseguimos. Reconhecer os problemas dos espaços urbanos é simultaneamente, e como se fosse a outra face da moeda, intuir o leque de oportunidades que esta comporta.

Por isso faz-se necessário ressaltar a importância e actualidade da teoria do palimpsesto braudeliano e do seu modo de ver a cidade, o mundo, a ciência, a história e a geografia. Fernand Braudel ensinou que a vida é composta por múltiplos aspectos, e foi professoralmente firme na convicção de que não se pode “despacializar a história”.

Pois bem, não parecem restar dúvidas de que as cidades são locais de oportunidade. Na medida em que agem como motores das economias nacionais por meio do qual a criação de riqueza, o desenvolvimento social e a criação de emprego tende a evidenciar-se. O ambiente urbano é também o principal foco para a inovação, o progresso industrial e tecnológico, empreendedorismo e criatividade.

A evidência empírica confirma que a concentração de pessoas e actividades produtivas nas cidades proporciona economias de escala e efeitos de rede que, por sua vez, conduzem à forte redução dos custos de produção e estimulam o crescimento. Da mesma forma, sabemos também que as cidades geram economias de proximidade e

economias de escala, as primeiras são responsáveis por reduzir consideravelmente o custo do serviço dos bens colectivos e dos serviços: água canalizada, energia eléctrica, saúde ou educação, tendem a ter um preço *per capita* mais reduzido devido à optimização do equipamento/serviço.

Hoje, quase metade da população nacional reside numa das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o que faz lembrar as palavras optimistas de Simon Parker (2004) perante o desafio da urbanidade, na medida em que defendeu que a escala urbana concentra uma enorme massa crítica e que as ciências sociais e humanas têm tido um papel de relevo, no sentido de dar a conhecer a realidade urbana e de contribuir para a potenciar sustentadamente. Goulão Crespo por sua vez, enfatiza a “obrigação e a necessidade da Ciência comunicar o que faz.” (2006: 307).

Sabemos que as cidades que aqui temos vindo a aludir para além da “«liberalidade» da cidadania”, e da ausência da doutrinação do “outro” - já que o ambiente da indiferença acaba por favorecer a integração de estranhos - sempre tiveram, também, uma relação directa com as actividades económicas (“locus” de trocas).

Porque não se quer prosseguir sem trazer um trunfo que faça prova da relação directa entre a cidade e o desenvolvimento económico, traz-se o testemunho de Proffitt (1997):

Cities are the mothers of economic development, not because people are smarter in cities, but because of the condition of density. There is a concentration of need in cities, and a greater incentive to address problems in ways that haven't been addressed before. This is the essence of economic development. [...] All through organized human history, if you wanted prosperity, you've had to have cities. Places that attract new people, with new ideas [...] and maybe new ways of solving old problems. *Apud* (SOJA, 2000:14).

A cidade de hoje é, a par com a própria sociedade, caracterizada por relações complexas, ou não fossemos nós feitos de identidades e pertenças múltiplas.²⁸ Amin

28 Embora o problema da identidade venha desde os Gregos. O célebre aforismo de Heraclito, nunca te banharás duas vezes no mesmo rio, enunciava as dificuldades que se encerram por detrás da impermanência do real: o rio nunca é o mesmo, nunca é idêntico a si próprio; quando se entra no rio pela segunda vez, o rio já não é o mesmo. O pressuposto de Heraclito é que tudo flui, ninguém se banhará duas vezes no mesmo rio, porque também o sujeito que nele entra nunca é o mesmo. Num real onde tudo está sujeito à mudança, nada permanece idêntico. O problema que assim é formulado, encontra uma primeira solução em Platão: não se podendo fazer conhecimento de uma realidade

Maalouf (2002: 112) defende que se assuma todas as pertenças, enfatizando a pertença à comunidade humana sem que para isso apaguemos as “nossas múltiplas pertenças particulares”. João Teixeira Lopes na obra *A Cidade e a Cultura* também alude à pluralização dos papéis sociais que temos vindo a assumir, e que segundo o autor conduzirá irremediavelmente à plasticização do “habitus” bourdiano.

Daí que a cidade surja como um *hipertexto*²⁹ em constante construção, onde as cenas vão sendo construídas e narradas. Isso, em parte, corresponde a uma cidade que é perspectivada para a cultura. A cidade é simultaneamente produto e arena da interacção, fazendo parte da sua essência toda e qualquer forma de linguagem - sonora, visual, gráfica, numa componente material ou imaterial. Como tal, a simplificação da cidade às mensagens que dela emanam acaba por ser redutora, na medida em que devemos ser capazes de captar, também, os fragmentos que não se revelam, ensinamento que Luís Vicente Baptista já partilhou. De facto, (...) *o território enquanto espaço firmado de relações sociais que se localizam, se entende aqui como uma realidade em que nem sempre as coisas que existem se revelam materialmente* (...). (2003: 41). Se preferirmos ir mais atrás, podemos lançar mão ao ensinamento de Kevin Lynch, quando este afirmou que *a cidade é toda uma construção no espaço* (...) *não é apenas um objecto perceptivo*. (1999: 11-2).

Giandomenico Amendola (2000) constatou que a cidade pode assumir-se como “blindada” perante aqueles que estão “excluídos do sonho”. Outro binómio que utilizou foi “dentro” e “fora”, da mesma forma que identificou que a segregação social é cada vez mais assumida, visto os promotores³⁰ utilizarem “às claras” todo um código linguístico que espelha precisamente essa segregação, nomeadamente quando publicitam os condomínios fechados. Pelo que a posição de Amendola contraria Maalouf quando este afirmou que “o mundo é de todos” (2002: 138). Amendola aos que

que flui, que é e não é, então há que postular uma realidade imóvel, perfeita. Onde só a contemplação proporcionará um conhecimento verdadeiro. É assim que surge o reino das Ideias.

29 *La ciudad, este hipertexto por decifrar según André Cordoz, está hecha de estratos, muchos ellos ocultos o borrados por procesos, no solo guerras, sino también de destrucción planificada y sistemática del tejido histórico, para ser sustituidos por nuevos productos urbanos*. In Josep Maria MONTANER (2004) – *Traumas urbanos: La pérdida de la memoria*, disponível em: <http://urban.cccb.org/urbanLibrary> [consultado em 16/02/2012.]

30 Maria Assunção Gato a propósito da “Cidade” Expo’98 di-lo: *Pode-se dizer que esta selectividade social esteve implícita na campanha de marketing* (...). (2007: 3).

“estão dentro” atribuiu-lhes a designação de “comunidade purificada” (talvez em jeito de alegoria a recordar os que estavam afastados e protegidos dos leprosos no tempo de Cristo). O proeminente sociólogo polaco Zygmunt Bauman em *Confiança e Medo na Cidade*³¹ (2006) também se debruçou sob o antagonismo social, usando o binómio “cidadãos de primeira fila” - referindo-se àqueles que “estão normalmente ligados às comunicações globais e à imensa rede de trocas” e “cidadãos de última fila”, ou seja, aqueles para quem a mobilidade³² é uma utopia, que se traduz em cidadãos reféns do lugar. Sassen considera que *é importante recuperar o lugar e a produção na análise da economia global, (...). Além disso, também nos permitem recuperar os processos concretos e localizados pelos quais a globalização toma forma e argumenta que grande parte do multiculturalismo*³³ *nas grandes cidades é tanta parte da globalização quanto são as finanças internacionais.* (2010: 86). Viriato Soromenho-Marques parece responder, considerando que é um conceito muito “ambíguo, sugerindo *uma alternativa que substitui as ambiguidades do multiculturalismo pela construção de uma esfera pública de convivência cosmopolita, apoiada na crescente criação de estruturas, instituições, normas jurídicas e práticas políticas que assegurem uma governação multilateral de dimensão planetária.* (2008: 64-5).

Novamente com Amendola, este ao reflectir sobre a pós-modernidade³⁴ atribuiu à cidade a personagem principal. Sendo que o compromisso da cidade deve constituir-se

31 Obra que em certa medida quase que acaba por ser a continuação de *Modernidade Líquida*, na medida em que retrata a passagem de uma modernidade “sólida” ou “pesada” face à cidade, caracterizada pela certeza no progresso tecnológico e científico, para uma modernidade “líquida”, onde características como a velocidade, o hibridismo e a imaterialidade se impõem.

32 Importa salientar que *A mobilidade está no coração das transformações actualmente vividas pelas sociedades ocidentais contemporâneas (...). O crescente volume, velocidade e o impacto espacial destes fluxos inspiram muitas questões: serão indicativas do desaparecimento das sociedades nacionais? Marcam a passagem da primeira para a segunda era da modernidade? Indicam a mudança nos factores de orientadores da diferenciação social?* (KAUFMANN, 2004).

33 Neste sentido Francisco Lima Costa analisou a economia etnocultural, sendo que em Lisboa identificou *o eixo da Avenida Almirante Reis e dos bairros históricos da Mouraria, Castelo e Alfama e o eixo que liga o Martim Moniz ao Bairro Alto, passando pelo Rossio, Baixa e Chiado e que vai até Santos e Alcântara.* (2011: 91).

34 O uso da noção de “pós-modernidade” não merece consenso na arena sociológica, tanto mais que Maffesoli refere que o termo “pós-moderno” não passa de uma noção provisória. Uns chamam-lhe “modernidade tardia” e “alta-modernidade” (Giddens), outros “modernidade líquida” (Bauman) ou “hipermodernidade” (Lipovetsky). Sendo que adoptamos a aceção de Elizabeth Wilson: *The word postmodern has been used to describe such a wide range of cultural experiences that it is in danger of coming to mean little more than a vague sense of the flavor of our times. For some writers it has positive, for others negative meanings; it can be used to suggest diversity and cultural variety, but also to describe sameness and emotional flatness. In two ways the term is relevant to a discussion of the*

enquanto experiência, manifestando-se através das formas físicas, arquitectónicas e urbanísticas (*cityscape*) e da vida e cultura (*mindscape*). O habitar pós-moderno refere-se mais à cidade, na perspectiva que L. Wirth cunhou - “cidade como modo de vida”, do que ao urbanismo em si. Richard Ingersoll (2004) também defendeu essa perspectiva.

Ora, o que acaba por caracterizar a “cidade nova” contemporânea é o clima cultural, os comportamentos e os estilos de vida. Não obstante, o autor identificou a tendência de desaparecimento da fronteira entre a “alta cultura” e a “cultura popular”. Maria Assunção Gato também teve oportunidade de se pronunciar, recorrendo a Jameson (1984), defendeu que *enquanto a cultura do modernismo era elitista, a do pósmodernismo é muito mais populista, dissolvendo fronteiras entre géneros «superiores» e «inferiores», mantendo cumplicidades com a lógica do mercado e do espectáculo (...). Assim, a cultura torna-se mais acessível a todos, mas também mais vulnerável ao gosto massivo e às cedências estéticas e experimentais (...).* (2007: 1).

Mas, quando nos referimos a esta cultura pós-moderna importa pensar nos seus *actors force*³⁵, ou seja, a classe média e média-alta, com novos estilos de vida que incluem o consumo de bens culturais e patrimoniais no seu “cabaz de compras.” Sendo que o que melhor caracteriza o perfil deste público, definido pelo “Cultural Tourism Research Programme”, é o elevado grau de escolaridade, acompanhado de elevados ou médios recursos económicos e a capacidade de mobilidade. No fundo acabam por ser os *cultural commuters*³⁶ do mundo, a lembrar o que Sócrates disse, ainda a. C, *Não sou*

contemporary city: it is used to describe a sensibility or state of mind; and it is a key concept in contemporary debates about architecture and urban space. (1992: 135).

35 Que David Brooks (2002), através daquilo que designou como “sociologia humorística”, foi capaz de captar com invejável sagacidade. A obra *Bubos no Paraíso* é um retrato da nova classe dominante na era da informação, o neologismo “bubo” funde o velho antagonismo **Burgueses** / **Boémios**. Esta nova elite combina padrões outrora diametralmente opostos, os “bubos” conciliam a riqueza com a rebeldia de espírito, “conciliam o sucesso com a espiritualidade, *status* de elite com ideias igualitárias” - (*O Espírito da Igualdade* de Wilson e Pickett, 2010 parecem vir dar razão - financeira - a este ansejo); “são ricos mas contra o materialismo”; são a favor do “politicamente correcto”, da “perfeição das pequenas coisas”, que significa tanto gastar dinheiro em assuntos de cariz tradicionalmente tomados como tecnocratas, graduações académicas, p.e., como gastá-lo a fazer um workshop sobre técnicas de enxertia ou sobre feng-shui aplicado à decoração de interiores, exemplos meramente ilustrativos, entenda-se.

36 Neste sentido alicerçamos na ideia de François Ascher, a propósito do crescimento das metrópoles já não obedecerem à lógica das “dilatações concêntricas”, pois o aumento exponencial da mobilidade faz com que o (post)metropolitano integre no quotidiano territórios cada vez mais afastados. Daí que o autor fale (...) *de uma metropolização «metastática»* (...) [ou seja,] *um novo traço de metropolização, ou antes, uma forma de adaptação transitória às mutações socioeconómicas?* (...) *De qualquer maneira estes migrantes ilustram a constatação (a dita*

nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do mundo. Mas a um novo cosmopolitismo estético, a Europa junta a vantagem do que Greg Richards denominou por “edudistração”, ou seja, a possibilidade de combinar educação e distração, pois a qualidade da visita é avaliada com base em todos os atributos da atracção e não apenas nos culturais. (2001: 6). O que obviamente nos dá algum conforto, se pensarmos nas amenidades³⁷ que caracterizam a AML³⁸, na variedade e riqueza gastronómica (RICHARDS, 2003a) e num *pool* de recursos humanos cada vez mais qualificados.³⁹ João Goulão Crespo (2006: 307) também concorda com o facto de termos (...) *uma geração de jovens licenciados e doutorados com muito talento, alguns com uma formação que nos enche de orgulho (eu diria mesmo inveja) [metendo a mão na ferida], mas não temos hábitos de risco*⁴⁰.

“lei de Zahavi”), que refere que à medida que a velocidade dos transportes aumenta, mais longínqua será a residência dos habitantes [visitantes] da cidade (...). (1998: 11-2).

37 Considerado aqui num sentido multidimensional que compreende quer a perspectiva climática (clima tipo atlântico - mediterrânico, em que o clima da cidade de Lisboa é apontado mais como tipo mediterrâneo, o que significa um Verão quente e seco. Em que a maior concentração de precipitação se dá no período entre Outubro e Abril. Maria João Alcoforado explica a amenidade térmica pela proximidade ao Atlântico - entre outros factores), quer paisagística com tradução nas seguintes áreas protegidas: Reserva natural do estuário do Tejo; Reserva natural do estuário do Sado; Paisagem protegida da arriba fóssil da Costa da Caparica; Parque Natural de Sintra-Cascais e Parque Natural da Arrábida, quer mesmo sociais, pois apresenta níveis médios de pacificação social, comparativamente a outras áreas metropolitanas.

38 Como quem remata a ideia das amenidades sociais, e porque se reveste de interesse para a melhor compreensão, traz-se o depoimento de Michel Chandeigne *Lisboa é uma cidade única e a última na Europa onde ainda se encontra um tecido popular no centro da cidade. Isso provavelmente tenderá a desaparecer, mas será um processo lento. ... (gosto) da luz branca, a calçada portuguesa - um luxo que nenhuma outra cidade tem - a escala humana e as pessoas que ainda dão atenção umas às outras, o que sucede sobretudo nos bairros mais populares.* Apud (SOARES, 2004: 255).

39 (...) no ensino superior (...) mais de 290 mil inscritos entre 1978 e 2009, o que significa 4,5 vezes mais alunos em três décadas. (...) Com a evolução do número de alunos no ensino superior acentua-se a representatividade da população com este nível de formação (...). O País nunca teve tantos diplomados pelo ensino superior como hoje. (...) Comparando os 19 mil diplomados, de 1991, com os 84 mil, de 2008 (...). Outro indicador que os autores apontam nesta “rota de excelência” é o incremento do número de doutoramentos, em 1970 o número de pessoas que obteve o grau de doutoramento (...) foi de apenas 61 (...) até ao início dos anos 80 o número total de doutoramentos nunca ultrapassou os 200 por ano. Actualmente, os dados revelam uma realidade bem diversa, com o número anual de doutoramentos bem acima dos mil por ano (em 2008, houve 1500). (ROSA e CHITAS, 2010: 31 a 39, *passim*). Não obstante sabermos que esta realidade não traduz uniformemente a escala nacional, e o INE através do trabalho “Censos 2011 - Resultados Provisórios” atesta-o ao revelar que *Lisboa é a região do país com maior percentagem de licenciados (37%), seguindo-se a região Norte com 30% e a região Centro com 19,6%.* (2011: 2). Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=129675729&DESTAQUESmodo=2

40 Conclui afirmando que (...) *O que precisamos é de continuar a investir na sua formação e criar estímulos ao risco (...). Precisamos de criar mecanismos de apoio e de estímulo ao risco de forma a que estes jovens criem as suas próprias «start-up» de base tecnológica.* (CRESPO, 2006: 307).

Pese a multiplicidade de papéis⁴¹ que a cidade desempenha, e recorrendo à proposta de Alfredo Mela (1999) ao sugerir quatro funções vitais: a “económica”, a “política”, a “ecológica” e a “cultural”. Sendo a componente cultural, em sentido lato, que nos vai merecer atenção. Sendo que, e conforme refere Sharon Zukin (1995), as cidades são por excelência os habitats naturais da “economia-simbólica”, pois tende a haver repercussão no *growth of restaurants, museums, and culture industries pointed toward a «symbolic economy» whose material effects - on jobs, and cultural images - could scarcely be imagined.* (ZUKIN, 1995: ix). A expressão - “economia cultural”⁴² - que Allen J. Scott cunhou aponta bem a importância da cultura na economia, segundo o autor a indústria da alta-costura associada a Paris, ou o teatro associado a Londres e o cinema a Hollywood são exemplo vivo da interligação entre o lugar, a cultura e a economia. Esta relação torna-se absolutamente clarividente nas palavras de Harvey Molotch: *The positive connection of product image to place yields a kind of monopoly rent that adheres to places, their insignia, and the brand names that may attach to them. Their industries grow as a result, and the local economic base takes shape. Favorable images create entry barriers for products competing places.* (1996: 229). Nesta linha, os trabalhos recentes da INTELI também evidenciam a correlação *entre as estratégias de regeneração urbana (...) e a proliferação de cafés, bares⁴³, restaurantes e espaços gourmet e ao lançamento de eventos transitórios (festivais e exposições), como indutores de criação, de ambientes diversos marcados por práticas de sociabilidade, padrões de consumo específicos e estilos de vida variados.* Apud (SELADA *et al.*, 2010: 4).

Ainda neste domínio das cidades culturais, Sharon Zukin refere Nova Iorque como sendo a “capital” das cidades culturais. Embora a socióloga, refira também que dentre deste filão, mais genérico, pode haver uma tematização, um pouco na lógica de Lisboa

41 Inspirando-nos nos vários papéis do actor social conforme nos propõe Erving Goffman.

42 Lisboa, sendo o “coração” da maior área metropolitana do país, concentra naturalmente a grande maioria da oferta e da dinâmica cultural do país. Dependendo dos indicadores considerados, podemos andar em valores entre os 35% e os 80% do total do país, o que para uma população que representa 25% do total da população nacional é bastante significativo. Por exemplo, num indicador crucial como o “emprego na cultura”, podemos considerar que cerca de metade do total nacional se encontra nesta área. (COSTA, 2007).

43 Onde o *matiz pombalina* (na Madragoa, aberto desde 2009) é um bom exemplo. Destaque também para a forma como sublinham, logo na apresentação ao mundo, este “espírito do lugar” madragoense. Para mais detalhe consulte: <http://www.matiz-pombalina.pt/historia.htm>.

como cidade do fado⁴⁴, ou Buenos Aires enquanto cidade do tango. Podemos também lembrar-nos de “objectos” que acabam por adjuvar a construção de “símbolos” para as cidades, por exemplo a gôndola para Veneza, a bicicleta para Amesterdão, o autocarro para Londres, ou o eléctrico para Lisboa... afinal conforme constatou José Cardoso Pires “É possível definir Lisboa como um símbolo” (2001: 49). Ainda em relação à economia cultural das cidades contemporâneas, David Pratley⁴⁵ (1994) atribuiu-lhe uma importância central, visto que o capital simbólico repercute-se em ganhos de natureza económica, acabando por estimular as cidades a apostarem na imagem, no património e na cultura. Pois, assim, potenciam a atractividade necessária à captação de investimentos e implementam um “ciclo virtuoso”.

M^a Assunção Gato (2007) resume no título “Da cultura (re)nasce a cidade” a concorrência que as cidades enfrentam para atrair eventos internacionais e a importância que estes têm para a galvanização da sua centralidade, na medida em que acabam por forçar obras estruturantes, ou seja, as Expo`s e os Jogos Olímpicos - que Seixas, 2010 apelidou de “dínamos urbanos” - acabam por se apresentar como factores decisivos para os territórios. Ora, quanto ao conceito de “território” elegeu-se a definição de Rui Manuel Amaro Alves:

[...] uma produção a partir do espaço, sempre que este se torna um factor estratégico que é necessário controlar e dominar. O território pressupõe intenção, acção, atitude voluntarista e existência de agentes. O espaço é uma matéria-prima e a realidade material que é objecto desde que um agente manifesta intenção em modificá-lo. [...] O

44 Realidade que não é de hoje, pois conforme refere José Machado Pais: *Por volta de 1870, as cordas da guitarra choram numa cadência maviosa. (...) Com o virar do século, estas mudanças acentuam-se. Nas revistas de teatro, por exemplo, o fado passa a ser obrigatório, cantado por uma rameira da viela, com a chinela pespontada, bailando na ponta do pé (...).* (PAIS, 2008: 96). Embora José Alberto Sardinha defenda que a origem do fado é muito anterior, apontando para o *Cancioneiro Popular*, argumento que acendeu a discussão com Rui Vieira Nery, que por sua vez remete para uma origem afro-brasileira.

45 Segundo o autor (1994: 250-2) os impactos económicos da cultura manifestam-se, em contexto urbano, de sete formas distintas: i) Sob a forma de receitas directas: venda de objectos culturais, venda de bilhetes para espectáculos, etc.; ii) Sob a forma de receitas indirectas: gastos em hotéis, restaurantes, transportes, etc., tanto da parte dos produtores como da parte dos consumidores de actividades culturais; iii) No mercado de trabalho, através da criação directa e indirecta de novos empregos; iv) Na atracção de investimento, através da transformação da imagem e do perfil cultural da cidade; v) Na promoção e legitimação de operações de reestruturação física dos espaços urbanos; vi) Na reconfiguração dos ambientes urbanos: reabilitação urbana dos centros históricos, conservação do património edificado, desenvolvimento de usos alternativos para edifícios devolutos, projectos artísticos no espaço público e vii) No desenvolvimento do turismo cultural e de todas as actividades a ele associadas.

território é mais complexo, rico e variado, incerto e contingente do que o espaço, o que o torna necessariamente específico e singular [...]. (2007: 36).

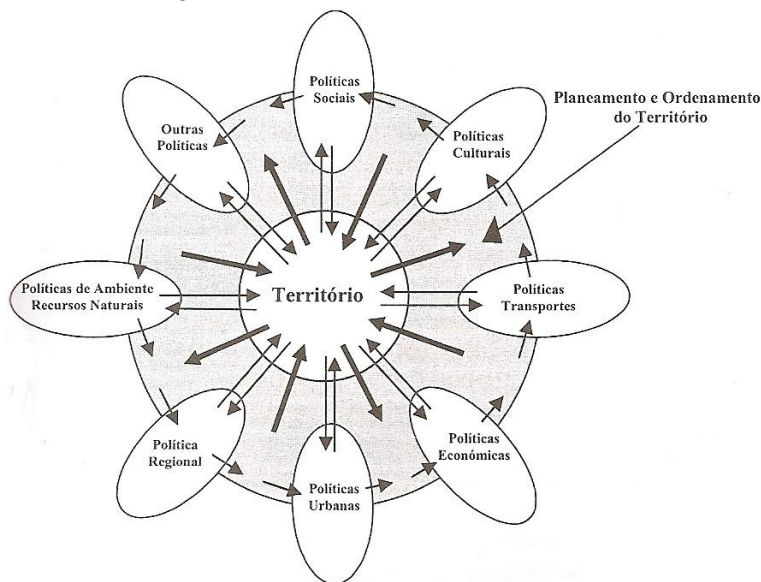
O Território na “agenda” política...

Rui Amaro Alves, com base em Wachter (1998), defende que *o território, directa ou indirectamente, de forma mais ou menos explícita, está sempre inscrito na agenda política. (...) ele é a face visível dos problemas que as políticas públicas pretendem resolver (...).* (2007: 43). De facto, a dimensão território é uma variável chave no quadro da actuação pública. Todavia, e como bem lembra Rui A. Alves, este não é um domínio como tantos outros, antes o (...) «*centro de racionalidade comum*» a todas as políticas públicas, *recipiente onde convergem os efeitos das diversas políticas e referencial a partir do qual divergem os factos necessários para a formulação das diferentes políticas.* (2007: 45). Isto equivale a reconhecermos que o território deve ser compreendido à luz de uma lente sistémica, ou nas palavras do autor, de uma forma “(...) multidimensional, interdisciplinar e transdisciplinar” (2007: 39). O recente trabalho de João Ferrão (2011) também abordou esta temática, onde o autor apelou à necessidade de uma política de ordenamento do território mais “eficiente e resiliente”.

Eduardo Brito Henriques (2004) a dada altura resenha-nos com bastante clareza a articulação estreita entre os propósitos de salvaguarda do património e do ordenamento do território. Relação que considerou remontar a 1975, com a declaração do Ano Europeu do Património Arquitectónico. Henriques sublinha que entre as acções patrocinadas com o intuito de sensibilizar a opinião pública para os valores insubstituíveis do património e de ajudar na difusão de uma cultura de salvaguarda, destaca-se a promulgação da Carta Europeia do Património Arquitectónico (Estrasburgo) e a realização de um grande Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, que deu depois origem à Declaração de Amsterdão. Daqui vazou o princípio de que os valores do património deviam ser integrados nos planos urbanísticos e de ordenamento do território. O assunto seria retomado na conferência da UNESCO sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea,

decorrida em Nairobi no ano seguinte. A Declaração⁴⁶ nela produzida foi bastante inovadora porque foi capaz de atribuir grande ênfase às condições operativas de implementação dessa salvaguarda.

Figura 1 – Território e Políticas Públicas



Fonte: (ALVES, 2007: 45).

Como que a explicar a figura acima, Clemente (2002: 246), e a propósito do “Planeamento e Ordenamento do Território”, refere que nos últimos anos a cultura adquiriu uma posição central nas estratégias e processos de transformação urbanas. Recordou o desafio que a cultura representa para os museus, a revitalização dos centros históricos, os distritos criativos, o ócio cultural... até chegar ao turismo, em sentido amplo, onde considerou desde os panfletos turísticos, aos próprios discursos políticos... sempre lembrando que o principal atractivo destes tempos reside precisamente nos valores estéticos e culturais. Um parêntesis, pois parece impor-se uma convocação a Domenico Masi. Porque hoje já não temos só a terceira-idade⁴⁷, mas sim a quarta, e, a

46 Para uma leitura mais aturada sobre este assunto Eduardo Brito Henriques (2004) sugere: LOPES, F. e M. BRITO CORREIA (2004) - *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte

47 O trabalho irrepreensível de Manuel Villaverde Cabral e Mário Leston Bandeira (2012) torna por demais evidente o “fenómeno de seniorização” que a sociedade portuguesa atravessa. Acrescenta-se, ainda, a sugestão de um protagonista da “terceira idade”. José Francisco Vales refere que *é muito importante que se continue a relacionar-se com outras pessoas, quer de família quer estranhas, em visitas que lhe façam ou da sua própria iniciativa, ou ainda em contactos nos locais que habitualmente frequenta. (...) Não se faça «bicho», pois a convivência é fundamental. Não é nada bom sentirmo-nos sós e não leva a nada de útil a solidão. Se tiver na sua zona de residência algum bom*

passar os cem anos, arriscaríamos considerar uma quinta idade. Daí a pertinência das palavras de Masi: *o tempo sem trabalho ocupa um espaço cada vez mais central na vida humana*⁴⁸. *É preciso, então, (re)projectar a família, a escola, a vida, em função não só do trabalho mas também do tempo livre, de modo a que não degenere em dissipação e agressividade, antes se resolva em convivência pacífica e ócio criativo.* (1999: 25). Sendo 2012 o "Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade Inter Gerações", logo julga-se obrigatório, mais do que nunca, pensar a Cultura também em termos de ponte geracional.

Um pouco atrás. Paul Claval também estabeleceu diferenças entre território e espaço, atribuindo ao último uma subjectividade que não atribui ao primeiro, pois *o espaço é um dos apoios privilegiados da actividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habilitam ou lhe dão valor: à extensão que ocupam, percorrem e utilizam sobrepõe-se, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais (...).* (1979: 20-1).

Augusto Mateus na conferência proferida no ICS sob o mote “25 anos de desenvolvimento regional e urbano em Portugal” foi peremptório na afirmação: *a riqueza hoje, cria-se nas cidades e a propósito do novo papel do território em termos de desenvolvimento económico e social referiu que o território é o fio da meada [e] só com competitividade é que pode haver inclusão, senão ficamos entalados entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, em terra de ninguém.* (informação verbal)⁴⁹.

centro de convívio, frequente-o e tire o melhor partido possível desses momentos de convivência. Se porém for do género que infelizmente conheço, em que as velhinhas vão para lá dormir até à hora do lanchinho e os velhotes só lá vão para jogar à sueca, fuja de lá a sete pés. De convívio só têm o nome, servindo para nos deprimir mais. (2005: 32).

48 A este propósito veja-se “challenges and opportunities of population ageing” na United Nations Economic Commission for Europe. Fonte: <http://www.unece.org>

49 Augusto Mateus na conferência “25 anos de desenvolvimento regional e urbano em Portugal” - ICS - na sessão de 16-03-2011, com moderação do Professor Doutor João Seixas.

Cidade: uma definição administrativa...

26

Sendo que estamos há algum tempo a falar de cidade, isso parece obrigar-nos a clarificar este conceito. Empiricamente acabamos por reconhecer as características das cidades, quanto mais não seja por oposição ao espaço rural. São espaços complexos, quer no eixo territorial, económico ou social, que acabam por compor um mosaico heterogéneo. E neste sentido cada cidade torna-se única; única no seu território, única na sua, única nas suas gentes, única na sua História e talvez única na sua identidade. Apesar de se reconhecer a inexistência de um critério uno e absoluto que permita atribuir, matematicamente, a categoria de “cidade” a nível internacional⁵⁰, julga-se importante conhecer a legislação nacional que a regulamenta. Referimo-nos aos artigos 13º e 14º da Lei nº 11/82 de 2 de Junho⁵¹, que toma em consideração critérios de natureza demográfica, funcional e mista.

50 Apesar do especial cuidado que a noção de “urbano” [e de cidade] merece, visto ser um conceito polissémico. De forma mais clara: por exemplo dentre o continente africano temos para a Nigéria uma concepção: “*capital city, capitals of the departments and districts*”, enquanto o Senegal entende “*agglomerations of 10 000 or more inhabitants*” e se transitarmos para a América do Norte podemos ver a definição dos EUA “*agglomerations of 2 500 or more inhabitants, generally having population densities of 1 000 persons per square mile or more. Two types of urban areas: urbanized areas of 50 000 or more inhabitants and urban clusters of at least 2 500 and less than 50 000 inhabitants*”, enquanto o Canadá entende como “*places of 1 000 or more inhabitants, having a population density of 400 or more per square kilometre*”, já na América do Sul encontramos outras definições, “*urban and suburban zones of administrative centres of municipalities and districts*” (Brasil). Passando pelo continente asiático, onde a Índia adianta esta leitura: “*towns (places with municipal corporation, municipal area committee, town committee, notified area committee or cantonment board); also, all places having 5 000 or more inhabitants, a density of not less than 1 000 persons per square mile or 400 per square kilometre, pronounced urban characteristics and at least three fourths of the adult male population employed in pursuits other than agriculture*”, mas o Japão entende antes assim: “*city (shi) having 50 000 or more inhabitants with 60 per cent or more of the houses located in the main built-up areas and 60 per cent or more of the population (including their dependants) engaged in manufacturing, trade or other urban type of business. Alternatively, a shi having urban facilities and conditions as defined by the prefectural order is considered as urban*”. Na Europa também há várias interpretações “*localities of 2 000 or more inhabitants*” (Espanha), “*localities of 200 or more inhabitants*” (Islândia), “*communes containing an agglomeration of more than 2 000 inhabitants living in contiguous houses or with not more than 200 metres between houses, also communes of which the major portion of the population is part of a multicomunal agglomeration of this nature*” (França) ou “*agglomeration of 10 000 or more inhabitants*” (Portugal). In *Definition of “urban”*, disponível em, http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/densurb/Defintion_of%20Urban.pdf [consultado em 02-02-2011].

51 Art. 13º *Uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8.000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporações de bombeiros; casa de espectáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimento de ensino preparatório e secundário; estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos* e art. 14º *Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados nos artigos 12º e 13º.* in *Diário da República I Série*, Nº 125 de 2 de Junho de 1982.

LISBOA: de ontem e de hoje

Sobejamente documentada a caminhada que Lisboa fez até chegar à cidade cosmopolita que hoje conhecemos. Um périplo breve permitir-nos-á perceber que há muito que Lisboa tem um lugar central no mundo:

Olisipo, primeiro nome conhecido de Lisboa, mantém hoje uma certa aura de mistério [...]. Desde a antiguidade, que tem sido repetida uma falsa relação entre o topónimo Olisipo e o mitónimo Ulisses, que segue uma tradição antiquíssima em que as urbes mediterrânicas⁵² tentam estabelecer uma ligação ancestral à cultura grego-romana, neste caso através das personagens homéricas, tal como acontece com Eneias, associado às origens de Roma. Mas não devemos olhar esta lenda apenas como uma narrativa inútil e vazia, pois, a verdade é que ela transmite a presença das influências orientalizantes já confirmadas pela arqueologia moderna, que nos indica que mercadores Gregos e Fenícios tinham uma presença frequente na Olisipo pré-romana. [...] Felicitas Iulia Olisipo foi o nome romano de Lisboa, após ter adquirido o estatuto de *municipium civium romanorum* [...]. Este estatuto terá sido concedido por César ou Augusto, inscrevendo os seus cidadãos na tribo Galéria, onde estavam inscritos a maioria dos cidadãos do actual território portugueses. Felicitas Iulia Olisipo pertencia à província da Lusitânia, que tinha a sua capital em Emerita Augusta, Mérida, e que dependia directamente do imperador. [...] Olisipo, apesar de subalterna de Emerita, e da sede de convento Scallabis, Santarém, terá suplantado em importância política esta última, pois era realmente a segunda cidade da província, e autenticamente a capital litoral da Lusitânia. (SILVA, 2009: 11).

Tem Lisboa dez mil casas em que há dezoito mil vizinhos, sem a Corte, afora que entram cada dia naus, e há muitos marcadores estrangeiros e muita outra gente de fora. E as mais das casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados. Nestes dezoitos mil vizinhos há cem mil almas, entrando nisso nove mil e novecentos e cinquenta escravos.

52 Antoni Remesar (2004), Doutor da Universidade de Barcelona, também já aludiu a este tema, na medida em que escreveu sobre os mitos da fundação das cidades de Lisboa e Barcelona.

Tem Lisboa trezentas e vinte e oito ruas, e cento e quatro travessas, e oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas. Cristovão R. de Oliveira, 1551. *Apud* (GARCIA, 2009: 56).

28

A evolução das cidades traduziu-se não só no seu crescimento, como, e sobretudo, na sua complexificação. O tecido urbano tem vindo a alterar-se substancialmente.

A cidade industrial originou mudanças profundas na organização do território, desenvolveu-se um forte êxodo do campo para as cidades; assim, as cidades foram palco de um crescimento acelerado dando origem a centros industriais. Pelo que a cidade industrial pouco, ou nada, tem a ver com as cidades que a precederam. Na cidade industrial começaram a surgir problemas de degradação do centro, dando lugar ao aparecimento de periferias, onde se abrigariam as novas classes urbanas. Foi nestes espaços urbanos centrais, depois periféricos, que se fixou a classe trabalhadora.

Recentemente, as lógicas de acomodação na cidade têm sido distintas, mais complexas. Têm surgido como que outras cidades dentro da cidade⁵³. Novas centralidades (físicas e simbólicas⁵⁴)...

Teresa Barata Salgueiro em “Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada” caracteriza o percurso da área metropolitana de Lisboa, associando-a ao início do forte fluxo de migrantes rurais nos anos 50 a 70⁵⁵. Da mesma forma que identificou a dinâmica do “25 de Abril de 1974” e a subsequente independência das antigas colónias⁵⁶ explicando o

53 A este respeito Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite: “*Plural de cidade*” são as cidades que existem dentro da cidade. Não é um conjunto diverso de cidades, nem uma questão de geografia. “*Plural de cidade*” são os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sócio-urbanas e a sua ausência, o atropelo aos direitos e as paisagens de privilégio, as formas de segregação e a ostentação, a cultura, a saúde, o emprego, o dinheiro, o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles. “*Plural de cidade*” é a conjugação destas cidades numa só. (...) nas que falam e se fazem escutar e nas outras, nas históricas e nas criativas (...). (2009: 7-8).

54 Muitos autores já se pronunciaram sobre o consumo como marcador de *status* social. Pelo que a cidade, ou melhor o sítio da cidade onde residimos, consumimos, ou trabalhamos é um forte demarcador de classe, a cidade é também ela um “*signo*” (Baudrillard, 1991). Assim, frequentar determinados lugares é reforçar padrões de comportamento e pertenças identitárias é pertencer ao mesmo “campos” (Bourdieu, 2003). Também Fortuna e Leite (orgs.) (2009) em *Plural de cidade* afectaram a Secção III ao tema “Artes de consumir a cidade”.

55 Teresa Barata Salgueiro explica que *Até 1975 Lisboa acolhe migrantes das áreas rurais do país que na grande cidade procuram emprego e melhores condições de vida de modo que em 1981 ainda 42% dos residentes tinham nascido noutras regiões do país.* (1997: 180).

56 O País e sobretudo a cidade foram assim forçados a dar resposta a este episódio. Muitos organismos nacionais e internacionais surgiram para apoiar os “retornados”, destacando-se a nível oficial o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, que permitiu a integração destes cidadãos e lhes proporcionou o começo de uma nova vida. Até ao 1º

que isso significou na política da habitação de cidade⁵⁷. Na democracia de 1974 sublinhou, ainda, o protagonismo do papel do Estado Providência. Nessa fase tivemos a “cidade transição”, pois, *entre 1975-85 verifica-se a subida do nível de vida e a abertura para novos hábitos de vida e consumo devido a uma mudança social muito profunda que actuou ao nível das mentalidades e dos comportamentos, ao nível da organização e das relações na família, na escola, nos bairros e na sociedade em geral.*

Em 1986 a entrada na Comunidade Europeia, fez conhecer a Lisboa outra realidade. Agora “confinada” ao espaço europeu e de portas abertas à imigração⁵⁸. Ainda com Salgueiro, a verticalização da metrópole e o papel das empresas, o surgimento de novas áreas empresariais, como exemplo paradigmático referiu Alfragide. Identificou as lógicas de reabilitação e de nobilitação urbana e não deixou de mencionar os “condomínios fechados” afirmando que *acentuam a restrição ou o controlo do acesso ao conjunto. A sua expansão ocorre em paralelo com a segmentação social (...) A segurança expressa na necessidade de se fechar entre iguais*⁵⁹ *como defesa dos estranhos (...).* (SALGUEIRO, 1997: 188). Concluiu identificando a mutação da estrutura metropolitana, com a perda de importância do centro tradicional e a “fragmentação de

trimestre de 1976 regressaram, desembarcando no porto de Alcântara e no aeroporto da Portela, a Portugal mais de 800.000 pessoas oriundas das ex-colónias, o que implicou que tivessem chegado, em média, cerca de 1.500 pessoas por dia à cidade. (FRANÇA, 2008).

57 Teresa Barata Salgueiro adianta que *No início dos anos 70 estimava-se que viviam em condições precárias entre 12 a 20% dos residentes na área metropolitana. A área metropolitana é marcada ainda por uma forte dualidade em termos de acesso a equipamentos, infra-estruturas e serviços entre a cidade consolidada e as coroas periféricas.* (1997:183).

58 Com base no INE ficamos a saber que o número de estrangeiros residentes em Portugal passou de 127.370, em 1991, para 232.695, em 2001, registando, nesse período, um crescimento de cerca de 83% (variação média anual de 6.2%) e contribuindo em 22% para o acréscimo do volume populacional observado em Portugal na década de 90. Mas o INE numa leitura mais actual dá conta, no “Anuário Estatístico de Portugal 2010”, do ligeiro refrear desta dinâmica, e simultaneamente revela a dualidade migratória que enforma o país. Ou seja, enquanto São Tomé e Príncipe, China, Moldávia, Roménia e Brasil, continuam a procurar Portugal, destaque para os imigrantes brasileiros que apresentam uma taxa gradual de crescimento de 1990 até 2007, aumentando exponencialmente do ano de 2007 para 2008. Em relação aos restantes países de origem, com expressão estatística, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Reino Unido e Guiné Bissau, têm em comum o afrouxamento da procura pelo nosso país, sublinha-se que os primeiros evidenciam descidas a partir de 2007 e a Guiné Bissau em 2008.

59 Richard Sennett no instigante trabalho *Declínio do Homem Público*, apontou essa procura pelo «similar». Em que a recusa da alteridade, da turbulência e do incómodo, que se pressupõe do outro lado, aponta à sensação do “nós” e transforma o “outro” num *outsider*. Esta “tirania da intimidade” que corre nos carris da “cultura do individualismo” enfatiza comportamentos de hipervalorização da intimidade, da privacidade e do silêncio, perseguindo a obsessão de transformar o mundo “num espelho de mim” que acaba por ser o principal responsável pela “morte do espaço público”. O sociólogo preocupado com o rumo da sociedade “intimista” fala da importância de construir laços sociais, independentemente da distância social, e de contrariar esse caminho. Uma vez que *quanto maior for a intimidade, menor será a sociabilidade* (SENNETT, 1998: 325).

territórios”, e pressentiu o acréscimo de importância da dimensão estética. Que Assunção Gato (2007) a propósito da “Cidade” Expo`98 já teve oportunidade de confirmar.



Lisboa em 1994, anfitriã da “Cidade Europeia da Cultura”⁶⁰ e em 1998 da EXPO⁶¹. A “cartilha” foi a da Escola de Barcelona, pois segundo Jordi Borja e Manuel Castells *el gobierno local debe ser capaz de dar respuesta a los actuales desafíos urbanos y de construir un proyecto de ciudad y liderarlo debe ser un gobierno promotor*. (1997: 151). Os autores exemplificam, em Espanha, com a resposta de revitalização que sofreu a capital da Catalunha, quer Bilbao, enquanto na Ásia apontam o exemplo de Seúl ou de Singapura, já nos Estados Unidos destacaram Los Angeles e São Francisco.

Assim, recorda-se brevemente a operacionalização da Expo`98 na medida em que foi uma “resposta” à revitalização da zona oriental da cidade (todos temos ainda presente o quão cinzento era aquela área invadida por contentores). Antes um parêntesis para relembrar que já em 1940 tinha sido um mega-evento⁶² - a exposição *Mundo Português* - o pretexto que levou à revitalização da zona ocidental da cidade. Protagonismo que Belém⁶³ veio depois a reforçar com o acolhimento do Centro Cultural de Belém na década de 80 e recentemente com a presença da Fundação Champalimaud. Estas

60 Este ano (2012) o título cabe a Guimarães e a Maribor, na Eslovénia. Com Guimarães contam-se três cidades portuguesas a receber a iniciativa, Lisboa (1994) e Porto, em 2001. A “Capital Europeia da Cultura” foi lançada em Atenas em 1985, como uma iniciativa intergovernamental; no entanto, desde 2005, a nomeação das cidades passou a estar englobada no âmbito comunitário. A manifestação “Capital Europeia da Cultura” era designada até 1999 por “Cidade Europeia da Cultura”. Esta iniciativa tem como objectivos valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias, assim como as características comuns, e contribuir para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos europeus. Fonte: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3798

61 A este propósito veja FERREIRA, V. M. e F. INDOVINA (eds.) (1999) – *A Cidade da Expo`98-uma reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*. Lisboa: Bizâncio

62 No sentido que João Seixas atribuiu, mega-eventos são *eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas. Falamos, sobretudo, de Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Feiras Universais (hoje mais conhecidas como Expos), ou ainda (em menor grau) Capitais de Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas*. (2010: 6).

63 Foi esta zona que o Estado Novo escolheu para, em 1940, realizar uma grande exposição da sua auto-consagração, juntando a esta data outras duas com significado na história do país: 1140, ano da fundação da nacionalidade e 1640, data da independência em relação à coroa de Espanha. Para os trabalhos necessários empreendeu-se uma limpeza e arranjo urbanístico da zona, tendo como centro uma enorme praça, denominada Praça do Império, onde ontuava uma fonte luminosa monumental. Esta praça organizou o espaço junto dos Mosteiro dos Jerónimos, numa área de cerca de 560 mil metros quadrados, onde se construíram diversos pavilhões, um espelho de água, espaços ajardinados, restaurantes, um parque de diversões... (...). Posteriormente, foram destruídos quase todos esses equipamentos, projectados para serem efêmeros, com materiais como o estuque e o papelão. A fábrica de gás junto à Torre de Belém, porém, só alguns anos mais tarde veio a ser definitivamente desmantelada, em 1944, e limpa toda a área envolvente. (BARATA, 2009).

intervenções profundas de que a cidade de Lisboa foi alvo fazem recordar Sharon Zukin, nomeadamente quando esta advertiu para a concepção de “poder⁶⁴” na cidade. Já que segundo a socióloga as cidades são o espelho “das decisões sobre o que, e quem, deve ser, ou não, visível.” (1995: 7).

131

Novamente a oriente, receber a Expo exigiu à Câmara Municipal de Lisboa uma nova gestão municipal, caracterizada, no campo do urbanismo, por uma reflexão profunda acerca do carácter da cidade, das suas potencialidades e das suas debilidades. O que fazer para tornar Lisboa uma cidade atractiva? Como melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes? Como torná-la competitiva a nível europeu e mundial? Ou seja, como a tornar numa cidade Sustentável⁶⁵.

Hoje, mais de uma década volvida sob a entrada do século XXI⁶⁶, novos desafios se colocam, nomeadamente com o novo Plano Director Municipal⁶⁷. Um instrumento de gestão territorial que percebe a importância transversal que assume, e que propõe, certamente, o foco que acaba por lhe dar o mote “Uma cidade para o futuro, uma cidade para as pessoas”. Uma cidade que mudou, que se transfigurou, que envelheceu com umas pessoas, que se nobilitou⁶⁸ com outras, uma cidade viva e em *devir* não se

64 Anthony Giddens entende o poder como (...) *a capacidade que indivíduos ou grupos possuem para fazer valer os seus próprios interesses, mesmo quando outros se opõem. Por vezes, isso requer o uso directo da força.* (2007: 408-9).

65 Para isso, a CML iniciou um novo processo de planeamento para diversas áreas problemáticas e prioritárias, utilizando os seguintes instrumentos: i) Plano Estratégico de Lisboa, ii) Plano Director Municipal (PDM) e iii) Planos de Pormenor (PP). Houve necessidade de avaliar a capacidade do local e de assumir uma orientação orientada para a intervenção urbanística, económica, social e ambiental desta zona da cidade.

66 Que encetou de forma desastrosa com o 11 de Setembro de 2001, que acabou por ser a materialização do conceito “sociedade de risco” do sociólogo alemão U. Beck. A imagem das *Twin Towers* a colapsar trouxe a América, ainda, para mais perto de todos e de cada um. Embora o adjectivo “desastroso” possa não ter entendimento generalizado, pois Harvey, 2002 *apud* Simon Parker considera que *September 11 appeared more and more as a wonderful excuse for companies and industries to do what they were preparing to do anyway (including moving out of a highly congested and very much overpriced Manhattan)* (PARKER, 2004: 170).

67 O PDM é um instrumento de gestão territorial que vincula as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares. No sítio <http://vimeo.com/15248744> pode ver-se a apresentação, à Imprensa, da proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa pelo presidente da autarquia, António Costa, e o vereador do Pelouro do Urbanismo, Manuel Salgado, a 23 de Setembro de 2010. Entretanto, a 10 de Nov. de 2010, foi aprovado em reunião de Câmara para efeitos de envio à Comissão de Acompanhamento.

68 De “nobilitação urbana” (do inglês “gentrification” - Glass, 1964) e que Firmino da Costa explicou como o (...) *movimento de reocupação por elementos das classes altas e médias - sobretudo por jovens adultos das novas classes médias de profissionais com níveis elevados de capital escolar - de áreas centrais das cidades, nomeadamente centros históricos e zonas portuárias, anteriormente desvalorizadas, degradadas e habitadas por populações de fracos recursos, com baixo «status» ou em situação de exclusão social.* (COSTA, 1999: 450).

compadecia com um PDM de 1994. Quanto ao novo PDM de 2010, aponta quatro prioridades⁶⁹ estratégicas: i) Afirmar Lisboa nas redes Globais e Nacionais; ii) Regenerar a cidade Consolidada; iii) Promover a Qualificação Urbana e iv) Estimular a Participação e Melhorar o Modelo de Governação. De salientar que quer as prioridades quer os respectivos eixos concorrentes à sua concretização são parte integrante do PDM, mas são também subsidiários da “Carta Estratégica Lisboa 2010-2024”⁷⁰, a apontar para uma conduta integrada e prospectiva que se impõe à gestão eficaz e eficiente⁷¹. Estes instrumentos, por sua vez, remetem para o estudo prospectivo “Lisboa 2020: Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa”, levado a cabo pela CCDRLVT, no decurso de 2005 e 2006, sob a coordenação de Fonseca Ferreira e Paula Cunha⁷², que por seu turno também identificou a posição privilegiada da metrópole:

[...] Os principais trunfos da região metropolitana são conhecidos: recursos naturais, ambientais, climatéricos e patrimoniais [tangíveis e intangíveis] singulares, distintivos em termos das metrópoles europeias, constituindo a nossa principal vantagem comparativa; uma localização geoestratégica de charneira - periférica na Europa, central em termos euro-atlânticos - que vocaciona Lisboa para o desempenho de um papel relevante na globalização, como plataforma de relacionamentos económicos, logísticos, culturais e diplomáticos. (FERREIRA, 2007a: 5).

69 Estes pilares axiais, mais amplos, encontram tradução directa em sete eixos estratégicos: *Mais Famílias a residir em Lisboa; Mais empresas e mais empregos; Mais Reabilitação e melhor aproveitamento do edificado; Melhor espaço público e mais áreas pedonais; Integrar a frente ribeirinha na cidade; Menos carros a circular e melhores transportes públicos e mais suaves; Mais verde e mais eficiência energética.*

70 O horizonte fica balizado por duas efemérides, a primeira refere-se ao centenário da Implantação da República e a segunda aos cinquenta anos sobre o 25 de Abril, dois momentos valiosos que se espera contagiarem a Visão deste “sonho” (tal como diz o Comissário Prof. Augusto Mateus) para Lisboa e para a AML.

71 Apesar de continuar alvo do velho condicionamento, referimo-nos aos 60% da área concelhia que se encontraram à mercê de decisões (área dos transportes, gestão portuária, Cultura, etc.) de nível central e/ou privado, o que acaba por dificultar, sobremaneira, e espalhar (se não mesmo comprometer) a capacidade de planeamento e gestão da administração local.

72 E com a coordenação temática de Isabel Guerra e Vanessa Sousa; Augusto Mateus e Paulo Madruga; João Ferrão; Álvaro Martins; Catarina Vaz Pinto; Manuel Laranja; José Manuel Viegas e Hélder Cristovão; António Marques; Carlos Pina e Vítor Costa, respeitante às áreas da *Coesão Social; Competitividade e Internacionalização; Território; Ambiente; Cultura; Inovação & Desenvolvimento Tecnológico; Mobilidade; Recursos Humanos; Requalificação Metropolitana e Turismo*, respectivamente.

O que faz com que uma cidade seja uma boa cidade?



Pediu-se emprestada a pergunta a Kevin Lynch. O autor na obra *A Boa Forma da Cidade* constatou que *é comum as pessoas sentirem que a maioria dos locais urbanos são pouco satisfatórios - desconfortáveis, feios ou aborrecidos - como se esses locais fossem avaliados numa escala absoluta.* (1999: 7). Colhemos a resposta no fim da reflexão, pelo que se toma, novamente, de empréstimo as suas palavras:

Investigações recentes acerca do modo como as pessoas idealizam uma cidade revelam que a designada comunidade local é muitas vezes um elemento importante dessa estrutura mental. O bairro pode não ser essencial para as suas relações sociais, mas é, juntamente com as principais estradas, uma peça fundamental da sua estrutura mental. Desse modo, por ser uma unidade ideal de organização social e organizadora do acesso dos serviços públicos, a noção de bairro torna-se um conceito de controlo e, ainda que isso seja porventura menos importante, um conceito de sensibilidade. Já não é um espaço no qual as pessoas se conhecem umas às outras porque vivem lado a lado, mas um espaço definido por todas as pessoas, a que todas as pessoas dão um nome e no qual as pessoas consideram ser relativamente fácil unirem-se quando as situações se tornam perigosas. [...]. Além disso, para alguns grupos etários, sobretudo para os mais novos, a existência de uma comunidade social baseada no local é muito importante. As áreas residenciais locais identificáveis permitem igualmente a cada indivíduo a participação na melhoria do meio circundante. (LYNCH, 1999: 235-6).

Bairros tradicionais e suas “gentes”: uma riqueza (des)valorizada?

Ora, adentremos com Firmino da Costa (1999), Luís Capucha (2000), Rémy e Voyé (2004) nestes bairros tradicionais de Lisboa, e com Adragão, Pinto e Rasquilho (1985) no bairro da Madragoa, em particular.

Meio social onde a vivência se caracteriza por entreajudas, formas de convívio, conflitos entre vizinhos, maneiras de ser e agir, laços entrecruzados de parentes, conterrâneos e amigos, sócios de colectividades locais, constitui neste sentido, um meio social de carácter popular. (COSTA, 1999: 97-8).

Nas cidades urbanas que conhecemos é relativamente frequente encontrarmos ainda hoje alguns bairros antigos que embora oferecendo às vezes um cruzamento de populações de meios espaciais diferentes são, geralmente, bairros com predominância de cultura popular, i.e. de uma cultura que, de algum modo, é um vestígio de um modo

de vida anterior, não marcado pelo da urbanização e pouco sensível a ela. [...] Nesses bairros, a solidariedade de vizinhança funciona ainda frequentemente, e as portas para a rua, muitas vezes entreabertas, testemunham essa confiança recíproca e a entreajuda que nem sequer é precioso pedir para receber. O interconhecimento é aqui profundo e o controlo social actua amplamente de modo que qualquer estrangeiro ao bairro é imediatamente detectado e causa alguma perturbação. (RÉMY e VOYÉ, 2004: 99-100).

Nestes bairros populares antigos, situados perto das zonas centrais da cidade, verificam-se grandes contrastes sociais, na medida em que, o tecido social, é constituído por [...] idosos pensionistas, desempregados, trabalhadores pouco qualificados, pessoas que vivem de expedientes diversos, comerciantes, empregados e quadros dos serviços e da indústria, profissionais intelectuais e científicos, para referir apenas algumas das categorias que preenchem esses espaços, é socialmente muito heterogéneo. A imagem muitas vezes efabulada desses bairros, a sua tradição e identidade e o leque mais alargado de serviços que os servem, a par da forma como no seu seio se tecem teias que proporcionam recursos e oportunidades de vida, levam a que eles se diferenciem [...]. (CAPUCHA, 2000: 12).

As ruas [da Madragoa] funcionam como quintais e jardins. [...] servem para jogar à bola e saltar ao eixo e nas tardes de Verão há gente sentada às portas, «a apanhar o fresco» à moda das aldeias de todo o país. Os vizinhos são solidários, amigos de todas as horas, apesar das pequenas questões ocasionais. Como dizia uma delas [varina]: «Está bom de ver que os vizinhos são mais família que alguns parentes. É com quem nos vimos nas aflições... conhecidos de toda a vida.» É um lugar bem típico onde o pitoresco ainda sobrevive nalgumas frontarias de casas, nas empenas seiscentistas, em recantos graciosos de azulejos, cunhais ou trapeiras, nas varandas muito floridas. (ADRAGÃO, PINTO e RASQUILHO, 1985: 122).

Marluci Menezes sublinhou, ainda mais, esta porta da “memória colectiva” e da “identidade” ao afirmar que,

A Madragoa é um espaço local que serve de recinto para a memória colectiva e que se estrutura como um território cuja reprodução simbólica garante a identidade local. Ao constituir-se como um espaço pólo, a compreensão da organização do espaço local insinua a existência de uma lógica que se repercute no pensamento colectivo, pressupondo a existência de uma identidade. (1998: 89).

E se é verdade que dentre um conjunto de características há elementos que são comuns às cidades, por exemplo Lisboa e São Francisco... muitas são as similitudes. Mas

certamente únicas nas suas gentes... no seus costumes, nas suas tradições, na sua gastronomia, nos seus saberes, no seu fado...



Pedro Costa em *Estratégias Para a Cultura em Lisboa* relembra,

[...] os quase 1000 anos de história, os Descobrimentos e inevitavelmente uma importante herança cultural constituída por um património tangível (museus, monumentos, ruas e edifícios) mas também intangível (das tradições à história do grande terramoto e às suas revoluções). Reside neste sector uma dimensão fundamental para a compreensão da identidade desta cidade, sendo que qualquer estratégia a delinear para o sector da cultura deverá ter o património material e imaterial no centro da sua reflexão e das linhas de acção a propor. (2009: 58).

Bairros: sinónimo de santos populares...

A vida desses bairros está carregada de memória colectiva e é amplamente ritmada por festas⁷³ que, lidas geralmente por não-residentes numa dimensão folclórica, são, para os habitantes, elementos intrínsecos da vida quotidiana, para os quais se prepararam durante o ano todo e que constituem o seu orgulho. [...] A festa não é, pois, aqui um acontecimento «caído de pára-queadas»: ela faz parte integrante da vida do bairro, alimenta as suas conversas e reaviva as identidades. (RÉMY e VOYÉ, 2004: 99-100).

73 Já no tempo da Monarquia, 1903, se vislumbrava o aproveitamento do espírito popular destas festas, pensando-se na sua implementação oficial: *Em todas as cidades, mesmo nas mais importantes, preocupa por igual as municipalidades e o comércio, a celebração de festas populares que lhes tragam das províncias e sendo possível do estrangeiro, alguns milhares de forasteiros. Uma das condições para o bom êxito comercial destas festas é, evidentemente, a tradição. Não se introduzem facilmente nos costumes do povo hábitos novos. As grandes festas populares precisam estar já consagradas por umas poucas de gerações. Contrariamente a outras cidades europeias que souberam valorizar algumas tradições tornando-se um ponto de atracção internacional por um curto período de tempo - Nice, com o seu Carnaval, Roma, com a Semana Santa, Sevilha com a sua feira, Paris com o “grand prix” - Lisboa não tem uma festa popular que lhe traga da província e mesmo de além da raia alguns comboios repletos de forasteiros. E, no entanto, há uma festa em Lisboa que se fosse devidamente explorada podia, com o tempo, vir a rivalizar com as mais afamadas do género: os festejos de Santo António cujas decantadas vésperas são hoje celebradas pelos conterrâneos do mais popular dos santos. Nem a Câmara Municipal nem o comércio de Lisboa tentaram jamais explorar a valer estes festejos, que não somente têm a seu favor a tradição, mas ainda a vantagem de se realizarem em uma estação propícia para viagens e antes do êxodo dos lisboetas para o campo, para as termas e para as praias. A não ser a iluminação da Praça da Figueira, em todo o resto de Lisboa é unicamente o povo quem faz a festa e quem deita os foguetes. Durante três noites – os festejos não deviam durar mais de três dias – em todas as praças de Lisboa (Camões, largo do Intendente, Flores, Rato, Alcântara, Graça, Príncipe Real, Avenida, Alfama) por toda a parte onde houvesse um largo apropriado, estaria uma banda regimental, uma filarmónica ou um simples sexteto tocando valsas, polcas e contradanças, entremeados com o vira, o fado nacional e o rasga. O Rossio ficaria reservado para os Sol e dó e descantes tradicionais da colónia ovarina. (...) E finalmente, o toque de recolher, executado por todos os clarins e tambores da guarnição anunciaria o fim das festas de Santo António. Estas deviam ser para o comércio da capital uma grande fonte de receita à farta. O povo em barda divertir-se-ia durante três noites e três dias e quem não quisesse gastar dinheiro tinha os bailes campestres, o fogo de artifício, a feira de Belém, a marcha “aux flambeaux”, etc. Os forasteiros pagariam tudo. In Diário de Notícias de 12-06-1903. Apud (CORDEIRO, 2003: 189).*

Pois recuemos ao final do século XIX, porque foi na passagem deste para o século XX que Lisboa começou a viver as festas dos santos que comemoramos em Junho,



Sobretudo São João e Santo António, de uma forma que podemos considerar algo espontânea, com uma intervenção mínima do poder municipal na efervescência generalizada que durante algumas noites ocupava toda a cidade e, muito particularmente, “o seu coração” [...] A festa, com os seus excessos inevitáveis, invadia as ruas e largos da cidade com enfeites, iluminações, fogueiras, bailes, música e grupos de jovens em “ranchadas” e “marchas aux flambeaux” barulhentas e vistosas, que se dirigiam às fontes e chafarizes, ao Rossio e Praça da Figueira, visitavam os jornais sediados no Bairro Alto e colectividades. Tais festividades incluíam não apenas elementos de fundo rural, fruto da conjuntura sócio-demográfica da cidade nessa época, como também incorporavam toda uma gama de aspectos diversificados, específicos da organização social e cultural de uma cidade - como bem exemplifica o ênfase posto nas iluminações públicas, numa cidade ainda maioritariamente às escuras, nos pontos de abastecimento de água e comida, lugares por excelência de intenso convívio inter-classista e inter-étnico. [...] [e devia ser “preocupação de quem tinha responsabilidades intelectuais e políticas [...] pensar no papel central que a “grande festa popular” devia assumir na “planificação de um desenvolvimento nacional futuro”] que implicasse toda a cidade e a projectasse para o exterior, trazendo-lhe benefícios materiais e simbólicos. (CORDEIRO, 2003: 188).

Actualmente, Junho continua a significar as marchas, os ensaios, o despique, a sardinha assada, as fêveras, o coirato, o caldo-verde e um afluxo oceânico de gente, que se traduz num saldo positivo para o comércio, tal como foi em 1932. Com o apadrinhamento de Leitão de Barros, então director do jornal “Notícias Ilustrado”, e com o apoio de Norberto de Araújo do jornal “Diário de Lisboa” nasceram as marchas de Lisboa. Embora em 1932 tivessem concorrido só três bairros, a saber Alto do Pina, Bairro-Alto e Campo-de-Ourique, ainda que a Madragoa, Alfama e Alcântara tenham também participado.

Com o bairro da Madragoa em mente, retoma-se os ensinamentos de J. Rémy e L. Voyé. Estes advertem para o facto destes bairros se verem “ameaçados” com a saída dos jovens, ainda que seja um processo paulatino - já que *a ligação ao bairro é muito forte e as alternativas disponíveis não são necessariamente sedutoras para jovens criados num ambiente de interconhecimento, de confiança e de solidariedade* - não pode ser

escamoteado, dado que com o abandono dos jovens e com o envelhecimento da população os bairros acabam por sofrer “um processo acelerado de deterioração.” E consequentemente, (...) *ou se tornam uma «presa» fácil para a renovação-destruição, ou então sofrem uma mudança mais ou menos total e brusca de sua população.* (2004: 99). Afinal, como referiu o arquitecto Filipe Lopes⁷⁴, *se hoje em dia ainda há uma certa vida popular local que dá, nesta altura das festas populares, aquele ambiente de bairro, é porque se conseguiu manter uma parte da população que tem esses hábitos (...).* Apud (BENIS, 2011: 28).

O(s) direito(s) à cidade e ao espaço público...

Após o 25 de Abril de 1974 Lisboa acolheu Henri Lefebvre, com o mote “O pensamento Marxista e a Cidade” discursou e dialogou com a audiência que se fez presente no LNEC, destaque para a presença e participação do arqto. Nuno Portas, à data Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Lefebvre alertou que,

O espaço da cidade tem-se tornado nos últimos anos um espaço instrumental e um espaço político nas mãos do Estado. Esse espaço instrumental realiza, antes de mais, a segregação da classe operária, numa estratégia que já vem do século passado. [...] A cidade foi e continuará a ser uma totalidade: qualquer coisa mais do que os seus elementos estruturais e funcionais [...]. A cidade reúne todos os níveis da realidade e da consciência (agentes sociológicos, económicos e políticos) e as suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas parciais, a vida quotidiana e a festa. A cidade comporta um grande número de funções, das quais os funcionalistas esquecem as mais importantes: a função lúdica, a função informativa [...] acima do nível prático florescem o imaginário e o simbólico: monumentos, história [...]. In *O Século* de 1-11-1974.

O engenheiro Paul Lacaze em relação “à apropriação do espaço” afirma que *a sua apropriação pelos habitantes constitui factor decisivo do êxito final de qualquer operação de urbanismo ou de construção. Apropriarmo-nos de um espaço - alojamento, vizinhança, bairro, cidade ou vila - consiste em estabelecer com ele relações afectivas ricas de sentido (...). A apropriação não pode ser decretada; ela resulta, mais ou menos rapidamente e mais ou menos intensamente, da frequência repetitiva dos*

74 Antigo Director Municipal da Reabilitação Urbana na CMLisboa. Actualmente presidente da Associação *Ofícios do Património e da Reabilitação Urbana*.

lugares, da possibilidade de melhorá-los um pouco, de marcá-los com objectos pessoais ou com hábitos de frequência. (1999: 26).



O urbanista Oriol Bohigas defendeu, na esteira do que nos ensinou Hannah Arendt ((2009) [1978]) a propósito da responsabilidade da inacção, em entrevista recente (2012) ao jornal *El País*⁷⁵, que “la gente tiene que protestar para que se mejoren las ciudades”. O eco das palavras de Bohigas é em tudo condicente com a postura que imprimiu ao longo da sua vasta carreira (60 anos) e à forma como privilegiou a recuperação do espaço público.

Resgatando agora a linha de pensamento de Jürgen Habermas e a forma como este concebeu o espaço público, comunga-se da ideia da “força misteriosa” e da “intersubjectividade” que o caracteriza. Na medida em que é capaz de juntar o diferente sem o aniquilar, tal como também defende Boaventura Sousa Santos sob a égide da “teoria da tradução”. Uma vez que esta *permite a identificação de um terreno comum* (...) [entre as diferenças] *sem fazer desaparecer em nenhuma delas a autonomia e a diferença que as sustêm.* (2001:192); depreendendo-se que a multiculturalidade se assume, então, como uma força capaz de produzir riqueza⁷⁶.

Sharon Zukin, no capítulo sete, também explana sobre o assunto, adiantando que os espaços públicos na pós-modernidade permitem absorver e reflectir as tensões, da mesma forma que criam uma visão integrada das identidades individuais. Paralelamente acrescenta que,

Public spaces are the primary site of public culture; they are a window into the city`s soul. As a sight, moreover, public spaces are an important means of framing a vision of social life in the city, a vision both for those who live there, and interact in urban public spaces every day, and for tourists, commuters, and wealthy folks who are free to flee the city`s needy embrace. Public spaces are important because they are places where

⁷⁵ Disponível em http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/16/actualidad/1331901082_075078.html [consultado em 16-03-2012].

⁷⁶ Facto que “em si” já não constitui novidade, pois que o sumo pensador António Sérgio já tinha assinalado nos *Ensaio um País* feito daquilo a que actualmente designamos por “miscigenação social”. Sérgio refere que *a criação de Portugal foi obra do «estrangeirismo» (...) No porto de Lisboa, onde convergiam «muitas e desvairadas gentes». No progresso social da formação de Portugal vemos a contribuição de gente estrangeira: vemos pois os elementos de um sólido progresso social, graças sobretudo à contribuição de gente estranha.*

strangers mingle freely. But they are also important because they continually negotiate the boundaries and markets of human society. (1995: 260).



Pedro Ressano Garcia frisou antes as “agressões”, ao longo dos últimos vinte anos, e os “entraves à sua usufruição.” (2010: 116). A postura de David Harvey também merece ser sublinhada pois remete “para dentro” e convoca uma atitude...

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de aceder aos recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando, assim, a cidade. É, além disso, um direito colectivo antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder colectivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de (re)criar as nossas cidades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um dos nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descurados. (2008: 23).

Manuela Reis (2000: 280) apresentou uma ideia que nos interessa para aqui, na medida em que defendeu que o facto de muita gente proteger e valorizar o património histórico tem sido uma forma de intervir na *res publica*. Interessa esclarecer que a visão de Património que a autora defende é bastante abrangente, compreendendo a componente tangível e intangível. Esta linha de pensamento abre caminho para o ingrediente que queremos introduzir de seguida: a participação⁷⁷, ideia que, pelo lugar cardinal que ocupa, nos vai merecer algum destaque. Idalina Conde informa a noção de “cidadania” com a seguinte observação: *A reflexividade e a cidadania tornam-se, pois, pilares para a compreensão e abordagem do contexto contemporâneo: atravessam a trilogia arte, cultura e criatividade, (...).* (2010: 131).

Efectivamente o conceito de “cidadania”, pedra basilar na teoria democrática, vai acompanhar transversalmente esta discussão. Por ora, diremos apenas que a diferentes concepções de democracia subjazem leituras distintas de cidadania, uma mais processual (centrada na participação intensa e directa na coisa pública), e outra que designaremos como nominal, que compreende os direitos civis e o “cuidar de si”, por

⁷⁷ Um dos princípios fundamentais da Constituição Nacional da República diz que: *a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização de políticas democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependências de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.* (Art. 2º).

exemplo. Seria imperdoável prosseguir sem fazer uma justa homenagem à “mãe” da Democracia: a Grécia, que está presente no nosso quotidiano até hoje. Desde a Arquitectura, com os palácios e os templos, à Literatura, ao Teatro, passando incontornavelmente pela Filosofia e pela Política. Grécia, uma pequena península da Europa - banhada pelo mar Mediterrâneo - que se fez grande no legado à Humanidade; absolutamente indelével a forma como a democracia ficará para sempre associada a Atenas.

As duas dimensões (processual e nominal) da democracia estão presentes em todas as definições de cidadania democrática, se bem que com pesos diferenciados. Olhando mais de perto, subscreve-se a perspectiva de cidadania defendida por Jordi Borja, na medida em que defende que esta passa, quase sempre, por construir uma “dupla identidade: a de grupo (de bairro, classe, etc.) e a global, mais universal”. Uma postura dialéctica e complementar. Todavia não deixa de advertir: a cidadania *sin embargo, no es un estatus que, en un cierto momento, ofrece o atribuye una autoridad. Es una conquista. Cada día, la ciudad es el marco de un proceso individual y colectivo para acceder a la civilidad, a la ciudadanía. (...) El ciudadano es aquel que ha participado en la conquista de la ciudad. El que se la ha apropiado individualmente desde su infancia.* (BORJA, 2003: 237-9). Ainda a este respeito João Ferrão (2010) defendeu uma visão “neo-moderna” caracterizada por um planeamento colaborativo e uma governança de base territorial de cariz inclusivo, que tem como finalidade uma estratégia de intervenção integrada a partir de uma agenda partilhada. (informação verbal)⁷⁸.

Governança nos Territórios...

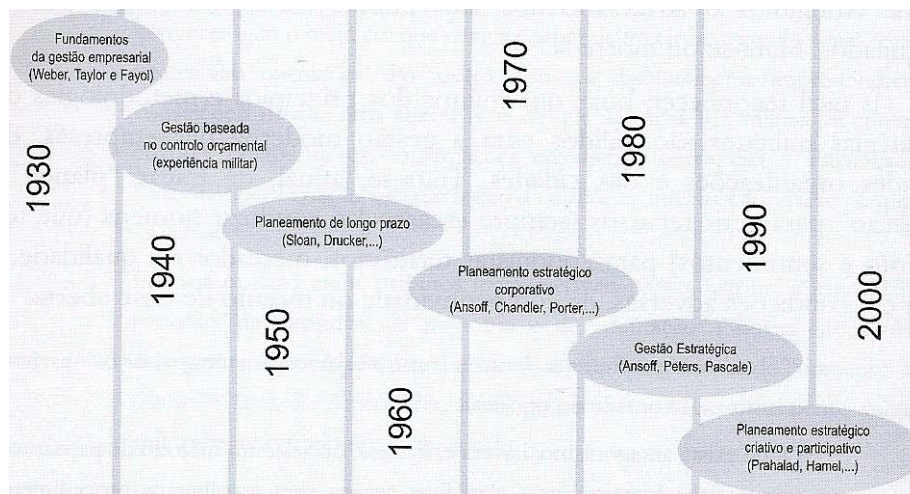
A par com o que se tem vindo a passar na esfera empresarial, também o conceito de “Governança” ou “Governância” (*Governance* em inglês) tem vindo a estender-se a outros domínios. Entendido como a gestão dos assuntos públicos, em articulação com associações de cidadãos e as suas organizações, numa perspectiva abrangente de convergência entre os interesses do Estado e dos seus cidadãos, procurando também promover novas práticas políticas e relações sociais, bem como uma agenda

78 João Ferrão na conferência “Território e Políticas Públicas num período de transição radical” no âmbito do curso de Doutoramento em *Geografia e Planeamento Regional* da Universidade Nova de Lisboa, em 16-12-2010.

determinada pela competitividade urbana e pela exigência de uma, cada vez mais, eficiente máquina administrativa. Pelo que podemos falar de (...) *uma leitura mais ampla do conceito de governo (enquanto estrutura política formal e institucionalizada de base territorial), muito embora se constate uma considerável diversidade de definições que lhe conferem ainda alguma instabilidade nos planos teórico e prático.* (FERMISSON, 2005: 46).

41

Figura 2 – Evolução das metodologias de gestão empresarial ao longo do século XX



Fonte: GÜELL, 1997. Apud (FERREIRA, 2007b: 114).

A figura acima mostra as mudanças de paradigma a cada década, pelo que ao novo milénio cabe o “planeamento estratégico criativo e participativo”. Deste modo, e segundo Rosa Branco (...) *a crescente relutância dos governos em atacar assuntos mais problemáticos e a permanente escassez de recursos públicos (...) tem vindo a favorecer a participação de múltiplos actores. (...) As novas formas de governância pressupõem, assim, a inclusão de múltiplos actores, recursos e acções independentes, objectivos comuns e fronteiras difusas entre público e privado, formal e informal, estado e sociedade civil. No entanto, a sua eficácia depende da coordenação e da capacidade de negociação e construção de consensos, funções que cabem aos actores públicos, únicos representantes legítimos do interesse público.* (2006: 136).

Não obstante, convém salvaguardar que “Governança” e “Governança”, segundo Loughlin (2004) apud BRANCO (2009: 66), são conceitos distintos, já que o primeiro

remete para a estrutura da democracia representativa e *o segundo pressupõe o envolvimento de actores não-eleitos nos actos de governar a sociedade*. A fundamentação é dada com base no seguinte: assistiu-se à transição da concepção de Estado centralista de cariz keynesiano, onde se privilegiava a redistribuição de riqueza - via topo para a base, para uma visão de um Estado facilitador e propiciador da democraticidade, assumindo a escala local um papel de protagonismo. (*idem*, 65). A nova gestão pública tem vindo a impor-se desde meados dos anos 80, embora seja na década seguinte, com a Conferência do Rio em 1992 e com o instrumento *Agenda 21 Local*, que se tenha tornado mais visível. Aliás Osborne e Gaebler (1992) não se limitaram a argumentar instituições flexíveis, como lhe definiram as principais linhas orientadoras⁷⁹. Isto para dizer que os desafios da globalidade trazem à gestão do território, das cidades, dos lugares ... novas directrizes, à semelhança da gestão das empresas.

Um pouco mais tarde, em 2000, com a aprovação da Declaração de Hanôver voltou a reforçar-se a importância das autoridades locais e o seu papel de protagonismo no crescimento económico, *levando autores a defender que se estaria a criar um novo tipo de gestão do território, designado por Archer de «empreendedorismo urbano», por Harvey de «gestão pública urbana», por LeGalès de «governança urbana» ou ainda por Fainstein de «mercantilismo local»*. Apud (SALVADOR, 2006: 327). Assim, entende-se que a “*Governança Territorial*” procura *não só, o mero governo do território, mas todo o sistema de relações entre instituições, organizações e indivíduos, que assegura as escolhas colectivas e a sua concretização*. (FERMISSON, 2005: 50).

Outra abordagem que se tornou paradigmática é a de Friedmann (1996). O seu conceito de *Empowerment* é o alicerce de uma proposta de Desenvolvimento que constitua uma alternativa ao seu excessivo centramento em indicadores económicos. O autor propõe um quadro conceptual mais amplo para pensar o Desenvolvimento. As propostas do

79 A saber: “Governo catalisador, navegando em vez de remar”; “Governo que pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo”; Governo competitivo, introduzindo a competição na prestação de serviços”; “Governo orientado por missões”; “Governo de resultados, financiando resultados, não recursos”; “Governo e seus clientes, atendendo às necessidades dos clientes e não da burocracia”; “Governo empreendedor, gerando receitas e não despesas”; “Governo preventivo - a prevenção em vez da cura”; “Governo descentralizado, da hierarquia à participação e trabalho de equipa”; “Governo orientado para o mercado”.

Empowerment baseiam-se no conceito de *Sociedade Civil*, ou seja, *aquelas associações que ficam de fora do alcance das economias estatal e empresarial, e que têm a capacidade de se tornarem centros de acção autónomos*. (1996: x). Deste modo, o cerne deste modelo de desenvolvimento alternativo, radica na *unidade doméstica (definida como um grupo residencial de pessoas vivendo sob o mesmo tecto e comendo da mesma panela) entendida como unidade de produção, porque articula relações de mercado e como unidade política, por que é o território de luta pela atribuição de recursos domésticos para fins determinados e sobre direitos específicos, tais como reivindicações de propriedade*. (1996: 34). O projecto de *Empowerment* envolve, essencialmente, o aumento da capacidade das unidades domésticas exercerem três formas de poder:

- i) Poder social - acesso a “bases” de produção doméstica, tais como a informação, o conhecimento e as técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros: quando uma economia doméstica incrementa o acesso a estas bases, a sua capacidade de estabelecer e alcançar objectivos aumenta também;
- ii) Poder político - diz respeito ao acesso dos indivíduos ao processo pelo qual são tomadas decisões, particularmente as que afectam o seu futuro como cidadãos. Assim, o poder político não é apenas o poder de votar, é também o poder da voz e da acção colectivas;
- iii) Poder psicológico - representa uma percepção individual de força. Onde estiver presente, manifesta-se num comportamento de autoconfiança. Um sentimento aumentado de força pessoal terá efeitos recursivos positivos na luta continuada da unidade doméstica pelo aumento dos seus poderes social e político efectivos (FRIEDMANN, 1996: 34-5).

Em todas as dimensões referidas, encontra-se implícita a noção do pleno exercício de cidadania dos indivíduos e dos agregados familiares. Deste modo, podemos definir o que se designa por *Disempowered*, como uma situação em que se está perante o fenómeno da exclusão a qualquer um dos três níveis acima mencionados. O modelo do *Empowerment* defende, portanto, uma trajectória de luta pela inclusão dos indivíduos e das famílias em todos os sentidos em que se conceptualizaram as relações de poder.

Isabel Guerra, por outras palavras acaba por também o dizer: *hoje, os cidadãos não admitem que os processos de planeamento e de gestão urbanística sejam elaborados por um grupo de decisores e técnicos em ambiente de obscurantismo e discricionariedade dificilmente admissíveis em sociedades democráticas.* (2000: 38).

Palavras que parecem traduzir a concepção inglesa da “*Big Society*”⁸⁰, onde cada um, à sua medida, é protagonista na sua comunidade: *the Big Society is a society in which individual citizens feel big: big in terms of being supported and enabled; having real and regular influence; being capable of creating change in their neighborhood. (...) this is a bottom-up vision (...) Big Society is about a cultural change (...) and powerful enough to help themselves and their communities.*

Tony Puig no projecto de cidade que defende propõe que os seus utilizadores passem antes a cúmplices, cf. alínea 6 da figura abaixo.

Figura 3 – “onde queremos chegar” como cidade

①	DEL LOGO A LA MANCHA
②	DE LA ORGANIZACIÓN AL DISEÑO
③	DE LA DIFUSIÓN AL LIDERAZGO
④	DEL EQUIPO AL TALENTO
⑤	DEL JENIUNO A LA EXPERIENCIA
⑥	DEL USUARIO AL CÓMPICE

Fonte: (PUIG, 2004: 117).

Recentrando, Jordi Borja revela que num estudo⁸¹ realizado pelo *Instituto Europeu de Economia Urbana* os quatro factores de atracção para as cidades que se pretendem competitivas, a saber: *infra-estruturas de comunicação, aeroportos, telecomunicações, infra-estrutura de internacionalização da economia, feiras, exposições, hotéis, terciário*

80 Fonte: <http://thebigsociety.co.uk> [consultado em 17-02-2011].

81 Em que foram ouvidos 50% de empresários e 50% de *experts*, universitários, investigadores, periodistas etc..

de excelência, centros de pesquisa, recursos humanos qualificados, qualidade de vida, oferta cultural, bom clima, ambiente urbano, vida na rua (...). (1994: 15).

45

Portanto, sendo que já atravessamos, com maior ou menor profundidade, a maioria destes itens, exceptuando “qualidade de vida”. Assim, julga-se estar na hora de convocar Teresa Costa Pinto⁸² para ajudar à compreensão do *input* que nos faz dizer que temos maior ou menor qualidade de vida⁸³.

Qualidade de vida: para lá do “ter”...

A noção de qualidade de vida, observada agora a partir de uma perspectiva ideal, surge coerentemente contraditória, por articular dimensões materiais e não materiais, por reforçar simultaneamente domínios individuais e sociais. Globalmente, o ideal de qualidade de vida deixa transparecer uma noção menos dependente de dimensões materiais para enfatizar que permitam a realização pessoal mas, associados a outros da ordem dos valores, da afectividade e do relacionamento inter-pessoal, onde as dimensões de “Loving” e de “Being” surgem claramente reforçadas. [...]

Contudo, a esta lógica individualista e materialista⁸⁴ sobrepõe-se uma outra do domínio da afectividade e do relacionamento inter-pessoal. A satisfação ao nível das relações sociais, categoria onde se inclui o relacionamento com os outros (família, amigos, colegas de trabalho e as relações de afectividade que daí possam derivar) ganha uma importância [acrescida]. O ideal de qualidade de vida integra, para todas as classes etárias e para todas as zonas geográficas (com maiores ou menores oscilações), esta dimensão relacional, afectiva, comunitária. (PINTO, 2005: 243)⁸⁵.

82 Anulou-se os “negritos” que a autora tinha considerado na origem.

83 Também aludiram a este respeito, Mateus, A. e João Seixas (coords.) (2009) - *Qualidade de Vida e Governo da Cidade: Bases para um Novo Modelo de Governação da Cidade de Lisboa*. Lisboa: ISEG (Relatório intercalar-Nov.)

84 Tal como refere T. C. Pinto *Ter dinheiro ou muito dinheiro, usufruir de estabilidade financeira e gozar de boa saúde são condições indispensáveis à concretização da dimensão* [“Real” da qualidade de vida] (...) *e, por isso, ocupam o 2º lugar enquanto factores que formatam o ideal de qualidade de vida*. Mas conforme esclarece a autora 52,1% dos inquiridos acaba por lhe fazer referência, intuindo-se, assim, que privilegiem as condições mais « utópicas ». Simultaneamente é-nos explicado que essa dimensão da qualidade de vida foi construída a partir das variáveis « *realização profissional, bem-estar pessoal, disponibilidade de tempo, felicidade, fazer tudo o que se deseja, viajar* » (PINTO, 2005: 243).

85 Mais adiante a autora, de forma mais aturada, quis perceber o “ideal de qualidade de vida, por zona de residência (%)” e fica a saber que os mais satisfeitos com as “relações sociais” são os de Lisboa (32,5%) face aos 28,7% da AMSul; quanto ao privilégio pelos “valores sociais” é a AMNorte quem lhe dá mais importância, apesar de “Lisboa” tomar o 2º lugar. (2005: 245). Da mesma forma que ao indagar sobre o “ideal de qualidade de vida, por escalões etários (%)” nos aparecem respostas: *De um modo geral, (...) a dimensão afectiva e relacional surge como uma variável valorizada, de importância comum a vários grupos etários, enquanto a importância conferida às*

Teresa C. Pinto prosseguiu com a ideia de “ideal de qualidade de vida” procurando relacioná-la agora com “classe”. E neste âmbito chegou à conclusão de que as classes mais elevadas são as que *mais desvalorizam as condições materiais e de saúde para, em contrapartida, privilegiarem factores de realização e bem-estar pessoal*. No entanto, não deixa de evidenciar que *para qualquer das classes (...) a dimensão relacional sai reforçada (...)*. O estudo de Delhey (2004) referente à satisfação com a vida a nível europeu, *apud* Pinto (2005), corrobora os resultados de Teresa Costa Pinto, na medida em que Portugal *coloca nos três primeiros lugares do «ranking» de satisfação (...) a família e factores relacionais como a vida social e a vizinhança (...)*. (2005: 248). Não deixou de terminar sugerindo a reorientação da agenda social e política europeia pelo indicador «qualidade das sociedades», *sobretudo no que potencialmente tem efeitos em termos da qualidade de vida individual*. (2005: 574-5).

Ainda neste âmbito, traz-se as palavras de Augusto Mateus (2011): *a Cultura deve estar no coração da Economia, pois o casamento entre a Economia e a Cultura representa uma grande alavanca, isto vai ao encontro do paradigma pelo qual nos vamos passar a reger, em que nos desprenderemos da civilização do “ter” e abraçaremos a civilização do “ser”*. (informação verbal).⁸⁶ A propósito deste “ser”, a Resolução da Assembleia da República nº 47/2008 aprovou a “Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade”, sendo que no Artigo 1º - alínea c), adianta-lhe também a finalidade de “(...) *desenvolvimento humano e qualidade de vida*”, função que segundo Guilherme d’Oliveira Martins (2011) é fundamental para a sociedade. Luís Campos e Cunha (2011) também defendeu que “a Cultura tem boas externalidades”, ao mesmo tempo que sublinhou o papel que esta representa no reforço da “identidade e da auto-estima”, não deixando de notar a subvalorização a que o Património está votado, nem de acentuar a importância que o

condições que permitem um máximo da realização/satisfação pessoal decresce proporcionalmente com a idade.” Ou seja, “o grupo dos indivíduos até aos 25 anos. São, entre todos, os que mais associam o ideal de qualidade de vida às condições de realização pessoal e que mais subalternizam as condições materiais (...). Enquanto quem tem 65 ou mais anos valoriza, sobretudo, as “questões de saúde”, *“segundo-se, num outro patamar, as questões materiais e as condições de satisfação com as relações sociais, com valores muito idênticos”*, conforme salienta a autora. (2005: 244).

⁸⁶ No Ciclo de Conferências *O Imaterial: os novos paradigmas da contemporaneidade* - Fundação de Serralves - na sessão de 17-03-2011: “As indústrias culturais e criativas portuguesas”, com moderação do Prof. Alberto de Castro.

Turismo vai ter no crescimento económico do país. Raquel Henriques (2011) também se mostrou peremptória, pois segundo ela “a Cultura é uma matriz poderosíssima de desenvolvimento” (informação verbal)⁸⁷.



Globalização: estandardização ou diferenciação?

A *Globalização* joga-se num tabuleiro dicotómico, por um lado assiste-se à espiral da estandardização, por outro percebe-se o incremento paulatino das identidades locais. Aliás, o conceito de “glocal” acaba por sintetizar essa ideia, advogando um pensar global para um agir local. Nesta linha de entendimento, Appadurai (2004) preconizou a globalização da cultura, sem a homogeneizar, antes pelo contrário. O autor atravessou, “sem peias”, a modernidade, e apresentou-a numa lógica de complementaridade entre o global e o local. Quanto às identidades locais, G. Lipovetsky já se pronunciou (...) *as nossas sociedades estabelecem-se ávidas de identidade, de diferença, de conservação, de desconstracção, de realização pessoal imediata; (...) doravante o que se quer é viver já, aqui e agora* (...). (1988: 13).

Cientes de que esta cruzada tem vindo a complexificar-se e que paralelamente os (des)entendimentos são maiores, exigindo uma maior capacidade de mediar tensões entres os vários actores sociais, pois,

A cultura pós-moderna representa o pólo «superestrutural» de uma sociedade que sai de um tipo de organização uniforme, dirigista, e que, para o fazer, mistura os últimos valores modernos, reabilita o passado e a tradição, revaloriza o local e a vida simples, dissolve a proeminência da centralidade, dissemina os critérios da verdade e da arte, legitima a afirmação da identidade pessoal de acordo com os valores de uma sociedade personalizada onde o que importa é que o indivíduo seja ele próprio, e onde tudo e todos têm, portanto, direito de cidade e a serem socialmente reconhecidos, sendo que nada deve doravante impor-se imperativamente a duradouramente, e todas as opções, todos os níveis, podem coabitar sem contracção nem relegação. A cultura pós-moderna é

87 No debate com o tema *Património Cultural*, no cinema São Jorge a 02-05-2011.

descentrada e heteróclita, materialista e psi, porno e discreta, inovadora e *retro*, consumista e ecologista, sofisticada e espontânea, espectacular e criativa; e o futuro não terá, sem dúvida, que decidir em favor de uma destas tendências, mas, pelo contrário, desenvolverá as lógicas duais, a co-presença flexível das antinomias. (LIPOVETSKY, 1988: 13).



Augusto Mateus (2011) afirmou que *a globalização não veio tornar tudo igual (...) veio valorizar os que respiram criatividade. (...) os territórios que trabalham, que sabem fazer, que ousam, que arriscam, mas sem esquecer que para ter sucesso é preciso falhar (...). Os territórios têm que funcionar na mesma lógica que a comunidade científica: investigar...* (informação verbal).⁸⁸

(re)nascimento de alinças...

Samuel P. Huntington na última parte (V) do *Choque das Civilizações* trata (passa-se a redundância), do futuro das civilizações, e a propósito da posição do “Ocidente no mundo” diz que *um mundo onde as identidades culturais - étnicas, nacionais, religiosas e civilizacionais - são centrais e as afinidades e as diferenças culturais decidem as alianças, os antagonismos e a orientação política dos Estados (...).* (2001: 364). Ou seja, não parecem restar dúvidas de que as identidades culturais são efectivamente uma “Força”, mas efectivamente também se pressente o jogo do poder e a necessidade de criar “alianças”. Diane Crane (2002), a propósito do fenómeno de hibridação cultural, definiu a política cultural como o palco onde as lutas de poder são encenadas a nível nacional e internacional para estabelecer políticas globais e prioridades para a globalização cultural e para resistir ao prenúncio de dispersão do meio regional e local. O que implica tomar a política cultural como um meio de gestão ou regulação de fluxos culturais.

Ainda em relação “às alinças” propostas por Huntington. De facto, a escala de parcerias inter-concelhias que aqui se propõe é micro (ou nano), mas, efectivamente, são estas (ou

⁸⁸ Augusto Mateus no Ciclo de Conferências *O Imaterial: os novos paradigmas da contemporaneidade* - Fundação de Serralves - na sessão de 17-03-2011: “As indústrias culturais e criativas portuguesas”, com moderação do Prof. Alberto de Castro.

outras) escalas que contribuem para a solução. Regina Salvador⁸⁹ (2006: 341) a propósito de integrar Sintra na economia da área Metropolitana de Lisboa defendeu, precisamente, um empreendedorismo territorial com vista a “explorar as vantagens competitivas que decorrem da proximidade territorial”. Nesta linha, Reis e Cardoso (2011) a propósito de criar rede com base nas identidades culturais, ou melhor, com base numa “identidade pombalina” que ficou cunhada em Lisboa (Baixa) e Oeiras (Palácio, Quinta, etc.) também tiveram oportunidade de defender a parceria inter-municipal. M^a A. Carranca vem sublinhar esse argumento, pois segundo a autora a cultura (...) *pode fomentar as parcerias ao aproximar as cidades para encontrarem soluções para desafios idênticos, para isso deve encorajar-se e apoiar-se a preparação de estratégias culturais às escalas urbana, regional e nacional, trocar experiências e colaborar em projectos, (...), posicionar a cultura no centro das estratégias de desenvolvimento, reconhecendo que a partilha dos valores culturais é essencial.* (2004:79).

Jorge Gaspar vai mais longe, e em relação às actividades culturais argumenta que:

[...] Lisboa (cidade e área metropolitana) deverá promover mais iniciativas de cooperação com outros pólos urbanos do sistema de cidades da Península Ibérica.

Assim se conseguirá, por um lado, um mais eficaz aproveitamento dos recursos disponíveis e, por outro lado, uma nova crítica conducente a uma maior e mais consequente projecção fora da Península. Neste contexto é particularmente interessante, mais uma vez, alcançar os países e comunidades latino-americanas. (2003: 35).

esboroamento ou reforço da(s) identidade(s)?

A posição de Anthony Giddens revela preocupação, alertando para a possibilidade de uma cultura aniquiladora da diferença, pois,

Este processo de globalização conduz ao esboroar dos quadros tradicionais de referência para a construção da identidade dos indivíduos. A nível cultural, muitos são os que manifestam a sua preocupação pelo facto da globalização levar à criação duma cultura global, comandada a partir de Hollywood, pelo que “a globalização é uma forma de «imperialismo cultural», em que os valores, os estilos e as perspectivas ocidentais são

89 Que integra, a par de Rui Baleiras, o “Plano de Desenvolvimento Estratégico” para Sintra. Sendo que a coordenação está a cargo de Braga de Macedo. Fonte: <http://www.cm-sintra.pt/NoticiaDisplay.aspx?ID=3188>

divulgados de modo tão agressivo que suprimem as outras culturas nacionais. (2007: 64).

05

Já Paul Claval mostra-se despreocupado, pois segundo ele, *Le monde réagit ainsi à l'uniformisation que véhicule la globalisation par l'exaltation de toutes les formes de différence. La mode n'est plus à universel. Elle est plutôt au particulier, au local, au fugitif.* (2003: 88)

Em relação a “identidade”, conceito que partilhamos com a Psicologia Social, importa proceder à sua definição:

No âmbito da Sociologia:

A identidade é um elemento-chave evidente da realidade subjectiva, e tal como a toda a realidade subjectiva encontra-se em relação dialéctica com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. [...] Neste sentido pode-se afirmar que um americano tem uma identidade diferente da de um francês [...] um gestor é diferente de um vagabundo [...]. A identidade é um fenómeno que emerge da dialéctica entre indivíduo e sociedade. [...] As teorias sobre a identidade estão sempre integradas numa interpretação mais geral da realidade. São “embutidas” no universo simbólico e nas suas legitimações teóricas, variando com o carácter destas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando situada num mundo. (BERGER e LUCKMANN, 2004: 179-180).

No âmbito da Psicologia Social:

Esta ligação entre a realidade objectiva, ou simbólica, dos grupos e a sua representação subjectiva (Doise, 1984) permite inserir o processo da diferenciação categorial numa análise psicossociológica das relações das relações intergrupos, visto que este processo: esclarece o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta os comportamentos dos indivíduos que, por seu turno, interagem e corroboram esta realidade. (VALA e MONTEIRO, 2006: 402).

O auto-conceito compreende a identidade social e a identidade pessoal. Sendo que aqui o que nos interessa é o primeiro. Manuel Castells (2007: 2) entende por identidade “a fonte de significado e experiência de um povo”. Nesta linha, mais ampla, José Mattoso face à “identidade nacional”, considera que esta *não pode deixar de constituir um*

fenómeno cultural, talvez efémero, apesar da sua enorme potencialidade. (MATTOSO, 1998: 41). Noutro quadrante aparece a leitura de Rui Pedro Fonseca (2007: 121) ao abordar a “identidade como mercadoria”, o autor apontou que a “ordem simbólica” de hoje impõe a produção de *marcas de identidades e a inclusão nos movimentos da moda tornou-se uma urgência das classes dominantes.*

“identidades sócio-urbanísticas” únicas de Lisboa

António Fonseca Ferreira a propósito do Plano Estratégico⁹⁰ de Lisboa nos anos 90, revelou a importância conferida à dimensão “identidades sócio-urbanísticas”, considerando que a justificação desta dimensão passa por *salvaguardar, nesse processo, os elementos de uma singular identidade urbana, histórica e cultural de Lisboa (...).* Onde partilhou um episódio⁹¹ que vivenciou com um jornalista do *Le Monde* que *ilustra as forças das identidades de uma cidade «carismática» como Lisboa. E simultaneamente, a dificuldade em objectivar e tornar palpáveis essas identidades.* (2007b: 222-3). De França ao Reino Unido (revista *Monocle*), o interesse por Lisboa tem sido uma constante. Episódio idêntico (Março de 2012) conta a Dra. Sofia Tempero a propósito de uma entrevista concedida a uma jornalista do semanário alemão *Die Zeit*, que no âmbito do programa PISAL quis perceber, para oportunamente dar a conhecer, esta Lisboa embaixadora do azulejo (depoimento pessoal)⁹². Aliás as palavras de Luís Filipe Carvalho Ribeiro⁹³ não deixam margem para dúvidas: *Sendo o azulejo uma arte*

90 A este propósito Fonseca Ferreira refere que o planeamento estratégico (...) *é, seguramente, mais do que uma metodologia ou uma técnica de planeamento. É um novo paradigma de planeamento e gestão susceptível de revolucionar as nossas concepções clássicas. Não será exagerado afirmar que se trata de um novo paradigma cultural, ao nível do planeamento e gestão dos grandes sistemas e organizações contemporâneos. É a modalidade de planeamento mais bem preparada para fazer face aos problemas que o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade vão criando (...).* (2007b: 127).

91 Na entrevista, em 1991, com o jornalista que se interessa pelo facto da candidatura de Jorge Sampaio a 1º Ministro, já que tinha sido presidente da autarquia de Lisboa. O jornalista que entrevista o eng. F. Ferreira conhecia Portugal desde 1974 e nutria grande fascínio pelo País e pela cidade, ao longo de cerca de uma hora o engenheiro conta que falou “de uma forma entusiástica, da modernização de Lisboa” e de como depois da entrevista continuaram a falar. Quando Fonseca Ferreira lhe questiona de forma mais directa “- De que mais gostas na cidade?”, colhe a resposta “- O labirinto das ruas, a luminosidade, a “mistura social”, o arcaísmo dos prédios, as fachadas degradadas!” (FERREIRA, 2007b: 222-3).

92 Mas sob a mão (neste caso o pé, já que deambulou por Alfama, Madragoa, Chiado...) do acolhimento profissional e caloroso dos técnicos superiores Rui Matos e Sofia Tempero terá levado, certamente, uma Lisboa que não só material, acredita-se que tenha levado também um pouco da nossa “alma lusa”.

93 Que contemplou parte do acervo azulejar das freguesias de S. Paulo e de Santos-o-Velho já no segundo volume (2003).

*caracteristicamente portuguesa*⁹⁴, é também uma arte predominantemente lisboeta, porque a maior parte das fábricas que produziam azulejo, localizavam-se na área de Lisboa, nas olarias situadas entre Santa Catarina, o Mocambo e a Rocha Conde de Óbidos, as do Castelo Picão ou as das Olarias, sítio a que deram o nome. (2002: 10).

Em *Cidade, Cultura e Globalização* Carlos Fortuna, discorrendo sobre o discurso de Saskia Sassen a propósito das cidades globais, refere que a socióloga holandesa evidenciou a capacidade que as "cidades globais" (Nova Iorque, Londres, Tóquio) têm em se afirmar como centros nevrálgicos do mundo. E que os *critérios (...) são exclusivistas, ao destacarem os poderes económicos, financeiros e tecnológicos como suporte das «cidades globais», eliminam muitas outras possibilidades, nomeadamente de ordem cultural, que podem «globalizar» a cidade e torná-la dinâmica.* (FORTUNA, 1997: 11). Pois esta Sassen que conhecemos em Lisboa acabou por recomendar, precisamente, “as possibilidades de ordem cultural”. Adiantando que *actualmente* [referindo-se à era da globalização] *são as especificidades das cidades que têm, efectivamente, suma importância. É por isso que não se trata de olhar para o lugar que Lisboa [ou a Madragoa] ocupa na lista, nem para o seu tamanho. O que temos de fazer é procurar a sua particularidade, as diferenças que a tornam atraente para os investidores e as pessoas.* À pergunta que lhe colocaram “que estratégias para a cidade de Lisboa?”, respondeu enfatizando o peso da nossa história e indicou que o caminho será *começar por ler muito sobre o passado.* (informação verbal).⁹⁵ De certa forma a reiterar a postura que Joel Serrão (1960: 18) manifestou no século passado, quando afirmou que *a História serve o presente e o futuro, e não o passado!*

Porque efectivamente um dos maiores especialistas deste assunto também já mostrou o caminho, Charles Landry (2000) aconselhou que as cidades se perguntassem a si próprias: Quem são?, Para onde querem ir?, Qual a sua identidade?, O que as

94 José Salvador Santos Meco considerou que *de entre todos os países europeus, foi em Portugal que o azulejo manifestou maior desenvolvimento (...). Em nenhum outro país o azulejo desempenhou um papel tão complexo (...).* (1985: 5).

95 A 18 de Abril de 2011, aquando da conferência de inauguração do projecto “Global City 2.0” e simultaneamente no lançamento do seu livro *Sociologia da Globalização* realizado na livraria *Ler Devagar*. Para mais informação a este respeito recomenda-se a leitura do artigo “cidades” no jornal *Público* de 24-04-2011.



distingue?. Hoje continua firme nesse propósito, pois a linha orientadora deve recair sobre o que é,

[...] diferente, único e especial em um lugar. Esses recursos únicos estão embutidos na inventividade, nas habilidades e nos talentos das pessoas. Eles não são apenas “coisas”, como edifícios, mas também são motivações, símbolos, atividades e o repertório do conhecimento local, inserido em artesanato, produtos, serviços e pesquisa. Os recursos culturais urbanos incluem o património histórico, industrial e artístico, bem como paisagens e marcos urbanos. Também incluem tradições locais de vida pública, festivas, rituais ou histórias [...]. (LANDRY, 2011: 15).

João Teixeira Lopes (2003), retrata o caminho incerto das “relações” entre a cidade e a cultura, aludindo, simultaneamente, à “ambiguidade do tempo” e à “ambiguidade do património”, relação que considerou interdependente. O autor deteve-se na dinâmica entre a “cidade existente” e a “cidade desejada”, e a sua reflexão ao abranger a cultura como parte contribuinte do desenvolvimento das cidades e ao considerar a tensão entre o património, a cultura e o turismo; os cidadãos-habitantes e os visitantes-turistas, acabou por ser um dos guiões norteadores deste capítulo.

A ambiguidade do tempo, tal como tende a ocorrer nas cidades contemporâneas, manifesta-se de maneira exemplar nas tensões entre património e cultura. Nas acepções mais comuns, [...] a noção de património assume as conotações do tempo histórico, do passado revalorizado, das permanências de valor identitário, da cultura acumulada. Em simultâneo, no cerne dos entendimentos que associam de maneira privilegiada a cultura à cidade [...]. A ambiguidade do património [...] coloca em jogo a tensão entre o entendimento cultural do património [...] e a sua aceção turística, isto é, antes de mais, de natureza económica e orientação instrumental. As dimensões desta tensão são várias, podendo destacar-se duas: a do desenvolvimento e a da participação. Concretizando: Em que medida as vertentes culturais e turísticas do património se contrapõem ou se sustentam mutuamente, enquanto componentes de processos de desenvolvimento das cidades? Até que ponto são compatibilizáveis, enquanto protagonistas e destinatários do património da cidade, os cidadãos-habitantes e os visitantes-turistas? (LOPES, 2003: 129).

Pois conforme refere Hélder Pacheco,

Neste país [cidade, bairro] esquecido de si que tende a desmemoriar práticas e usos que davam sentido à vida em comunidade, neste país ainda encontramos certas surpresas. Surpresas encantatórias e inesperadas (ou não eram surpresas mas habitualidades) para nós, os estranhos. Mas, de facto, para outros, os habitantes dos lugares, elas continuam hábitos. [...] De compreender a casa e os lugares como espaços de eleição. Como espaços cuidados. Carinhosamente. Porque, afinal, só gente «cult» e sensível compreende que o sítio onde se vive (e morre) é o lugar geométrico da felicidade possível terrena. (1991: 170).

II

CULTURA: a FORÇA do “4º pilar”

A natureza deu ao homem todas as pedras de um xadrez complicado e as regras do jogo: depois coube-lhe a ele ir aperfeiçoando as jogadas. Jorge Dias, *apud* (PACHECO, 1991: 204).

Só a memória pode preservar-nos de um futuro que esqueça a humanidade. Estar atento ao Património cultural e à sua força constitui um modo de combater o esquecimento e a indiferença. (OLIVEIRA MARTINS, 2011: 47).

O verdadeiro crescimento é a capacidade demonstrada por uma sociedade de transferir quantidades cada vez maiores de energia e atenção do aspecto material da vida para o aspecto não-material e, assim, evoluir em cultura, potencial de compaixão, sentido de comunidade e força democrática. (TOYNBEE, 1947: 198).



Impõe-se dar a conhecer que este quarto pilar da sustentabilidade que aqui defendemos surgiu no “Fórum Mundial Lisboa 21” que teve como propósito a cúpula “Rio +20” a decorrer no Rio de Janeiro em 2012. O presidente do Foro Soria 21⁹⁶ defendeu que *às três dimensões do desenvolvimento sustentável deve acrescentar-se, ainda, a vertente cultural considerando a importância do património cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável*. No entanto sabemos que a inspiração que anima a tese dos 4 pilares recua a 2002, visto que é oriunda dos “Princípios de Melbourne” (Austrália), ainda que tenha sido o “Plano Sustentável Kingston” (Canadá) a concretizar a articulação destes quatro pilares e a reforçar a capacidade de integração com vista ao objectivo central, isto é, a comunidade sustentável. Portanto não é demais afirmar que os quatros pilares kingstonianos em que nos alicerçamos são: o *Pilar Cultural: Vitalidade Cultural* - que integra os eixos “Artes, Criatividade e Entretenimento” (1); “História e Património” (2); “Cidadania Activa” (3) e “Diversidade” (4) - o *Pilar Económico: Saúde Económica* - que dentre os seis eixos, só o 5º denominado “Turismo” foi atravessado por este trabalho - o *Pilar Ambiental: Responsabilidade Ambiental*, com cinco eixos, e a *Coluna Social: Equidade Social*, que dentre os cinco eixos apenas tocamos no 2º, apontado como “Saúde e Bem-Estar”. Como obviamente se depreende foi no primeiro pilar que este trabalho de projecto mais se debruçou, com particular relevo no ponto dois e três.

Os debates em torno das *Estratégias para a Cultura em Lisboa* representam um reconhecimento claro da importância da participação pública no planeamento da cidade, com a **cultura como eixo de revitalização e de afirmação da sua centralidade no mundo de hoje**.

Esta reflexão é indissociável de um enquadramento mais vasto - a Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024, que se pretende uma síntese dos instrumentos estratégicos parcelares que definirão **a forma como Lisboa se adaptará às condições da próxima década, ao nível da cultura**, da demografia, do ambiente, da economia e da governação da cidade.

António Costa - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, in Prefácio d' *Estratégias para a Cultura em Lisboa* (2009).

96 Disponível em <http://foromundial.laborla.com/pt/informacoes-uteis>

João Teixeira Lopes não tem dúvidas que *o poder local desempenha um papel preponderante, enquanto elemento animador e regulador dos processos de mudança. Cabe-lhe, antes de mais, assumir as responsabilidades de serviço público da cultura, criando as condições de um mercado assistido de base local. Mas, para além disso, as autarquias são as entidades privilegiadas para organizarem e gerirem o "jogo" local de relações, isto é, a rede de agentes directa ou indirectamente envolvidos, os seus interesses e os seus conflitos.* (2000b: 83). Todavia, Augusto Santos Silva (2007: 22) adverte que *as competências legais das autarquias locais nesta área [cultura] estão definidas de forma muito genérica, o que faz depender o grau de implicação municipal do voluntarismo dos edis.* Daí que entendamos as palavras do edil António Costa como uma lufada de esperança.

Sharon Zukin, em *The Culture of Cities*, também não teve quaisquer dúvida de que *Culture is, arguably, what cities “do” best. (...) Cities are sites of culture industries, where artists, designers, and performers produce and sell their creative work. Cities also are a visual repertoire of culture in the sense of public language. (...) Cities are identified with culture, moreover, because they so clearly mark a human-size struggle with scale.* (1995: 264).

Apostados em construir mais uma camada do palimpsesto urbano, uma camada que se quer (i)material, uma vez que é informada, grosso modo, pelas orientações emanadas da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Paris, 2003). Mas entender esta dinâmica compreende a aceitação de outros marcos que parecem impor-se, nomeadamente a “Agenda 21 da Cultura” (Barcelona, 2004), a traduzir o compromisso que as cidades e os governos locais assumiram para a prossecução do desenvolvimento cultural. Onde as linhas de orientação compreendem desde a “Cultura como desenvolvimento sustentável”; as “infra-estruturas e práticas culturais”; a “Cultura e inclusão social” e a relação da “Cultura com o espaço público”.

E mais recente, (Chicago, 2010), a introdução da “Cultura” no triângulo da Sustentabilidade. De forma mais clara, esta assumiu-se como o “quarto pilar”⁹⁷ conforme adianta a *United Cities and Local Governments*. Afinal conforme refere Regina Salvador, *o imperativo absoluto da competitividade determina que se procurem novas formas de actuação para os Poderes Locais que dêem resposta a problemas associados à consolidação e diversificação da base económica local e a questões em áreas tão diversas como a cultura, a solidariedade e «empowerment» das comunidades*. (2008: 1426).



Acresce pensarmos que as instituições culturais do Estado estão obrigadas a assegurar o direito à cultura expressa na Constituição da República Portuguesa. Daí que a eleição deste tema vise constituir um modesto contributo para a sua (re)valorização. Nas palavras do constitucionalista Jorge Miranda:

A Constituição não esgota o tratamento jurídico da cultura. Longe disso, abundam, em Portugal como nos demais países, normas de legislação ordinária e regulamentares que dela se ocupam, a ponto de fazer todo o sentido recortar um Direito da Cultura - justamente unificado a partir das normas constitucionais. À semelhança do Direito da Educação, do Direito do Ambiente e de outros conjuntos normativos alvos de elaboração doutrinal e jurisprudencial nas últimas décadas, esse Direito da Cultura não é um ramo autónomo; é, sim, transversal a diversos ramos, como o Direito Administrativo, o Direito Civil e o Direito Penal e Contra-Ordenacional. Há um Direito administrativo da cultura que se decompõe em Direito da Língua, Direito do Património Cultural e Direito dos Espectáculo e que tem laços fortes com o Direito do Ambiente e com o Direito do Ordenamento do Território. Assim como há um Direito Privado da Cultura, que se confunde com o Direito de Autor. Um Direito Fiscal da Cultura, em que entra o mecenato. E um Direito Penal e Contra-Ordenacional da Cultura, voltado sobretudo para a protecção do património cultural e dos direitos de autor”. (2006: 25).

97 A somar aos 3 pilares - económico, social e ambiental - definidos desde a Conferência “Cimeira da Terra” que decorreu no Rio de Janeiro em 1992, e que por sua vez significou a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido desde 1987 como a “capacidade de atender as necessidades do presente sem comprometer satisfação das necessidades das gerações futuras”, proveniente do documento basilar *Our Common Future* e fruto da Comissão Brundtland - presidida pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

Cultura: um conceito amplo, fluido...



Segundo a EUROSTAT:

A cultura inclui todos os bens e serviços nas seguintes áreas: património, artes visuais, arquitectura, arquivos, bibliotecas, livros e edição, arte do espectáculo, áudio e multimédia. [...]

Para além destas categorias, é ainda recente o consenso sobre um conjunto de bens e serviços que, mesmo não sendo num sentido estrito da natureza dos bens culturais, estão intimamente relacionados com a cultura, são as indústrias da criatividade, as chamadas indústrias da cultura, nas quais se inclui a publicidade, as antiguidades, o artesanato, o *design* e a moda. *Apud* (CARRANCA, 2004: 82).

Segundo o arqueólogo L. Oosterbeek, (...) *E é a cultura, ou seja nós, as nossas dinâmicas, a nossa relação com o meio, que é relevante.* (2006: 181-2).

Segundo Raymond Williams (1976),

The independent and abstract noun which describes a general process of intellectual, spiritual and aesthetic...

The independent noun, whether used generally or specifically, which indicates a particular way of life, whether of a people, a period or a group...

The independent and abstract noun which describes the works and practices of intellectual and especially artistic activity. *Apud* (MILES, 2008: 52).

Segundo Paul Claval,

La culture est faite de ce que chacun a appris de ses parents, de ses proches, de ses maîtres: elle est en ce sens héritage et nous rattache au passé. Elle intègre l'expérience que chacun fait des situations qu'il vit, des difficultés qu'il rencontre, des succès qu'il connaît [...]. La culture sert enfin aux individus et aux groupes à échafauder les plans par lesquels ils se projettent dans le futur. (2003:90).

Joel Serrão (1960: 43) a propósito do que é a «cultura portuguesa» afirmou que é (...) *a cultura do povo português.*

Inequívoca a amplitude do conceito, daí que caminhemos, agora, para a relação Cultura - Economia. E isso obriga-nos a recorrer a alguém que se pode assumir como uma das primeiras especialistas nesta área, e simultaneamente a fazer um tributo à mulher que há umas boas dezenas de anos, através da sugestão pessoal de Adérito Sedas Nunes, agarrou a oportunidade de se especializar em Sociologia da Cultura. Portanto parece unívoco o caminho que aponta os ensinamentos de Maria de Lourdes Lima dos Santos;⁹⁸ daí não vermos outra alternativa que não a eleição das palavras que pronunciou numa entrevista no Rio de Janeiro em 2009, e que o ISCTE/IUL oportunamente transcreveu:

[...] A crescente atenção que a cultura vem recebendo, e vem recebendo muito porque se percebeu que pode ser um factor de desenvolvimento, que já é um factor de desenvolvimento, que aliás sempre foi um factor de desenvolvimento, só não tinha visibilidade para isso, e então... se juntarmos ao sector cultural as TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), realmente são 5% do PIB (Produto Interno Bruto), não é? E é um crescimento maior do que o crescimento da economia em geral, portanto a cultura tornou-se qualquer coisa em que os olhares passaram a incidir, afinal não é só um adorno, pode ser um factor de desenvolvimento e tem peso económico, isto chama a atenção sobre o sector, valoriza o sector [...]. (SANTOS, 2009: 28).⁹⁹

Efectivamente é esta a postura de outros especialistas, Augusto Mateus (2010) considerou que o “sector cultural e criativo” representa *um «cacho» de actividades que gera muita riqueza*. Já Adelaide Carranca (2004:78) estende, ainda mais, essas potencialidades colocando-as no centro da sociedade do conhecimento e no reforço dos processos de participação.

98 Sabemos também por Marluce Menezes (1998) que fez um estudo sobre a Madragoa que não chegou a ser editado.

99 Depoimento de Maria de Lourdes Lima dos Santos (CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL). A transcrição completa está disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/maria_lourdes/TranscricaoMariadeLourdesLimaSantos.pdf [consultado em 01-04-2011].

Eduardo Brito Henriques e Pedro Costa também estão certos desse fluxo ganhador, pois o património cultural,

19

[...] é um recurso que pode ser valorizado na perspectiva do turismo, actividade cuja relevância para o produto e para o emprego é hoje de todos sobejamente conhecida. Para além disso, o património cultural, ao contribuir para a formação de imagens mais atractivas dos lugares, que podem, por sua vez, influir favoravelmente na captação de novos investimentos, sobretudo de sectores qualificados da economia, acaba por ser um importante factor de competitividade dos territórios. (HENRIQUES, 2004: 3).

As actividades culturais desempenham hoje um papel central na vida económica e social. São actividades que geram emprego e riqueza, que promovem o bem-estar e a qualidade de vida, que permitem a integração social de certos segmentos populacionais e que muitas vezes são veículo privilegiado da requalificação ambiental e urbanística de espaços degradados ou em reconversão. (COSTA, 2007: 25).

Apesar de todos sabermos, não é demais lembrar o contributo que a Geografia Cultural e a Etnogeografia têm dado para que hoje se reconheça a importância da Cultura e se assista ao destaque que esta tem vindo a granjear. Não se pode falar de Geografia Cultural sem mencionar o trabalho, título homólogo, do proeminente geógrafo (uma referência nesta área em França) da Universidade de Sorbonne. Paul Claval (1995) iniciou a obra, como seria de esperar, pela história/teoria da geografia cultural, recuando ao século XIX e ao impulso fornecido pela Alemanha. No entanto é a segunda parte, deste extenso trabalho, que se reveste de maior interesse para a abordagem aqui preconizada. Comunga-se da relação que Claval estabeleceu entre a cultura e a vida social, assumindo-se a primeira como mediadora na relação entre o indivíduo e a sociedade. Ora muitos são os debates em torno da Cultura, e não parece restar dúvidas que neste mundo global em que vivemos esta se assuma como um importante eixo estratégico para o desenvolvimento económico e social. No entanto Emílio Rui Vilar (2007:131) acrescenta-lhe outro prisma, na medida em que considera que constitui também um (...) *factor de desenvolvimento intelectual da sociedade e dos indivíduos que a compõem*. O estudo *Cultura e Desenvolvimento Local* (2005), levado a cabo pela OCDE, não andou longe desta tese, pois percebeu a importância do capital social e a sua utilidade no desenvolvimento territorial. Nesta linha temos também a

perspectiva de “territórios inteligentes”¹⁰⁰, apresentada por Ricardo Jorge Fernandes. O autor defendeu que (...) *apesar das estruturas tangíveis serem importantes na economia e na sociedade, os sistemas de conhecimento e as estruturas intangíveis são determinantes para a construção de um desenvolvimento sustentado e baseado no conhecimento, bem como para a emergência dos denominados territórios do conhecimento.* (2007: 28). Ao que se afigura que o capital social é um factor essencial na promoção de redes e de sinergias, no reconhecimento e na construção activa de identidades, bem como na construção do sentimento de confiança. Ora sabendo nós que a confiança é uma das variáveis mais explicativas para a cooperação, pois *aqueles que confiam também tendem a acreditar numa cultura comum (...). A confiança afecta tanto o bem-estar dos indivíduos como o bem-estar da sociedade civil. Altos níveis de confiança significam que as pessoas se sentem seguras, com menos preocupações e que encaram os outros como elementos cooperadores e não competitivos.* (WILKINSON e PICKETT, 2010: 83-4). Nesse estudo da OCDE analisaram-se paradigmas que promovem o crescimento económico e a coesão social através das actividades culturais. O que implica que o desenvolvimento local dependa, em grande medida, da capacidade que os actores locais possuem para trocarem e comunicarem entre si normas e valores partilháveis. Ressalta o facto de termos ficado a conhecer três maneiras da cultura influenciar o desenvolvimento local, a saber:

- i) difundir pontos de referência que encorajem sinergias;
- ii) criar uma atmosfera atractiva para os habitantes e para os visitantes;
- iii) servir de alavanca para a criação de produtos que associem as dimensões estéticas e utilitárias.

Falar de desenvolvimento local tendencialmente pressupõe pensarmos no ordenamento do território, daí que a especialista Maria do Rosário Partidário não tenha esquecido a importância do Património enquanto recurso cultural. A autora considera que *o Património cultural diz respeito aos recursos culturais de uma comunidade, e inclui o*

100 Que segundo Fernandes (2007) é composto por 4 dimensões, a saber: Dimensão física/real (onde cabe o património enquanto âncora identitária); a dimensão económica (onde se insere as indústrias criativas e culturais); a dimensão social e institucional (onde a coesão social, a qualidade de vida, o bem-estar a Cultura, a Governança e o marking territorial têm lugar) e a dimensão digital/virtual.

*património etnográfico*¹⁰¹, *património cultural construído* e *património arqueológico*.

Como argumento:



O património cultural conta a história de um povo, de um território, de uma civilização. É uma variável fundamental em ordenamento do território quer como fonte de informação histórica sobre hábitos e tradições já desaparecidas quer como domínio de abordagem e tratamento de valores culturais existentes. A razão do seu tratamento em estudos de ordenamento deve-se ao interesse cultural e patrimonial. E também ao turístico. Portugal é aliás um país extraordinariamente procurado por razões turísticas ligadas ao seu património tradicional. (PARTIDÁRIO, 1999: 135).

Efectivamente, Manuel Ferro também acredita que *«Lisboa de outras eras» continua a despertar a simpatia das novas gerações: mais cedo ou mais tarde, elas acabam por descobrir e reencontrar essa imagem feiticeira de uma cidade que, apesar de decadente, se procura renovar, preservando o ambiente castiço que marca a sua identidade*. (2011: 182). Gonçalo Cadilhe (um viajante¹⁰² profissional) diz antes que *com a idade percebemos que não temos muito tempo e somos mais assertivos. Cada vez mais me fascinam as marcas deixadas por uma cultura em determinado território*. (2011: 30). Tomando de empréstimo a pergunta¹⁰³ que fizeram a G. Cadilhe “- Se o Gonçalo só pudesse ir a mais um país e depois tivesse de parar de viajar, qual escolheria?”, eis um bom estímulo... mais do que fazer parte da resposta ser a própria resposta. Um desafio que cada país se poderia colocar a si mesmo.

Numa escala menor, ficam as regiões, as cidades, os bairros... a figura abaixo pretende configurar a área, que nos vai merecer daqui em diante a designação de bairro da Madragoa.

101 M^a do Rosário Partidário considera que “Etnografia - diz respeito ao património cultural não construído, representado pelas tradições e lendas, feiras e romarias, usos e costumes, cozinha regional”. (1999: 135).

102 Conforme se auto-denomina, pois o viajante é o que vai ao encontro, e o turista é o que espelha o próprio ego. De forma mais clara, (...) *ambos viajam, mas o turista leva o olhar que já tem consigo; o viajante está disposto a adquirir olhares novos*. In revista *Gingko*, Jul / Ago 2011, p.30. José Saramago também teve oportunidade de fazer a distinção quando afirmou que *o viajante não é turista, é viajante. Há grande diferença. Viajar é descobrir, o resto é simples encontrar*. (2006: 287).

103 In *Visão Vida & Viagens*, Out. 2011, p.8

“Esta ideia de um bairro urbano tem passado por períodos altos e baixos.” Kevin Lynch

Madragoa: das origens à MOD (Madragoa Ovarinas District)...



Fonte: (BARROS, 2005: 174).

Na ausência de uma teoria renovada e interdisciplinar que equacione o mundo urbano na sua globalidade só nos restam retalhos e apreciações particulares. O nosso dever é fazê-las convergir e torná-las aptas para um projecto e uma narrativa global, a um tempo diversa e coerente sobre o futuro da nossa existência urbana. [...] É o sentido político, sociocultural e moral desta negociação feita no espaço público, ou no que resta dele, que há-de marcar o sentido do futuro da cidade como comunidade, mesmo que imaginada. (FORTUNA, 2006: 144).

Com recurso ao “Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa” (ANEXO

59

F) dá-se conhecimento da origem deste “retalho” da cidade:

Alguns, raros, vestígios arqueológicos fazem remontar as origens da Madragoa aos períodos romano, visigótico e muçulmano. Há notícia de uma lápide romana com inscrição funerária, infelizmente desaparecida, que se encontrava nos jardins do Paço de Santos no século XVI, e conserva-se no Museu da Cidade uma lápide funerária com inscrição arábica encontrada na Rua das Madres.

Os santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, três irmãos sacrificados no tempo do imperador Diocleciano, em 303, terão sido enterrados pelos cristãos no local da actual igreja de Santos-o-Velho, onde teriam erguido um templo para os venerar. A descoberta em 1965, de um ábaco visigótico no local vem comprovar esta pré-existência pelo menos desde o século VI - VII.

Após a conquista de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques mandou edificar uma nova igreja, em memória daqueles mártires. D. Sancho I, seu filho, entregou em 1194, juntamente com umas casas contíguas, a igreja aos freires da Ordem Militar de Santiago de Espada.

Mais tarde, as instalações de Santos receberam um recolhimento de muitas das parentes destes monges que assim se refugiavam do mundo enquanto os seus homens - maridos, irmãos... estavam ausentes na guerra.

Em 1501, o rei D. Manuel aí instituiu o Paço Real de Santos. Em 1541 D. João III encarrega João de Castilho de fazer diversas obras no palácio e jardim. Residência real até D. Sebastião, foi daqui que este rei embarcou, em 24 de Junho de 1578, para Alcácer Quibir. Desaparecido o rei, a propriedade voltou para a posse das Comendadeiras de Santos que a venderam, em 1629, a D.



Francisco Luis de Lencastre, antepassado dos Marqueses de Abrantes.

O palácio é então reconstruído, sofrendo transformações várias ao longo dos tempos perdendo a sua feição quinhentista. [...].

Fotografia do IGESPAR, Fonte: (CML, 2010: 5-6).

Silva Carvalho¹⁰⁴ das muitas abordagens possíveis escolheu a perspectiva dos sons e das arquitecturas para nos apresentar a Madragoa, certamente fruto da sua área profissional.

¹⁰⁴ Profundo conhecedor do bairro devido ao cargo de chefia que ocupou no Gabinete Técnico Local da Madragoa, na Direcção Municipal de Reabilitação Urbana / CMLisboa.

Daí, que se compreenda que o arquitecto Silva Carvalho tenha privilegiado a componente material, embora a dada altura mencione a palavra “sentir”. Ora nas suas palavras (...) *é tão só um esboço da evolução de um sítio, dos seus sons, e das suas arquitecturas, (...) contribui[ndo] para melhor conhecer, sentir e caracterizar a sua filosofia própria e as razões da progressiva evolução do antigo arrabalde de Lisboa.* (1997: 9).

99

Adragão, Pinto e Rasquilho antes já tinham tido a oportunidade de dedicar um pequeno capítulo a esta zona contígua ao Tejo, *Mocambo é um antigo bairro extra-muros da cidade e curiosamente uma designação toponímica que se perdeu. Nos séculos XVII e XVIII era o bairro dos negros. Dessa área formaram-se depois a Madragoa e a Lapa com o extravasamento urbano que se seguiu.* (1985: 121).

Ainda que M. Menezes (1998: 91) tenha advertido para o quanto a discussão dos “limites daquilo que é um bairro possa ser profícua (e ambígua)”, deixa-se a delimitação de José Silva Carvalho. Este considera que o sítio da Madragoa estira-se:

Pela actual freguesia de Santos-o-Velho, estendendo-se para norte pela freguesia da Lapa. Não se podendo nem devendo configurar os seus limites com rigor, atendendo essencialmente a questões de ordem histórica/urbanística, poderá considerar-se que chegará a norte até à Rua da Lapa, estendendo-se a sul, paralelamente ao rio, desde o antigo Largo da Esperança e Largo Vitorino Damásio até às margens do Largo Dr. José de Figueiredo, frente ao Museu de Arte Antiga. De nascente, desde esta área do Chafariz das Janelas Verdes e da Rua de S. Domingos à Lapa, até poente, à Rua do Quelhas e ao antigo Largo da Esperança, estende-se este sítio por uma área global com cerca de 35 hectares. (1997: 13-4).

Quanto à proposta de delimitação - *um pequeno axadrezado de ruas entre o chafariz da Esperança e as Trinas, a Rua da Esperança e a Travessa da Bela Vista, ao Quelhas* - de Victor Adragão, Natália Pinto e Rui Rasquilho é mais sucinta, mas simultaneamente rica de outros significados, daí trazê-la a terreiro. Não se pode deixar de sulinhar a subtilidade com que os autores identificaram, para além das características espaciais mais óbvias, as particularidades sociais mais furtivas:

a Madragoa é tão pequena que no prolongamento de uma rua o mundo já é outro. A delimitação é difícil porque, do Quelhas às Trinas e S. Félix, da Garcia da Orta à Rua da Lapa encontramos o mesmo ambiente popular, mas muito mais recatado, menos aberto à vizinhança, saindo porém à rua com a mesma convicção e alegria por altura das festas populares. (1985: 122-3).

19

Já o Plano de Pormenor da Madragoa (2010) considera as freguesias de Santos-o-Velho e São Paulo, circunscrevendo-se a uma área de 28 hectares, que é delimitada:

- a norte, Rua da Lapa (1-115), Rua do Quelhas (3-51), Rua das Francesinhas (25-27);
- a sul, Rua das Janelas Verdes (2-90), Calçada Ribeiro dos Santos, Largo de Santos (1-11; 2-4), Largo Vitorino Damásio (5-9; 2-10);
- a poente, Rua de S. Domingos à Lapa (2-84);
- a nascente, Avenida D. Carlos I (51-97).

Dado que o compromisso com a componente prática ficou para o terceiro ciclo de estudos, considerou-se então que o apuramento da delimitação, de uma forma mais fina, seria de remeter para o Doutoramento em “Estudos Urbanos”. Nesta fase julgou-se mais importante reflectir sobre a amplitude de delimitações que podem surgir sobre aquele, que, aparentemente, parece ser um território inequívoco.

Não obstante, e apenas a título propedêutico, foi realizada uma visita ao bairro sob a condução de um autóctone, por forma a experimentar o ensinamento de Jean-Paul Thibaud (2001). O autor defendeu que um “percurso comentado” por quem é de dentro tende a fazer diminuir a sensação de estranheza a quem é de fora, graças à forte interacção social entre o ambiente e as percepções (som, luz, cheiro, etc.). A obra *O espaço urbano em Métodos* também nos propõe o “método dos itinerários”, o sociólogo Jean-Yves Petiteau (2001) defendeu a adequação deste procedimento ao investigador que vai iniciar o seu trabalho de campo, visto que tende a desencadear a memória involuntária, podendo assim captar-se fragmentos de histórias de vida. Dito de outra maneira, é quase como se o território passasse a ser a própria narrativa.

Figura 4 – Ambiência do bairro da Madragoa



Fotografia de: Judite L. Reis (2012)

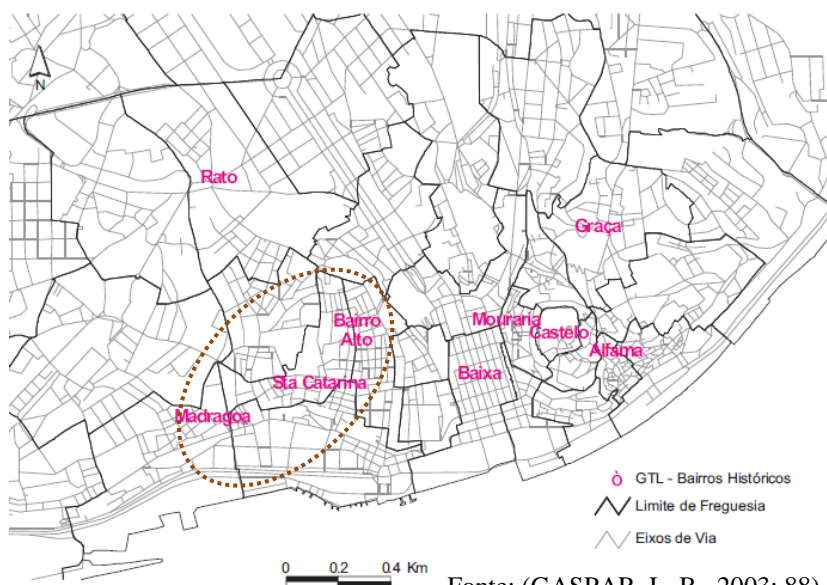
Madragoa: na charneira entre o Santos Design District (S.D.D.) e o Bairro-Alto...

Pedro Costa, João Seixas e Ana R. Oliveira identificaram em Lisboa os seguintes bairros criativos: o *Bairro Alto*, a *Bica* e o *Chiado* (2009: 2731). Sendo que o *S.D.D.* consta como um “projecto social e cultural de génese local”, ainda, assim, este assume-se como um *cluster* do *design*. Surgiu em finais de 2006, como produto de uma política transversal de requalificação, revitalização e dinamização do espaço público para a cidade de Lisboa e de incentivo às relações sociais e de vivência local. O *S.D.D.*, uma associação socioprofissional da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada com o intuito de promover a dinamização cultural desta área e de consolidar o aparecimento de actividades ligadas ao *design*. Afinal nasceu precisamente através do ensino do *design*, papel de destaque para o IADE. A constituição de um *cluster do design* através do

S.D.D.¹⁰⁵ visou o desenvolvimento das várias lojas a ele associadas, mas também a melhoria dos locais públicos existentes em volta, de que a reconversão do Largo Vitorino Damásio dá provas, criando ambiências renovadas e fazendo um convite à classe criativa, que, segundo Catarina Selada e Inês Vilhena da Cunha (2008), *procura locais marcados por fortes atractivos naturais para viver e trabalhar. Uma paisagem distintiva e pitoresca (...). Aliados aos atractivos naturais, surgem os atractivos históricos e culturais. O património arquitectónico e arqueológico, civil, militar e religioso (castelos, cruzeiros, igrejas, conventos, aquedutos, pontes, pelourinhos, noras) e o património intangível (memórias colectivas, testemunhos, lendas, estórias) enchem o «imaginário» de uma população criativa que procura a identidade e o capital simbólico do local.* (in Público de 04-02-2008)¹⁰⁶.

A figura abaixo (5) pretende ilustrar o mapeamento que se acaba de sugerir.

Figura 5 – Da Madragoa ao Bairro-Alto



Fonte: (GASPAR, L. B., 2003: 88)

Quanto ao Bairro Alto, Pedro Costa (2009) defendeu que este surge como modelo exemplar de uma zona urbana que soube potenciar os seus elementos distintivos e diferenciadores, tornando-se no pólo

criativo com maior dinamismo, visibilidade e actividade cultural e artística de Lisboa.

105 Iniciativa promovida pela Associação de Empresários do Bairro de Santos que tem adjuvado a transformar a área ribeirinha de Santos, de cariz industrial, já desprovida dessa função, numa área dinâmica, atractiva, caracterizada pela diversão nocturna, consumo, lazer, onde nas lojas existentes se encontram, as mais recentes tendências do design contemporâneo.

106 Disponível em http://www.inteli.pt/uploads/documentos/documento_1325697861_1983.pdf [consultado em 05.03.2012].

Encarnando o conceito de “unidade na diversidade”, este bairro deve o seu êxito ao predomínio de uma lógica de associativismo e de mobilização espontânea por parte dos agentes culturais locais, tendo por base interesses comuns, tais como a vida nocturna e o comércio. Costa explicou o papel das colectividades “enquanto agentes de proximidade”, logo capazes de “criar laços de solidariedade” que conduzem às identidades locais, a sua importância é ainda mais valorizada se atendermos ao facto de que são estas as instituições que preservam o património imaterial da cidade, nomeadamente tradições e actividades emblemáticas da cultura popular lisboeta. (2009: 67). Sugeriu ainda que se fizesse um mapeamento cultural, delineando as áreas urbanas não só segundo critérios de ordem geográfica, urbanística e administrativa, mas também segundo o potencial identitário específico de cada uma, procurando colectividades, associações...

Daí acreditar-se que a Madragoa, nomeadamente com a Colectividade e Sociedade de instrução Guilherme Cossoul¹⁰⁷ (com predominância para a formação no teatro), na charneira entre o *Santos Design District* (SDD) - pois afinal tal como defendeu Marshall, 1920, *apud* Cali Nuur (2005: 19), quando *an industry has thus chosen a locality for itself it is likely to stay there long: so great are the advantages which people following the same skilled trade get from near neighbourhood to one another. (...) If one man starts a new idea, it is taken up by others and combined with suggestions of their own; and thus it becomes the source of further new ideas* - e o Bairro-Alto pode assumir um papel de maior relevo. A forte identidade local, que transparece, de forma mais evidente, nas marchas populares e a imagética que o lugar continua a transportar, e que veremos em detalhe mais à frente, dá-nos força para esta argumentação. O próprio Einstein na passagem por Lisboa em 1925, a caminho da América do Sul e no âmbito do ano internacional da Física, encantou-se por uma varina¹⁰⁸.

107 Vide mais em <http://www.guilhermecossoul.pt/>

108 Ana Simões recorreu a Teresa Firmino (2005) para ilustrar o seguinte episódio: (...) *ninguém, cientista, judeu ou outro, tinha ido receber Einstein que aproveitou a escala do barco em que seguia viagem para vaguear pela cidade, visitar o mosteiro dos Jerónimos e subir à colina do Castelo de S. Jorge, encantando-se logo com uma varina de olhar altivo com quem se cruzara.* (2006: 248).

Recorreu-se às análises SWOT (Potencialidades, Estrangulamentos, Oportunidades e Ameaças) da Câmara Municipal de Lisboa¹⁰⁹ (2009) e da equipa de Pedro Costa (2009). Em relação ao primeiro, considera-se que este trabalho, visa contribuir, à escala do bairro, para a dimensão 2: *Cidade Amigável, Segura e Inclusiva* (ANEXO A) e para a dimensão 5: *Cidade e Identidade Global* (ANEXO B), em relação ao segundo estudo (ANEXO C) este trabalho de projecto pretende contribuir para enfatizar, ou mitigar, consoante o posicionamento na matriz, os aspectos que foram assinalados.

“Every crevice in the city had a hidden story or undiscovered potential that could be re-used for a positive urban purpose.” Charles Landry

Da Topofilia à Terrafilia: da emoção à acção...

Maurício de Almeida Abreu (1998: 81) afirmou que “a «memória urbana» é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar”. Pelo que importa esclarecer o que é isto do “lugar”? Ora entender o lugar implica compreender a lógica dialogante entre o espaço e as narrativas que aí se desenrola(ra)m. Dentre a Antropologia ou a Sociologia parece fácil a aceitação desta postura, daí a termos contrariado elegendo a fundamentação, antes, da Geografia. Primeiro com Milton Santos (1994), *apud* (ABREU, 1998: 82), e a sua célebre associação do lugar a laços de solidariedade, proporcionado pelo modo de viver vicinal. Depois com Yi-FuTuan,

[...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto especial, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um facto a ser

109 Inscrevendo-se nos trabalhos de elaboração do Plano Director Municipal de Lisboa e visando a detecção dos principais elementos a reter para a definição de uma estratégia territorial para o município de Lisboa, de forma a constituir um documento de trabalho igualmente válido para o exercício de elaboração da Carta Estratégica de Lisboa 2010/24. Daí que a matriz SWOT esteja organizada precisamente segundo as temáticas associadas às seis grandes questões colocadas à cidade pela referida Carta Estratégica, a saber: Cidade e dinâmica sócio-demográfica; **Cidade amigável, segura e inclusiva**; Cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente; Cidade dinâmica, competitiva e internacional; **Cidade e identidade global**; Cidade e “governança”. In *PDM LISBOA: ANÁLISE SWOT*, CML/DMPU, 2009: 8.

explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (1979: 387).

72

Isto porque o geógrafo sino-americano avançou a ideia de um *elo afectivo entre as pessoas e os territórios* (1990:4), que lhe mereceu o conceito de “Topofilia”. Que mais não quer dizer do que a aceitação dos vestígios materiais e imateriais nos espaços geográficos. Já numa fase ulterior e em alternativa à topofilia, Roca veio a propor o conceito de terrafilia, que funciona quase como um *up-grade* do anterior, corrigindo, então, as suas debilidades, nomeadamente a passividade. Enquanto este último prevê, igualmente, “a ligação afectiva entre a pessoa e o território”, mas acrescenta-lhe acções que visam o desenvolvimento territorial. Ou por outras palavras, a identidade territorial transforma-se num recurso para o desenvolvimento. (ROCA, OLIVEIRA e LEITÃO, 2008).

Dado que os lugares interessam não tanto pelo espaço físico em si mas, também, enquanto portadores de afecto, de identidade de uma comunidade ou de uma sociedade. Pertinente é também a leitura de Mike Featherstone (1997), decorrente da análise reflexiva que fez ao “fecho de século”, alertando para a probabilidade da *Globalização* impor uma lógica hegemónica. Daí ter deixado a sugestão de olhar para o(s) átomo(s) da vida quotidiana com uma sensibilidade que permita decifrar o sincretismo e a complexidade dos fenómenos que estão à nossa volta, pois, conforme advertiu, apesar de “não notados” são parte integrante da imagética de um lugar, são símbolos, são narrativas... e é nesta medida que se acredita que cada fragmento pode constituir um portal da compreensão da História.

“Espírito do lugar” e “Lugares de memória”

O arquitecto Christian Norberg-Schulz introduziu antes o conceito de “espírito do lugar”¹¹⁰, adiantando que devemos ouvir os lugares (numa lógica quase que

110 A Declaração de Québec (Canadá), em 2008, defendeu princípios e recomendações para a preservação do “spiritu loci” através da proteção do património tangível e intangível, na medida em que reconheceu a necessidade de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo. Mas o trabalho do ICOMOS a este respeito começou muito antes, mencionando apenas alguns marcos: em 2003 organizou a 14ª Assembléia Geral sobre o tema da preservação dos valores sociais intangíveis de monumentos e sítios; na Declaração seguinte em Kimberly o ICOMOS comprometeu-se a considerar os valores intangíveis (memória, crenças, conhecimento tradicional, ligação ao lugar) e também as comunidades locais - guardiãs destes valores. Em 2005, a Declaração Xi'an chamou à atenção para a

antropomórfica). Sem se afastar desta linha está a aceção de Louis Kahn (2003), *apud* (ABREU, 2007:172), ao ensinar aos alunos a perguntar ao lugar/obra o que este(a) quer ser, pois acreditava que só assim se poderia compreender a vocação dos mesmos. Mais adiante o autor, recorrendo a Victor Hugo, sugeriu a ideia “de natureza habitacional da arquitectura”, exemplificando com a relação entre a catedral de Notre Dame de Paris e o seu mítico habitante: Quasimodo!

A este propósito o ICOMOS tentou ultrapassar a separação “tangível / intangível” investigando sobre a possibilidade dos *dois interagirem e se construírem mutuamente*, [já que] *o espírito do lugar é construído por vários actores sociais, seus arquitectos e gestores, bem como seus usuários que contribuem activamente e em conjunto para dar-lhe um sentido*¹¹¹.

Sem nos afastarmos, traz-se o documento que este *Conselho* elaborou e que sintetiza de forma clara as linhas orientadoras respeitantes à transmissão do “espírito do lugar”:

- i. Reconhecendo que o espírito do lugar é essencialmente transmitido por pessoas e que a transmissão é parte importante de sua conservação, declaramos que é por meio de comunicação interativa e participação das comunidades envolvidas que o espírito do lugar é preservado e realçado da melhor forma possível. A comunicação é, de fato, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar;
- ii. Dado que geralmente as comunidades locais estão mais bem posicionadas para compreender o espírito do lugar, sobretudo no caso de grupos culturais tradicionais, nós afirmamos que são também aquelas melhor equipadas para sua salvaguarda e que estas devem estar intimamente associadas em todos os esforços para preservar e transmitir o espírito do lugar. Meios de transmissão não-formais (narrativas, rituais, atuações, experiência e práticas tradicionais etc.) e formais (programas educativos, bancos de dados digitais, websites,

conservação de contextos definidos enquanto aspectos físicos, visuais e naturais, assim como práticas sociais e espirituais, costumes, conhecimento tradicional e outras formas e expressões intangíveis na proteção e promoção dos monumentos e sítios que compõem o património mundial. Na América Latina destaque para a Declaração de Foz do Iguaçu, pois defendeu que tanto a componente tangível como a intangível do património são essenciais para a preservação da identidade das comunidades.

111 In *Declaração de QUÉBEC - Sobre a preservação do "Spiritu loci"*

ferramentas pedagógicas, apresentações multimídia, etc.) deveriam ser fomentados, porque não apenas garantem a proteção do espírito do lugar mas, acima de tudo, protegem o desenvolvimento sustentável e social da comunidade;

- iii. Reconhecendo que a transmissão intergerações e transcultural desempenha um papel importante na disseminação sustentada e na preservação do espírito do lugar, recomendamos a associação e o envolvimento das gerações mais novas, bem como de grupos culturais diferentes associados ao lugar, na tomada de decisões políticas e gestão do espírito do lugar.

Assim, depois de ter arrolado o “espírito do lugar” pede-se de empréstimo a Pierre Nora (1993) o conceito de “lugares de memória”. Pois tal como Nora, acredita-se nesta função tripla dos lugares. Estes assumem-se como “materiais”, na medida em que a memória social habita neles; “funcionais” porque capazes de cimentar a memória colectiva, e “simbólicos” visto que expressam uma identidade colectiva. A contradizer a Lisboa “espécie de capital do nada”, conforme lhe chamou Miguel Torga, fica a sugestão de Jorge Gaspar: (...) *Lisboa é, pelo seu passado e poderá ser também no seu futuro, uma cidade diferente no seu «sítio» único, uma cidade-local, que assim se confirma como uma cidade do Mundo, reforçando a identidade europeia.* (2003: 41-2). Ideia que H. Molotch tão bem defendeu em pouco mais de meia dúzia de palavras: *It is the idiosyncratic ways that places work that color what a thing can be.* (2002: 686)

Quanto aos *inputs* porque não recuperar a “visão” que a equipa de Pedro Costa (2009: 93) sugeriu no trabalho *Estratégias para a Cultura. Lisboa enquanto cidade de memórias e da contemporaneidade; cidade que promove as condições para a expressão cultural e para o desenvolvimento da criatividade* (...).

A pensar na escala bairro o ensinamento de Sharon Zukin (2010), nomeadamente quando a autora advertiu para a eventualidade de novas identidades locais poderem vir a “deitar fora elementos do passado”. Não obstante essa iminência, a socióloga considera que o desejável é o respeito pela autenticidade das comunidades, sendo que este pode, inclusivé, ser nutrido e galvanizado pelas redes de novos produtores e/ou consumidores.

Ora, na impossibilidade de ter saído da nossa pena o projecto de cidade já gizado por Carlos Fortuna, resta-nos subscrever cada linha e cada palavra. Todavia, se a visão de Fortuna for acusada de ilusão ficam as palavras de abono proferidas por Caraça: *Benditas as ilusões (...). Sem ilusão, nada de sublime teria sido realizado, nem a catedral de Estrasburgo, nem as sinfonias de Beethoven. Nem a obra imortal de Galileu.*

É preciso fazer das nossas cidades algo politicamente criativo e cultural e socialmente sustentável. O que é isto? É construir a cidade do futuro próximo como uma cidade nova. Quero dizer, construir uma cidade que corrija os principais erros da cidade de hoje e se mostre **uma cidade** justa, imaginativa, ecológica, tão compacta como policêntrica, **com memória e sentido de lugar**, de fácil contacto social, culturalmente diversa e, acima de tudo, uma cidade bela. (FORTUNA, 2002: 141).

Tal como o arqto. Pedro Ressano Garcia, considera-se que (...) *o estuário do Tejo é a causa «natural» da existência da cidade, além de construir a base para uma série de actividades em que sucessivas gerações de lisboetas se envolveram.* (2010: 47). Ainda que sob outra lente, uma nota a Ana Martins Barata (2009)¹¹² pelo artigo “A ordenação do espaço litoral de Lisboa, 1860-1940” e pela exemplar lição de síntese sob o longínquo interesse (eternamente adiado) em catalisar as potencialidades do Tejo.

Ora Tejo e “lugares de memória”... remetem-nos para a Madragoa e para os seus protagonistas: as gentes do mar, as varinas...

Era sobretudo na Ribeira que se vendia o peixe. Mercado muito movimentado, era nele que se podiam ver as célebres varinas. Vindas de Ovar, aos grupos, após a inauguração da linha de Caminho de Ferro do Norte, por cá tinham ficado, com os seus maridos, após o período de migrações sazonais. Os homens pescavam e as mulheres vendiam o pescado, ajudadas pelos filhos pequenos, tendo sido esta gente «ovarina» que viria a monopolizar o mercado do peixe da capital.

¹¹² Perpassando propostas de figuras modelares como o arqto. Pierre Pézarat, do eng. Thomé de Gamond ou o arqto. Ventura Terra, referindo, a dada altura, que o desejo de devolver ao rio o protagonismo de outrora motivou a necessidade de *melhoramentos e aformoseamentos de Lisboa, nos fins do século XIX e primeiras décadas de XX.*

A peixeira ovarina, depois simplesmente varina, de pé descalço e com o seu chapelinho de feltro preto sobre o lenço e a faixa apertada na anca, constituirá uma das mais consagradas figuras lisboetas, eclipsando totalmente o marido. A varina com os seus «truncos varonis» e as suas «ancas opulentas» tornou-se um símbolo de liberdade, agressividade e beleza. (BARRETO e MÓNICA, 1983: 30).

A sul, o rio estava muito próximo e por estes sítios da Bela Vista pululavam marinheiros que instituíram no Convento das Damas uma Irmandade de pilotos e Mestres náuticos, em honra de Nossa Senhora da Esperança, sua padroeira. E de tal modo ela prosperou que foi a designação da irmandade que prevaleceu até aos nossos dias. Até meados do século XIX abundavam mosteiros e casas de recolhimento. Depois, muitas dessas casas religiosas tornaram-se habitações proletárias e após a ligação ferroviária entre o Porto e Lisboa esse **bairro da Madragoa tornou-se marinheiro por excelência. Pátria lisboeta das varinas, tipo de mulher que encantou sobretudo os poetas e os estrangeiros fascinados pelo seu porte gracioso e pelo estribilho dos pregões. As varinas (ovarinas) eram gente nascida e criada à beira-mar. Oriundas do litoral entre Estarreja e Ovar, emigrando em ondas sucessivas para a capital, na busca sempre eterna de vida mais fácil, fizeram da Madragoa o seu bairro de eleição.** Os homens continuavam marinheiros, homens de estiva e pescadores, que o Tejo ainda estava longe de vir a ser um rio poluído e morto. (ADRAGÃO, PINTO e RASQUILHO, 1985: 121).

A colónia varina instalou-se nos casitéus da Esperança (a Madragoa dos velhos tempos) depois de se construir a via-férrea entre a capital e o Porto. Foi, portanto, no terceiro quartel do século XIX, que a *peuplade* varinal fixou residência em Lisboa. Anteriormente, já os varinos aqui, mas em número limitadíssimo e apenas de passagem.

Aquela colónia é constituída por mulheres da Murtosa e não por mulheres de Ovar. Umas e outras formam tipos diversos, porque, entre umas e outras, existem diferenças no aspecto, na sua estrutura física e nas qualidades morais. [...] As varinas jovens têm um atractivo ácido, uma frescura pueril; mas as varinas decrépitas lembram as velhas inglesas de Vítor Tissot, assemelham-se a cegonhas. A varina é laboriosa e sóbria, mas gananciosa e sórdida. Na estratificação do seu carácter, o mercantilismo representa a camada mais funda. Embriaga-se com o ópio dos galanteios, mas idolatra o dinheiro, idolatria que a torna pouco gravisca e a impede de resistir lucreciamente, como a declamatória matrona titoliviana resistiu a Sexto Tarquínio. Possui uma graça chula, ditos sápidos, *le tour piquant*. (PINTO de CARVALHO - TINOP, 1938: 161-2).

Tal como Elisabeth Wilson¹¹³ (1992: 158) acredita-se que as cidades são espaços para o “contacto face a face”. Mas para isso parece haver necessidade de pensarmos em (...) *espaços públicos generosos mas, sobretudo, humanistas, de ambientes caracterizados para favorecer o encontro, a permanência e o usufruto público, onde a presença de peças e instalações valorize o entendimento do lugar e promove o conhecimento sobre a sua vocação do passado com ambição de futuro.* (RESSANO GARCIA, 2010: 149). Daí estarmos de acordo com Fábio Costa Peixoto (2010:16) quando este afirmou que o património urbano tem como funções ser “guardião da singularidade das cidades” e simultaneamente pode constituir “uma estratégia do desenvolvimento local”.

113 De 1987 a 2001 docente na *London Metropolitan University* no curso de Estudos Culturais.

III

PATRIMÓNIO (I)MATERIAL

(...) **é mais fácil viver e sentir o património cultural imaterial** do que falar sobre ele. (CABRAL, 2011: 15).

Daí a importância de **olhar o Património cultural em ligação com as pessoas e as comunidades**, de modo a considerar e a concretizar uma **prioridade efectiva às pedras vivas, em vez das pedras mortas**. Temos, no fundo, de atribuir um valor especial ao Património cultural e à memória, como realidades que se projectam no presente e que podem contribuir positivamente para um mundo melhor. (d'OLIVEIRA MARTINS, 2011: 48).

Em Portugal (...) há regiões que, praticamente, perderam já as suas referências culturais tradicionais. Assim **acontece**, em especial, com as **grandes metrópoles**. (...) Ao serem proclamadas pela **UNESCO** como «obras-mestras» da humanidade (como tem acontecido em muitos países), **os patrimónios imateriais ganham**, obviamente, **uma nova «energia»** (...) Afinal, **está em jogo a memória e a identidade de um povo**. **Se ficarmos de braços cruzados, as futuras gerações, ao confrontarem-se com a necessidade de um retorno ao aconchego das suas identidades**, poderão acusar-nos de não ter tido o devido cuidado em preservar as suas referências culturais. Ou seja, **culpar-nos-ão de ter rompido o fio da memória que os liga às suas raízes**. (PARAFITA, 2010: 12-3).



“Todas as cidades têm micro-histórias que podem fazer delas cidades globais.”

Saskia Sassen

97

De certa forma, e após um olhar fugaz à História, arriscamos dizer que as *Memórias Paroquiais*¹¹⁴ (1758) levadas a cabo pelo padre Luís Cardoso, com o apoio incondicional de Marquês de Pombal, foram o primeiro levantamento de Património Cultural realizado em Portugal. O ministro do rei D. José I a propósito do terramoto de 1755 deu instruções a Luís Cardoso para dilatar um questionário¹¹⁵, a que este já se vinha dedicando, e dividi-lo em três partes, devendo assim compreender perguntas sobre a paróquia e suas gentes, a serra e o rio.

Deolinda Folgado (2010) dá conta do caminhar crescente de cartas, convenções e recomendações internacionais¹¹⁶ para acompanhar a extensão que o património tem vindo a assumir, e actualmente parece já não restar dúvidas sobre a dupla dimensão do Património Cultural Imaterial (PCI), aceitando-se a sua (i)materialidade. Acreditamos que as palavras de Arjun Appadurai (2002: 13) - *sem o património material, o património imaterial torna-se demasiado abstracto. Sem o património imaterial, o património material transforma-se numa série de objectos ou sítios ilegíveis* - não levantam discórdia. Tanto que Vítor Serrão (2008:12) afirmou que o «incorpóreo» é também por definição, *ele mesmo, «corpóreo»*, e Teresa Soeiro (2011), entre tantos outros, reiterou-o: *não faz sentido nenhum separar o Património Cultural Imaterial do Património Material, pois um não existe sem o outro. Não se pode dissociar o imaterial do material, uma festa dá-se sempre num determinado ecossistema.* (informação verbal)¹¹⁷. Lorena Sancho Querol, atenta à globalização, adiciona a essa constatação a responsabilidade de “caminhar pelo fio da memória”; e isso segundo a autora (...)

114 Para mais informação consulte <http://www.fcsh.unl.pt/memorias/atlas/apresentacao.html>

115 O inquérito era dirigido aos párocos e a qualidade das respostas acabaria por ser revelar diferente, uma vez que esta dependia da capacidade e do empenho de cada um dos eclesiásticos.

116 Através da elaboração de um quadro síntese Folgado (2010: 331-5) leva-nos a entender o caminho que se tem vindo a percorrer, no que tange ao Património, desde o ano de 1972 até 2005 com a “Convenção de Faro”, que teremos oportunidade de ver mais à frente.

117 In Seminário: “Património Imaterial e Memória”, realizado a 20 e 21 Outubro 2011 no Centro Cultural de Vale de Cambra; sob a organização da Área Metropolitana do Porto.

abarca o cultural, o científico, o material, o imaterial, o popular, o erudito ou o oral (...). (2010: 4).



Explanando sobre a memória e a identidade, Orhan Pamuk, Nobel da Literatura em 2006, deixou um apelo n' *Os Jardins da Memória: Quando o jardim da memória começa a desertificar-se, acarinhámos as suas últimas árvores e as suas últimas rosas, tememos por elas. Para evitar que sequem e desapareçam, acaricio-as, rego-as de manhã à noite! Não faço outra coisa que não seja recordar e voltar a recordar, com medo de esquecer!* (2003:29).

Na esteira do escritor turco surge o argumento de Fábio Peixoto, *a lembrança proporcionada pela memória permite aos sujeitos reencontrarem imagens de seu passado, prolongando o passado no presente. Quando esta memória se enfraquece, quando desaparece o grupo que lhe deu suporte, entra em cena a história* (...). (2010: 16).

Património: “uma herança de pais para filhos”...

Françoise Choay em *A alegoria do Património* enceta a obra precisamente com a origem etimológica da própria palavra «Património» e através do recurso ao Dicionário de Língua Francesa, *E. Littré*, esclarece que Património é *um bem de herança que passa, de acordo com as leis, dos pais e das mães para os filhos*.

Choay refere que na nossa “sociedade errante”, o “património histórico” tornou-se numa das palavras-chave da “tribo mediática” (2010: 11), pelo que a autora se compromete a não entrar nesse frenesim, adoptando uma abordagem de questionamento. O seu ângulo é o da reflexão, numa perspectiva que visa compreender o estado da sociedade e as questões que nela existem. Numa perspectiva diacrónica a autora foi atravessando décadas, quartéis, séculos... e foi trazendo à colação desde a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, perpassando pela arquitectura «menor» - explicando que esta tem origem em Itália, e que se refere às *construções privadas não monumentais, muitas vezes erguidas sem o concurso de arquitectos* - pela arquitectura «industrial» (reconhecida em primeiro lugar pelos ingleses). Prosseguiu explanando

sobre o domínio patrimonial¹¹⁸ e a forma como este *deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos*¹¹⁹, aldeias, cidades inteiras (...). Choay não tem dúvidas que o século XX tenha “forçado as portas do domínio patrimonial”. (2010: 13).



E se a autora se interroga sobre o que se entende por monumento, “do latim «monumentum», *ele próprio derivado de «monere» (advertir, recordar), o que interpela a memória.*” (2010: 17). Pois questionemos nós se estes “tesouros vivos”, que é como quem diz os anciãos da memória do passado¹²⁰, não serão também monumentos vivos, portadores de raízes ignoradas ou esquecidas. Será que *esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado (...) [não] pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade (...).* (2010: 17-8).

No âmbito da Revolução industrial, Choay, *apud* Williams (1958), explicou que *já nada é feito directa ou manualmente, tudo é efectuado de acordo com regras e obedece ao cálculo. Não é apenas o que exteriormente nos rodeia e o mundo físico que são agora organizados pela máquina, mas também o nosso mundo interior e espiritual.* (2010: 145). As palavras de Victor Hugo, trazidas a terreiro pela historiadora e professora de urbanismo, arte e arquitetura são deveras elucidativas da importância do passado: *é o que uma nação tem de mais sagrado, «depois do futuro» (...)* (*apud*, CHOAY, 2010: 146-7). A autora dá-nos também a conhecer as ideias de Ruskin e de Morris (séc. XIX) que consideraram os «conjuntos urbanos» e os edifícios individuais, como constelação de uma herança histórica. Esta tomada de posição de Ruskin é justificada pelo valor e

118 É pela mão do arqto. José Aguiar que se fica a par do trabalho precursor - *Townscape, its classification, preservation and recuperation* - do arquitecto Joaquim Cabeça Padrão (1921-1993) e da intervenção integrada que este preconizou para os espaços públicos e os tecidos urbanos no ordenamento do território, introduzindo uma ferramenta avançada para a época, nomeadamente os (...) *levantamentos morfo-tipológicos inovadores para uma sistemática protecção de áreas urbanas com valor histórico-cultural* (...). Cabeça Padrão ficará indelevelmente associado à região do Algarve graças aos 49 estudos de levantamento e caracterização patrimonial de núcleos urbanos (cidades, vilas e aldeias) elaborados na década de 60. (AGUIAR, 2010: 225).

119 A título de exemplo: A «villa» Savoye sofreu várias campanhas de restauro, mais caras do que as de muitos monumentos medievais. (CHOAY, 2010: 14).

120 Françoise Choay adianta que *os antropólogos nos ensinaram também que as sociedades tradicionais podiam, ciclicamente, por uma duração muito breve e ritual, abstrair-se do seu passado e dos seus costumes para viver na imediatez do presente. (Mauss) Mas estes parêntesis não confirmam senão a regra: indivíduos e sociedade não podem preservar e desenvolver a sua identidade senão na duração e através da memória.* (2010: 116).

pelo papel que atribuiu à arquitectura doméstica: *é a contiguidade e a continuidade das suas modestas habitações, à beira dos seus canais e das suas ruas que tornam Florença, Veneza, Ruão e Oxford irredutíveis à soma dos seus grandes edifícios (...)* [daí que] *toda a cidade antiga parece então representar bem o papel de monumento histórico*¹²¹. (CHOAY, 2010: 194). Em relação à Madragoa, Menezes (1998: 90) concluiu que “as representações colectivas do espaço são um duplo do próprio espaço”.

Para Eduardo Brito Henriques (2004) *Património é, com efeito, um conceito muito plástico. Ao longo do tempo, evoluiu no sentido de uma cada vez maior abrangência. Daí recuperarmos a metáfora de Choay: chegar ao património imaterial foi o forçar inevitável dessa porta. Realmente, as várias áreas disciplinares, a seu tempo têm-no reconhecido. Por exemplo o arquitecto José Aguiar (2005: 23) ao ter defendendo que hoje temos de preservar o físico, mas também o intangível (os saberes, as práticas culturais, as funções e as actividades históricas da cidade) (...). Entendimento partilhado por Arturo Rodríguez Morató, ao considerar que o conceito actual de património de fronteiras tão difusas que poderão incluir o material e o imaterial (...). Mas Morató vai mais longe, com base em Poulot (2006) afirmou que hoje em dia tudo é susceptível de patrimonialização, e todos podemos ser criadores de património. (2010: 37). Como que em jeito de resposta, antecipada, a proposta do sociólogo Franco Ferrarotti: a los «documentos» y a los «monumentos» deben agregarse los testimonios orales, vivos, inmersos en el calor del presente y del viviente (...). La historia de los príncipes debe acoger y aceptar la posibilidad de ser reescrita como historia de los súbditos. (1991: 109). Daí que vozes experientes alertem para o perigo da foclorização do património imaterial, dentre elas João Leal (2011). Ainda que o antropólogo não tenha dúvidas quanto à importância deste património intangível não deixou de advertir para o “perigo de paroquialismo” em que este pode incorrer (informação verbal)¹²². Mas a resposta firme surge dentre a sua própria área disciplinar, Izabela Tamasso parece*

121 Conforme mostra a leitura de F. Martins: *Um «travelling» aéreo sobre a Baixa pombalina, suficientemente perto para não se ver a abstracção de um mapa mas sem que deixe de ser uma representação distanciada de um largo conjunto de casas, ruas e praças abrindo sobre o rio, pode ter um extraordinário efeito. (...) a ausência da grandeza ou de «estilo elevado» é exactamente o que contribui para a magia do conjunto (...) manifesta[ndo] um conceito (...).* (2005: 359).

122 Aquando da participação do encontro “Inventário Nacional do Património Imaterial: desafios e perspectivas” realizado a 12 de Dezembro de 2011 no Museu Nacional de Etnologia.

dissipar qualquer dúvida, visto defender que a diferença *não é de objecto, mas sim epistemológica*. [Pois] (...) *manifestações culturais (dança, música, poesias, crenças, expressões, técnica, etc.), olhadas por folcloristas, são “folclore”, “facto folclórico”, “manifestação folclórica”. Aos olhos dos antropólogos, são “cultura”. Actualmente, a tendência de ambos é de percebê-los como “património”; ao menos pelo facto de que, ao serem potencialmente bens patrimoniais, ampliam as possibilidades profissionais de ambos*¹²³. (2006: 7).



Património cultural imaterial

O Património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e a sua história, proporcionando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana. In *Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial da Humanidade*, UNESCO, 2003 (Artº 2, alínea 1).

José Duarte Centeno Jorge considera que *se há algo que define o património enquanto herança cultural e que é comum a todas as suas acepções contemporâneas, esse algo é a imaterialidade*. (2003: 11); Clara Bertrand Cabral (2011) adianta que *o Património cultural imaterial é porventura, de todos os patrimónios, o mais difícil de explicar*. Com Márcia Sant’Anna compreendemos que a génese de preservar o património imaterial não surgiu na sociedade ocidental (mais associada à cultura material) mas sim nos países do Oriente. Quanto ao porquê da sua inventariação, a autora justifica que o *objectivo é manter o registo da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo (...)*. (2003: 52).

Antes de prosseguir, impõe-se lembrar o contributo dado pela Etnografia, entre outras disciplinas que se poderiam mencionar, antes da actual designação de PCI - estabelecida pela “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” (Paris, 2003) e ratificado pelo regime jurídico nacional com o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de

¹²³ No entanto, *aos investigadores pede-se que não entrem em histerias, daí que se torne vital a adopção de uma postura permanente de (...) reflexão sistemática sobre a prática antropológica, no sentido metodológico e teórico, como garantia de participação responsável e ética*. (TAMASO, 2006: 18).

Junho (ANEXO D). José Leite de Vasconcelos, ainda no Estado Novo, argumentava que através da Etnografia *apreciamos a vida de um povo (...) os seus hábitos, as suas aptidões, ficando habilitados o sociólogo, o legislador e o político para lhe aproveitarem as virtudes, combaterem os defeitos (...)*. (1933: 334). Actualmente, e quanto à Convenção, Richard Kurin (2007:18), especialista na área da Etnografia e Antropologia Cultural, não acredita que esta possa *per si* salvaguardar todo o património vivo espalhado pelo mundo; não obstante, afirma que “ainda não temos nada que seja melhor”.



A Convenção-Quadro do Património Cultural do Conselho da Europa (Faro, 2005) também é um instrumento inovador que reconheceu o património cultural como uma realidade dinâmica, envolvendo tradições e criação contemporânea. (ANEXO E)

Pois bem, neste tributo importa sublinhar os trabalhos da equipa de Jorge Dias (Jorge e Margot Dias, Fernando Galhano, Benjamim Pereira e Ernesto Veiga de Oliveira); Pais de Brito; Michel Giacometti, com a recolha, até meados dos anos 80, de cantares e músicas tradicionais portuguesas no quotidiano do trabalho; aos de Paulo Ferreira da Costa (1999) em Montejunto¹²⁴, entre outros. Actualmente e à luz das directrizes que a UNESCO definiu, não podemos deixar de olhar para o trabalho amplo de Álvaro Campelo (2007) e de Alexandre Parafita (2007), referente ao Minho¹²⁵ e Douro¹²⁶, respectivamente. A proposta, fundamentada, de um “saber-fazer” no que tange à olaria pedrada de Nisa merece que refiramos o trabalho de Clara Bertrand Cabral (2009a). Todavia, e já consagrado pela UNESCO está desde 2010 a Dieta Mediterrânica. Um exemplo de uma candidatura partilhada por Espanha, Grécia e Marrocos, e a que Portugal (representado por Tavira), Chipre, Argélia e a Croácia se candidataram também, já em 2012. Não obstante, Clara Bertrand Cabral (2011: 212), face a um passado ainda recente, esclarecer que Portugal *durante o período de vigência do*

124 Que entre o património construído de maior relevo conta com a *Real Fábrica de Gelo*, classificada como Monumento Nacional no final da década de 90 do século XX - pelo Decreto n.º 67/97, DR 301, de 31 de Dezembro de 1997. Este parece ser um bom exemplo de uma postura integrada que foi capaz de revalorizar e devolver um património, antes em ruínas, à comunidade. Mais informação disponível em, <http://www.realfabricadogelo.com/rfg/historia/redescoberta.html> [consultado em 24-09-2011].

125 Mais especificamente o concelho de Ponte de Lima.

126 Mais especificamente o concelho de Tabuaço.

programa “Obras-primas do Património Cultural Imaterial da Humanidade” apresentou duas candidaturas, mas tanto “os Impérios dos Açores” como o “Património Imaterial Galego-Português”, por razões várias, não tiveram o desenlace desejado.” Amargura que talvez fique agora amortecida com a consagração do Fado¹²⁷, a 27 de Novembro de 2011, a Património Cultural Imaterial da Humanidade. Afinal, segundo Guilherme d’ Oliveira Martins (2011: 49), *o Património cultural, num sentido amplo, poderá levar-nos a compreender a realidade humana (...)*. Destaque, ainda, para a “Capeia Arraiana¹²⁸” no concelho do Sabugal que desde 4 de Novembro de 2011 constitui a primeira manifestação registada no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*¹²⁹. Sem dúvida que conhecer mais de cada cultura em particular é conhecer mais a Cultura enquanto mega empreendimento humano. Daí que Nuno Martins e Cláudia Costa defendam que (...) *o conhecimento da paisagem cultural pressupõe uma muito especial atenção ao património intangível, que é porventura aquele sobre o qual dispomos de menos informação. A reinterpretação da paisagem cultural passa pelas recolhas etnográficas, por ver e ouvir as populações locais, descobrir os últimos representantes de um saber consuetudinário.* (2009: 61).

Nesta caminhada do tangível para o intangível crê-se que o filme “tesouros vivos¹³⁰”, em 1993, tenha imortalizado a cultura japonesa, e simultaneamente despertado para a caminhada do imaterial.

127 Candidatura desenvolvida pela Câmara Municipal de Lisboa através do Museu do Fado em parceria com o Instituto de Etnomusicologia da FCSH da Univ. Nova de Lisboa. Para mais informação sugere-se a consulta ao endereço <http://www.candidaturadofado.com/>

128 Não seria justa se não aproveitasse a oportunidade para agradecer a disponibilidade que o Dr. Norberto Manso (CMSabugal) colocou ao dispor do grupo do PCI da CML.

129 Para mais detalhe consulte o endereço http://www.matriz.imc-ip.pt/pt_matrizpci.php

130 A este propósito veja-se o filme realizado por Norris Brock na Mediateca da Universidade Lusfada ou na CMAmadora.

Rui Matoso em articulação com as características que definem a sociedade pós-moderna refere outra potencialidade do PCI,



[...] é um recurso com elevado potencial económico, sendo aquele que pela sua plasticidade e imaterialidade melhor se adequa aos processos de produção e difusão associados às tecnologias de informação¹³¹, designadamente à digitalização. De facto, os conteúdos culturais que constituem, por exemplo, as recolhas de som e de imagem de tradições orais e musicais, podem facilmente ser disponibilizados em vários suportes digitais ou em linha, sem que daí resultem perdas de significado ou reduções significativas da qualidade da percepção estética, dando por isso origem a novas utilizações e a produções complementares. (MATOSO, 2006: 5).

Donald A. Ritchie (2003: 19), Alexandre Parafita (2007: 12) ou Judite Primo (2008: 57), entre outros, também comungam da ideia do PCI poder recorrer às novas tecnologias da informação e da comunicação. E Xavier Greffe (2009: 104) não só corrobora a ideia, como enfatiza o facto dos activos intangíveis, em sentido lato, estarem a ser negligenciados. A par disso afirma que a economia do conhecimento prevê que o imaterial venha a assumir um papel crucial na definição e produção de novos bens.

Por forma a compreender a importância da salvaguarda do PCI, mas antes importa perceber a que nos referimos quando falamos de PCI. Daí que a figura abaixo (6) tenha o propósito de o clarificar. De seguida traz-se vários argumentos, de diversos quadrantes, sobre a importância do PCI.

131 A este propósito não se pode deixar de mencionar o projecto *Memoriamedia e-Museu do Património Imaterial*, que desde 2006, com a parceria do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, e com o apoio da FCT, recolhe e difunde conteúdos de tradição oral, disponível em <http://www.memoriamedia.net/> [consultado frequentemente]. Afinal como refere Morató [...] *houve alterações decisivas na territorialidade da cultura em diversas escalas - local, nacional, global -, onde a dinâmica social é espacialmente estruturada. [...] Nas últimas décadas, com a profunda transformação técnica das comunicações - o auge da internet, a digitalização dos conteúdos, a difusão por satélite -, bem como a intensificação radical da mobilidade humana, os padrões de interacção cultural à escala global e a estruturação territorial dos fluxos culturais alteraram-se. Estas alterações respondem ao - e ao mesmo tempo contribuem para o - avanço da sociedade da cultura.* (MORATÓ, 2010: 42).

Figura 6 – Dimensões / eixos do PCI

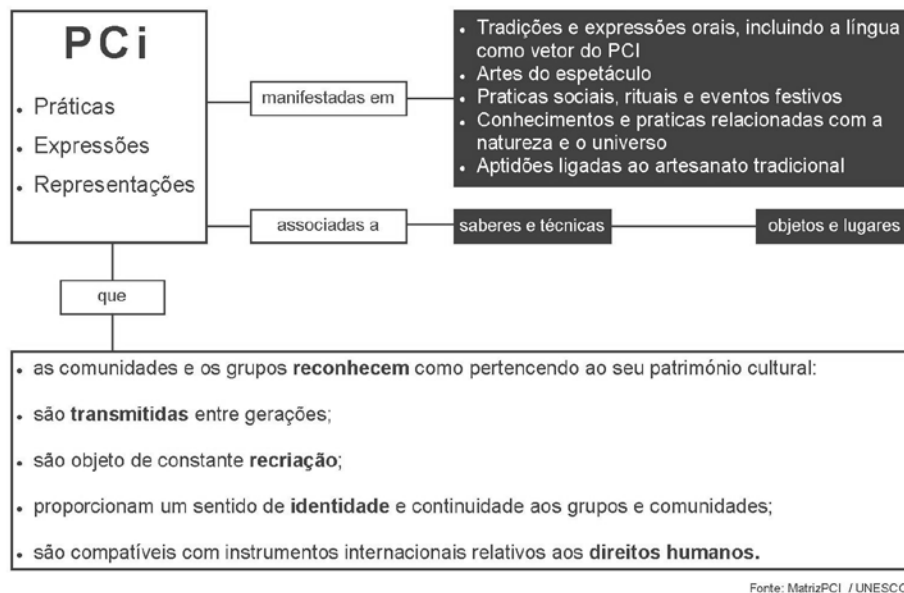
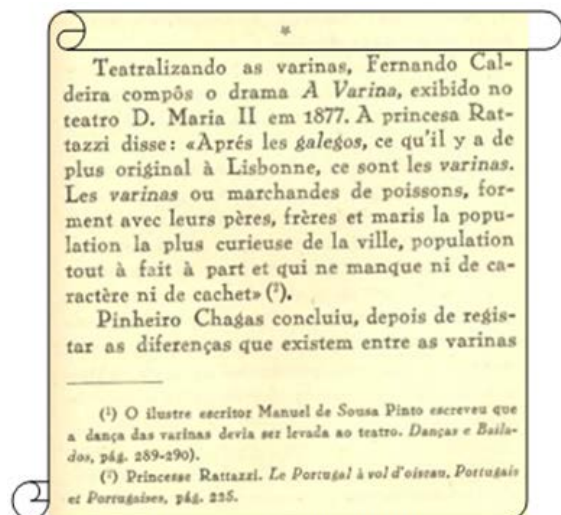


Figura 7 – A originalidade das varinas

[...] o Património Imaterial vive das improvisações dos seus detentores [...]. É a forma como ele marca e define uma identidade de pertença numa determinada época e como se recorre a essa identidade para definir o passado, entender o presente e programar o futuro, que esse património pode ser classificado como pertença de uma determinada comunidade [...]. (CAMPELO, 2007: 9).



Fonte: (PINTO de CARVALHO [TINOP], 1938: 167).



Rosa Pomar (artesã e autora do blogue *A Ervilha Cor de Rosa*) em entrevista para a revista *Montepio* afirma que,

Fala-se muito em património imaterial e, por norma, as únicas pessoas habituadas a este termo são as que trabalham na área da música¹³². Mas património imaterial não é só música. Perceber como se faz meias na serra de Montemuro e como isso é tão diferente se for feito no Alentejo também é património imaterial. Na realidade, património não são só as meias - que podemos guardar nos museus -, antes perceber, conhecer e preservar as técnicas usadas para fazer determinados objectos que são, de facto, diferentes de Portugal para o resto do mundo. São um património cultural que nos pertence e que não está registado. (POMAR, 2011).

Em 1985, uma aloescente de nome Catherine Evans vivendo na pequena cidade de Dalton, na Geórgia, fez uma coberta como prenda para um casamento. Tratava-se de uma coberta original para a época, pois era acolchoada; a arte dos acolchoados tinha-se vulgarizado nos séculos XVIII e inícios do século XIX, mas tinha caído em desuso à época. Consequência directa dessa prenda de casamento; Dalton emergiu, depois da Segunda Guerra Mundial, como o principal centro de alcatifas dos EUA. Seis das vinte maiores empresas de alcatifas do país localizam-se em Dalton [...]. Krugman, 1991 *apud* (PONTES e SALVADOR, 2002: 277).

O património imaterial, por sua vez, por sustenta-se em suportes extremamente frágeis que a sociedade moderna e a Globalização põem permanentemente em causa, está em risco de perder-se. Aliás, uma parte significativa ter-se-á já perdido com a extinção dos respectivos contextos, associados à vivência rural [...] perderam-se muitos contos e lendas porque se extinguíram os fiandeiros e quase já os serões à lareira; perdem-se as fórmulas de rezas, mezinhas, superstições e agouros [...]. Perdem-se também os textos de muitas orações populares¹³³ por força da extinção dos antigos rituais de morte e da

132 - A este propósito não deixe de ver o interessante trabalho *A Sinfonia Imaterial* que Tiago Pereira tem vindo a desenvolver.

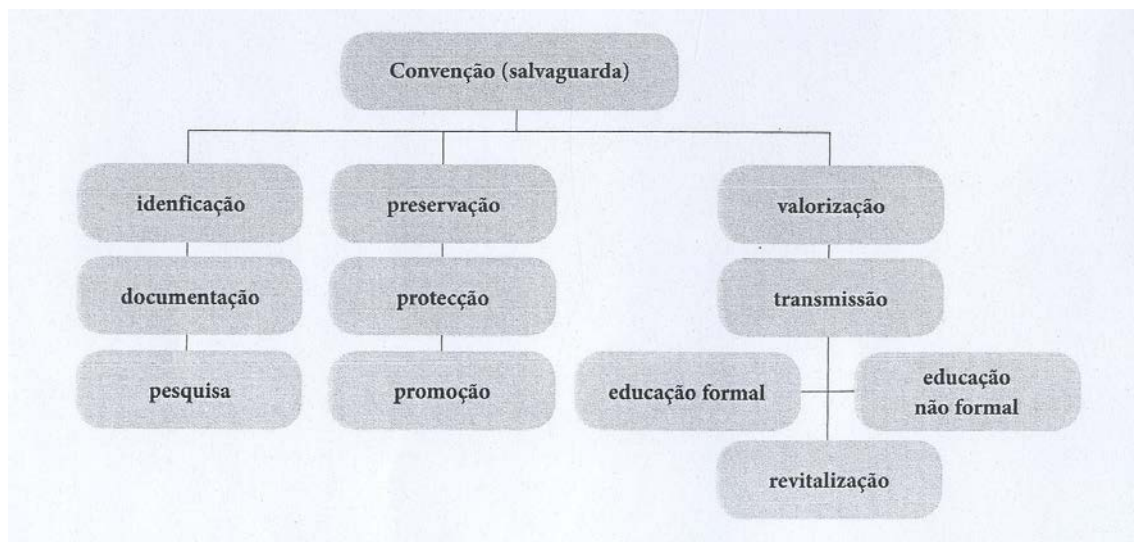
133 E aqui perdoem-me se considerarem que este episódio é demasiado “meu”; mas mesmo assim, e na senda de Morin ao defender que “quanto mais Outro, mais Eu”, arrisco a partilhá-lo. No Verão passado, e a propósito do regresso pela incursão ao Norte de Portugal, conversava com a minha irmã Manela e questionava-a sobre a forma “tradicional” de se confeccionar o “galo de Barcelos”. Deveria ser “corado” ou de “cabidela”? Ambas fomos escorrendo sobre a lenda e tecendo ideias sobre o assunto; daí foi um salto à reflexão sobre a aridez e o “risco” que corre o PCI. Nessa deambulação familiar entre o ontem e o amanhã acabei por entrar num portal, via recordações de infância da minha irmã (hoje com mais de cinquenta anos), e aceder à memória oral do meu pai. Um privilégio que a deixar escapar corria o risco de nunca mais recuperar, portanto, tal qual embaixadora de brumas, empunhei uma caneta e registei esse pedaço da minha identidade familiar. Assim, ao ritmo da memória alheia ia escrevendo estas orações populares:

Pai-nosso pequenino, quando Deus era menino, tinha a chave do Paraíso, quem lha deu, quem lha daria? Ou foi S. Pedro ou Sta. Maria, cruz em monte, cruz em fonte, que o demónio não me encontre, nem de noite, nem de dia, nem

adaptação de novas práticas civilizacionais relacionadas com a doença e outras obsessões íntimas; entretanto, vão-se perdendo apodos, ditos e pragas porque se extinguem tradições e trabalhos rurais como matanças de porco, lagaradas, torna-geiras, etc.. [...]. (PARAFITA, 2010: 12-3).



Figura 8 – Etapas da salvaguarda do património cultural imaterial, segundo a Convenção da UNESCO



Fonte: (CABRAL, 2009b: 138).

ao píncaro do meio-dia. Já os galos cantam, já os anjos se levantam, já nosso Senhor subiu ao céu e está Sentado à direita de Deus Pai para redimir e salvar para sempre. Amen Jesus.

Divino Espírito Santo, vós que me esclareceis em tudo e que iluminais todos os caminhos para que eu atinja o meu ideal, e me dais o dom divino de perdoar e esquecer o mal que me fazem, estai comigo em todos os instantes da vida. Eu quero, neste curto diálogo, salientar que por maior que seja a ilusão material não será o mínimo da vontade que sinto de um dia estar convosco e com todos os meus irmãos na Glória perpétua. Amen.

Aproveito a oportunidade para deixar uma nota de agradecimento à memória do meu pai pelo “aconchego” que estas orações têm significado para mim. Aos demais, lanço um repto: vasculhem e registem as vossas memórias para poderem construir o vosso próprio referencial identitário, no fundo será o PCI de cada um, o acervo imaterial de cada família, de cada profissão, de cada bairro... um legado para a Humanidade.

Se a ideia parecia não ter sustentação, esta ganhou forma depois de ler a entrevista a Robert Darnton (director da biblioteca de Havard). Este encetou um projecto que passa por construir a maior biblioteca da história da Humanidade (DPLA – Biblioteca Pública Digital dos Estados Unidos). A propósito da “morte do livro” diz antes que “devíamos regozijarmo-nos por podermos aliar o texto impresso às tecnologias digitais. A ecologia da informação enriquece-se, não se perde.” À pergunta – A biblioteca pública digital não vai, pois, ter apenas livros... responde que “vai ter todo o tipo de suportes. Imagens fixas e animadas, música, etc. (...) Por exemplo, cada estado dos Estados Unidos encetou programas de digitalização da imprensa diária. Os arquivos digitais desses jornais fazem agora parte do catálogo da Biblioteca do Congresso. [em analogia Lisboa tem a Hemeroteca]. Darnton refere que a Biblioteca digital vai abarcar um público que vai desde os universitários, a idosos (a terceira idade), utilizadores da escola primária e secundária. A previsão para a DPLA estar online é Abril de 2013. In jornal *The Boston Globe*, 24-07-2011.

Para terminar este capítulo escolheu-se as palavras de Paulo Ferreira da Costa:



Portugal, já o sabemos pelo menos desde o Concurso “A Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, promovido em 1938 pelo Secretariado de Propaganda Nacional com a colaboração das Juntas de Província, encontra-se repleto de coloridos, ancestrais, vibrantes e originais exemplares do nosso património cultural imaterial. Mas, decorridos precisamente setenta anos sobre aquela iniciativa, não poderá ser hoje a mesma estratégia nacional para a sua valorização, em particular no que respeita à actuação dos organismos no âmbito do Ministério da Cultura. Antes, poderá ser esta a oportunidade para sistematizar o nosso conhecimento sobre os demais tesouros que aguardam ainda, discretamente, pela nossa (re)descoberta, desde logo através da revisitação, sistematização e actualização, por confronto com o terreno, de inúmeras recolhas – etnográficas, etnomusicológicas, orais, audiovisuais, etc. – dispersas por variadas instituições [...]. (2008: 30).

IV

CRIATIVIDADE Urbana¹³⁴: *input* de mudança...

A criatividade é isto: uma magnífica desobediência. (...) Platão, príncipe da Filosofia, identificou a criatividade com um acto de memória e de recordação. **Para ele, inventar é recordar.** (JARDIM, 2009: 12).

Creativity is truly a limitless resource; it is something we all share. (FLORIDA, 2012: xi).

Crucially **creativity is a journey not a destination** (...). **Every creative output has a lifecycle** and as time and experience of the innovation in action unfolds, **it will itself need to be adapted and reinvented again.** (LANDRY, 2000: 14).

As cidades contemporâneas (...) colocam problemas de urbanismo muito diferentes e necessitam de soluções adaptadas a contextos variados. **Fazem apelo à criatividade.** (ASCHER, 2010: 105).



134 Julga-se que Portugal, a par com a Holanda, a Itália, o Reino Unido e a Rússia, ao ter assinado o Memorando de Entendimento (em Nápoles) no Encontro Europeu sobre Criatividade Urbana, dá um sinal claro de se querer posicionar na “linha da frente” desta rede internacional de criatividade urbana.

“O pensamento lógico pode levar-te de A a B, mas a imaginação leva-te seguramente a qualquer parte do Universo.” Albert Einstein

29

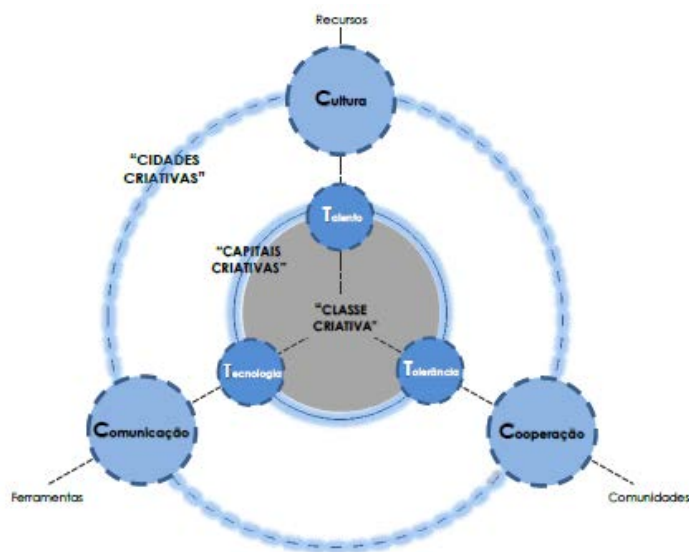
As regiões urbanas em todo o mundo deparam-se hoje com problemas e desafios que ontem nem sequer imaginavam. A pós-modernidade, que Carlos Fortuna (2006) apelidou de “cultura de velocidade e de instantaneidade”, obriga a activar condutas prospectivas e dinâmicas, quer aos cidadãos, quer às cidades... Cidades que querem, necessitam, tomar um lugar neste *ranking* galáctico. Para isso muito pode contribuir os mega-eventos, com eco nas infra-estruturas, nos transportes e redes urbanas, no emprego e na “máquina” da publicidade e do marketing. (cf. Henriques, 1994, 2003). Mas e depois? Puig (2004), com todo o relevo que teve na implementação da marca Barcelona, perguntou pelo “pós-diversão”, ou, seja, o quotidiano. Ross Chapin (2011) em *Pocket Neighborhoods* defendeu as comunidades de pequena escala, onde haja lugar à interacção face-a-face. Por cá, Mega Ferreira também enfatizou a importância pessoal, crescente, que tem vindo a dar à escala do bairro, da freguesia. A dada altura, até ironizou “do Mega ao micro... é a idade!” (informação verbal).¹³⁵

Mas os dados falam por si: as cidades criativas¹³⁶ que exprimem um magnetismo que as fez entrar num vórtex virtuoso, são aquelas que têm utilizado a cultura, em sentido lato, para potenciar o desenvolvimento económico e social. Charles Landry (2000) dá diversos exemplos, Landry defendeu-se afirmando que deu mais exemplos da Europa não porque a Europa seja mais criativa que os outros continentes, mas simplesmente porque é o continente que conhece melhor. Mas Cristina Latoeira esclarece que o termo utilizado para expressar *o conceito emergente de Indústrias Criativas, que intersectam a criatividade, a arte, o negócio e a tecnologia, ainda não é consensual, nem existe, para já, uma definição “científica” devido à complexidade da sua origem.* (2007: 214).

135 Aquando do período de revisão do PDM de Lisboa e da apresentação do estudo levado a cabo pelo ISEG/ICS que apresentava a proposta de redução das 53 freguesias de Lisboa, hoje 24. Lisboa, *Teatro Aberto*, Nov. 2010. Os documentos de trabalho e o referido estudo estão disponíveis em www.modelosdegovernacao.am-lisboa.pt.

136 É segundo a Carta (2007): *Uma cidade criativa alimenta-se, portanto, da interacção fértil entre Cultura, Comunicação e Cooperação, recursos essenciais dos Conselhos Municipais, dos planeadores, dos arquitectos e designers, uma vez que representam o vértice do seu próprio trabalho, um guia indispensável para a inovação e a produção com qualidade, equilibrando a livre iniciativa e empresa e contribuindo para a felicidade global das comunidades que procuram servir.* (MATEUS, 2010: 19).

Figura 9 – Os grandes factores da Criatividade (3 C's de Landry abraçam os 3 T's de Florida)



Fonte: (MATEUS, 2010: 19).

Rolando Borges Martins explica-nos estes 3 “Cs” de Charles Landry: “*Cultura*” enquanto *identidade da cidade, seu patrimônio, seu passado e a imagem que este projeta no seu presente e induz seu futuro*; “*comunicação*” enquanto *modelos de aproximação (físicos, tecnológicos) dos seus habitantes e minimização dos conflitos e afastamentos*; “*cooperação*” enquanto *interação e aceitação explícita da diversidade*. (2011: 79).

Pelo que, e cremos que sem o desiderato do passado, a criatividade¹³⁷ assume-se hoje como um aspecto fundamental na organização do espaço urbano e na estrutura espacial das “actividades criativas” (COSTA *et al.*, 2009), permitindo a aglomeração e a criação de meios e ambientes específicos para o surgimento e reconhecimento da criatividade - *creative classes*¹³⁸ (FLORIDA, 2012). A cultura atribui significado aos locais,

137 Dinâmica a que a CMLisboa tem estado atenta. O facto de ter vindo a apoiar eventos no domínio da criatividade / empreendedorismo como o *TEDxEdges Lisboa*, o *Silicon Valley comes to Lisbon* ou *Sandbox Global Summit* parecem ser a prova disso. A somar ao facto de ter sido inaugurada em Fevereiro a nova incubadora de Lisboa. A *START UP LISBOA* é uma parceria da CML com o Montepio Geral e o IAPMEI que tem como princípio norteador estimular e apoiar a criação de novas empresas.

138 As *creative classes* são entendidas como aquelas que têm capacidade de criar novas ideias e novas formas de pensamento, que são transformados, através da actuação de empreendedores, em produtos e serviços para a sociedade de consumo (UNCTAD, 2008). A classe criativa é composta por cientistas, engenheiros, professores universitários, arquitectos, poetas, artistas plásticos, performers, etc...

distintividade e unicidade, valorizando o património e simultaneamente, ligando a inovação à criatividade, através da atracção de pessoas e da troca de ideias. Ana Cristina Leite é da nossa opinião, segundo a directora do museu da cidade *o Património é, ou deve ser, assumido de forma cada vez mais imaginativa e criativa (...)*. (2003: 23).

49

Um pouco mais lateral, quantos locais não ficam indelevelmente associados a nomes de arquitectos ou *designers*? Veja-se o museu *Guggenheim* em Bilbao do arqto. Frank Gehry, a torre do arqto. Santiago Calatrava em Barcelona, a *Opera House* do arqto Jørn Utzon em Sydney, ou *O Arco e a Orquídea* em Xian, China, do arqto. Bernardo Rodrigues.

Esta procura pelo desenvolvimento convida à consciencialização da população e à sua participação, por forma a uma cultura colectiva, reforçada pela coesão social e assente na confiança. A nível governamental esta preocupação regional é já uma realidade. É notório o esforço que se tem empenhado na propagação de políticas que ajudem a alcançar a modernização económica através da inovação, da criatividade e da adaptação a um contexto de mudança permanente. Ainda que sejam apontadas como insuficientes e pouco integradas, conforme refere Carranca (2004) ou Costa (2007, 2009), entre outros. Augusto Mateus (2007) é ainda mais incisivo:

As actuais estruturas de governação e de administração de Lisboa manifestam, de forma muito clara, a desorientação sedimentada ao longo de diversos anos: uma considerável desconexão com os ritmos da cidade; a falta de estratégias integradas de cidade; a falta de uma cultura e de uma dinâmica de planeamento mais activo ou mesmo pro-activo; a manifesta exaustão financeira; a desmotivação organizacional instalada; a grande distância face aos anseios, às necessidades e às expressões do cidadão. (in <http://cartaestrategicacm-lisboa.pt>)

Landry (2001) refere que as cidades que tenham como farol o desenvolvimento urbano, de base cultural, terão quatro tipos de impacto, a saber: *benefícios económicos*, como a criação de novos empregos, *benefícios físicos e ambientais*, *benefícios sociais*, como a segurança em lugares de utilidade pública e *benefícios simbólicos*, relacionados com a própria imagem urbana. A este respeito, Richard Florida (2004) aponta a qualificação do ambiente urbano, cultural e social do território como uma política urbana prioritária. O

autor sustenta ainda, que esta realidade irá incutir, nas classes criativas, o desejo de habitar e trabalhar nesses locais. Em parte a elas se deve a procura pelos centros históricos das cidades, a contrariar a tendência de afastamento paulatino do “CBD” (Central Business District) dos últimos anos. Teresa Barata Salgueiro constatou que *depois da época suburbana nota-se um novo interesse pelo centro. A «moda» da salvaguarda do património, a grande divulgação da História, a nostalgia do passado e de um certo tipo de cidade mais humana e convivial estão a contribuir para a requalificação de algumas áreas centrais acompanhada da sua reocupação pelos grupos mais favorecidos. Este processo não é mais do que a apropriação pelos grupos de maior poder económico das vantagens da centralidade e das relações de vizinhança típicas da cidade.* (1992: 359). Neste sentido os trabalhos de Walter Rodrigues (1999, 2010), de Firmino da Costa (1999), de Sergi Martinez Rigol (2000) ou de Sharon Zukin (2010) têm atribuído a este fenómeno para além, da inevitável, carga funcional, a sócio-cultural. E se a componente “física” é por demais evidente, Walter Rodrigues (2010) em *Cidade em Transição* sublinha, antes, a partilha de espaço por diferentes “mundos de vida”. Peter Kageyama adverte que *menosprezar os efeitos da gentrificação, sem reconhecer que quando se perde algo outra coisa deve ser ganha, estão ignorando o crescimento da comunidade como um todo.* (2011a: 59), e Rolando B. Martins (2011: 81) adverte para a necessidade de conciliação/envolvimento dos *newcomers* com a população autóctone.

Criatividade(s)?

“We`re looking outside the box because the box we`ve been looking inside is empty”

(Dubner, 2003 in *New York Times*)

Numa entrevista¹³⁹ recente à *Asean TV* pediram a John Howkins para definir o que é a criatividade. O “pai” da “Economia Criativa” e da “Ecologia Criativa” respondeu que há muitas definições, mas segundo ele a criatividade passa, essencialmente, por “usar

139 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=n18OSRW9OXU&feature=relmfu>

ideias para criar novas ideias, ideias que podem vir de algures, alguém... e que podem ser (re)usadas, está também muito associada ao sonho”, afirma Howkins. Mas Mota, Remoaldo e Ribeiro fazem uma síntese onde transparece todos os aspectos que julgamos de salientar.



[...] A criatividade tem a ver com o trazer algo à nossa existência, tem a ver com o criar e inventar, usar a imaginação. É a capacidade de resolver problemas inesperados. A verdadeira criatividade envolve a experimentação, a originalidade, a capacidade de quebrar regras, ser inconventional, construir cenários futuros ter um pensamento lateral e flexível [...].¹⁴⁰ Para Kunzmann (2006), invocando Domenico de Masi, a criatividade é um objetivo que dá significado, que dá vida, que nos arrebatava pela surpresa. Mas também é algo misterioso, rebelde, impertinente e simpático. A criatividade está aliada a termos como a inovação que, segundo Escalera (2008), pode ser compreendida como a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Por outras palavras, a criatividade é a formação das ideias e a inovação é a sua colocação em prática. [...] para Cadima Ribeiro (2009), aos 3 T's [de Florida] importa juntar um quarto atributo: a Distinção, reportada à qualidade de vida e à variedade de equipamento social e cultural disponíveis. [...]. A nível internacional podemos recordar o Sistema Arqueológico Venusiano, com uma forte dimensão simbólica e emocional [...]. (2012: 62).

“The real voyage of discovery consists not in seeking new lands, but in seeking with new eyes.” Marcel Proust

Pereira Marques, com base em Tapia (2005), sintetiza com mestria a teoria da “industrialização difusa”: *Com a crise dos modelos redistributivos de inspiração Keinesiana no contexto de crise económica das décadas de 70 e 80, o Espaço passa a ser considerado numa acepção de “Território”, assumindo-se que, para além da sua componente física, são sobretudo, os indivíduos, as colectividades locais e a sua interacção com o meio que poderão potenciar o Desenvolvimento.* (2008: 21). Sendo

140 Os autores referenciavam (Landry, Bianchini, Ebert, Gnad e Kunzmann, 1996)

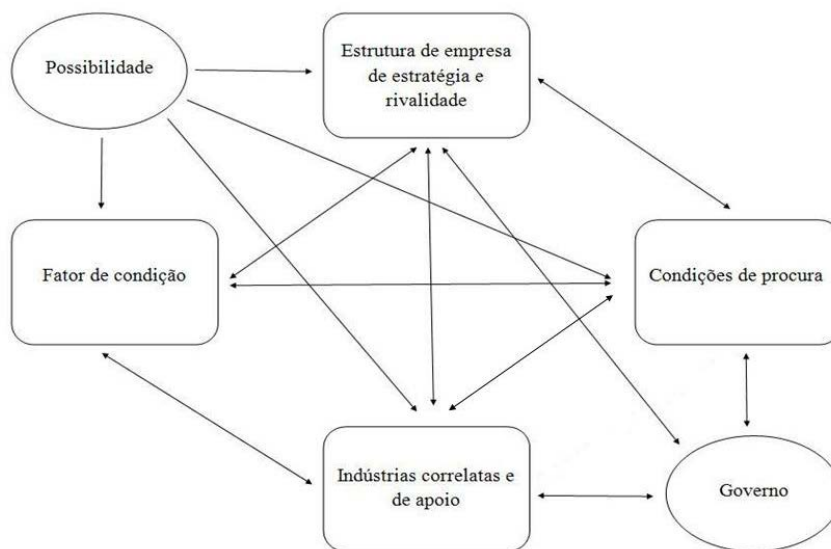
que a “Terceira Itália” se impõe, enquanto exemplo paradigmático. Uma estratégia de crescimento de base local, via *bottom-up*, que demonstrou saber o que é a sustentabilidade. O modelo da *Terceira Itália*, (constituída por 60 regiões), com distritos industriais, na Lombardia oriental, na Emilia Romagna, em Veneto, Toscana e Marche, caracteriza-se pela existência de redes muito densas de pequenas empresas, situadas no meio rural ou nas cidades de pequena ou média dimensão com uma história marcada pelo municipalismo e por fortes tradições técnico profissionais, muito inovadoras, especializadas na produção de determinados bens, destinados a ser vendidos a uma clientela desejosa de qualidade e particularmente flexível no que se refere ao preço (AMIN e ROBBINS, 1990). O resultado foi o aumento da taxa de emprego, numa zona que era das mais fustigadas de Itália, e a penetração dos produtos culturais desta região nos mercados internacionais, graças à qualidade e *design* e ao legado de artesãos qualificados dedicados a servir uma clientela tradicional. Pois, *a novidade consiste em que os elementos inconciliáveis da cultura, arte e divertimento, sejam reduzidos a um falso denominador comum, a totalidade da indústria cultural. Esta consiste na repetição. Que as suas inovações típicas consistam sempre e tão só em melhorar os processos de reprodução de massa, não é de fato extrínseco ao sistema.* (HORKHEIMER e ADORNO, 1969: 174).

Da “Terceira Itália” à “Terceira Lisboa”

O objectivo será “descobrir” em cada território, começando pelos bairros tradicionais, o seu PCI. E assim contribuir, com os aspectos intangíveis, para os micro-clusters culturais de Lisboa. Interessa fazer um parêntesis para perceber como se chegou ao “cluster” de que todos falamos. Alfred Marshall, ainda no século XIX e primeiro quartel do século XX, foi o primeiro investigador a descrever e analisar o funcionamento das aglomerações económicas inglesas, tendo por base dois centros industriais têxteis – Manchester e Sheffield – os quais designou por “distritos industriais”, avançando com a formulação dos conceitos de “economias externas”; “economias de aglomeração” e “atmosfera industrial”. O autor argumentou que a concentração industrial e a especialização sectorial induziam à concentração de mão-de-obra qualificada, promovendo a circulação de informação e *Know-how* entre as empresas, conferindo-

lhes, assim, vantagens empresarias. Hans Mommaas (2004) debruçou-se sobre as políticas e estratégias de clusterização cultural na Holanda, nomeadamente Roderdão, Amsterdão, Tilburg (outrora conhecida como um centro do têxtil) e Ultreque. O autor considerou que o *cluster* cultural, em sentido lato, traz grandes vantagens, na medida em que representa uma política mais inclusiva e mais aberta ao sector privado. Sublinhou ainda as suas grandes potencialidades: promoção do lugar; revitalização do património e inclusão social, através do estímulo da democracia cultural local. Esta é também a linha de entendimento de João Melo, que coloca a tónica nas iniciativas inscritas na matriz local. E isso (...) *implica assumir a importância de factores como o envolvimento dos actores locais nos processos de análise e decisão, a mobilização local dos recursos produtivos do território, a valorização dos factores e dos bens e serviços produzidos localmente, os processos de criação ou difusão de inovações, os ganhos emergentes de uma melhor coordenação local de iniciativas, o aumento do valor acrescentado localmente retido, a «internalização» territorial dos efeitos de transbordo (spill-over) positivos das iniciativas públicas e privadas.* (2005: 513).

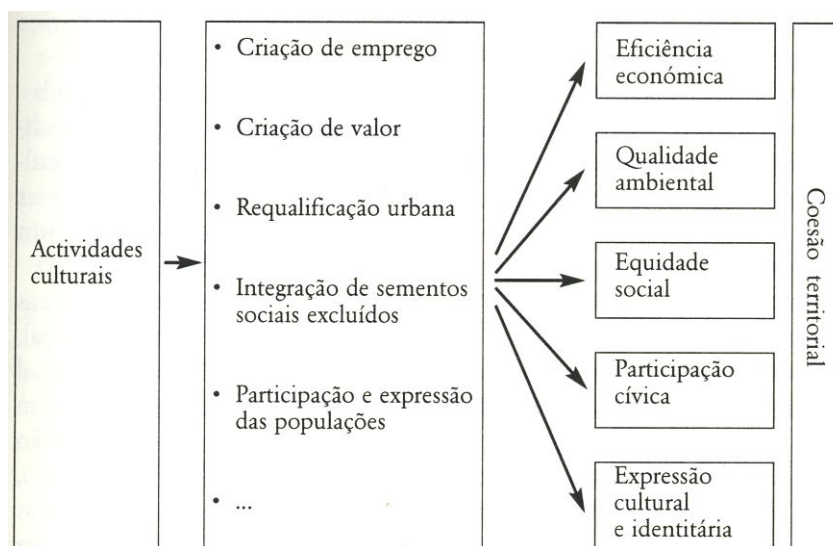
Figura 10 – “Diamante” da Competitividade de Porter



Fonte: (PORTER, 1993).

É neste contexto, que associamos as indústrias criativas e o PCI à criação de economias de aglomeração. Neste sentido a criatividade seria a “caixa de ferramentas”, pedimos a expressão de empréstimo a Godet, e o PCI seria a matéria-prima, sendo que juntas ajudariam à competitividade. Isto através da dinamização territorial, quanto à inclusão social essa tradução estima-se obter através do reforço do bem-estar e do aumento da qualidade de vida. De facto, estamos em crer que a geógrafa Lila Leontidou tem razão, ao argumentar que (...) *Italian, Spanish, Portuguese and Greek cities have long passed the «preindustrial» stage. These cities therefore stand as effective counter arguments against evolutionary urban theory, and can enrich human geography with a variety of histories* (...). (1990: 11), pois com o avançar da pós-modernidade o Turismo tende a valorizar características como a História, o Património, a Cultura e a Identidade. Por sua vez, Adelaide Carranca (2003: 109) defendeu que *o papel da cultura na promoção da imagem e da atractividade de uma cidade ou região tem sido subvalorizado*. Daí que o PCI, possa ser alavancador de identidade e diferenciação. Fazendo, agora, a ligação entre lugares criativos e lugares competitivos. A ajuda de Pedro Pedro Costa revela-se fundamental porque para o autor a competitividade económica (...) *ultrapassa em muito a mera lógica da rentabilidade. Relaciona-se com a possibilidade de cada território ter acesso ao desenvolvimento sustentável, nas suas diversas dimensões, desde a promoção da eficiência económica à preservação da qualidade e dos recursos ambientais, desde a preocupação com a equidade social à garantia do direito à participação e à assunção plena da cidadania* (...) (2007: 111). E é neste sentido que Pedro Costa aponta as actividades culturais como um veículo para o desenvolvimento sustentável (cf. ilustra a figura 11), com um papel *na sustentação de dinamismos económicos e sociais particulares com vasto potencial mobilizador e multiplicador* (2007: 111) e com possibilidade de *promover a qualidade de vida e o bem-estar, por permitirem a afirmação de identidades e especificidades territoriais, por preservarem a memória colectiva, por consubstanciarem a expressividade criativa* (...) (2007: 112). Esta última é segundo Pedro Costa de suma importância.

Figura 11 – Actividades culturais e desenvolvimento sustentável

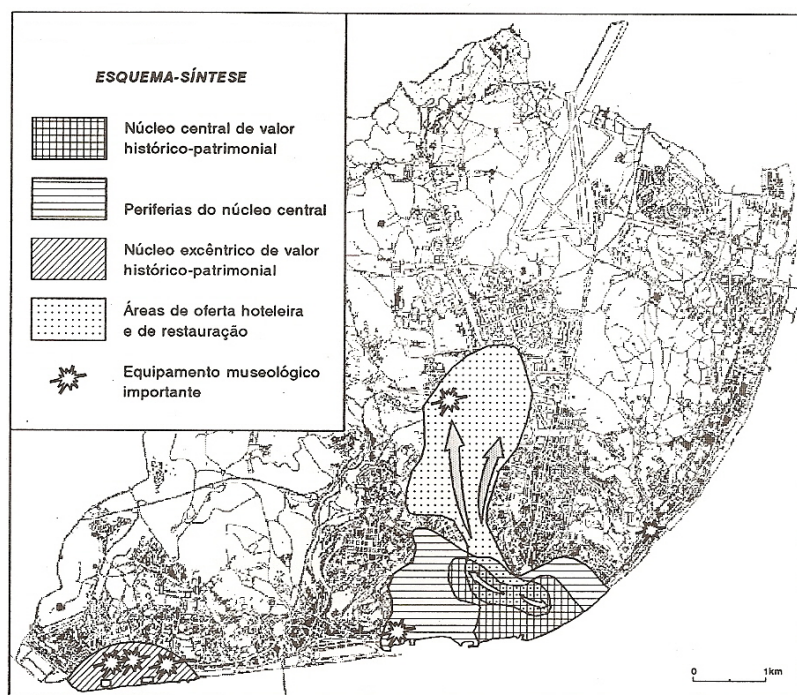


Fonte: (COSTA, 2007: 113)

Velhas manias, novas propostas...

Brito Henriques em 1996 identificou *um núcleo central de valor histórico-patrimonial que compreende as áreas de Alfama/Castelo, Baixa e Bairro Alto (correspondendo, portanto, ao centro histórica da Cidade); define-se ainda uma coroa, mais difusa, nas áreas adjacentes (Graça, Campo de Santana, Madragoa, Lapa, Rato, ...), cuja efectiva inclusão no núcleo central dependerá da preservação e valorização do património existente e das características do ambiente urbano.* (pp. 123-4). Pelo que a ideia do *cluster*, visa romper com a realidade que, ainda, teima em fazer pouco uso das “coroas difusas”, nomeadamente da Madragoa. O facto do “Plano de Pormenor de Reabilitação da Madragoa” (2010: 4) tencionar promover e desenvolver o Turismo nas áreas históricas parece ser um bom indicador dessa possível (nova) dinâmica.

Figura 12 – Geografia da Lisboa turística



Fonte: (HENRIQUES, 1996: 125).

Ressano Garcia apontou a importância que o factor cultural adquire nos novos espaços públicos situados frente à água, em particular próximo do núcleo histórico da cidade. Há globalmente uma tendência comum para fazer com que a zona do porto proporcione espaços públicos ribeirinhos, criativos, associados à memória do lugar, à arte, à cultura e ao contexto histórico. (2010: 149). Miriam Pereira (2011) também está apostada no aumento da atractividade da Baixa Pombalina e dos Bairros históricos.

A propósito do “consumo” do Património, abrangendo o material e o imaterial, Eva Vicente, com base em González, 1996, advoga que este é cada vez mais um bem de consumo. A autora afirma que nas últimas décadas, fruto das profundas transformações que tiveram lugar nas economias desenvolvidas, o Património ganhou um interesse crescente, dando lugar ao aparecimento de novas necessidades em relação aos bens patrimoniais. A prova disso é o forte crescimento da procura de Património em todo o mundo (...). (2009: 227). Nesta linha também já se tinha posicionado F. Hernández Hernández ao afirmar que *el patrimonio vaya adquiriendo una función económica importante* (...). (2002: 365).

A equipa de Ernâni Lopes, no contexto do primeiro quartel do século XXI, identificou cinco domínios, que ao serem “explorados de modo integrado” serão capazes de fazer desenvolver Portugal. A saber: *o turismo, o ambiente, a valorização do papel das cidades como núcleos de desenvolvimento, os serviços de valor acrescentado e a economia do mar. Estas cinco vocações próprias não são sectores económicos em sentido estrito, mas delas derivam espaços de actividades económicas que estruturam os sectores.* (2009: 71-2). Pelo que o Decreto-Lei n.º 191/2009¹⁴¹, de 17 de Agosto de 2009, parece traduzir essa “força” que o Turismo representa. Em termos analíticos parece que o ano de 2009 foi profícuo, pois Félix Ribeiro fazendo *jus* ao seu *ethos* prospectivo apresentou o trabalho “Portugal 2025 - que funções no espaço Europeu?”. Ora, é daqui que nascem os cenários, ou se preferirmos as quatro potenciais hipóteses para Portugal: “República Dominicana/Porto Rico”; “Costa do Sol”; “Florida” e “Flandres”. Sendo que acreditamos na possibilidade do cenário “Florida [Europeia]”, que acaba por prospectivar para o País um lugar de charneira Euro-Atlântica, em que Portugal se tornará um “apeadeiro” do mundo. Segundo esta cenarização, Félix Ribeiro aponta para Portugal a possibilidade de nos transformamos

[...] num sofisticado destino residencial para os europeus do Norte da Europa e um destino turístico atraente para norte-americanos e asiáticos; Portugal veria a concretização de uma variedade de pólos de atracção que serviriam um turismo com forte componente de animação cultural – ex: parque temático dos Dinossauros, pólos museológicos dos Templários/ Ordem de Cister/ Casa de Borgonha; ligações de Portugal à Ásia, etc.; Portugal transformar-se-ia num pólo europeu de indústrias culturais e do audiovisual, entre outros. (2009: 211-2).

Um percurso: do Turismo Cultural ao Turismo com Responsabilidade Social

Um breve preâmbulo, ainda que sem precisarmos a origem da actividade turística, permite-nos afirmar que os gregos, daí que Heródoto seja considerado o “Pai dos Escritores de Turismo”, já viajavam para assistir a festas de carácter religioso e a

141 Onde se pode ler: *O turismo representa actualmente cerca de 11 % do PIB e emprega mais de 500 000 pessoas, tendo uma capacidade real de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses e para a progressão da coesão territorial e da identidade nacional, através da promoção do desenvolvimento sustentável em termos ambientais, económicos e sociais. (...) Quanto aos princípios gerais, reafirma -se a sustentabilidade ambiental, social e económica do turismo (...).*

competições atléticas. Atenas, Delfos e Olímpia (cidade de origem das Olimpíadas) tiveram papel de relevo. Sabe-se, também, que Pompeia foi um centro turístico por excelência. Depois, foi já na idade moderna que se conheceu os primeiros prenúncios do Turismo, viagens longas de dois e três anos que só estavam ao alcance dos jovens da nobreza. Mais tarde, com o advento da Revolução Industrial abriu-se um novo capítulo ao sector, o comboio trouxe outras possibilidades. O Reino Unido, a par da Suíça, foram os primeiros a apetrechar-se para esta economia emergente; o século XIX conheceu o primeiro agente de viagens profissional, Thomas Cook.

Há menos de dez anos, Nelson Lourenço e M^a do Rosário Jorge (2003), com base na proposta de Mourão (2002), apresentaram os sub-sectores do Turismo, desde o eixo “Aventura”, “Bem-Estar” até ao “Cultural”¹⁴². Mas o que aqui se preconiza é ainda uma “extensão” deste último, pelo meio e segundo Mécia Cunha Mota, Paula Cristina Remoaldo e J. Cadima Ribeiro (2012) ainda há lugar ao “Turismo Criativo”, conforme evidenciaram na ossatura esquemática que se apresenta na página 105. Todavia, não se pode continuar sem deixar de ressaltar o valioso contributo dado por Lourenço e Jorge, visto terem-se posicionado na linha da frente. Pois no ano em que se assinou a “Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial” os autores defenderam a tese do próprio espaço como produto turístico, vejamos: *The tourist product is composed of two types of spatial products: material (...) and imaterial spaces, i.e the «myths» on the images constructed by tourist promotion (...). Tourist space – material and immaterial – interfere with tourist supply and nourishes both.* (2003: 40). O movimento alfamate¹⁴³ parece constituir um bom exemplo do que acabámos de referir, pois a própria população, com as suas práticas e as suas manifestações culturais, acaba por ser a própria experiência turística. Alfama, Madragoa... é ponto assente que os centros históricos das cidades apresentam grandes desafios, a proposta de Luís V. Baptista e João Sedas Nunes passa por *inverter o sentido hegemónico da terciarização e o declínio demográfico dos residentes: reordenar estes [centros históricos] funcionalmente enquanto espaços lúdico-referenciais; combater as formas de desinserção social que*

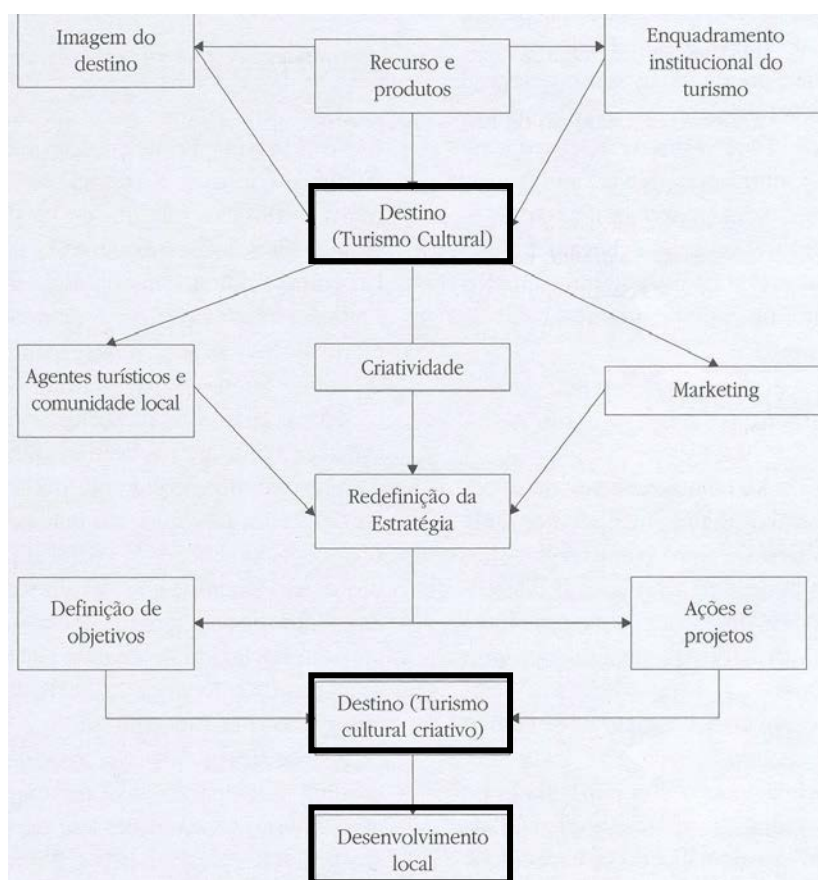
142 Este por sua vez é segundo Greffe (1999), em Hernández Hernández (2002: 379), alvo, por sua vez, de uma tri-categorização, pois integra os Turistas “especialistas”, os “muito motivados” e os “ocasionais”.

143 Para mais detalhe consulte <http://www.alfama-te.com/>

conduzem ao aumento do número de novos pobres da cidade (...) (2004: 155). Voltando ao turismo criativo. Mota, Remoaldo e Ribeiro (2012: 62) mostram-nos que é o passo ulterior, ao apresentarem a definição de Richards e Raymond (2000) fica saliente que este tipo de turismo se distingue por oferecer *aos visitantes a oportunidade de desenvolverem o seu potencial criativo através de uma participação ativa em experiências de aprendizagem que são características desse destino de férias*. Pelo que, e conforme aludimos atrás com Luís Filipe Carvalho Ribeiro, acendeu-se a hipótese de questionar a eventual possibilidade de re-chamar as olarias à Madragoa. Mas sem nos afastarmos de Mota, Remoaldo e Ribeiro (2012: 66), deparamo-nos com a convicção do director de Projecto de “Guimarães 2012”. Segundo este os centros históricos das vilas e cidades e o património imaterial são recursos valiosíssimos, contudo, ainda não os “sabemos vender”¹⁴⁴.

¹⁴⁴ No que tange ao papel da “venda” um dos maiores especialistas no *marketing* territorial é Philip Kotler, com um vasto trabalho a esse respeito. Contudo, e como não era o propósito central deste trabalho não foi alvo da nossa atenção. Para mais detalhe veja KOTLER, P. *et al.* (1993) - *Marketing Places – Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*. Nova Iorque: The Free Press

Figura 13 – Do Turismo Cultural para o Turismo Cultural Criativo¹⁴⁵



Fonte: (MOTA, REMOALDO e RIBEIRO, 2012: 61).

Clara Bertand Cabral (2011), com base em Prats (1997) e Choay (2006), relembra que o aproveitamento turístico do património desenvolveu-se mais intensamente a partir dos anos sessenta. Daí foi um passo ao aproveitamento do património cultural imaterial, com aspectos positivos e negativos. Nos aspectos positivos aponta, socorrendo-se de Baptista (1997), o turismo como facilitador do diálogo entre culturas e da melhoria das condições de vida das populações, uma vez que contribui para a redução da pobreza.

A outra face da moeda reporta para a deterioração do património cultural resultante do fluxo excessivo de visitantes. Segundo a autora, *o património cultural imaterial interessa à indústria turística enquanto recurso e poderá trazer às populações que não possuem património edificado uma nova e importante fonte de rendimento.* (2011: 166).

¹⁴⁵ Destaques da nossa responsabilidade.

Ideia que Hernández Hernández (2002: 365) já tinha aludido. Paralelamente Cabral (2011: 167), adverte para a produção de disneylândias (estáticas) que só servem para o entretenimento dos visitantes; porque, de facto, a tradição não se serve *à la carte* e a verdadeira identidade não se capta nas Disneys. Avança ainda, tal como já o tinha feito H. Hernández (2002: 381) ou Centeno Jorge (2003: 12), entre outros, que o turismo pode levar à perda da identidade local. P. Kageyama aponta como exemplos deste fracasso Veneza (Itália) e Savannah (Georgia), pela positiva aparece Orlando e Las Vegas, visto que *essas cidades se comprometem com suas identidades e agarraram-se a elas como atracções turísticas. A maioria dos locais não se dispõe a seguir esse caminho e tarda a encontrar o balanço entre o turismo e vida local.* (2011a: 58). E a figura abaixo, em Alfama, parece ir ao encontro dessa chamada de atenção.

Figura 14 – “Alfama não é Museu!” - “We are not typical!”



Fonte: José Aguiar, 2007¹⁴⁶

Creio que todos estamos de acordo com *a potencialidade que este património representa (economicamente, culturalmente e socialmente)* [logo] *há uma responsabilidade acrescida em protegê-lo e conservá-lo (...).* (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2002: 435). Vítor Figueira, um dos autores do livro *A Responsabilidade Social no Turismo*, em entrevista¹⁴⁷ recente acaba por resumir, em grande parte, o que temos vindo a querer dizer.

146 Disponível em <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/beja2007/BejaJoseAguiar1.pdf> [consultado em 08.02.2012].

147 A “Café Portugal”, disponível em http://www.cafeportugal.net/pages/estudos_artigo.aspx?id=4252 [consultado em 08.02.2012].

Sobre a sustentabilidade dos destinos em meio urbano, Vítor Figueira defende que,

[...] A estrutura organizacional das cidades deve contribuir, através do valor agregado por cada um dos seus produtos (a sua natureza, a sua cultura, os seus eventos, os seus habitantes, etc.), para uma oferta global de qualidade do produto integrado (a cidade como um todo). O conjunto de organizações e indivíduos, voltados para o mesmo objectivo, deveria fortalecer a imagem da cidade enquanto uma unidade voltada para atender as necessidades e expectativas dos turistas.

Simultaneamente defende que o turismo pode contribuir para elevar o nível de vida e postula o *valor social do turismo para a promoção do desenvolvimento*. Também não tem dúvidas do papel activo pelo qual as administrações locais se devem pautar, pois só assim acredita no desenvolvimento dos territórios.

[...] A valorização das sociedades locais e as suas instituições é condição essencial para que as comunidades beneficiem da globalização. Nestes termos, o município deve ser considerado como um espaço privilegiado de acção da cidadania, pela proximidade do cidadão com as autoridades locais tornando-se um espaço comum compartilhado por todos [...].

A partir do filósofo Levinas adentra-se na proposta de “hospitalidade” cosmopolita. A sua proposta ganha pertinência devido ao facto do *conceito de «hospitalidade» apresentar-se como flexível, ultrapassando a hipérbole do «meu» (meu território, minha casa...) (...). O mérito do conceito de hospitalidade sobre o de tolerância é ser incondicional, próximo do conceito Kantiano de «direito de visita» - direito aberto a quem não é esperado nem foi convidado, visitante estranho, estrangeiro, não identificável, absolutamente outro. Diferentemente da categoria também kantiana do «direito de convite», de «convidado», assente no «eu» que convida e recebe.* (MARCOS, 2011: 80).

Nesta linha está também a concepção de Marta de Azevedo Irving ao adiantar o conceito de “turismo solidário”. Este caracteriza-se, fundamentalmente, por uma postura de reciprocidade: “o encontro entre identidades, no sentido de partilha e aprendizagem mútua”, na senda do que Santana Talavera (1997) denominou de “cultura de encontro”. Este turista quer dar e receber, por que para ele *o encontro é também processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade*. (IRVING, 2009: 116 e 119).

Postura que contraria a concepção de Indústria Cultural apresentada por Adorno, onde o consumidor perde todo o poder de decisão, visto que não passa de “um apêndice da engrenagem” (2003: 98).

Socio-museologia ou museologia de vizinhança

Avançando, no que tange à inclusão social que temos vindo a defender acreditamos que a sua concretização pode passar pela implementação de uma rede de eco-museus temáticos nos bairros tradicionais, nomeadamente na Madragoa. Hoje parece já estarmos todos mais convencidos que o património é, ou pode constituir-se, uma ferramenta de desenvolvimento comunitário e de inclusão social, Adelaide Carranca (2003), Eduardo Brito Henriques (2004), Judite Santos Primo (2008), Héliida Vilela Oliveira (2008) e Guilherme d’Oliveira Martins (2010), entre tantos outros, atestam-no. Efectivamente, e a par de Marta Anico (2006), considera-se que o investimento no passado e no património local tem não só a valência de poder reforçar identidades como também de responder localmente a desafios que se posicionam depois na escala global. Alexandre Parafita (2007: 12) acrescenta que a reposição de *alguns cenários tradicionais possam constituir-se como espaços de interpretação, para as novas gerações, daquilo que é a cultura mais genuína do seu Povo*, apelando, assim, ao dever de memória inter-geracional.

Mas falar de eco-museus em Portugal obriga a uma referência ao Seixal¹⁴⁸, não só porque foi o primeiro em Portugal, mas também pela forma ímpar como explica esta concepção de eco-museologia que temos vindo a traçar, o trecho abaixo evidencia-o.

A palavra «ecomuseu» foi criada em 1971 por **Hugues de Varine**, que posteriormente desenvolveu o conceito em colaboração com outro museólogo francês, **Georges Henri Rivière**, dando origem a um movimento internacional onde se têm vindo a integrar projectos museológicos muito diversificados, associados também aos conceitos de «museu de comunidade» e de «museu de território», por vezes de âmbito mais

148 Disponível em <http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/ferramentas/faqs.html#n3> [consultado em 08.02.2012]. Destaques da nossa responsabilidade.

específico. No essencial, a «ecomuseologia» pretende contrastar com o paradigma de museu tradicionalmente assente no modelo coleção / edifício / público(s), substituindo-o por um outro que privilegia a relação **território / património / população**, isto é, que descentra o enfoque do objecto, descontextualizado e centralizado num espaço destinado a um público mais ou menos erudito, para passar a defender uma **abordagem integrada (ecossistémica) da convivência entre o Homem e o Meio ao longo do tempo** [...]. Esta abordagem conduz ao envolvimento das comunidades e à apropriação museológica de novos espaços, onde as gerações do presente são convidadas a fruir de outro modo o património material e imaterial, a explorá-lo enquanto recurso de desenvolvimento local e a utilizá-lo criativamente como “ferramenta” dinâmica de construção e afirmação identitária.

Por forma a tornar a compreensão, ainda, mais clara apresenta-se a figura abaixo

Figura 15 – Socio-museologia: uma nova mediação



Tal como defende Pérez Pereiro, Chaves da Moura e Alves Carneiro (2003: 261-2) esta concepção de museologia *converte-se numa instituição que media entre os locais, os visitantes, os turistas, a escola, a universidade e os poderes públicos. (...) Assim o ecomuseu converter-se-ia numa instituição que redistribuiria o poder cultural através de estratégias de animação e de anti-anomia*. Palavras diferentes que revelam o mesmo sentido. Segundo Nuno Martins e Cláudia Costa (2009: 61) este *conceito de património [é] abrangente e inclusivo, o que implica, desde logo, o envolvimento das comunidades*

*autóctones, de modo a tornar a reabilitação da paisagem num projecto colectivo*¹⁴⁹.

Embora a museóloga Judite Primo “toque na ferida” ao dar a conhecer o interesse reduzido que as “classes não dominantes” têm tido em preservar esse património, segundo Primo isso deve-se ao fraco envolvimento na “preservação dos valores simbólicos”. (2008: 56). Realidade que a figura 14 parece ilustrar ao invocar que “Alfama não é Museu”. Intransigência a que as políticas culturais não podem ser alheias. Acreditamos, tal como Deolinda Folgado, que (...) *os patrimónios mais activos, compreendidos como factores fundamentais e estruturantes para a sociedade e para o desenvolvimento mais harmonioso e sustentável do território*. (2010: 327).

De entre muitos exemplos não menos dignos de registo que este, elegeu-se como bússola o museu escolar de PUSOL¹⁵⁰, na cidade de Elche - província de Alicante, por ter sido reconhecido recentemente (2009) pelo Comité da UNESCO como o museu que melhor reflectiu as orientações e objectivos da “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”. E aqui o envolvimento das associações locais, como dínamo de todo um bairro, tende a ter papel de destaque e o PCI mais do que um contributo pode ser o próprio móbil¹⁵¹.

Atentos, também, à proposição que Paulo Machado (2007: 658) deixou ao ter estudado o fenómeno do envelhecimento em meio urbano (...) *estimulando a regeneração dos tecidos sociais, contornando a dependência com o antídoto da actividade, de modo a que a identidade pessoal seja o menos possível beliscada pela senescência*. Segundo o autor temos de perceber que “estamos no limiar de um novo tempo social e histórico”.

149 Ainda que num registo mais informal, queremos destacar o projecto que a aldeia de Cem Soldos, em Tomar, erigiu em 2006. Isto porque o Festival bienal de Verão “Bons Sons”, um evento que gira em torno das tradições culturais do país, nomeadamente a música portuguesa, consegue envolver quase toda a comunidade.

150 Fonte: <http://www.museopusol.com/es/>

151 Onde o projecto “Velhas palavras Novas leituras” surge como um bom exemplo. Este consistiu no levantamento e recolha de poesia popular em suportes áudio/vídeo e fotográfico com o apoio das bibliotecas municipais entre Douro e Vouga. O Arquivo digital do trabalho de campo reuniu mais de 500 contos da região, e destes mais de uma centena foram devidamente referenciados, ou seja, identificados e enquadrados; donde os 23 contos mais representativos deram origem à publicação de 5 DVD`s, um por concelho. Paralelamente houve lugar à edição de um livro juvenil “Zás-trás-pás”, obra recomendada pelo Plano Nacional de Leitura do Ministério da Educação. O município de Oliveira de Azémeis, actualmente tem em curso o projecto “Caixeta do Livro e da Letra”, onde consta esse livro de contos e mais dois. Sendo que cada Junta de Freguesia (19) recebeu um caixote para poder disponibilizar à população (uma semana em cada família), itinerância que termina a 29 de Abril de 2012 no “Serão de Contos” no âmbito da iniciativa, mais ampla, “Abril, livros Mil”.



“Em momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento”

Albert Einstein

...combinando História com Criatividade

Foram as palavras de Peter Kageyama que nos inspiraram para as “pequenas” coisas que aqui vamos propor.

Em geral, uma cidade torna-se criativa por um conjunto de muitos, normalmente milhares de pequenos atos: uma obra de arte pública, um banco confortável, uma cafeteria local, uma árvore bem localizada, um edifício, um bar delicioso, uma banda musical fantástica, uma rua onde adolescentes tentam novas manobras de skate. A cidade se torna criativa ao dar vazão a um conjunto de condições, por meio das quais esses pequenos atos podem acontecer e vão se somando mais rápido do que os problemas que lhes fazem de contraponto. (2011: 56).

Um uso público para uma das ruas do bairro da Madragoa, no sentido que lhe atribuiu Bauman (2006)¹⁵², de forma a buscar “febrilmente os caminhos” que conduzem à comunidade¹⁵³ e, assim, “contribuir para recuperar [esse] nome do paraíso perdido” a que “esperamos ansiosamente retornar”. Acepção de comunidade que parece receber inspiração em Max Weber, pois comunidade e sociedade coexistem.

Façamos algo para que a cidade, composta pelos seus bairros, pelos seus lugares, caminhe nesse sentido e contrarie a tendência de individuação¹⁵⁴ imposta pela pós-

152 Optou-se por deixar o testemunho de Z. Bauman, porque nos parece menos dentro da arena académica do que se julga merecer, segundo o sociólogo: *O espaço é «público» à medida que permite o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser previamente «seleccionados». Nenhum «passe» é exigido, e não se registam entradas e saídas. Por isso, a presença num espaço público é anónima, e os que nele se encontram são estranhos uns aos outros, assim como são desconhecidos para os empregados da manutenção. Os espaços públicos são os lugares nos quais os estrangeiros se encontram. De certa forma eles condensam – e, por assim dizer, encerram – traços distintivos da vida urbana. É nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos.* (2006: 69-70).

153 O sentido de comunidade de Bauman: (...) *um lugar «cálido», um lugar confortável e aconchegante. É como um tecto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual aquecemos as mãos num dia gelado* (...) (2006: 7-9).

154 Richard Sennett no instigante trabalho *Declínio do Homem Público*, apontou essa procura pelo «similar». Em que a recusa da alteridade, da turbulência e do incómodo, que se pressupõe do outro lado, aponta à sensação do “nós” e transforma o “outro” num *outsider*. Esta “tirania da intimidade” que corre nos carris da “cultura do individualismo” enfatiza comportamentos de hipervalorização da intimidade, da privacidade e do silêncio, perseguindo a obsessão de transformar o mundo “num espelho de mim” que acaba por ser o principal responsável pela “morte do espaço

modernidade - ainda que saibamos que a “comunidade não tem um sentido universal”, conforme explicou Carlos Fortuna. Mas, e embora nos estejamos, essencialmente, a referir ao primeiro, ainda assim, acredita-se que que estes três sentidos principais de comunidade - *a comunidade como relação de proximidade física, a comunidade como sistema de inter-relação ou comunicação e a comunidade como comunhão de interesses e objectivos* - não sejam herméticos. (2006: 128). Anamaria Wills (2011: 123) também evidencia o potencial criativo através do entrecruzamento de “novas relações”.

Concretizando (e porque as ideias nascem livres, não foi tido em conta qualquer constrangimento): instalação de grelhadores públicos (figura 16) na **Rua Vicente Borga**¹⁵⁵ que permitam a vertente de convívio e que, paralelamente, funcione como convite à entrada no bairro. Escolheu-se esta rua porque continua a ser das que mais sardinhas grelha pelo Santo António e porque, afinal, foi esta rua que deu nome ao bairro, conforme nos explicou Luís Pastor de Macedo:

A quinhentista denominação da rua [hoje Vicente Borga] (data pelo menos do ano de 1579) provém, reverendo leitor, duma Mandragoa, mulher dum Mandragão. Não tenhamos dúvida alguma a esse respeito.¹⁵⁶ Mandragão, apelido duma família que viveu na ilha da Madeira, deu em Mandragoa quando na cola de nome de dona ou de moça, tal-qualmente sucedeu com os apelidos de Leitão, Falcão, Varejão e outros, que, consoante o melhor jeito, se transformavam ou não em Leitoa, Falcoa e Varejoa. E que a rua teve primeiramente em vez de *Madragoa* o vacativo de *Mandragoa* também não se nos oferece dúvida alguma, pois que assim a topamos nos documentos antigos e assim a encontramos ainda nas obras impressas na primeira metade do século XVIII. *Apud* (ABEL e SUCENA, 2003: 41).

público”. O sociólogo preocupado com o rumo da sociedade “intimista” fala da importância de construir laços sociais, independentemente da distância social, e de contrariar esse caminho. Uma vez que “quanto maior for a intimidade, menor será a sociabilidade.” (1999: 325).

155 Por curiosidade deixa-se o esclarecimento de Luís Pastor de Macedo (...) *na verdade a rua não deve ser denominada de Vicente Borga, nem ainda de Vicente Borba como sabemos que já se chamou. O autêntico nome que substituiu o de Madragoa [denominação quinhentista] é, reverendo leitor, o de Vicente Borchers. (...) Deus saberá com que desgosto -, ouve pronunciar mal o seu apelido e há um ror de lustros o vê mal grafado nas esquinas da sua rua. Apud* (ABEL e SUCENA, 2003: 42).

156 Este comentário surge a propósito de outras denominações, vazias de provas, que Júlio de Castilho e Gomes de Brito avançavam, atribuindo a origem do topónimo às Madres de Goa ou à planta narcotizante Mandrágora, respectivamente.

Figura 16 – Grelhadores comunitários a instalar na R. Vicente Borga



“Porque já não era sem tempo que os berbecues não nos fizessem pensar em mausoléus (...) nós criamos o Sigmafocus...”
Dominique Imbert
in (ROCHA de MATOS, 2008: 35)



Rua da Esperança...

Appio Sottomayor, no jornal *A Capital* (n.º 739), deu a conhecer um dos valores históricos desta rua, ligado à Implantação da República, ao esclarecer que foi *num terceiro andar de um prédio do princípio daquele arruamento, quase a seguir ao chafariz, (...) que reuniram pela última vez os revolucionários em 03-10-1910*. Mas é outro apontamento da História que nos vai merecer atenção: consta que Carlos Viegas Gago Coutinho - o almirante Gago Coutinho¹⁵⁷ - adorava a cidade de Lisboa e o bairro¹⁵⁸ onde viveu cerca de 70 anos, fazendo fé nas cartas que terminavam com a frase: «Lisboa - Madragoa - Esperança 164». Então porque não homenagear esta personalidade que levou Portugal ao Brasil, desta feita via aérea¹⁵⁹, e dedicar esta rua, oferecendo-a como tela aos criativos de Portugal e do Brasil, reatando a charneira que

157 A informação, de entre outras fontes, seria extraída do seu “diário de viagem” presente na biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

158 Interessante a relação entre os ardinas e o bairro da Madragoa. Foi a propósito do pregão *Olha o Século...!* que Jorge Rua de Carvalho e Mário Elias (1999: 91) nos deram a conhecer essa realidade, mais especificamente na última quadra: Calça de cotim, camisa de riscado / Boné à trouxe-mouxe e mal alimentado / Rude trabalho... Como o de seus pais pais varinos / Os Ardinas nunca puderam ser meninos. Quando à associação entre Gago Coutinho e *O Século*, é a partir do projecto *Lojas da Baixa & Chiado – Património vivo e imaterial*, Quiosques e Bancas, que ficámos a saber, através de Francisco Amaral, que competia ao ardina António Amaral a volta da Esperança. Francisco conta que o seu pai entregou o jornal *O Século* ao almirante. Disponível em <http://geo.cm-lisboa.pt/> [consultado frequentemente].

159 Dado que em 1500 a frota de Álvares Cabral já tinha conquistado as terras de “Vera Cruz”.

os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral¹⁶⁰ reafirmaram em 1922, pilotando o hidrovião Fairey III-D, sem deixar de envolver o *Museu do Ar*¹⁶¹. Antes pelo contrário, criar, precisamente, uma sinergia com esse museu, podendo inclusive suprir a sua principal “fraqueza”, ou seja, a considerável distância de uma plataforma de transportes, e aproveitar a proximidade a Sintra para pensar num itinerário Lisboa ↔ Sintra mais dilatado, a contrariar a visita Lisboa / Sintra.

Rui Pimenta, no jornal *A Capital* de 20 de Agosto de 1970 (p. 4), adianta que “o pitoresco da Madragoa começa a esboroar-se” na rua da Esperança. Não obstante salientar que “esta rua é muito antiga” e que “fazia parte da grande estrada que ligava as Portas de Santa Catarina (Chiado) a Belém, pela Horta Maria”. Simultaneamente dá a saber que viveu, no 2º andar do número 164, Gago Coutinho. Pelo que a possibilidade de se estabelecer aí um ponto de homenagem reforçada e esta personalidade merece ser estudada.

Largo Vitorino Damásio...

Figura 17 – De Genebra aos bairros tradicionais lisboetas



Fotografia de: Sónia Cardoso (2011)

160 De quem o actual ministro da Administração Interna (Paulo Portas) é sobrinho neto.

161 O *Museu do Ar* é hoje considerado pela crítica internacional como um dos vinte melhores Museus de Aviação do Mundo graças à conservação de um acervo composto por perto de 10.000 peças repartido entre três pólos: Granja do Marquês, Sintra (Base Aérea nº 1), Alverca e Ovar (Aeródromo de Manobra nº 1). Fonte: <http://www.emfa.pt/www/po/musar/> [consultado em 17-03-2012].

Porque se partilha do entendimento de B. Holcomb relativamente à pos-modernidade: *is a perspective, a way of seeing, (...). Postmodernism is eclectic. It juxtaposes blends, splices, copies, combines, repeat ideas, attitudes, aesthetics and forms.* (1993: 141). Então, por que não aproveitar esta ideia de Genebra e imortalizar os pregões¹⁶² das varinas no Largo Vitorino Damásio.

Ó Viva da Costa!

Ó viva da costa!... Linda sardinha vivinha!...
Bela pescada do alto!... E carapau que é um luxo!
Também levo petinguinha...
Sarda, chicharro e cachucho...

Pela manhã, a peixeira
Lenço e saia pregueada
Lá vem ela da Ribeira
Com a canastra carregada.

Com as freguesas mata e esfola...
Chama-lhes gosmas também
Diz a sua asneirola
Mas não ofende ninguém.

E ali na Rua da Esperança
No Bairro da Madragoa
Vivem em boa vizinhança
As Peixeiras de Lisboa

Fonte: (CARVALHO e ELIAS, 1999: 23).

Para conhecer melhor esta Lisboa inundada de pregões apoiemos em António Barreto e Maria Filomena Mónica:

As ruas dos bairros populares eram muito movimentadas. Aguadeiros, vendedores, peixeiras percorriam-nas de manhã à noite. Tudo se comprava na rua. Os vendedores lá iam gritando e anunciando a sua pobre mercadoria: «Papel para escrever, cinco cadernos, dois tostões», «Almanaque do Borda d'Água para o ano que vem», «Atacadores a tostão o par», «quem quer figos, quem quer almoçar». (1983: 24-5).

162 Conforme mostra Vicente Almeida d'Eça, 1901 (...) *Depressa se arrematam os lanços, vivamente disputados; e logo as buliçosas se apossam da pescaria, e dispõem nas canastras as variadas espécies, dando-lhes relevo que a cada uma pertence (...). Depois, aos ranchos, sahem da Ribeira, espalham-se pelo Aterro, cantando alto os conhecidos pregões (...). Apud* (JANEIRO, 2006: 144).

Retomando a ideia expressa atrás, utilizar-se-ia um mobiliário urbano atraente que explicasse (em português, inglês, francês, alemão, espanhol, japonês e chinês) em linguagem escrita e em linguagem de relevo - braille - a lógica do *cluster*. Sendo que no caso da Madragoa seriam as tradições e expressões orais¹⁶³ a destacar-se deste imenso acervo de Património Cultural Imaterial alfacinha. Alegoricamente seria colher das “pedras vivas”, conforme Guilherme d’Oliveira Martins chamou aos detentores do PCI, e gravar nestas pedras luminosas em relevo (que fazem lembrar cubos de gelo).

A colectânea *Uma Cidade de Imagens: produções e consumos visuais em meio urbano* dá conta do interesse e do contributo da “cultura visual”¹⁶⁴ para as ciências sociais, e simultaneamente denuncia a forma como esta tem estado arredada do debate científico. Daí que só se tenha institucionalizado a sociologia visual já na década de 80 do século passado, justificação que segundo Prossen (2000), *apud* Ricardo Campos, Andrea M. Brighenti e Luciano Spinelli (2011: 11), deve-se à dificuldade em “encontrar um lugar epistemologicamente seguro no quadro dos dois paradigmas clássicos das ciências sociais, o quantitativo e o qualitativo”. Entre os vários autores que partilham desta opinião, os acima mencionados estão seguros que a imagem e as tecnologias visuais têm vindo a ganhar terreno, não obstante considerarem que estas “novas leituras do espaço urbano” ainda têm um grande potencial por explorar, pois segundo eles *A cidade afigura-se um território onde as imagens*¹⁶⁵ *conquistam um peso importante na forma como nos relacionamos socialmente (...)*. (2011: 2). De facto, a síntese que esta obra foi capaz de fazer sobre a progressiva “visualização da existência”¹⁶⁶, atravessando desde a crescente “estetização” à “estilização” da vida, em associação a uma maior “reflexividade e monitorização dos visuais”, é, segundo os organizadores, uma

163 Armand Puig recorda-nos os primórdios da oralidade: *a arte e prática da memorização são habituais no mundo antigo, na educação e na transmissão da cultura em geral. (...) a cultura oral é a dominante na Galileia da época de Jesus, onde apenas uma percentagem baixa (...) sabe ler, e onde, habitualmente, a informação se transmite e se conserva oralmente, sem escrita. Isso não significa que a transmissão seja precária ou inexistente. Muito pelo contrário, a tradição é expressão viva da memória colectiva.* (2010:28). Importa salientar que o GEO-DPC-DMC-CMLisboa atento a esta realidade está a desenvolver um plano de trabalho que visa salvaguardar esse acervo de Património Cultural Imaterial.

164 Aliás, Campos, Brighenti e Spinelli (2011) recordam que a centralidade da “visualidade” na cidade não é recente na Sociologia, pois estudiosos como Simmel ou Wirth já a abordaram. Os trabalhos de Benjamin e Certeau também foram mencionados.

165 Que segundo os mesmos autores - Campos, Brighenti e Spinelli - corresponde a *artefactos produzidos pelo homem, visando a representação visual de algo, com base em determinadas convenções culturais.* (2011: 2).

166 cf. Mirzoeff, 1999. *Apud* Campos, Brighenti e Spinelli (2011).

referência que impossibilita posições neutrais. De entre a tripla abordagem que a *Cidade de Imagens* compreende a ideia que vamos propor apoia-se na “cidade como lugar de/para as imagens”.

Esta iniciativa acaba por surgir como uma extensão do trabalho que a artista Camilla Watson¹⁶⁷ está a desenvolver no bairro da Mouraria. Quanto à localização destas telas, que consistem num tributo aos moradores mais antigos do bairro, podemos dizer que as coordenadas apareceram espontaneamente depois de ler a proposta de Appio Sottomayor:

Da Esperança nascem três ruas íngremes, todas elas a cheirar ainda ao peixe das canastras, ao tipicismo do vestuário das varinas que calcorreavam meia Lisboa [...]: são essas vias a Calçada do Castelo Picão e as travessas das Isabéis e Pasteleiro. Em antiguidade e popularidade, todas se equiparam. São ainda hoje quadros vivos de uma cidade com laivos de aldeia grande, com roupa a secar nas janelas e uma intimidade forçada entre vizinhos, geradora de algumas rivalidades passageiras e de uma solidariedade perene. In *A Capital*, n.º 804

Calçada do Castelo Picão, Travessa do Pasteleiro e Travessa das Isabéis...

Figura 18 – Uma homenagem que vai da Mouraria¹⁶⁸ aos restantes bairros tradicionais lisboetas



Fotografia de: Ernesto Jana (2012)

Retomando, a iniciativa poderia simultaneamente apoiar uma eventual candidatura da “Calçada Portuguesa” a PCI; isto porque se acredita que pecamos menos pela falta de

¹⁶⁷ Para mais detalhe consulte o endereço <http://www.camillawatsonphotography.net/>

¹⁶⁸ Do Largo Trigueiros em direcção à Rua das Farinhas.

iniciativas e mais pela falta de uma visão estratégica integrada¹⁶⁹ que compreenda as várias escalas e as potencie. Ao que parece, a obra *O Ordenamento do Território como Política Pública* volta a impor-se à nossa linha de mira. E as palavras de João Ferrão - “não detemos conhecimento empírico sistematizado, comparativo e longitudinal” (2011: 96) - não nos devem deixar indiferentes¹⁷⁰.

Feito este parêntesis prossegue-se, a linguagem a utilizar deveria abrir “janelas” para o restante mobiliário urbano que estaria estrategicamente colocado no bairro, fazendo com que o transeunte serpenteasse por lá e tirasse partido também da componente material do bairro. Os outros bairros (a definir), depois de descobertas as suas “forças” no âmbito do PCI, atribuiriam, também, uma praça, uma rua... e assim este “ícones” coojetiam (competiam e cooperavam), ganhando, assim, a necessária escala. Pois conforme refere Harvey Molotch (2002: 666), por vezes o ingrediente pequenino que faz a diferença não consiste na adição, nem na subtração, reside antes na combinação. Pelo que as propostas que aqui ficaram pretendem ser um pequeníssimo contributo para o “Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011-2014” desenvolvido pela *Deloitte, Consultores* para a ATL. A *Deloitte*, dentre os oito vectores, não ficou indiferente ao vector da “Autenticidade” nos bairros típicos (onde há lugar para a Madragoa, a Cultura, a Tradição...), pelo contrário, assinalou a precisamente a necessidade de “inovar”, conforme mostra a figura 19.

169 Ricardo Braga, director criativo da empresa brasileira “Duda Portugal”, a propósito da campanha do *Pingo Doce*, que se toma aqui como exemplo: *É uma campanha de muitas faces em cima de um sólido pensamento estratégico que é mostrar que o Pingo Doce tem qualidade, mas também tem os preços baixos, na loja toda, o ano inteiro. (...) E dentro desta umbrela têm os filmes institucionais, conceptuais, filmes de lançamento de produtos de marca própria, filmes de produtos de origem, e os filmes de guerrilha do dia-a-dia.* In “CEO explica reposicionamento do Pingo Doce”, revista *marketeer* (estratégias, marketing e negócios), Nº 165, 04.2010, pp. 23. No polo oposto, quem não se recorda dos telões (com fotografia de Nick Knight) com Mariza, Joana Vasconcelos, Cristiano Ronaldo, Mourinho, etc. espalhados pela cidade a proclamar um “Portugal Europe’s West Coast”, com vista a desembaraçar-nos da imagem de Portugal do Sul, periférico. E Então? Agora parece que o Turismo de Portugal optou por “Portugal the beauty of simplicity”...

170 Palavras que se supõem ganhar peso pela experiência que Ferrão teve enquanto Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades entre o ano de 2005-9.

Figura 19 – Uma Lisboa com mais valor: os vectores chave

Vector	Elementos	Inovar
Autenticidade	Azulejo	→
	Bairros típicos (Bairro Alto, Alfama, Mouraria, Madragoa, etc.)	✓
	Cidade caleidoscópica (colorida e variada)	✓
	Cultura	✓
	Eléctricos	✓
	Fado	✓
	Festas populares (Santo António)	✓
	Gastronomia ancestral e mediterrânica	✓
Capitalidade	Tradição	→
	Destino acessível (transportes)	✓
	Centralidade	=
	Relevância no contexto nacional e ibérico	✓
Atractividade	Cosmopolita e pioneira na adopção de tendências	✓
	“Reachable and within everyone’s pocket”	✓
	Limpeza e qualidade do espaço público	→
Sensações	Acessibilidade a recursos naturais	✓
	Cenário de anfiteatro sobre o rio	✓
	Cheiro	✓
	Clima ameno todo o ano	→
	Destino para viver ao ar livre	✓
	Diversidade cénica (As 7 colinas de Lisboa)	→
	Luminosidade	✓
	Proximidade ao mar, ao rio e à serra	✓

[...].

Análise: Deloitte

Legenda: → Elementos a manter de acordo com a ATL ✓ Inovar = Manter

Fonte: Deloitte Consultores, 2010: 324

V

EMOÇÃO

O valor essencial da arte está em ela ser o indício da passagem do homem no mundo, o resumo da sua experiência emotiva dele; **e, como é pela emoção, e pelo pensamento que a emoção provoca, que o homem mais realmente vive na terra, a sua verdadeira experiência, regista-a ele nos fastos das suas emoções e não na crónica do seu pensamento científico,** ou nas histórias dos seus regentes e dos seus donos. Fernando Pessoa

Aquilo que existe atrás de nós e o que existe à nossa frente são coisinhas sem importância comparadas com o que existe dentro de nós. Oliver Wendell Holmes

[...] as iniciativas locais afirmam-se na **qualidade da relação pessoal,** [...] para isso é necessário um território pertinente, **um território que faça sentido, que fale ao imaginário e à afectividade.** (MARQUES, 2006: 19).

O pensamento [nasce] banhado pela intuição do mundo circundante. Bernardo Rodrigues



“Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes.” Fernando Pessoa

Este capítulo de pré-encerramento visa despertar para a importância das emoções, e em bom rigor poderíamos ter ido buscar este argumento à Grécia Antiga ou a Roma, mas acabaram por ser as palavras de Peter Kageyama (2011b) - *I think we need to start thinking about how we make our cities more lovable. When we love something, we cherish it; we protect it; we do extraordinary things for it.* - que nos impeliram a olhar para este ângulo. Simultaneamente tenciona sumariar os capítulos anteriores fazendo charneira para o das “Considerações Finais”.

A cultura pós-moderna é a do *feeling* e da emancipação individual alargada a todos os grupos de idade e sexo. A educação, de autoritária que era, tornou-se altamente permissiva, atenta aos desejos das crianças e dos adolescentes, enquanto que, por todos os lados, a vaga hedonista desculpabiliza o tempo livre, encoraja cada um a realizar-se sem constrangimentos e a aumentar os seus ócios. A sedução: uma lógica que abre caminho, que nada poupa e que, deste modo, realiza uma socialização flexível, tolerante, empenhada na personalização-psicologização do indivíduo. (LIPOVETSKY, 1988: 21).

Da inteligência cognitiva à inteligência emocional...

A inteligência tem sido uma das características humanas mais estudadas. Até por volta dos anos 70, a inteligência e a emoção foram dois campos distintos na investigação psicológica. Foi nas décadas de 70/80 que começaram a surgir os primeiros estudiosos da Inteligência Emocional, doravante IE. (RICKARDS e CLARK, 2006).

A ideia de que a racionalidade é mais válida e que promove um melhor desempenho relativamente ao lado emocional dos indivíduos, teve que ser posta de lado devido ao progressivo aumento de estudos empíricos que evidenciam a enorme influência que as emoções têm em quase todos os aspectos da nossa vida, inclusive no raciocínio (MAYER, 2001).

A partir do momento em que surgiu, o conceito de IE foi desenvolvido por diversos autores, seguindo diversas temáticas e orientações de estudo distintas. Ainda no âmbito

da Psicologia, um indivíduo emocionalmente inteligente possui um elevado autocontrolo; regula adaptativamente as suas emoções e estados de espírito, bem como os dos outros; utiliza inteligentemente as suas emoções nas diversas actividades organizacionais, tais como liderança, negociação, trabalho em equipa, resolução de problemas, etc. (CUNHA *et al.*, 2004; REGO e CUNHA, 2003).

Desde cedo, a IE começou a aparecer intimamente ligada à liderança, nomeadamente, à eficácia desta. A voz de Goleman (2000), *apud* Ceitil, 2006, foi uma das principais a levantar-se na defesa desta relação.

Para Mayer *et al.* (2001) a IE é, então, a capacidade para perceber o que é que as emoções significam, assim como as suas relações e usá-las como base para o raciocínio e a resolução de problemas. Defendendo que IE opera tanto ao nível emocional como ao nível cognitivo e, apesar de funcionar de forma unitária, pode ser dividida em quatro processos ou “ramos” que se organizam hierarquicamente, donde se sublinha o segundo, dado ser o que mais estrutura o nosso pensamento pois defende que as emoções potenciam o raciocínio. Ou seja, à “Facilitação Emocional dos Pensamentos” corresponde a acção que as emoções têm sobre o sistema cognitivo e, consequentemente, sobre o pensamento.

De um modo geral, ser emocionalmente inteligente implica ter a capacidade de usar a razão para compreender as suas próprias emoções, interesses, motivações, estados de espírito e geri-las (inteligência intrapessoal), assim como as dos outros (inteligência interpessoal) e, desta forma, saber lidar com elas (CUNHA, *et al.*, 2004; REGO e CUNHA, 2003). Estes dois tipos de IE tendem a estar muito correlacionadas, no entanto, são independentes pois podem ocorrer isoladamente. Sendo que os indivíduos que possuem esta competência (ou conjunto de competências) usam as emoções para facilitar a razão (CUNHA e REGO, 2005; CUNHA *et al.*, 2004).

Inteligência(s) emocional(is)

Numa primeira abordagem ao conceito, Goleman (1998) refere que o potencial de aprendizagem de aptidões práticas é determinado pela IE, e que estas têm como base cinco¹⁷¹ elementos. Ora sendo que o nosso foco é o território enfatiza-se, obviamente, a “Empatia”, na medida em que esta é apresentada como a capacidade de compreender o que vai para além daquilo que nos é transmitido verbalmente.

Outros desenvolvimentos mereciam ser abordados, mas optou-se antes por trazer a crítica que esta instrumentalidade da IE tem sido alvo, nomeadamente, por Hunt (2001a), *apud* (CUNHA *et al.*, 2004 e REGO e CUNHA, 2003), quando argumenta que a IE corre o risco de evoluir no sentido de um processo de controlo social, de uma forma burocrática de controlo da emocionalidade, que levará à inibição da expressão das emoções e, conseqüentemente, à desvalorização do conceito de IE.

Da Psicologia para a Sociologia...

Max Weber (1993: 21) estabelece uma tipologia das relações sociais, donde se traz: *comunitário* e *societário*. O autor define qualquer relação social como uma conduta de vários indivíduos que “se apresenta como reciprocamente referida” e que se orienta por essa reciprocidade. Logo o conteúdo dessas relações sociais pode ser muito diverso: amor, conflito, interesse podem dar nome a muitas relações sociais. *Chamamos «comunalização» a uma relação social quando, e na medida em que, a atitude da acção social se funda – no caso particular, em média ou no tipo puro – no sentimento subjectivo (tradicional ou afectivo) dos participantes de constituir um todo. Chamamos «sociação» a uma relação social quando e na medida em que a acção social se funda num compromisso de interesses motivado racionalmente (por fins ou valores), ou sobre uma coordenação de interesses com igual motivação. (...).* (WEBER, 1993: 33). Se para

171 O primeiro elemento refere-se à *Autoconsciência*, que se define pela capacidade de reconhecer e compreender as próprias emoções, sensações e estados de humor bem como o seu efeito nos outros. A *Motivação* é apontada pelo autor como sendo a paixão pelo trabalho, por razões que vão além da compensação monetária ou do “status”. O *Autodomínio* é o elemento que nos permite controlar ou redireccionar impulsos e estados de humor negativos; é a capacidade de pensar antes de agir. O autor denomina o último elemento como o *Talento nas relações*, que se caracteriza pela capacidade de gerir relações interpessoais e construir redes de contactos.

Weber a «comunalização» tem na base o sentimento, e a «sociação» a razão, e se o autor sugere a *racionalização da acção* como a principal marca da sociedade moderna, é então Raynaud (1987) quem alerta para o seguinte: será que se pode concluir que as *sociações* predominariam sobre as *comunalizações*? Mas a resposta de Weber a este respeito é clara, afirmando que qualquer uma das relações tem uma natureza ideal-típica. Assim, esclarece-nos que no seio de qualquer um desses tipos de relação pode desenvolver-se o oposto, de forma mais directa: das relações mais frias e profissionais podem nascer sentimentos, tal como o oposto não é de afastar, ou seja, na intimidade pode imperar, também, a racionalidade.

“Lisboa, não só a mais bem provida, mas também a mais deliciosa terra do mundo.” António Vieira

Inteligência emocional dos lugares

Desde a segunda metade do século passado que vários autores têm vindo a questionar a aplicabilidade do termo *cidade* face às novas estruturas urbanas e sociais. (...) *por um lado, o hiperconsumidor deseja cada vez mais espectáculos desmesurados, mais artefactos inauditos, mais estimulações hiper-reais; por outro lado, anseia por um mundo íntimo ou verdadeiro que se identifique com ele.* (LIPOVETSKY, 2007: 55). Isto para dizer que a *guideline* que adoptámos estriba, em grande parte, na relação entre a morfologia urbana e o património (i)material, como “ponto forte” daquela que é a identidade cultural lisboeta¹⁷², daí que este trabalho acredite em novas formas de dialogar com a cidade. Um parêntesis para trazer a ideia dos estudos¹⁷³ organizacionais, com enfoque nas pessoas com papéis criativos nas empresas. Estes estudos têm visado perceber a relação entre as emoções e a criatividade, e eis a conclusão: *First, and most*

172 Um pouco na perspectiva do conceito de “capital imagem” proposto por Jean Buinot (2002), segundo o autor *Le capital image d'une ville est un «actif immatériel synthétisant les reputations attribuées respectivement à chacun de ses facteurs de compétitivité»*. [Mais] *on devrait donc plutôt parler d'un portefeuille d'images*. Pelo que se acredita que Lisboa enquanto tela policromada (morfologicamente, arquitectonicamente e socialmente falando) está “na linha da frente” para fornecer um portefólio bastante rico e apetecível.

173 Cada vez mais robustos, a combinar e articular metodologias quantitativas e qualitativas.

fundamentally, we found consistent evidence of a positive relationship between positive affect and creativity and no evidence of a negative relationship. (AMABILE *et al.*, 2005: 389). Antes de prosseguir impõe-se tornar mais claro o nosso entendimento. Acreditamos que tal como as pessoas também os territórios estão dotados de uma aura. Ainda que seja do âmbito da micro-sociologia recorre-se a Erving Goffman (2010: 29) e àquilo que identificou como “estrutura emocional própria”. Embora o autor se estivesse a referir às condutas/ocasiões sociais queremos acreditar que os espaços, comportando o lado tangível e intangível, também estruturam a nossa forma de estar/sentir. A ideia ganha corpo se formos capazes de olhar para os territórios como actores sociais, logo emissores de “mensagens não discursivas” (2010: 49).

Talvez numa primeira leitura a abordagem pareça pouco convincente, mas observemos então o percurso de Adam Smith. Smith antes de escrever *A Riqueza das Nações* deu à pena a obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, e se a “mão invisível” da *Riqueza* não traz novidade, já o enfoque moral e a simpatia pelo próximo em *Sentimentos Morais* apanha alguns de surpresa, defender a perspectiva de que é através da observação do outro que nos tornamos moralmente conscientes do nosso próprio comportamento faz lembrar o pensamento de Emmanuel Levinas. Este afirmou que “o próximo está sempre mais perto de Deus do que eu próprio”, é G. Bensussan quem nos dá conta que o filósofo, numa entrevista em 1985, expressou o seguinte “o que é verdadeiramente humano é - não vos assusteis com esta palavra - o amor.” Neste sentido, Levinas propôs “entrelaça[r] o amor e o humano num propósito cujo tom é como definitivo e quase testamentário. (...) É preciso forçar a razão que se assusta diante do amor (...)” (2011: 26).

Daí foi um passo até ao projecto de arte Web internacional “Emotional Cities¹⁷⁴”, este consiste em traduzir as nossas emoções, através de uma cor - “emotional index” - que votamos na WEB e posteriormente, depois dos dados tratados, assiste-se à tradução desses resultados (obtidos através da votação dos cibernautas) num monumento público, que ganha então uma das setes cores.

174 Para mais detalhe veja <http://www.emotionalcities.com/>. Cidades como Estocolmo ou Seoul podem dar prova da iniciativa.

Os chafarizes da cidade, outrora com papel de relevo na vida dos alfacinhas têm vindo a sofrer a erosão, e a consequente degradação dos tempos, pelo que acabou por ser este sub-aproveitamento que deu o mote à requalificação desse património para posteriormente criar uma espécie de “**emocional chafariZx**”. Esta constituiria uma rota turística integrada, em que o chafariz enquanto património material, conjuntamente com as “narrativas”¹⁷⁵, da água (disputas, enamoramentos, etc.) traduziria o modo de vida de um povo, visto que convidaria a perpassar os vários bairros/locais onde os chafarizes se inserem. A propósito desta rota integrada, e em bom rigor, reconhece-se que não passa da adaptação do que se viu em Casimiro. A estratégia de D. Miguel da Silva consistia

[...] em proporcionar aos fiéis, impossibilitados de se deslocarem a Roma para lucrarem as indulgências jubilares, que se obtinham pela visita às sete basílicas Romanas (São Pedro, São Paulo, Santa Maria Maior, São João de Latrão, Santa Cruz de Jerusalém, São Lourenço e São Sebastião), ganharem as mesmas indulgências visitando os cinco altares da catedral de Viseu. Para isso, definiu um programa iconográfico fazendo corresponder a cada uma das cinco pale uma das basílicas romanas [...]. (CASIMIRO, 2006: 95).

Chafariz da Esperança: do legado de Mardel a ícone da Lisboémoção

A Esperança já tinha nome feito mas muito limitado ao mosteiro (aliás, da invocação de Nossa Senhora da Piedade) fundado no tempo de D. Afonso V «para damas nobres». No Largo da Esperança havia um Cruzeiro muito celebrado. Quando este desapareceu, destruído pela Câmara em 1835, lá ficou ainda o mais bonito chafariz de Lisboa. (ADRAGÃO, PINTO e RASQUILHO, 1985: 121).

Para ultimar resgata-se a teoria da “Deriva” que se ficou a conhecer em Debord (1997), uma vez que esta foi capaz de perceber o potencial lúdico dos espaços urbanos numa concepção de cidade antropomorfizada e com um modo de vida nómada. Guy Debord esclarece que este processo de conhecimento urbano desafiou e rompeu os cânones tradicionais de uma Paris haussmanniana, na medida em que a *psicogeografia* convidava, precisamente, à “desorientação” e à “experimentação”¹⁷⁶ das cidades.

¹⁷⁵ Luís Chaves (1995: 12) aponta os chafarizes como “lugares de encontros”.

¹⁷⁶ Aliás a cidade de Paris numa merecida homenagem a esta “deriva” lançou um evento intitulado *Nuit Blanche*, que visava precisamente incentivar o “turismo e o crescimento económico da cidade”.

Um ingrediente adicional surge pela mão de Tony Puig (2004: 167) ao prospectivar para a área da Cultura, em sentido amplo, a capacidade de gerar emoções. Mais recente a tese de Kageyama (2011b) também nos parece que vai ganhar cada vez mais adeptos.

As pessoas não sabem porque conferem valor a uma obra de arte. Longe de conhecer a verdade, julgam encontrar dezenas de razões que justificam tanto interesse; mas a verdadeira razão da sua aceitação é inexplicável: é empatia. Apud (COSTA, 2007: 123). As palavras de Thomas Mann, que certamente podem ser extrapoladas para tantas situações quantas a nossa imaginação suportar, servem para visitar aquilo em que realmente acreditamos.

VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Did we bring home what we promised at the beginning of this journey through travelogues of the exploration? Scholarly books [Master Thesis] **should end with conclusions that restate their goals and then summarize, chapter by chapter, the arguments that confined or refuted them. But if I take the idea of a journey (and a story) seriously, I cannot report its results in a few paragraphs that refract its premises. A measure of journeys is that travelers may return to the point of departure but are no longer the same when they get there.** (FABIAN, 2000: 271)

Que haverá de espantoso, em não conseguir atingir o cimo quando se procura subir encostas íngremes? Séneca



Como disse Miguel Torga, pseudónimo literário do médico Adolfo Correia da Rocha, “**Em qualquer Aventura. O que importa é partir, não é chegar**”. Efectivamente não era propósito deste trabalho de projecto concluir, aliás, e com recurso às palavras de Moisés Espírito Santo (1990: 215), *a nossa intenção foi, antes pelo contrário, sugerir caminhos aos novos investigadores. [Pelo que] concluiremos o menos possível*. Todavia, importa esclarecer que a ausência de conclusão, *in strictu sensu*, não significa que nos queiramos furtar à responsabilidade de tecer uma reflexão de síntese.

A Sociologia, a par de outras ciências, tem vindo a ser interpelada a responder ao chamamento do resgate de uma memória compreensiva das cidades. Desafio esse que obrigou à transgressão dos limites disciplinares impostos por Kant. Nesse sentido tanto o trabalho “mediterraneamente gigante” de Braudel, como a convicção de Henri Lefebvre (1975) de que o passado histórico é redefinido a cada vez que se concretiza no presente foram fonte de inspiração. Sem dúvida que a memória das cidades faz-se a cada dia, por isso há agora (talvez mais que nunca) consciência de que não podemos deixar “engolir” o passado. Pelo que, a acrescer à preocupação em registar as memórias vivas, há, como nos alertou Parafita (2010), um ónus de responsabilidade sobre esta geração, impelindo-a a assumir um papel activo na preservação de tesouros identitários.

Pois bem, apesar do trabalho de projecto ter compreendido exclusivamente a componente conceptual, ainda assim e em larga medida, permitiu-nos responder afirmativamente às duas perguntas que formulámos atrás: “**O património cultural imaterial pode contribuir para o desenvolvimento local?**” e “**O património cultural imaterial pode contribuir para criar espaços sócio-inclusivos na cidade?**”

Fernando Andresen Guimarães, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, ajudou-nos nessa resposta cabal: (...) *a salvaguarda do património cultural imaterial, se realizada de forma sustentável, poderá constituir simultaneamente fonte de auto-estima, de coesão social e de rendimento económico*. (2011: 10). Chegados aqui, estamos firmes no entendimento de que o Património, material e imaterial, da mitológica Olisipo

é um tesouro valioso, que associado ao *know-how* das indústrias culturais e criativas e ao Turismo pode passar a ser o “ouro” dos (novos) *Descobrimientos*. Tomaram peso nesta relação entrecruzada, que se aposta frutuosa, Charles Landry (2000, 2011), Pedro Costa (2007, 2009), Eduardo Brito Henriques (2003, 2004), Augusto Mateus (2010), entre outros. Por outro lado, igualmente firmes na certeza de que o património imaterial tem uma palavra a dizer no papel da inclusão social, do reforço da identidade e na responsabilidade de preservação da memória colectiva, onde Guilherme d’Oliveira Martins (2010, 2011) foi peremptório, entre outros. Relembrando, deixou-se a proposta de socio-museologia, ou seja, eco-museus temáticos que consigam verter e traduzir o património cultural imaterial dos bairros tradicionais da cidade. Estes micro-clusters temáticos (síntese que se acredita subsidiária da urgente “Marca Lisboa¹⁷⁷”), até nos mereceu, vindo da Lombardia, a designação de “Terceira-Lisboa”. Sendo que a Madragoa, alvo da nossa atenção, imortalizaria o tempo das varinas, dos pregões...da qual a comunidade herdeira local seria fiel testamentária, com forte envolvimento e participação, conforme se tem vindo a perceber, na esteira do que estabelece a UNESCO e em benefício de outras escalas.

A inquietação (conforme designámos atrás) de Pedro Costa - **As especificidades de certos locais são importantes para o surgimento de dinâmicas criativas** - é substituída pela convicção de que é precisamente essa atmosfera diferenciadora que activa a própria inspiração, constituindo-se aliás como o próprio fermento. Também estamos absolutamente confortáveis em dizer a Machado Pais que **o papel da cultura na recuperação [e no uso] do espaço público** é vital, aliás tivemos oportunidade de ver que a “Cultura” é, presentemente, considerada o “quarto pilar da Sustentabilidade”. De forma ainda mais concreta, o projecto “Criaticidades” apontou a cidade de Nantes, em França como um exemplo de cidade que elevou a qualidade de vida graças, justamente, a acções culturais. Em suma, e ainda segundo o “Creaticidades” *a economia criativa consegue, portanto, por meio da agregação de traços de outros conceitos, um toque próprio e inovador. (...) da economia da cultura, propõe a valorização da*

177 Pois como bem notou João Teixeira Lopes: *se a imagem de uma cidade é clara e coerente, então a vivência urbana tenderá a ser mais intensa.* (2000a: 76).

autenticidade e do intangível cultural único e inimitável. Portanto, acreditamos que as estratégias que venham a ancorar neste quarto pilar revelar-se-ão apostas ganhadoras.

Neste périplo há que evidenciar alguns ensinamentos que se revelaram de grande préstimo, os de Pedro Ressano Garcia (2010: 48) são disso bom exemplo: *para «imaginar» o futuro é necessário ter presente informação sobre o passado e conhecer o presente. (...) Tendo em conta os múltiplos aspetos envolvidos, alargar e aprofundar as referências a outras esferas culturais não parece ser uma incoerência (...)*. Foi neste sentido que quisemos “reconhecer o passado” para “projectar o futuro”, como nos dizia o “Manifesto São Paulo Criativa”. Um futuro que caminhe no sentido de uma Lisboa competitiva e inclusiva, que afirme a sua identidade local, para que a possa afirmar globalmente. Uma cidade que apele à “memória e sentido de lugar”, conforme nos falava Fortuna (2002), ideia que Ferrão (2004) e Seixas (2010) vieram a corroborar, aliás João Seixas apelou, até, para que não se perdessem mais “helicoidais do DNA urbano”.

Ao lado de Ernâni Lopes (2009), quando este destacou a importância do Turismo e a necessidade de regeneração e promoção dos centros urbanos. Absolutamente de acordo com a fraqueza que identificou, ou seja, a falta de uma visão integrada. Pelo que a nossa atenção atravessou desde o “Plano de Pormenor de Reabilitação da Madragoa (2010)”, à “Carta Estratégica 2010-2024” e às grandes linhas que informaram o QREN¹⁷⁸. Tudo leva a crer que Maria de Lourdes Santos (2010: 33) ao defender que *estamos perante um modelo multidisciplinar em que se interceptam a economia, a cultura e a tecnologia* esteja na mesma corrente.

Paralelamente há que olhar com rigor e sentido crítico para a imensa tessitura social que compõe esta Lisboa plural e pensar em medidas que ajudem a reforçar os índices de bem-estar social. Em suma, uma cidade que saiba olhar para a escala micro, sem perder de vista a macro... porque Capitais Europeias da Cultura, Expos ou Europeus de

178 Quando defende: “Promover a valorização do património cultural, tangível e intangível, no domínio do mar” - disponível em <http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compet/polos-e-clusters/pct-e-clusters-reconhecidos/entity/cluster-do-conhecimento-e-da-economia-do-mar?fromlist=1> - e “Gerar e incorporar o conhecimento na actividade turística, aproximando os centros de investigação e conhecimento das preocupações do sector”, disponível em <http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compet/polos-e-clusters/pct-e-clusters-reconhecidos/entity/polo-turismo-2015?fromlist=1> [consultado em 17-02-2012].

Futebol não há todos os dias, e Lisboa... Madragoa, Bairro Alto, Castelo, Alfama, Mouraria são o “pão nosso de cada dia”. Sem dúvida que Lisboa é do mundo (ou não fosse essa a sua vocação), dos europeus, dos portugueses, mas inegavelmente dos lisboetas.

Considerando que o trabalho de projecto apresentou a componente conceptual, tomando-se a componente prática para o ciclo de estudos seguinte, daí que não nos tenhamos debruçado sobre a metodologia para a componente empírica. Contudo, e ainda que escudados pelo próprio regulamento, isso não nos parece isentar de pensar, em sentido lato, nos caminhos metodológicos mais apropriados para abraçar ulteriormente. O que faz mais sentido são (...) *os métodos qualitativos* (...) [pois] *propõem-se recolher informações qualitativamente mais ricas sobre um fenómeno, obtendo um acesso mais pleno à subjectividade dos indivíduos estudados. (...) Entre os métodos qualitativos, podem citar-se as entrevistas*¹⁷⁹ *não directivas, a recolha de histórias de vida*¹⁸⁰, *a observação participativa, as técnicas da «sociologia-visual» e a utilização dos «mapas-mentais»*. (MELA, 1999: 41). Deste espectro a proposta de Paul Thompson é deveras pertinente, visto que a história oral permite (...) *helps the less privileged, and especially the old, towards dignity and self confidence. It makes for contact - and thence understanding - between social classes, and between generations. And to individual historians and others, with shared meanings, it can give a sense of belonging to a place or in time. In short, it makes for fuller human beings*. (1978: 24). Ora, sendo que os bairros acabam por ser espaços confinados na cidade, micro-territórios, julga-se pertinente a possibilidade de adoptar a proposta de Edgar Morin¹⁸¹ (2000: 4), nomeadamente quando o autor defendeu que *é preciso utilizar totalmente a objetividade*

179 Isabel Guerra considera que (...) *quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do informante emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas*. (2006: 51).

180 Mas, se nos quisermos aproximar da esfera que resiste ao formato social, registemos atentos as hesitações e silêncios do narrador. Os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade. Narrativas seguras e unilineares correm sempre o perigo de deslizar para o estereótipo. (...) Não há, afirma com razão Vovelle, métodos fáceis para reconstituir uma cultura popular: ela é uma história tecida de silêncios, uma vez que pertenceu sempre às classes dominadas. (...) Nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazios, podem ser «trabalhos da memória» (...). (BOSI, 2003: 64).

181 In *DOS DEMÔNIOS* – 2º dia do *Atelier ao vivo do pensamento de Edgar Morin*, por SESC VILA MARIANA - SÃO PAULO. Disponível em <http://edgarmorin.sescsp.org.br> [consultado em 21-07-2011].

e a subjetividade, mesmo quando a subjetividade é considerada pela maioria dos sociólogos como sendo algo negativo.

É Paul Claval quem reconhece (e sem saber acaba por nos acalantar) que a nova Geografia Cultural admite uma *maior imaginação e inventividade do pesquisador que nas Geografias do passado. Neste sentido, a nova Geografia Cultural é mais livre (...).* (2002: 24).

Termina-se com o mentor do célebre “Kiss”. Tino Sehgal¹⁸², quanto a nós, é quem melhor conseguiu fundir as (nossas) ideias de PCI, Criatividade e Emoção. Pois para o artista, *the piece is formed of people, not of metal or stone, the viewer is aware that, regardless of how absorbed the models seem to be in their activity, at any moment they have the capability of turning their gaze on him (...)*¹⁸³. (in *The New Times Magazine*).

Sem querer, acabo por correr o risco de atrevimento ao chamar o ensinamento de Jesus (em Mt. 13: 31-32) como auto-apreciação final deste trabalho de projecto; pois apesar de ínfimo, tal qual o grão de mostarda, se for devidamente agraciado, ao crescer torna-se a maior das hortaliças, fazendo-se, inclusive, uma árvore vigorosa...

182 Que já assinala presença em museus de referência, como Tate, MoMA, Guggenheim, Serralves, etc.

183 Chegados à última citação, e porque se revelaram cruciais a este trabalho, recorre-se ao entendimento (de que obviamente se partilha) de Antoine Campagnon: (...) *a citação é um operador trivial de intertextualidade. Ela apela para a competência do leitor, estimula a máquina da leitura, que deve produzir um trabalho, já que, numa citação, se fazem presentes dois textos cuja relação não é de equivalência nem de redundância.* (2007: 54-5). Mas Campagnon alertou, ainda, para a “extracção, a mutilação e o desenraizamento” inerente à citação. Pelo que não se pode deixar de assumir as eventuais “mutilações”, “desenraizamentos” e novas (re)configurações que se consideraram convenientes à execução deste Trabalho de Projecto.

Madragoa

Oh Madragoa

Das Bernardas e das Trinas

Dos padeiros, das varinas

Da tradição

És a Lisboa,

Que nos fala doutra idade

Doutros tempos da cidade

Que já lá vão

Bairro cercado

Por igrejas e conventos

E tão santos monumentos

Na vizinhança

Meu bairro amado

Vem mostrar que é bem verdade

Que entre a fé e a caridade

Pôs Deus a esperança

Refrão

Oh Madragoa

Que és a mãe da minha mãe

Oh gente boa

Do meu bairro, escutem bem

És a Lisboa

Do progresso e da vaidade

É ali na Madragoa

Que mora a saudade

És Madragoa

Mais cristã que a Mouraria

Mais alegre que a Mouraria

E até mais bela

Doa a quem doa

Não há bairro com mais raça

Com mais graça até que a Graça

Mais luz que a Estrela

Aqui viveram

Esses bravos mercantes

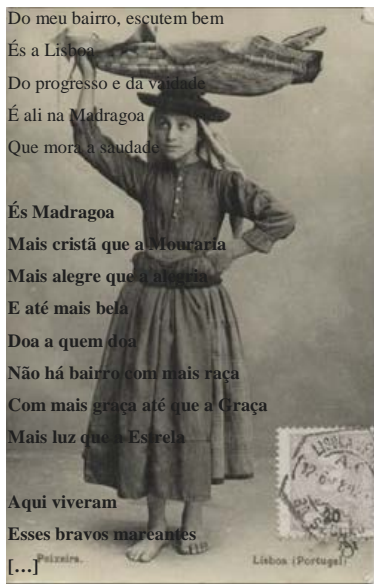
[...]

Muito morreram

Mas há um que o povo adora

Esse herói que o povo chora

Gago Coutinho [...]



Raul Ferrão / José Galhardo

“A vida não está por ordem alfabética como há quem julgue. Surge...ora aqui, ora ali, como muito bem entende, são migalhas, o problema depois é juntá-las [...]”

António Tabucchi.

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

ABEL, M^a e E. SUCENA (orgs.) (2003) – *Luís Pastor de Macedo*. Lisboa: Livros Horizonte

ABREU, M. de A. (1998) – “Sobre a memória das cidades”, in *Revista da Fac. Letras, Geografia I série*, vol. XIV, Porto, pp. 77-97, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf> [consultado em 19-09-2011]

ABREU, P. M. (2007) - *Palácios da Memória II a revelação da arquitectura*, Lisboa, Fac. de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento

ADORNO, T. (2003) - “Breves Considerações acerca da Indústria da Cultura”, in *Sobre a indústria da cultura*, Coimbra, Angelus Novus, pp. 97-106

ADRAGÃO, J. V., N. PINTO e R. RASQUILHO (1985) – *Novos Guias de Portugal: Lisboa*. Lisboa: Editorial Presença

AGUIAR, J. (2010) - “Após Veneza: Do restauro estilístico para o restauro crítico”, in Custódio, J. (coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, pp. 219-236

AGUIAR, J. (2005) – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Fac. de Arquitectura da Universidade do Porto

ALMEIDA, F. de (1927) [1890] - *Lisboa Galante. Episódios e aspectos da cidade*. Porto: Livraria Lello & Irmão

ALVES, R. A. (2007) - *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

AMABILE, T. M. *et al.* (2005) – “Affect and creativity at work”, in *Administrative Science Quarterly*, nº 50, pp 367-403

AMENDOLA, G. (2000) – *La ciudad postmoderna: magia e miedo de la metropolis contemporânea*. Madrid: Celeste Ediciones

ANICO, M. (2006) – “Património, museus e representações culturais locais na contemporaneidade”, in Peralta, E. e Marta Anico (orgs.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 93-100

APPADURAI, A. (2002) – “Cultural Diversity: a Conceptual Platform. Sustainable diversity: the indivisibility of culture and development”, in Stenou, K. (org.) – *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity - a vision - a conceptual Framework - a pool of ideas for implementation - a new paradigm*, Cultural Diversity Series n.º 1, UNESCO, pp. 9-15

APPADURAI, A. (2004) - *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema

ARENDT, H. (2009) [1978] – *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/34318215/ARENDT-Hannah-A-vida-do-espírito-o-pensar-o-querer-e-o-julgar> [consultado em 27.02.2012]

ARGAN, G. C. (1993) - *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes Editora

ARON, R. (2000) – *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Dom Quixote

ASCHER, F. (1998) - *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta

ASCHER, F. (2010) - *Novos Princípios do Urbanismo, seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte

BAPTISTA, L. V. (2003) - “Territórios, Imagens e Poderes”, in Cordeiro, G. Índias, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.) – *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta, pp.35-42

BAPTISTA, L. V. e J.P. SEDAS NUNES (2004) – “Portugal, Lisboa e a Metrópole: aspectos socio-demográficos para uma discussão em curso”, in *GeoInova* n.º 10, pp.145-156

BARATA, A. M., (2009) – “A ordenação do espaço litoral de Lisboa, 1860-1940”, in *Revista Scripta Nova*, Vol. XIII, n.º 296 (4), disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-296/sn-296-4.htm> [consultado em 22-03-2011]

BARCELOS, P. (2011) – “Em voo de Grou: para uma extensão global do princípio do reconhecimento”, in Marcos, M^a. L., M^a J. Cantinho e P. Barcelos (orgs.) - *Emmanuel Levinas: entre reconhecimento e hospitalidade*. Lisboa: Edições 70, pp.67-78

BARRETO, A. e M^a F. MÓNICA (1983) – *Retrato de Lisboa Popular: 1900*. Lisboa: Editorial Presença

BARROS, M. M. (coord.) (2005) – *Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação Urbana*, Lisboa, CML / DMCRU, vol. `02, pp. 174-187

BASSAND, M., V. Kaufmann e D. Joye (orgs.) (2007) - *Enjeux de la sociologie urbaine*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes

BAUDRILLARD, J. (1991) - *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D` Água

BAUMAN, Z. (2006) – *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D` Água

BAUMAN, Z. (2001) - *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

BENIS, K. (2011) - *Vielas de Alfama - entre revitalização e gentrificação: Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público*, Lisboa, Fac. Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Mestrado

BENSUSSAN, G. (2011) – “O jogo do amor e da ética”, in Marcos, M^a. L., M^a J. Cantinho e P. Barcelos (orgs.) - *Emmanuel Levinas: entre reconhecimento e hospitalidade*. Lisboa: Edições 70, pp. 26-40

BERGER, P. e T. LUCKMANN (2004) - *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro

BORJA, J. (2003) – *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial

BORJA, J. (1994) – “A ciudad mundial”, in Meyer, R. (org.). *Memória, encontro, século XXI*. São Paulo: Editora Viva o Centro, pp.11-16

BORJA, J. e M. CASTELLS (1997) - *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus

BOSI, E. (2003) – *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. S. Paulo: Ateliê Editorial

BOURDIEU, P. (2003) - *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século

BOURDIEU, P. (1994) – *O Poder Simbólico*. Linda-a-Velha: Difel Difusão Editorial

BRANCO, R. (2009) - *Competitividade e Governação: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento

BRANCO, R. (2006) - “Competitividade metropolitana e governância em Montreal e Lisboa”, in *GeoInova* n.º 12, Lisboa, pp. 129-160

BRAUDEL, F. (2002) – *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes

BRAUDEL, F. (1984) – *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* (vol. II). Lisboa: Publicações Dom Quixote

BRAUDEL, F. (1983) – *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* (vol. I). Lisboa: Publicações Dom Quixote

BRAUDEL, F. (1981) – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença

BRITO, J. Pais de (2003) – “A cidade Exposta”, in Cordeiro, G. Índias, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.) (2003) – *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta, pp.43-51

BROOKS, D. (2002) - *Bubos no Paraíso – Burgueses Boémios: a nova classe alta e como chegou lá*. Rio de Janeiro: Editora Rocco

CABRAL, C. Bertrand (2011) – *Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70

CABRAL, C. Bertrand (2009a) – *Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação*, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Mestrado

CABRAL, C. Bertrand (2009b) – “A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda”, in COSTA, P. F. – *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: IMC, pp.125-139

CABRAL, M. Villaverde e M. L. BANDEIRA (coords.) (2012) - *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: evolução e perspectivas*, disponível em <http://www.ffms.pt/estudo/20/as-dinamicas-do-envelhecimento> [consultado em 26.03.2012].

CALVINO, I. (2008) [1972] – *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema

CAMPELO, Á. (coord.) (2007) – *Património imaterial de Ponte de Lima*, Ponte de Lima: CMPL

CAMPOS, R., A. M. BRIGHENTI e L. SPINELLI (2011) – “Introdução: um olhar sobre as imagens urbanas”, in Campos, R., A. M. Brighenti e L. Spinelli (orgs.) – *Uma Cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano*. Lisboa: Mundos Sociais

CANCLINI, N. G., (2006) – *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp

CANCLINI, N. G. (1994) – “O património cultural e a construção imaginária do nacional”, in *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 23, Brasília, IPHAN, pp. 94-115

CAPUCHA, L. (2000) - “Territórios da pobreza, onde é preciso voltar” in *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, n.º 30, Porto, pp. 8-15

CARRANCA, A. (2004) – “Uma cultura para a sociedade do conhecimento: contributos da cultura para a promoção das cidades como habitats de inovação”, in *GeoInova* n.º 10, Lisboa, pp.77-113

CARRANCA, A. (2003) – “Uma leitura territorial dos instrumentos operacionais da cultura em Portugal (2000-2006)”, in *GeoInova* n.º 7, Lisboa, pp. 103 -128

CARVALHO, J. R. e M. ELIAS (1999) – *Lisboa Saudade: Pregões e Figuras Típicas de Lisboa (anos 20-40)*. Lisboa: Universitária Editora

CARVALHO, J. S. (1997) – *Madragoa - Sons e Architecturas*. Lisboa: Livros Horizonte

CASIMIRO, L. A. (2006) – “Pintura e Escultura do Renascimento no Norte de Portugal”, in *Revista da Fac. de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Porto, I série, vol.V-VI, pp. 87-114, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6620.pdf> [consultado em 14-12-2011]

CASTELLS, M. (2007) – *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CHAPIN, R. (2011) – *Pocket Neighborhood: Creating small-scale community in a large-scale world*. Hardcover: Tauton Press

CHATTERTON, P. e R.UNSWORTH (2004) – “Making space for culture(s) in boom town: some alternative futures for the development, ownership and participation in Leeds City centre”, in *Local Economy* n.º 19.4, pp. 361-379

CHAVES, L. (1995) – *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: CML

CLAVAL, P. (2003) – *La géographie du XX^e siècle*. Paris: L'Harmattan

CLAVAL, P. (2002) – “«a volta do cultural» na Geografia”, in *Revista Mercator*, ano 01, n.º 1, disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/192/158> [consultado em 19.03.2012]

CLAVAL, P. (1995) – *La Géographie Culturelle*. Paris: Éditions Nathan

CLAVAL, P. (1979) – *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

CLAVEL, M. (2002) – *Sociologie de l'urbain*. Paris: Anthropos

CLEMENTE, J. (2002) – “Los Espacios de la Cultura en las Políticas de la Transformación urbana de la ciudad neoliberal”, in *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº34, pp. 245-256, disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=660081> [consultado em 17-01-2012]

COMPANGNON, A. (2007) [1979] – *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG

CONDE, I. (2010) – “Arte, cultura, criatividade: diferentes narrativas”, in Santos, M^a de L. Lima e J. M. Pais (orgs.) – *Novos Trilhos Culturais: práticas e políticas*. Lisboa: ICS, pp. 121-134

CORDEIRO, G. Í. (1997) – *Um lugar na Cidade: Quotidiano, Memórias e Representações no bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

CORDEIRO, G. Í. (2003) – “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca”, in *Revista de Sociologia da Fac. Letras da Univ. do Porto*, Série I, vol. 13, pp. 185-199

COSTA, A. F. da (1999) – *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta

COSTA, F. L. (2011) – “Globalização, Diversidade e “Novas” Classes criativas em Lisboa - Economia etnocultural e a emergência de um sistema de produção etnocultural”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 67, pp. 85-106

COSTA, P. (2009) (coord.) – *Estratégias para a Cultura em Lisboa*. Lisboa: CML (relatório final)

COSTA, P. (2007) - *A Cultura em Lisboa: Competitividade e desenvolvimento territorial*. Lisboa: ICS

COSTA, P. (2002) - “The cultural activities Cluster in Portugal - trends and perspectives”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 38, pp.99-114

COSTA, P. (1999) - “Efeito de «meio» e desenvolvimento urbano. O caso da fileira da cultura”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 29, pp.127-149

COSTA, P. F. da (2008) – “Discretos Tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do Património Imaterial”, in *Revista Museologia.pt*, n.º 2, Lisboa, IMC, pp. 16-35

COSTA, P. F. da (1999) – *Montejunto: imaginários e celebrações de uma Serra*. Cadaval: LeaderOeste

COSTA, P., J. SEIXAS e A. ROLDÃO (2009) – “From «creative cities» to «urban creativity»? space, creativity and governance in the contemporary city”, in *City Futures’09 - City Futures in a Globalizing World*, EURA/UAA Conference, Madrid

CRANE, D. et al. (2002) – *Global Culture. Media, Arts, Policy, and Globalization*. Londres: Routledge

CRESPO, J. G. (2006) – “O Futuro será o que quisermos”, in TOSTÕES, A. et al. – *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.301-307

CULLEN, G. (1998) – *Paisagem Urbana*. Lisboa: Livros Horizonte

CUNHA, M. P. e A. Rego (2005) – *Liderar*. Lisboa: Dom Quixote

CUNHA, M. P. et al. (2004) – *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: RH Editora

DE KADT, E. (1991) – *Turismo: ¿Pasaporte al desarrollo?*. Madrid: Ediciones Endymion

DEBORD, G. (1997) – *A Sociedade do Espectáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto

DIAS, J. (2000) – “Bairros Históricos: Identidades colectivas, enquanto património, cuja reabilitação urbana é uma necessidade social e cultural” in *Architécti*, Editora Trifório, Edição Especial, nº 52, Ano XII, pp. 30-33

DURAND, Jean-Yves (2009) – “Retrato do Antropólogo no Terreno, enquanto Patrimonializador Relutante”, in Costa, P. F. – *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: IMC, pp.297-303

DUVIGNAUD, J. (1990) - "Prefácio" in Halbwachs, M. (1990) - *A memória colectiva*. São Paulo: Vértice

EVANS, G. (2005) – “Measure for Measure: Evaluating the Evidence of Culture’s Contribution to Regeneration”, in *Urban Studies*, n.º 42 (5/6), pp. 959-983

EVANS, G. (2001) – *Cultural Planning: An Urban Renaissance?*. Londres: Routledge

EVANS, R. (1996) – “Liverpool’s urban regeneration initiative and the arts: a review of policy development and strategic issues”, in Lorente, P. (ed.) - *The Role of Museums and the Arts in the Urban Regeneration of Liverpool*. Centre for Urban History: University of Leicester, pp. 17-22

ESPÍRITO SANTO, M. (1990) – *A Religião Popular Portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim

FABIAN, J. (2000) – *Out of our minds: reason and madness in the exploration of central Africa*. Los Angeles: University of California Press

FEATHERSTONE, M. (1997) – *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel

FERMISSON, J. P. (2005) - *Das Estratégias dos Actores à Estratégia do Território: o papel dos contextos locais de Governância face ao processo de Mundialização*, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado

FERNANDES, R. (2007) – *Cidades e regiões do Conhecimento: do digital ao Inteligente - Estratégias de desenvolvimento territorial: Portugal no contexto europeu*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado

FERRÃO, J. (2011) – *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

FERRÃO, J. (2004) – “Área Metropolitana de Lisboa: um lugar entre mundos”, in Ferrão, J. (coord.) - *Área Metropolitana de Lisboa – Gentes, paisagens, lugares*. Lisboa: AML, pp. 13-37

FERRAROTTI, F. (1991) – *La storia e il quotidiano*. Roma: Editora Laterza

FERREIRA, A. F. (coord.) (2007a) – *Lisboa 2020 - Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. Lisboa: CCDR-LVT

FERREIRA, A. F. (2007b) – *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

FERREIRA, V. M. e F. INDOVINA (eds.) (1999) – *A Cidade da Expo`98-uma reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*. Lisboa: Bizâncio

FERREIRA, V. M. (1987) – *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

FERRO, M. (2011) – “Narrativas inconclusas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do séc. XIX (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato)”, in *História Goiânia*, v. 16, nº. 1, pp. 151-184

FOLGADO, D. (2010) – “Património inclusivo. Das expectativas aos desafios”, in Custódio, J. (coord.) – *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, pp. 323-336

FOUCAULT, M. (2003) – *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora

FOUCAULT, M. (1995) [1972] – *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva

FOUCAULT, M. (1979) – *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal

FLORIDA, R. (2012) – *The Rise of the Creative Class, Revisited*. Nova Iorque: Basic Books

FLORIDA, R. (2004) – *Cities and the creative class*. Londres: Routledge

FLORIDA, R. (2002) – *The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*. Nova Iorque: Basic Books

FONSECA, R. P. (2007) – “A identidade como mercadoria”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 53, pp.117-133

FORTUNA, C. e R. Proença LEITE (orgs.) (2009) – *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina

FORTUNA, C. (2006) – “A Cidade como Comunidade? A precária resposta da teoria sociológica urbana”, in Tostões, A. et al. – *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.127-148

FORTUNA, C. (2002) – “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, pp. 123-148

FORTUNA, C. (org.) (1997) – *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora

FRANÇA, J. A. (2008) – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Horizonte

FREITAG, B. (2006) – *Teorias da cidade*. São Paulo: Editora Campinas

FRIEDMANN, J. (1996) – *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora

GARCIA, J. M. (2009) – “O elogio de Lisboa por Damião de Góis e a Lisboa do Renascimento, 1554”, in Garcia, J. M. (dir.) (2009) - *História de Lisboa - Tempos Fortes*, Lisboa, GEO-CML, pp. 53-58

GASPAR, J. (2005) – “cidade e urbanização no virar do milénio”, in *Homenaje a Joaquín González Vecín*, Departamento Geografía, Univ. León, pp. 285-299

GASPAR, J. (2003) – “Enquadramento Geográfico”, in Tenedório, J. A. (coord.) – *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: AML

GASPAR, J. (1998) – “Guimarães – cidade e urbanidade”, in *Guimarães – Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico*, CMG, pp.13-19

GASPAR, L. B. (2003) – “Auto-segregação sócio-espacial em Lisboa”, in *Revista Estudos Regionais*, n.º 4, APDR, pp. 75-93

GATO, M^a A. (2007) – “Do consumo do Espaço à composição de Estilos de vida na “cidade” Expo’98”, in *First International Conference of young reserchers*, Lisboa, CIES-ISCTE, pp.1-13

GIDDENS, A. (2007) – *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GIDDENS, A. (2002) – *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença

GIDDENS, A. (1998) – *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora

GOFFMAN, E. (2010) – *Comportamentos em Lugares Públicos - Nota sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Editora Vozes

GOLEMAN, D. (1998) – “What makes a leader?”, in *Harvard Business Review*, pp. 82-91

GREFFE, X. (2009) – “Heritage conservation as a driving force for development”, in *Council of Europe – Heritage and Beyond*. Estrasburgo: Council of Europe, pp. 101-112

GUATTARI, F. (1992) – *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.

GUERRA, I. (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípia Editora

GUERRA, I. (2000) – “Planeamento Estratégico das Cidades. Organização do Espaço e Acção Colectiva” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, CET-ISCTE, n.º 1, pp.37-55

GUIMARÃES, F. A. (2011) – “Prefácio”, in Cabral, C. Bertrand – *Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70, pp.9-11

HALL, P. (1996) – *Cities of tomorrow*. Oxford: Blackwell

HARVEY, D. (2008) - “the Right to the City”, in *New Left Review* n. 53 - Set./Out., pp.24-31

HARVEY, D. (2000) – *A Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola

HARVEY, D. (1985) – *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell

HENRIQUES, E. B. (2004) – “O Património nas Políticas Territoriais”, disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/PaisagemeCultura.html [consultado em 17-11.2011]

HENRIQUES, E. B. (2003) – “A cidade destino de turismo” in *Finisterra*, I série, vol. XIX, pp. 163-172

HENRIQUES, E. B. (2002) – “Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português” in *Finisterra*, vol. XXXVII, n.º 73, pp. 61-80

HENRIQUES, E. B. (1996) – *A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano*. Lisboa: Edições Colibri

HENRIQUES, E. B. (1994) – “Vender a cidade, ou as lógicas e as estratégias do marketing urbano” in *Finisterra*, vol. XXIX, n.º 58, pp. 403-406

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (2002) – *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea

HOLCOMB, B. (1993) – “Revisiting place: De-and Re-constructing the image of the industrial city”, in Kearns, G. e C. Philo (eds.) – *Selling Places: the city as cultural capital, Past and Present*. Oxford: Pergamon Press, pp.133-143

HORKHEIMER, M. e T. W. ADORNO (1969) – “A Indústria Cultural: o Iluminismo como mistificação de massas”, in Lima, L. C. (ed.) - *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Saga, pp. 159-204

HUNTINGTON, S. P. (2001) – *O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva

INGERSOLL, R. (2004) – “The Death of the City and the Survival of Urban Life”, in *Urban Traumas. The City and Disasters* - Conference lecture at the symposium, disponível em <http://urban.cccb.org/urbanLibrary> [consultado em 19-04-2011]

IRVING, M. A. (2009) – “Reiventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária”, in Bartholo, R., I. Bursztyn e D. G. Sansolo (orgs.) - *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 108-121

JANEIRO, M^a J. (2006) – *Lisboa: História e Memórias*. Lisboa: Livros Horizonte

JARDIM, M^a A. (2009) – *Crianças Índigo - Novas Atitudes Pedagógicas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa

JORGE, J. D. C. (2003) – “A Matéria do Património”, in Ramos, M. J. (org.) - *A Matéria do Património-Memórias e Identidades*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 11-16

KAGEYAMA, P. (2011a) – “O que é uma Cidade Criativa? Quais são os seus traços Principais?”, in Reis, A. C. F e P. Kageyama (orgs.) – *Cidades Criativas: Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, pp. 54-59

KAGEYAMA, P. (2011b) – *For the Love of Cities: the love affair between people and their places*. Creative Cities Production

KAUFMANN, V. (2007) – “La Motilité: une Notion Clé pour Revisiter l’Urbain”, in Bassand, M., V. Kaufmann e D. Joye (orgs.) – *Enjeux de la sociologie urbaine*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes

KIM, W. C. e R. MAUBORGNE (2007) – *A Estratégia Oceano Azul: Como criar mais mercado e tornar a concorrência irrelevante*. Lisboa: Actual Editora

KOTLER, P. et al. (1993) – *Marketing Places - Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*. Nova Iorque: The Free Press

KURIN, R. (2006) – “Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Key Factors in Implementing the 2003 Convention”, in *Inaugural Public Lecture*, pp. 10-20, disponível em www.ijih.org/fileDown.down [consultado em 04-03-2012]

LACAZE, Jean-Paul (1999) – *A Cidade e o Urbanismo*. Lisboa: Instituto Piaget

LANDRY, C. (2011) – “Prefácio”, in Reis, A. C. F e P. Kageyama (orgs.) – *Cidades Criativas: Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, pp. 7-15

LANDRY, C. (2001) – *Culture and crossroads: culture and cultural institutions at the beggining of the 21st century*. Near Stroud: Comedia

LANDRY, C. (2000) - *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. Londres: Earthscan

LANDRY, C. et al. (1996) - *The Art of Regeneration*. Near Stroud: Comedia

LATOEIRA, C. (2007) – “Indústrias criativas: mapeamento, organização e estudos de caso”, in *Revista Prospectiva e Planeamento*, vol. 14, pp. 213-239, disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/Industrias_Criativas.pdf [consultado em 27.06.2010].

LE CORBUSIER (1995) – *Maneiras de pensar o Urbanismo*. Mem-Martins: Publicações Europa América

LE GOFF, J. (1990) – *História e Memória*. Campinas: Unicampo

LEFEBVRE, H. (2008) [1968] – *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro

LEFEBVRE, H. (1975) – “What is the historical past?”, in *New Left Review*, n.º 90, pp. 27-34

LEITE, A. C. (2003) – “Lisboa: Memórias da Cidade Intangível”, in Ramos, M. J. (org.) - *A Matéria do Património-Memórias e Identidades*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 23-28

LEITE de VASCONCELOS, J. (1933) – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa (vol.I).

LEONTIDOU, L. (1993) – “Postmodernism and the city: Mediterranean versions” in *Urban Studies* n.º 30, pp. 949-965

LEONTIDOU, L. (1990) – *The Mediterranean city in transition: social change and urban development*. Nova Iorque: Cambridge University Press

LIPOVETSKY, G. (2007) – *A Felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70

LIPOVETSKY, G. (1988) – *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água

LOPES, E. (coord.) (2009) – *O «Hypercluster» da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. Lisboa: SaeR / ACL

LOPES, J. T. (2010) – “Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural”, in Santos, Mª de L. Lima e J. M. Pais (orgs.) – *Novos Trilhos Culturais: práticas e políticas*. Lisboa: ICS, pp. 51-61

LOPES, J. T., Luís V. BAPTISTA e A. Firmino da COSTA (2003) – “Nas rotas da cidade”, in *Sociologia*, n.º 13, Porto, Fac. Letras, Universidade do Porto, pp. 123-130

LOPES, J. T. (2000a) - *A Cidade e a Cultura - Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto

LOPES, J. T. (2000b) – “Em busca de um lugar no mapa”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 81-116

LOURENÇO, E. (2002) - *Esplendor do Caos*. Lisboa: Gradiva

LOURENÇO, N. e R. JORGE (2003) – “Tourism: spatial dimension and driving force”, in Noronha, L. et al. (eds.) - *Coastal tourism, Environment and Sustainable Local Development*. New Delhi: TERI, pp 31-60

LYNCH, K. (1999) – *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70

MAALOUF, A. (2002) – *As identidades assassinas*. Lisboa: Difel

MACHADO, P. (2007) – *As Malhas que a (C)idade Tece – mudança social, envelhecimento e velhice em meio urbano*. Lisboa: LNEC

MARCOS, M. L. (2011) – “Reconhecimento e Alteridade”, in Marcos, M^a. L., M^a J. Cantinho e P. Barcelos (orgs.) - *Emmanuel Levinas: entre reconhecimento e hospitalidade*. Lisboa: Edições 70, pp. 79-88

MARQUES, B. P. (2008) – *Iniciativas Locais de Desenvolvimento: o caso dos Municípios de São Paulo e do ABCD*, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado

MARTINS, F. C. (2005) – “Visitando ruínas”, in Buescu H. C. e G. Cordeiro (orgs.) - *O Grande Terramoto de Lisboa: Ficar diferente*. Lisboa: Gradiva

MARTINS, H. (2011) – “Entrevista a Hermínio Martins por Helena Mateus Jerónimo”, in *Análise Social*, vol. XLVI, n.º 200, pp. 460-483

MARTINS, N. e C. COSTA (2009) – “Património, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável. Parques temáticos vs parques patrimoniais”, in *Turismo e Património*, pp. 51-76

MASI, D. (1999) – *O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio

MATEUS, A. (2010) – *O sector Cultural e Criativo em Portugal*. Lisboa: Estudo para o Ministério da Cultura (Relat. Final)

MATOSO, R. (2006) – “Para um Ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste”, in *IV Seminário do Património da Região Oeste*, Arruda dos Vinhos, pp. 1-9

MATTOSO, J. (1998) – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva

MARTINEZ RIGOL, S. (2000) – *El retorno al centre de la ciutat. La restructuració del Raval , entre la renovació i la gentrificació*, Barcelona, Univ. Barcelona, Tese de Doutoramento

MARTINS, R. B. (2011) – “Lisboa, Criativa?”, in Reis, A. C. F e P. Kageyama (orgs.) - *Cidades Criativas: Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, pp. 78-83

MECO, J. (1985) – *Azulejaria Portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora

MELA, A. (1999) – *Sociologia das Cidades*. Lisboa: Estampa

MELO, J. (2005) – “A Problemática e as Políticas de Desenvolvimento Local”, in Costa, J. S. (coord.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, pp. 511-528

MENDES, J. O. (2001) – “O Desafio das Identidades”, in Boaventura Sousa Santos (org.) - *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento

MENEZES, M. (2008) – “Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano”, in *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008, Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/70.htm> [consultado em 02.02.2012].

MENEZES, M. (1998) – “Representações colectivas e reformulações sócio-espaciais no Bairro da Madragoa”, in *Sociedade e Território*, nº25/26, pp. 89-102

MICHAEL, E. J. (2006) – “Micro-Clusters in Tourism”, in Michael, E. J. – *Micro-Clusters and Networks: The Growth of Tourism*. Elsevier, pp.33-42

MILES, M., T. HALL e L.BORDEN (eds.) (2008) – *The City Cultures Reader*. Nova Iorque: Routledge

MIRANDA, J. (2006) - “Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais”, disponível em <http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/MirandaJorge.pdf> [consultado em 14.01.2012]

MIRANDA, J. A. Bragança (2002) – “Para uma crítica das ligações técnicas”, in Miranda, J. A. Bragança e Maria T. Cruz (orgs.) - *Crítica das ligações na era da técnica*. Lisboa: Tropismos

MOLOTCH, H. (2002) – “Place in Product”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, volume 26.4, pp. 665-688

MOLOTCH, H. (1996) – “LA as product: how design works in a regional economy”, in Scott, A. J. e E. Soja (eds.) – *The city: Los Angeles and urban theory at the end of the twentieth century*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, pp. 225-275

MOMMAAS, H. (2004) - “Cultural clusters and the post industrial city: towards the remapping of urban cultural policy”, in *Urban Studies* 41, n. °3, pp. 507-532

MORIN, E. (2001) – *O Desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget

MOTA, M. C., Paula C. REMOALDO e J. Cadima RIBEIRO (2012) – “Criatividade: a construção de novos cenários para o turismo em Ponte de Lima”, in Ramos, P. N. (dir.) – *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 29, Açores, APDR, pp. 59-70

NUUR, C. (2005) – “Cluster Dynamics and Industrial Policy in Peripheral Regions - A study of cluster formation as a local development process”, disponível em <http://scholar.google.pt/scholar?q=Cluster+Dynamics+and+Industrial+Policy+in+Peripheral+Regions&hl=pt-PT...> [consultado em 25.02.2012]

OLIVEIRA, H. V. (2008) – “A Prática do Turismo como factor de inclusão social”, in *Revista de Ciências Gerenciais*, vol. XII, nº. 16, pp.91-103

OLIVEIRA MARTINS, G. d` (2011) – *Património, Herança e Memória - a cultura como criação*. Lisboa: Gradiva

OLIVEIRA MARTINS, G. d` (2010) – “Património como valor humano”, in Custódio, J. (coord.) – *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, pp. 337-340

OOSTERBEEK, L. (2006) – “A insustentável ligeireza do desenvolvimento”, in Tostões, A. *et al.* – *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.181-195

OSBORN, D. e T. GAEBLER (1992) – *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o Sector Público*. Brasília: MH Comunicação

PACHECO, H. (1991) – *Nós, Portugueses*. Porto: Edições Afrontamento

PAIS, J. M. (2008) – *A Prostituição e a Lisboa Boémia: do século XIX a inícios do século XX*. Porto: Ambar

PAIS, J. M. (2010) – “Introdução”, in Santos, M^a de L. Lima e J. M. Pais (orgs.) – *Novos Trilhos Culturais: práticas e políticas*. Lisboa: ICS

PAMUK, O. (2003) – *Os Jardins da Memória*. Lisboa: Editorial Presença

PARAFITA, A. (2010) – “Património Imaterial: onde mora a alma de um povo”, in *Revista Pedra & Cal*, n.º 48, pp.12-13

PARAFITA, A. (2007) – *Património Imaterial do Douro - Narrações Oraís: Contos. Lendas. Mitos*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro

PARKER, S. (2004) – *Urban theory and the urban experience: encountering the city*. Nova Iorque: Routledge

PARTIDÁRIO, M^a R. (1999) – *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa: Universidade Aberta

PATRÍCIO, M. (1990) – *A escola cultural: horizonte decisivo da reforma educativa*. Lisboa: Texto Editora

PEIXOTO, F. C. (2010) – “Entre a memória e a história - Uma comparação entre os processos de patrimonialização dos bairros de Santa Teresa (Rio de Janeiro) e Alfama (Lisboa)”, in *revista e-metropolis*, n.º 2, ano 1, pp. 15-24, disponível em http://www.emetropolis.net/edicoes/n02_set2010/e-metropolis_n02_artigo2.pdf [consultado em 16-11-2011]

PEREIRA, M. (2011) – *Aumento da Atractividade e Reforço da Centralidade da Baixa Pombalina e Bairros Históricos*, Lisboa, Fac. Arquitectura, UTL, Tese de Mestrado

PEREIRO, P., X., Chaves da MOURA, V. e P. Alves CARNEIRO (2003) - “Museus de antropologia e desenvolvimento comunitário no Norte de Portugal: O Ecomuseu do Barroso”, in *Actas do VII Colóquio Galego de Museus - Museus: Construindo a comunidade*, Santiago de Compostela, pp. 255-276

PETITEAU, Jean-Yves e E. PASQUIER (2001) – “La méthode des itinéraires: récits et parcours”, in Grosjean, M. e Jean-Paul Thibaud (dir.) - *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Parenthèses, pp. 79-99

PINTO de CARVALHO, J. (TINOP) (1938) – *Lisboa de Outrora*. Lisboa: Edição do Grupo Amigos de Lisboa

PINTO, T. C. (2005) – *Percepção e Avaliação da Qualidade de vida na AML - Recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida*, Lisboa, ISCTE, Tese de Doutoramento

PIRES, J. C. (2001) – *Lisboa, Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

POLÈSE, M. (1998) – *Economia Regional e Urbana: lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: APDR

PONTES, J. P. e R. SALVADOR (2002) – “A nova geografia económica”, in Costa, J. S. - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR

PORTER, M. (1993) – *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Editorial Campus

PRATLEY, D. (1994) – “The role of culture in local economic development”, in Santos, M. L. (coord.) - *Cultura e Economia*. Lisboa: ICS

PRIMO, J. S. (2008) – “Património, Política Cultural e Globalização em contexto museal”, in *Revista Lusófona de Humanidades*, 1, 12, pp. 54-62

PUIG, A. (2010) – *Jesus uma biografia*. Lisboa: Paulus Editora

PUIG, T. (2004) – *Se acabo la diversion: ideas y gestión para la cultura que crea y sostiene ciudadanía*. Buenos Aires, Barcelona e México: Paidós

RAYNAUD, P. (1987) – *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*. Paris: PUF

REGO, A. e M. P. CUNHA (2003) – *A essência da liderança: Mudança x Resultados x Integridade*. Lisboa: RH Editora

REIS, J. L. e Sónia P. CARDOSO (2011) – “Baixa de Lisboa e Vila de Oeiras: de um legado partilhado à potencialidade de um símbolo - um projecto de turismo e competitividade urbana”, in *Actas do 17º Congresso da APDR*, Bragança-Zamora, Instituto Politécnico de Bragança, pp. 1294-1303

REIS, M. (2000) – “O Património e a construção de novos espaços de Cidadania”, in Leite Viegas, José Manuel e Eduardo Costa Dias (orgs.) – *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editora, pp. 277-288

REMESAR, A. (2004) – “Historia de dos ciudades”, in *GeoInova*, nº. 10, pp.115-128

RÉMY, J. e L.VOYÉ (2004) – *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Porto: Edições Afrontamento

RESSANO GARCIA, P. (2010) – *Plataforma Tejo - o Regresso ao Rio: a frente ribeirinha de Lisboa e o século XXI*. Lisboa: Fundação Serra Henriques

RIBEIRO, F. (2009) – “Portugal 2025 – que funções no espaço europeu?”, in *Revista Prospectiva e Planeamento*, vol. 16, pp. 197-221, disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/Portugal_2025.pdf [consultado em 27.06.2010]

RIBEIRO, L. F. (2003) – *Azulejos de Lisboa, Volume II*. Lisboa: Litexa Editora

RIBEIRO, L. F. (2002) – *Azulejos de Lisboa, Volume I*. Lisboa: Litexa Editora

RICHARDS, G. (2003a) – “Gastronomy: an essential ingredient in tourism consumption and production?” in Sampaio, F. (ed.) *Proceedings of the First International Gastronomy Congress*, pp. 72-88

RICHARDS, G. (2003b) – “Turismo creativo: una nueva estrategia?” in Ortega, E. (ed.) *Investigación y estrategias turísticas*. Madrid: Thomson, pp. 107-122

RICHARDS, G. (2001) – “El Desarrollo del turismo Cultural en Europa” in *Estudios Turísticos*, n.º150, pp. 3-13

RICHARDS, R. e J. WILSON (2006) – “Developing creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture?”, in *Tourism Management* n.º27, pp. 1209 -1223

RITCHIE, D. A. (2003) – *Doing Oral History: a practical guide*. Oxford: Oxford University Press

ROCA, Z., J. OLIVEIRA e N. LEITÃO (2008) – “Desenvolvimento territorial entre a Topofilia e a Terrafilia: das palavras aos actos”, in *XI Coloquio Ibérico de Geografia*, Alcalá de Henares

ROCHA de MATOS, J. (2008) – *Prémio Internacional / Espaço Inovação Tektónica`08*, Lisboa, AIP

RODRIGUES, W. (1999) – “Globalização e gentrificação - Teoria e empiria”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 29, pp. 95-125

RODRIGUES, W. (2010) – *Cidade em Transição - Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora

RODRÍGUEZ MORATÓ, A. (2010) – “A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos”, in Santos, Mª de L. Lima e J. M. Pais (orgs.) – *Novos Trilhos Culturais: prácticas e políticas*. Lisboa: ICS, pp. 37-50

ROSA, Mª. J. e P. CHITAS (2010) – *Portugal: os Números*. Lisboa: Relógio D'Água - Coleção Ensaio Fundação Francisco Manuel dos Santos

SALGUEIRO, T. B. (1997) – “Lisboa metrópole policêntrica e fragmentada”, in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 32(63), pp. 179-190

SALGUEIRO, T. B. (1992) – *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento

SALVADOR, R. (2008) – “nova gestão do território: teorias e estudos de caso”, in *Actas do 14º Congresso da APDR*, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 1404-1429

SALVADOR, R. (2006) – “Empreendedorismo Urbano e Nova Gestão do Território: o caso de Sintra”, in *GeoInova* n.º 12, pp. 325-357

SANCHO QUEROL, L. (2010) – “Do Coração do Museu: inventário e Património imaterial em 11 Museus Portugueses”, in *Revista ICOM Portugal*, Série II, n.º 9, pp. 2-10, disponível em [http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10(1).pdf) [consultado em 17-02-2012]

SANTANA TALAVERA, A. (1997) – *Antropología y turismo: ¿nuevas hordas, viejas culturas?*. Barcelona: Editorial Ariel

SANT’ANNA, M. (2003) – “A face imaterial do património cultural e os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”, in Abreu, R. e Mário Chagas (orgs.) - *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 46-55

SANTOS, Boaventura S. (org.) (2001) - *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento

SANTOS, Mª de L. Lima (2010) – “Uma panorâmica com três vertentes a duas dimensões”, in Santos, Mª de L. Lima e J. M. Pais (orgs.) – *Novos Trilhos Culturais: prácticas e políticas*. Lisboa: ICS, pp. 29-35

SANTOS, R. (2007) – *Indústrias culturais, Imagens, Valores e Consumos*. Lisboa: Edições 70

SANTOS, S. (2008) – “Imagens da cidade planeada - a diversidade cultural e o pensamento estratégico urbano de Lisboa” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 57, pp. 131-151

SARAMAGO, J. (2006) – *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho

SASSEN, S. (2010) – *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed

SASSEN, S. (1991) - *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: University Press

SCOTT, A. J. (2002a) – “Competitive dynamics of Southern California's clothing industry: the widening global connection and its local ramifications”, in *Urban Studies*, 39, pp. 1287-1306

SCOTT, A. J. (2002b) – “A new map of Hollywood: the production and distribution of American motion pictures”, in *Regional Studies*, 36, pp. 957-975

SCOTT, A. J. (2000) – *The Cultural Economy of cities*. Londres: Sage

SEIXAS, J. (2010) – “Os Mega-Eventos na cidade - Imagética Social, Política Económica e Governança Urbana”, in *Revista e-metropolis*, nº. 2, pp. 4-9

SEIXAS, J. (2006) – *Lisboa: uma análise crítica à governação da cidade*, Lisboa, ISCTE - e Barcelona - Universidade Autónoma de Barcelona, Tese de Doutoramento em Sociologia e Geografia Humana

SEIXAS, P. (1997) – “Castro Identidades de uma cidade. As Ilhas e o Porto”, in Oliveira, J. V. e R. Iturra (coords.) - *Recuperar o espanto: O Olhar da Antropologia*. Porto: Afrontamento, pp.103-115

SELADA, C. e Inês CUNHA (2011) – *Repensar o distrito industrial do mobiliário com base no design: O caso de Paredes*, Lisboa, INTELI, disponível em <http://www.inteli.pt/pt> [consultado em 17.02.2012]

SENNET, R. (1998) – *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: C^a das Letras

SERRÃO, J. (1960) – *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Edições Ática

SERRÃO, V. (2008) – “Introdução”, in Pato, Heitor Baptista – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*. Lisboa: Colibri, pp. 9-13

SILVA, A. S. (2007) – “Como abordar as políticas culturais autárquicas?”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, pp. 11-33

SILVA, M. F. (2009) – “Olisipo: romana e alta medieval 38 a.C - 711”, in Garcia, J. M. (dir.) (2009) - *História de Lisboa - Tempos Fortes*. Lisboa: GEO-CML, pp. 11-15

SIMMEL, G. (1959) – “The ruin”, in Wolff, K. - *Georg Simmel: 1858-1918*. Ohio: Columbus, pp. 259-266

SIMÕES, A. (2006) – “Considerações históricas sobre Ciência e Sociedade: divórcio litigioso ou casamento de sucesso?”, in Tostões, A. et al. – *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 247-257

SIMÕES, R. F. (2009) – *As redes urbanas como determinante da política territorial do Estado Pós-Fordista: o caso de estudo... política de cidades POLIS XXI*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado

SMITH, M. (ed.) (2007) – *Tourism, Culture & Regeneration*. Oxford: CABI Head Office

SOARES, N. (2004) – “Três singularidades de Lisboa a propósito de uma entrevista”, in *GeoInova*, n.º 10, pp. 255-259

SOJA, E. (2000) - *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers

SOJA, E. (1989) – *Geografias Pós-modernas, a reabilitação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

SOROMENHO-MARQUES, V. (2008) – *O Regresso da América – que futuro depois do Império?*. Lisboa: Esfera do Caos

SYMON, P. (1999) – “The new arts in Birmingham: a local analysis of cultural diversity”, in *Proceedings of the International Conference on Cultural Policy Research*, pp. 723-744

TAMASO, I. (2006) – “A Expansão do Patrimônio: Novos Olhares sobre Velhos Objetos, Outros Desafios...”, in *Série Antropologia*, 390, Brasília, disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie390empdf.pdf> [consultado em 19.01.2012]

THIBAUD, Jean-Paul (2001) – “La méthode des parcours commentés”, in Grosjean, M. e Jean-Paul Thibaud (dir.) - *L'espace urbain en methods*. Marseille: Parenthèses, pp. 79-99

THOMPSON, P. (1978) - *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press

TUAN, Yi-Fu (1990) – *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*. Nova Iorque: Columbia University Press

TUAN, Yi-Fu (1979) – “Space and place: humanistic perspective”, in Gale, S. e G. Olsson (eds.) *Philosophy in Geography*. Londres: Reidel, pp. 387-427

VALA, J. e M^a Benedita Monteiro (orgs.) (2006) – *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

VALES, J. (2005) – *A Idade da sabedoria: dar a volta à solidão, vencer a adversidade*. Lisboa: Edição CML (Patrocinado Pelo Conselho Nacional para a política da Terceira Idade)

VICENTE, E. (2009) – “Economia do Património”, in Fortuna, C. e R. Proença Leite. (orgs.) - *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, pp. 225-243

VILAR, E. R. (2007) – “Sobre a Economia da Cultura”, in *Comunicação e Cultura*, nº 3, Lisboa: Quimera

WEBER, M. (1993) – *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica

WEBER, R. (2002) – “Extracting value from the city: neoliberalism and urban redevelopment”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3

WILKINSON, R. e K. PICKETT (2010) – *O espírito da Igualdade*. Lisboa: Editorial Presença

WILLS, A. (2011) – “Cidades criativas – construindo sobre o que já aprendemos”, in Reis, A. C. F e P. Kageyama (orgs.) - *Cidades Criativas: Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, pp. 116-123

WILSON, E. (1992) – *The sphinx in the city - urban life, the control of disorder and women*. Berkeley: University of California Press

ZUKIN, S. (2010) – *Naked city: The death and life of authentic urban places*. Nova Iorque: Oxford University Press

ZUKIN, S. (1998) – “Urban lifestyles: diversity and standardization in spaces of consumption”, in *Urban Studies*, 35(5-6), pp. 825-839

ZUKIN, S. (1995) – *The culture of cities*. Oxford: Blackwell

RECURSOS EXTRA n@ INTERNET

- ❖ <http://vimeo.com/15248744> (**Apresentação do PDM Lisboa 2010**)
- ❖ <http://cartaestrategica.cm-lisboa.pt/index.php?id=431> (**Carta Estratégica Lisboa 2010-2024**)
- ❖ <http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/InfEscFev2012FFF.pdf> (**Relatório de Actividades da CML no período de 01 Dez. 2011 a 15 Fev.2012**)
- ❖ <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/004/pphstoria/mad/termos.pdf> (**Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa**)
- ❖ <http://www.agenda21culture.net/> (**Agenda 21 da Cultura**)
- ❖ <http://www.unhabitat.org> (**UN-HABITAT – “State of the World’s Cities 2010/2011”**)
- ❖ http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=16 (**Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial**)
- ❖ http://creacity.dinamia.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=5&Itemid=26 (**Projecto creatcity - DINAMIA-ISCTE**)
- ❖ <http://www.ovpm.org/> (**Organization of World Heritage cities**)
- ❖ http://www.amconsultores.pt/media/projectosDocs/doc_218_apresentacao_publica_o_sector_cultural_e_criativo_em_portugal.pdf (**O Sector Cultural e Criativo em Portugal**)
- ❖ <http://www.ijih.org/mainMgr.ijih?cmd=mainPageView> (**Jornal Internacional do Património Imaterial**)
- ❖ http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf (**UNCTAD - “Creative Economy Report - 2010”**)
- ❖ <http://www.worldbank.org>. (**Banco Mundial – “Declaração Millennium”**)
- ❖ <http://www.criaticidades.com.br/manifesto/> (**Manifesto São Paulo Criativa**)
- ❖ <http://www.sustainablekingston.ca/community-plan> (**Plano Sustentável Kingston**)
- ❖ <http://www.unep.or.jp/ietc/focus/MelbournePrinciples/Spanish.pdf> (**Princípios de Melbourne**)
- ❖ http://www.visitlisboa.com/getdoc/2d96a472-47a7-408c-a606-977c0f7ab032/ATL-Plano_Estrategico-2011-2014.aspx (**Deloitte Consultores, SA – “Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011-2014”**)
- ❖ <http://www.jf-santosovelho.com/> (**Logotipo “Madragoa – Bairro Histórico”**)

Lisboa “renova votos” de protagonismo: património (i)material, criatividade e emoção – um manifesto por um território mais competitivo e inclusivo

Mestrado em *Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade*

ANEXOS

ANEXO A - dimensão 2: *Cidade Amigável, Segura e Inclusiva*

POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS
<p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampla rede de equipamentos culturais, com destaque para as bibliotecas, galerias e salas de cinema, e boa dinâmica cultural (eventos, espectadores e receitas); - Diversos programas e instrumentos disponíveis para promover a oferta de habitação para estratos sociais menos favorecidos e para a população jovem. 	<p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> Vulnerabilidade à pobreza da população desempregada e dos reformados, bem como dos trabalhadores com níveis de rendimento baixos (com desigualdade de género, afectando mais as mulheres activas); Elevado número de beneficiários dependentes de prestações sociais, especialmente Pensões; (...).
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Dotação de equipamentos sociais e mecanismos de protecção social abrangentes potenciam intervenção pública no combate à pobreza e na promoção da inclusão social; - Qualificação do espaço público urbano pode combater a “guetização” social e o enclave étnico; - Valorização da multi-culturalidade e transculturalidade nas dinâmicas urbanas (regeneração urbana). 	<ul style="list-style-type: none"> - Sub-representação das famílias com níveis de educação (e rendimentos) intermédios na cidade com o eventual e consequente indício de polarização social, um resultado da reduzida oferta de habitação a preços e tipologias adequadas para as famílias deste estrato social; - Os processos de reabilitação urbana qualificam o tecido urbano mas também podem agravar as assimetrias sócio-urbanísticas (atração de novos residentes de nível social superior e saída de famílias com rendimentos mais baixos); - Excessiva concentração de população em bairros sociais em áreas da cidade constitui um elemento de conflitualidade potencial.

Fonte: CML/DMPU, 2009: 3 – in *PDM LISBOA: ANÁLISE SWOT*

POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS
<p>- Dimensão cénica singular da cidade de Lisboa, com destaque para as características únicas da paisagem e morfologia urbanas e de luminosidade natural de Lisboa;</p> <p>- Morfologia urbana e identidade sócio-urbanística de grande valor – Lisboa dos Bairros;</p> <p>- Formas de expressão cultural genuínas e com projecção internacional (especialmente o Fado);</p> <p>(...);</p> <p>- Amenidades climáticas e vivências urbanas e culturais com grande apelo para turistas do “Norte” da Europa;</p> <p>Projecção nacional e internacional de Lisboa por via de festivais culturais no cinema, arquitectura, design, música,...</p>	<p>- Degradação do edificado das zonas históricas;</p> <p>(...);</p> <p>- Mau estado de conservação e dificuldade de valorização/fruição do património;</p> <p>- (Alguns) Bairros históricos de Lisboa “fora dos roteiros” turísticos e culturais;</p> <p>- Excessiva centralização territorial da procura e da oferta turística nas três principais centralidades turísticas de Lisboa: Belém, Baixa-Chiado e Centro Histórico e Parque das Nações, articuladas [diciientemente] pelo Arco Ribeirinho;</p> <p>- Dificuldade de articulação entre as actividades culturais e a “vida urbana” (comércio, cafés e restauração, segurança,...);</p> <p>- Sazonalidade e ausência de uma programação anual integrada e concertada dos eventos culturais de maior projecção internacional;</p> <p>- Insuficiente esforço de <i>Marketing</i> Territorial do Município de Lisboa, na promoção da Marca Lisboa;</p> <p>- Inexistência de uma sinalética turística da cidade com mobiliário urbano coerente, uniforme e com <i>design</i> de qualidade;</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>- Prioridade actual das empresas do sector da promoção, construção e mediação imobiliária para a reabilitação urbana, recuperação dos centros históricos e malhas consolidadas das cidades;</p> <p>(...)</p> <p>- Activação de sítios/equipamentos/edifícios em torno de actividades culturais com potencialidade de alavancar a regeneração urbana em algumas áreas da cidade;</p> <p>- Atracção de estudantes universitários estrangeiros (ERASMUS, <i>Summer Schools</i>, e outros eventos ...)</p>	<p>- Crise económica e risco de redução do investimento (municipal e nacional) no sector da “cultura”;</p> <p>- Redução previsível dos fluxos turísticos em conformidade com a crise económica;</p> <p>- Concorrência forte de cidades mediterrânicas pela atracção de turismo mais qualificado.</p> <p>(...).</p>

ANEXO C

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>> Lisboa polariza uma área envolvente significativamente maior do que o concelho, gerando limiares de procura mais amplos;</p> <p>> Procura significativa de eventos e equipamentos culturais por diferentes públicos, quer em termos de faixa etária quer em termos de poder económico;</p> <p>> Concentração expressiva da oferta de actividades culturais e artísticas na cidade e na região de Lisboa, oferta essa vasta e crescente;</p> <p>> Aparecimento de bairros culturais e de projectos de iniciativa privada dinâmicos e com efeitos de arrasto;</p> <p>> Animação nocturna diversificada e dinâmica, particularmente em certas zonas da cidade;</p> <p>> Experiência na organização de grandes eventos culturais com impacto local, nacional e internacional;</p> <p>> Realização de um número já significativo de eventos, mostras e festivais, que, apesar de dimensão reduzida, apresentam alguma continuidade;</p> <p>> Número crescente de espaços e equipamentos culturais com diversas dimensões e vocações, alguns já muito bem equipados;</p> <p>> Concentração em Lisboa de instituições culturais e artísticas locais e nacionais, quer privadas quer públicas, algumas de reconhecida qualidade e valor internacional;</p> <p>(...)</p> <p>> Património museológico, arqueológico e imaterial vasto, que atrai visitantes nacionais e estrangeiros;</p> <p>> Número significativo de associações que assumem papel dinamizador de pertença, solidariedade e união entre habitantes dos bairros, e que preservam património imaterial da cidade, nomeadamente tradições e actividades emblemáticas da cultura popular lisboeta;</p> <p>(...)</p> <p>> Aumento significativo de serviços educativos nas instituições e equipamentos culturais, bem como do número de projectos envolvendo populações desfavorecidas;</p> <p>(...)</p>	<p>> Desajustamento entre população que usa a cidade e a que nela habita;</p> <p>> Insuficiente informação, análise e mecanismos de monitorização da actividade cultural da cidade, nomeadamente sobre oferta, públicos e práticas culturais;</p> <p>> Limitações do mercado local e nacional inviabilizam a rentabilização de determinados bens culturais;</p> <p>> Dificuldade em internacionalizar a criação e demais produtos culturais; desequilíbrio evidente entre o que se exporta e o que se importa;</p> <p>> Falta de espaços de criação, de experimentação, de ensaio e de partilha;</p> <p>(...)</p> <p>> Fraca capacidade de atracção de artistas e profissionais estrangeiros;</p> <p>> Ausência de estratégia de comunicação de Lisboa, que resulta numa deficiente promoção da cidade, para além dos aspectos puramente turísticos, e numa incipiente divulgação da sua oferta cultural, que não atende aos diferentes públicos, especialmente aos profissionais do sector;</p> <p>(...)</p> <p>> Falta de focagem estratégica e de continuidade dos projectos;</p> <p>> Deficiente comunicação e articulação dos agentes culturais com os serviços da Câmara e entre os serviços da Câmara;</p> <p>> Excesso de burocratização e inexistência de lógica de serviço público;</p> <p>(...)</p> <p>> Falta de mobilizadores/facilitadores e de motivação para o diálogo entre os agentes culturais e institucionais da cidade;</p> <p>(...)</p> <p>> Desconhecimento do passado e da(s) identidade(s) da cidade;</p> <p>> Confusão/indefinição das múltiplas marcas da cidade;</p> <p>> Património imaterial e história oral pouco preservados e divulgados;</p> <p>(...)</p> <p>> Insuficiente valorização, manutenção e aproveitamento do espaço público;</p> <p>(...)</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>(...)</p> <p>> O turismo cultural está em crescimento acentuado, bem como a oferta hoteleira na cidade de Lisboa;</p> <p>(...)</p> <p>> As diversas escalas da cidade que podem ser articuladas a seu favor: cidade <i>vs</i> capital, concelho <i>vs</i> Área Metropolitana de Lisboa, centro <i>vs</i> periferias, município <i>vs</i> juntas de freguesia;</p> <p>(...)</p> <p>> Existência de salas de espectáculos e espaços de juntas de freguesia ou de associações subaproveitados;</p> <p>> Necessidade de criação e desenvolvimento de redes de mediadores culturais;</p> <p>> Espaço para formar e impor determinados profissionais ligados ao sector cultural ainda não existentes em Portugal;</p> <p>> Lisboa tem ainda espaço para desenvolver as suas competências cosmopolitas, apesar de ser reconhecidamente uma capital hospitaleira, de trocas, babéla, de acolhimento, de visitantes e de residentes temporários;</p> <p>> Realização de projectos em Lisboa com efeitos mobilizadores e de arrasto, como por exemplo a reabilitação da frente ribeirinha e a dinamização da Baixa-Chiado;</p> <p>> Reforço da centralidade política das actividades culturais e criativas.</p>	<p>(...)</p> <p>> Envelhecimento e esvaziamento populacional do centro da cidade;</p> <p>(...)</p> <p>> Degradação de espaços públicos e de edifícios e espaços destinados às actividades culturais e artísticas;</p> <p>(...)</p> <p>> Entendimento restrito das actividades artísticas por parte dos responsáveis políticos;</p> <p>> Vulnerabilidade significativa do sector cultural face à conjuntura económica, (...)</p> <p>> Influência significativa da acção de outras políticas públicas, nomeadamente relacionadas com o urbanismo, habitação, mobilidade e educação, nas políticas culturais;</p> <p>> Existência de externalidades negativas associadas à animação nocturna e a outras actividades culturais, como por exemplo ruído, congestionamentos, sobrecarga de estruturas, conflitos com residentes, etc., que podem, no longo prazo, comprometer a sustentabilidade do sector cultural da cidade;</p> <p>(...)</p> <p>> Deficiente cultura de exploração e valorização da propriedade intelectual;</p> <p>(...)</p> <p>> Débil diferenciaçãoⁱ da cidade de Lisboa face a outras cidades, devido à falta de especialização das actividades e indústrias criativas.</p>

Fonte: (COSTA, 2009: 91-2).

ⁱ Plasma-se o ensinamento de Kim e Mauborgne (2007), relativamente às empresas, nas cidades. Os autores advogam que é preciso ir além da competição, pois o caminho passa por conquistar novas oportunidades, que lhes merece a designação de “oceanos azuis”, e que corresponde ao espaço de mercado desconhecido e inexplorado. A estratégia “oceano azul” concentra-se em aumentar a procura distanciando-se da concorrência por forma a navegar com sucesso nos “oceanos vermelhos” - a que correspondem os sectores já existentes. A estratégia azul desafia as empresas a transpor as barreiras do oceano vermelho (alegoria à competição sangrenta). Os autores estudaram mais de 150 casos, em mais de 30 sectores, e apuraram que a criação e a navegação em oceanos azuis eram proezas de empresas grandes e pequenas, de gestores jovens e velhos, de principiantes e veteranos e de empresas oriundas de diversas nacionalidades. O que efectivamente diferenciou os “vencedores” dos “vencidos” na criação de oceanos azuis foi a maneira de encarar a estratégia. Kim e Mauborgne sublinharam ainda que a sua aplicação não depende da dimensão ou do segmento onde a empresa actua, visto que o sucesso é determinado pela maneira como a empresa desenvolve a sua estratégia.

d) As receitas provenientes da aplicação do previsto no Programa de Gestão do Património Imobiliário, relativamente aos imóveis classificados da propriedade do Estado;

e) O montante das indemnizações ou multas fixadas para reparação de danos em bens imóveis classificados ou em vias de classificação;

f) O montante das indemnizações decorrentes do incumprimento das obrigações para com o Fundo de Salvaguarda;

g) O reembolso de despesas por intermédio do mecanismo da sub-rogação;

h) Os rendimentos provenientes da aplicação financeira dos seus capitais;

i) O produto das heranças, legados, doações ou donativos, em dinheiro ou em espécie, ou outras contribuições mecenáticas;

j) Quaisquer outros meios financeiros que lhe venham a ser atribuídos ou consignados por lei ou por negócio jurídico.

2 — A afectação dos impostos constante da alínea b) do número anterior está sujeita aos limites constantes dos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 91/2001, de 30 de Agosto.

3 — Os saldos que vierem a ser apurados no fim de cada ano económico transitam para o ano seguinte.

Artigo 6.º

Despesas

Constituem despesas do Fundo de Salvaguarda as que resultem dos encargos decorrentes da aplicação do presente decreto-lei.

Artigo 7.º

Comissão directiva

1 — O Fundo de Salvaguarda é gerido por uma comissão directiva, à qual compete efectuar, em nome e por conta do Fundo, as operações necessárias à realização do seu objecto.

2 — A comissão directiva tem a seguinte composição:

a) Um representante do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;

b) Um representante do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.;

c) Um representante da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura.

3 — Os membros da comissão directiva são nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, a publicar no *Diário da República*, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

4 — O mandato dos membros da comissão directiva tem a duração de três anos.

5 — A Secretaria-Geral do Ministério da Cultura presta à comissão directiva o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respectivo funcionamento, podendo para o efeito adquirir os bens e serviços que se mostrem necessários.

6 — Os montantes despendidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Cultura nos termos do número anterior são considerados despesa do Fundo para efeitos do disposto no artigo anterior.

Artigo 8.º

Controlo e fiscalização

Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, o controlo e a fiscalização da gestão

do Fundo de Salvaguarda são exercidos pelo Controlador Financeiro do Ministério da Cultura.

Artigo 9.º

Regulamentação

O modo de funcionamento da comissão directiva e o regulamento de gestão do Fundo de Salvaguarda são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura no prazo de 60 dias a contar da data de entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 10.º

Regime transitório

Durante o ano de 2009, o Fundo rege-se pelo seguinte regime transitório:

a) Não dispõe de autonomia financeira;

b) As despesas financiadas pelas receitas previstas nas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 5.º são inscritas como despesas com compensação em receita.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Março de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *José António de Melo Pinto Ribeiro*.

Promulgado em 29 de Abril de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de Abril de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto-Lei n.º 139/2009

de 15 de Junho

O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, de harmonia com o direito internacional, nomeadamente com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março.

Reconhece-se a importância do património cultural imaterial na articulação com outras políticas sectoriais, e na própria internacionalização da cultura portuguesa, e estabelece-se, de forma pioneira, um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património-

nio cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem.

Valoriza-se, assim, o papel que a vivência e reconhecimento do património cultural imaterial desempenha na sedimentação das identidades colectivas, a nível local e nacional, ao mesmo tempo que se propicia um espaço privilegiado de diálogo, conhecimento e compreensão mútuos entre diferentes tradições.

É precisamente o reconhecimento da importância e diversidade do património cultural imaterial enquanto factor essencial para a preservação da identidade e memória colectivas das comunidades e grupos, bem como da relevância do papel desempenhado por estes nos processos de representação e transmissão do conhecimento, que norteia o regime jurídico de salvaguarda desenvolvido pelo presente decreto-lei.

Em consonância com as novas competências orgânicas decorrentes do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), consagra-se a responsabilidade de coordenação das diversas iniciativas no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., de forma a articular esforços e potenciar sinergias na salvaguarda deste património.

No âmbito da salvaguarda das manifestações do património cultural imaterial, sobretudo no que diz respeito ao processo de inventariação, as direcções regionais da cultura desempenham um papel determinante, enquanto administração cultural de proximidade, no apoio necessário às comunidades, grupos ou indivíduos. Num procedimento desmaterializado que se opera por plataforma informática, esta colaboração dos serviços mais próximos da população é indispensável para garantir a efectiva participação dos interessados, o que constitui o principal objectivo do sistema.

O decreto-lei enquadra, ainda, a participação das autarquias locais, cujo papel reveste especial importância, na promoção e apoio para o conhecimento, defesa e valorização das manifestações do património cultural imaterial mais representativas das respectivas comunidades, incluindo as minorias étnicas que as integram.

O sistema de inventariação instituído possibilita também, enquanto mecanismo de salvaguarda do património cultural imaterial, a desejável uniformização de procedimentos e o respeito pelas boas práticas em contexto de identificação, recolha, estudo e documentação das múltiplas manifestações do património cultural imaterial.

Ao mesmo tempo o inventário nacional do património cultural imaterial permite corresponder a um dos requisitos fundamentais impostos pela Convenção da UNESCO de 2003 para possíveis candidaturas à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Imaterial Que Necessita de Salvaguarda Urgente.

O inventário nacional resultante da inventariação das manifestações do património cultural imaterial permite, de igual modo, esclarecer o universo e conteúdo das manifestações a serem consideradas em sede de elaboração de planos sectoriais e de propostas de classificação de património cultural móvel e imóvel associado.

A inventariação de manifestações do património cultural imaterial pressupõe uma decisão valorativa para efeitos de inscrição no inventário a qual deve revestir o maior grau de objectividade e isenção. Neste sentido, a inventariação deve resultar do consenso atingido por uma comissão inde-

pendente, constituída por individualidades de reconhecido mérito no estudo e salvaguarda do património cultural imaterial.

Institui-se, assim, a Comissão para o Património Cultural Imaterial como órgão independente com competência exclusiva para decidir sobre a inscrição de manifestações do património cultural imaterial no inventário nacional. Para o efeito impõe-se a maioria qualificada para as deliberações sobre as inscrições no inventário e consagram-se os deveres e as garantias dos membros da Comissão que são nomeados trienalmente. A par das funções deliberativas, a Comissão tem competências consultivas no âmbito das componentes específicas da política do património cultural imaterial e é igualmente responsável pela actualização do inventário face ao carácter dinâmico e mutável deste tipo de património.

Por último, julga-se de salientar o facto de, para efeitos de aplicação do presente decreto-lei, apenas se considerar como património cultural imaterial o património que se mostre compatível com as disposições nacionais e internacionais que vinculem o Estado Português em matéria de direitos humanos, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, compreendendo as medidas de salvaguarda, o procedimento de inventariação e a criação da Comissão para o Património Cultural Imaterial, adiante designada por Comissão.

2 — O presente decreto-lei abrange os seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- b) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo;
- e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

3 — Para efeitos de aplicação do presente decreto-lei, apenas se considera património cultural imaterial o património que se mostre compatível com as disposições nacionais e internacionais que vinculem o Estado Português em matéria de direitos humanos, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.

Artigo 2.º

Princípios gerais

1 — O regime previsto no presente decreto-lei obedece aos seguintes princípios:

a) Prevenção, através da identificação, documentação e estudo do património cultural imaterial com vista à respectiva salvaguarda;

b) Equivalência, ao considerar o valor intrínseco dos diferentes tipos de manifestações do património cultural imaterial num plano de igualdade, independentemente do tempo, lugar e modos da sua produção ou reprodução, bem como do contexto e dinâmica específicos de cada comunidade ou grupo;

c) Participação, através do estímulo e garantia do envolvimento das comunidades, dos grupos e dos indivíduos no processo de salvaguarda e gestão do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem;

d) Transmissão, através de medidas que promovam as condições de reprodução das manifestações do património cultural imaterial;

e) Acessibilidade, através da informação e divulgação públicas de forma sistematizada do património cultural imaterial, de modo a garantir o seu conhecimento e valorização, bem como a sensibilização para a sua existência, através da sua adequada identificação, documentação, estudo e fruição.

2 — A aplicação dos princípios referidos no número anterior subordina-se e articula-se com os princípios gerais da política e do regime de protecção e valorização do património cultural previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 3.º

Componentes da política de salvaguarda

A política de salvaguarda do património cultural imaterial integra especificamente as seguintes componentes:

a) Promoção da salvaguarda do património cultural imaterial enquanto testemunho da identidade e memória colectivas;

b) Previsão de medidas para a salvaguarda do património cultural imaterial na actividade de planeamento da Administração Pública;

c) Definição e difusão de normas, metodologias e procedimentos para a salvaguarda do património cultural imaterial;

d) Garantia de apoio técnico por entidades públicas na salvaguarda do património cultural imaterial das comunidades, grupos ou indivíduos, incluindo as minorias étnicas;

e) Apoio a programas e projectos de salvaguarda de tradições e expressões orais, das expressões artísticas e manifestações de carácter performativo, das práticas sociais, rituais e eventos festivos, dos conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo e das competências no âmbito dos processos, das técnicas e saberes tradicionais;

f) Apoio aos museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património cultural imaterial relacionado com os respectivos acervos;

g) Fomento de estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como de metodologias de pesquisa, com vista a uma salvaguarda efectiva do património cultural imaterial;

h) Desenvolvimento de programas educativos, designadamente a partir de museus;

i) Elaboração de programas sustentados de aprendizagem e de desenvolvimento de tecnologias e saberes tradicionais;

j) Promoção de campanhas de sensibilização, educação e informação a nível nacional, regional e local sobre a importância da salvaguarda do património cultural imaterial;

l) Cooperação com autarquias locais, estabelecimentos de ensino superior, centros de investigação e associações de defesa do património cultural com vista à salvaguarda do património cultural imaterial.

Artigo 4.º

Especiais deveres das entidades públicas

1 — Constituem especiais deveres das entidades públicas:

a) Cooperar institucionalmente na salvaguarda das manifestações do património cultural imaterial;

b) Promover o uso de meios gráficos, sonoros, áudio-visuais, ou outros mais adequados, na identificação, documentação, estudo e divulgação de manifestações do património cultural imaterial para efeitos da sua salvaguarda;

c) Fomentar o acesso à informação relativa às manifestações do património cultural imaterial;

d) Assegurar a compatibilização e progressiva interoperatividade de bases de dados referentes a manifestações do património cultural imaterial.

2 — Ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., cabe, no âmbito do Ministério da Cultura, a responsabilidade da coordenação das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial.

3 — O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., pode prestar apoio técnico às candidaturas do Estado Português à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Que Necessita de Salvaguarda Urgente previstas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

4 — A Direcção-Geral das Artes presta, em articulação com o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e as direcções regionais da cultura, o apoio técnico para a salvaguarda de manifestações do património cultural imaterial sempre que adequado.

5 — As direcções regionais da cultura desenvolvem, em articulação com o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., estratégias e acções para a salvaguarda de manifestações do património cultural imaterial envolvendo as comunidades, grupos e indivíduos.

6 — As direcções regionais da cultura prestam apoio às comunidades, grupos ou indivíduos na inventariação de manifestações do património cultural imaterial, respeitando as normas, metodologias e procedimentos de salvaguarda estabelecidas pelo Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

CAPÍTULO II

Inventariação do património cultural imaterial

Artigo 5.º

Iniciativa

A iniciativa para a inventariação pertence ao Estado, às Regiões Autónomas, às autarquias locais ou a qualquer comunidade, grupo ou indivíduo ou organização não governamental de interessados.

Artigo 6.º

Inventariação

1 — A salvaguarda do património cultural imaterial realiza-se, fundamentalmente, com base na inventariação.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, a inventariação consiste no levantamento participado, sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo das manifestações do património cultural imaterial de modo a permitir o respectivo inventário.

3 — A inventariação realiza-se através de uma base de dados em linha de acesso público.

Artigo 7.º

Base de dados

1 — A base de dados referida no artigo anterior compreende os domínios identificados no n.º 2 do artigo 1.º, que integram categorias pré-definidas de manifestações de património cultural imaterial, e deve permitir, designadamente, o acesso aos respectivos elementos de documentação bibliográfica, fotográfica, fonográfica ou áudio-visual do património inventariado.

2 — As categorias pré-definidas referidas no número anterior são aprovadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

3 — Compete ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., gerir a base de dados referida no presente artigo.

4 — A base de dados referida no presente artigo não prejudica a existência de outras, públicas ou privadas, que tenham por finalidade a divulgação do património cultural imaterial, independentemente da sua inventariação, sem prejuízo da compatibilização dos respectivos dados de modo a permitir o permanente enriquecimento e actualização daquela.

Artigo 8.º

Elementos

1 — O pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é dirigido ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., através de formulário electrónico próprio disponibilizado na respectiva página electrónica.

2 — O formulário electrónico referido no número anterior é preenchido com os seguintes elementos:

- a) A identificação do proponente;
- b) A indicação do domínio e respectiva categoria da manifestação do património cultural imaterial;
- c) A localização, denominação e descrição sucinta da manifestação do património cultural imaterial;
- d) A caracterização detalhada da manifestação do património cultural imaterial;
- e) O contexto social, territorial e temporal de produção;
- f) O fundamento para a respectiva salvaguarda;
- g) O património, material e imaterial, associado;
- h) As comunidades, grupos ou indivíduos abrangidos;
- i) As pessoas ou instituições envolvidas na prática ou transmissão da manifestação;
- j) As ameaças à continuidade da prática, representação e transmissão;
- l) As medidas de salvaguarda programadas;
- m) A indicação do consentimento prévio informado das respectivas comunidades, grupos ou indivíduos;
- n) As práticas costumeiras de divulgação e acesso;
- o) A documentação relevante.

3 — Os elementos constantes das alíneas a), b) e c) do número anterior são, desde logo, disponibilizados na base de dados, mediante autorização expressa do proponente.

4 — Os elementos referidos no número anterior podem ser objecto de observações por qualquer interessado devidamente identificado para o efeito na base de dados.

5 — As observações quando manifestamente desadequadas aos fins da inventariação podem ser removidas por iniciativa do Instituto dos Museus ou da Conservação, I. P., ou mediante pedido fundamentado de qualquer interessado.

6 — O formulário electrónico referido no n.º 1, as respectivas normas de preenchimento e os elementos relevantes a juntar para a inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 9.º

Arquivamento

O pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é arquivado, dispensando a consulta pública prevista no presente decreto-lei, quando o objecto do pedido:

- a) Não integre, manifestamente, o conceito de património cultural imaterial;
- b) Viole as disposições nacionais em matéria de protecção de direitos, liberdades e garantias, ou se revele incompatível com o direito internacional relativo à protecção dos direitos humanos.

Artigo 10.º

Critérios

Na apreciação dos pedidos de inventariação são tidos em conta, individual ou conjuntamente, os seguintes critérios:

- a) A importância da manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da respectiva comunidade ou grupo;
- b) Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respectiva representatividade histórica e espacial;
- c) A efectiva produção e reprodução da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da comunidade ou grupo a que se reporta;
- d) A efectiva transmissão intergeracional da manifestação do património cultural imaterial e dos modos em que se processa;
- e) As circunstâncias susceptíveis de constituir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação do património cultural imaterial;
- f) As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do património cultural imaterial;
- g) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos;
- h) A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.

Artigo 11.º

Contextos

Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior, a Comissão pondera os contextos que permitam estabelecer com a manifestação do património cultural imaterial uma

relação interpretativa, designadamente, com os bens móveis ou imóveis que representam o seu suporte material.

Artigo 12.º

Aperfeiçoamento

A Comissão convida ao aperfeiçoamento do pedido de inventariação sempre que o julgue necessário ou quando não estejam preenchidos os elementos referidos no n.º 2 do artigo 8.º

Artigo 13.º

Parecer prévio

1 — Sempre que estejam em causa deliberações sobre a inscrição no inventário ou a apreciação da necessidade de salvaguarda urgente, a Comissão pede parecer às direcções regionais da cultura e às câmaras municipais relevantes, em função da abrangência territorial da manifestação do património cultural imaterial, a emitir no prazo de 20 dias.

2 — Quando estejam em causa manifestações do património cultural imaterial no âmbito de práticas, rituais e eventos religiosos, a Comissão pede parecer à respectiva igreja ou comunidade religiosa, a emitir no prazo previsto no número anterior.

3 — O prazo para a emissão de parecer pode ser prorrogado, por uma só vez e por igual período, mediante pedido fundamentado das entidades referidas nos números anteriores.

4 — A Comissão pode, ainda, consultar entidades de reconhecido mérito no âmbito da salvaguarda de uma determinada manifestação do património cultural imaterial.

Artigo 14.º

Consulta pública

1 — A Comissão promove consulta pública, através da página electrónica do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., do projecto de decisão de inscrição no inventário de uma manifestação do património cultural imaterial.

2 — O prazo de consulta pública não pode ser inferior a 30 dias.

3 — Da publicitação da consulta pública consta, necessariamente:

- a) O período da consulta pública;
- b) Os elementos que permitam a identificação clara e inequívoca da manifestação do património cultural imaterial objecto de inventariação;
- c) Os locais onde é possível consultar a informação relevante sobre a manifestação do património cultural imaterial;
- d) A forma de os interessados apresentarem as respectivas observações.

4 — As direcções regionais da cultura, em articulação com o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., promovem a mais ampla divulgação da consulta pública junto das câmaras municipais relevantes, em função da abrangência da manifestação do património cultural imaterial, bem como das comunidades, grupos ou indivíduos a que a mesma manifestação respeite.

Artigo 15.º

Decisão

1 — Concluído o período de consulta pública, a Comissão delibera sobre o pedido de inventariação no prazo de 120 dias.

2 — A decisão é publicada no *Diário da República* e divulgada nas páginas electrónicas do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e das direcções regionais da cultura.

Artigo 16.º

Inventário

1 — Para efeitos do presente decreto-lei, o inventário consiste na relação das manifestações do património cultural imaterial, resultante do procedimento de inventariação, que tenham sido objecto de decisão favorável por parte da Comissão.

2 — O inventário é disponibilizado na base de dados referida no artigo 7.º

Artigo 17.º

Salvaguarda urgente

1 — É admissível a inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial dispensando a consulta pública prevista no artigo 14.º, desde que comprovada a necessidade de salvaguarda urgente.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, a inventariação de uma manifestação em necessidade de salvaguarda urgente deve indicar sempre:

- a) A indicação do domínio e respectiva categoria;
- b) A localização, denominação e descrição sucinta da manifestação do património cultural imaterial;
- c) As comunidades, grupos ou indivíduos abrangidos, bem como a indicação do respectivo consentimento prévio informado.

Artigo 18.º

Revisão e actualização

1 — A inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é objecto de revisão ordinária pela Comissão em períodos de 10 anos, sem prejuízo de revisão em período inferior sempre que sejam conhecidas alterações relevantes.

2 — Qualquer interessado pode suscitar, a todo o tempo, a revisão ou a actualização do inventário relativamente a uma manifestação do património cultural imaterial.

Artigo 19.º

Elementos de documentação

1 — Os bens móveis suporte de manifestações do património cultural imaterial inventariadas, bem como os elementos gráficos, sonoros, áudio-visuais usados na respectiva documentação, devem ser, sempre que possível e adequado, objecto de incorporação ou de depósito em museu com vista à sua salvaguarda.

2 — A incorporação ou depósito dos bens e elementos referidos no número anterior efectua-se, preferencialmente, em museu integrante da Rede Portuguesa de Museus, e destinam-se a permitir a constituição de fontes que garantam a investigação, a acessibilidade e fruição públicas.

3 — Os serviços e instituições que detenham elementos de documentação relativos a manifestações do património cultural imaterial cooperam entre si para promover a respectiva investigação, acessibilidade e fruição públicas.

Artigo 20.º

Medidas de salvaguarda

1 — As manifestações do património cultural imaterial, constantes do inventário, devem ser consideradas na elaboração de planos sectoriais no âmbito do ordenamento do território, do ambiente, da educação e formação e do turismo.

2 — Sem prejuízo do previsto no número anterior, as direcções regionais da cultura, em articulação com o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e com as comunidades, grupos ou indivíduos interessados, devem planificar e executar as medidas de salvaguarda que promovam o conhecimento, a representação e a transmissão dos modos de produção ou reprodução associados às manifestações do património cultural imaterial constantes do inventário.

3 — A inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial pode determinar a inventariação ou a classificação dos bens móveis ou imóveis que representem o seu suporte material e que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico.

CAPÍTULO III

Comissão para o património cultural imaterial

Artigo 21.º

Natureza e competências

1 — A Comissão é um órgão dotado de autonomia administrativa, técnica e científica, que actua de forma independente e que tem funções deliberativas e consultivas no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial.

2 — Compete à Comissão:

- a) A instrução do procedimento de inventariação;
- b) Deliberar sobre os pedidos de inventariação;
- c) Deliberar sobre a necessidade de salvaguarda urgente;
- d) Proceder à revisão e actualização do inventário;
- e) Emitir parecer sobre as componentes específicas da política de salvaguarda do património cultural imaterial, sempre que solicitado pelo membro do Governo responsável pela área da cultura;
- f) Emitir parecer em relação a candidaturas do Estado Português à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Imaterial Que Necessita de Salvaguarda Urgente instituídas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial sempre que solicitado pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, para posterior determinação e envio pelas entidades competentes;
- g) Pronunciar-se sobre as questões relevantes no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial que lhe sejam submetidas pelo seu Presidente;
- h) Propor aos serviços competentes do Ministério da Cultura a abertura do procedimento de inventariação ou de classificação dos bens referidos no n.º 3 do artigo 20.º;
- i) Aprovar o relatório anual de actividades da Comissão.

Artigo 22.º

Composição

1 — A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

a) O director do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., que preside;

b) O director do Departamento do Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.;

c) Cinco individualidades de reconhecido mérito no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial, designadas pelo membro do Governo responsável pela área da cultura;

d) Duas individualidades de reconhecido mérito no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial, designadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2 — Os membros da Comissão são nomeados e exonerados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

3 — A Comissão inicia funções com a nomeação dos seus membros nos termos do número anterior.

4 — Podem ser temporariamente agregados à Comissão, quando justificado, especialistas em função das matérias a apreciar, sem direito a voto, por proposta do respectivo presidente.

Artigo 23.º

Deveres e garantias dos membros da Comissão

1 — Constituem deveres dos membros da Comissão:

- a) Exercer o respectivo mandato com isenção, rigor e independência;
- b) Participar assiduamente e de forma activa nas reuniões da Comissão e respectivos grupos de trabalho;
- c) Guardar sigilo sobre os trabalhos da Comissão.

2 — Os membros da Comissão beneficiam das seguintes garantias:

- a) Não podem ser prejudicados no seu emprego e carreira profissional pelo exercício de funções efectivas nas reuniões da Comissão e respectivos grupos de trabalho;
- b) Têm direito a ser dispensados das suas actividades públicas ou privadas para o exercício efectivo de funções nas reuniões da Comissão e respectivos grupos de trabalho.

Artigo 24.º

Duração do mandato

1 — A nomeação dos membros da Comissão tem a duração de três anos, não podendo ser renovada por mais de uma vez.

2 — No caso de cessação antecipada do mandato de um membro da Comissão, o mesmo deve ser substituído, no prazo de 30 dias, por nomeação nos termos do artigo 22.º

3 — A nomeação prevista no número anterior tem efeitos até ao termo do mandato previsto para o membro da Comissão substituído.

Artigo 25.º

Cessação do mandato

1 — As funções de um membro da Comissão cessam nos seguintes casos:

- a) Incumprimento dos deveres previstos no n.º 1 do artigo 23.º;
- b) Impossibilidade permanente ou temporária incompatível com o exercício do mandato;
- c) Renúncia ao mandato dos membros referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 22.º;
- d) Perda do mandato.

2 — Perdem o mandato os membros da Comissão que faltarem, em cada ano civil, a três reuniões regularmente convocadas, salvo motivo justificado.

3 — A justificação de faltas deve ser apresentada, no prazo de cinco dias a contar do termo do facto justificativo, ao presidente da Comissão para sua apreciação.

4 — A perda do mandato torna-se efectiva com o despacho de exoneração do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

Artigo 26.º

Deliberações

1 — A Comissão delibera com a presença de cinco membros com direito a voto.

2 — As deliberações previstas nas alíneas b), c) e h) do n.º 2 do artigo 21.º são tomadas por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes com direito a voto.

3 — As deliberações referidas no número anterior devem ser fundamentadas.

Artigo 27.º

Funcionamento

1 — A Comissão reúne sempre que necessário para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 21.º, de acordo com as regras de funcionamento e a periodicidade previstas no respectivo regulamento interno.

2 — As regras de funcionamento da Comissão constam de regulamento interno proposto pela Comissão e aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

3 — A Comissão pode organizar grupos de trabalho, em função das matérias a apreciar, sob proposta do respectivo presidente.

4 — O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., presta o apoio logístico, técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

5 — Os membros da Comissão têm direito a senhas de presença, cujo montante e condições de atribuição são fixados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, publicado no *Diário da República*.

6 — Os membros da Comissão têm direito a ajudas de custo nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 28.º

Divulgação

O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., divulga na respectiva página electrónica:

a) A composição da Comissão, incluindo eventuais substituições ocorridas durante o mandato dos respectivos membros;

b) O regulamento interno previsto no n.º 1 do artigo anterior;

c) As deliberações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º;

d) O relatório anual de actividades da Comissão.

Artigo 29.º

Dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos nos termos dos artigos 6.º, 8.º e 17.º estão sujeitos ao regime previsto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Artigo 30.º

Procedimento transitório

1 — Até à disponibilização do formulário electrónico previsto no n.º 1 do artigo 8.º e sem prejuízo dos elementos aí exigidos, o pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é apresentado por escrito, em formulário próprio, ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., dirigido ao presidente da Comissão.

2 — O formulário referido no número anterior é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Março de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia* — *Bernardo Luís Amador Trindade* — *José António Fonseca Vieira da Silva* — *Maria de Lurdes Reis Rodrigues* — *Mamuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor* — *José António de Melo Pinto Ribeiro*.

Promulgado em 4 de Junho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 8 de Junho de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto-Lei n.º 140/2009

de 15 de Junho

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

O desenvolvimento do regime jurídico relativo aos estudos, projectos, obras ou intervenções em bens culturais classificados, ou em vias de classificação, pressupõe necessariamente a existência de um relatório prévio, elaborado por técnicos legalmente qualificados, em relação às obras ou intervenções, bem como o acompanhamento destas pela administração do património cultural competente e ainda a entrega de um relatório final.

As imposições normativas decorrentes dos artigos 45.º e 59.º da referida lei são objecto de concretização no presente diploma, com respeito pelas particularidades próprias da natureza dos bens. Assim, complementam-se as regras já existentes para os bens imóveis e cria-se um procedimento para os bens móveis protegidos.

Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008

Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas inglesa e francesa, assim como a respectiva tradução para a língua portuguesa, se publica em anexo.

Aprovada em 18 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

[...]

CONVENÇÃO QUADRO DO CONSELHO DA EUROPA RELATIVA AO VALOR DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA A SOCIEDADE

Preâmbulo

Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Convenção:
Considerando que um dos objectivos do Conselho da Europa é o de realizar uma união mais estreita entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios baseados no respeito dos direitos do homem, da democracia e do Estado de direito, que constituem o seu património comum;
Reconhecendo a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural;
Salientando o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução;
Reconhecendo que cada pessoa, no respeito dos direitos e liberdades de outrem, tem o direito de se envolver com o património cultural da sua escolha, como expressão do direito de participar livremente na vida cultural consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas (1948) e garantido pelo Pacto Internacional Relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966);
Convencidos da necessidade de comprometer cada um no processo contínuo de definição e gestão do património cultural;
Convencidos da utilidade de políticas do património e de iniciativas pedagógicas que tratem todos os patrimónios culturais de modo equitativo, promovendo assim o diálogo entre culturas e religiões;
Reportando-se aos diversos instrumentos do Conselho da Europa, designadamente à Convenção Cultural Europeia (1954), à Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa

(1985), à Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (1992, revista) e à Convenção Europeia da Paisagem (2000);
Convictos do interesse existente em criar um quadro pan-europeu de cooperação que contribua para o processo dinâmico de aplicação efectiva destes princípios; acordaram no seguinte:

TÍTULO I

Objectivos, definições e princípios

Artigo 1.º

Objectivos da Convenção

As Partes na presente Convenção acordam em:

- a) Reconhecer que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
 - b) Reconhecer uma responsabilidade individual e colectiva perante o património cultural;
 - c) Salientar que a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida;
 - d) Adoptar as medidas necessárias à aplicação do disposto na presente Convenção, no que se refere: Ao papel do património cultural na edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural;
- A uma maior sinergia de competências entre todos os agentes públicos, institucionais e privados interessados.

Artigo 2.º

Definições

Para os efeitos da presente Convenção:

- a) O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo;
- b) Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras.

Artigo 3.º

Património comum da Europa

As Partes acordam em promover um reconhecimento do património comum da Europa que abranja:

- a) Todas as formas de património cultural na Europa que, no seu conjunto, constituam uma fonte partilhada de memória, compreensão, identidade, coesão e criatividade; e
- b) Os ideais, princípios e valores resultantes da experiência adquirida com progressos e conflitos passados, que favoreçam o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e estável, baseada no respeito dos direitos do homem, da democracia e do Estado de direito.

Artigo 4.º

Direitos e responsabilidades relativos ao património cultural

As Partes reconhecem:

- a) Que cada pessoa, individual ou colectivamente, tem o direito de beneficiar do património cultural e de contribuir para o seu enriquecimento;
- b) Que cada pessoa, individual ou colectivamente, tem a responsabilidade de respeitar quer o património cultural dos outros quer o seu próprio património e, consequentemente, o património comum da Europa;
- c) Que o exercício do direito ao património cultural só pode ser sujeito às restrições que são necessárias numa sociedade democrática para a protecção do interesse público e dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 5.º

Direito e políticas de património cultural

As Partes comprometem -se a:

- a) Reconhecer o interesse público inerente aos elementos do património cultural em função da sua importância para a sociedade;
- b) Valorizar o património cultural através da sua identificação, estudo, interpretação, protecção, conservação e apresentação;
- c) Assegurar, no contexto específico de cada uma das Partes, a existência de medidas legislativas para o exercício do direito ao património cultural, tal como definido no artigo 4.º;
- d) Favorecer um ambiente económico e social propício à participação nas actividades relativas ao património cultural;
- e) Promover a protecção do património cultural como elemento central dos objectivos conjugados do desenvolvimento sustentável, da diversidade cultural e da criação contemporânea;
- f) Reconhecer o valor do património cultural situado em territórios sob a sua jurisdição, independentemente da sua origem;
- g) Formular estratégias integradas destinadas a facilitar o cumprimento do disposto na presente Convenção.

Artigo 6.º

Efeitos da Convenção

Nenhuma disposição da presente Convenção deverá ser interpretada:

- a) Como limitando ou afectando os direitos do homem e as liberdades fundamentais que devam ser salvaguardados por instrumentos internacionais, designadamente pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais;
- b) Como afectando disposições mais favoráveis em matéria de património cultural e de ambiente que figurem noutros instrumentos jurídicos nacionais ou internacionais;
- c) Como criando direitos exequíveis.

TÍTULO II

Contributo do património cultural para a sociedade e para o desenvolvimento humano

Artigo 7.º

Património cultural e diálogo

As Partes comprometem -se, através da acção das autoridades públicas e de outros órgãos competentes, a:

- a) Encorajar a reflexão sobre a ética e sobre os métodos de apresentação do património cultural, bem como o respeito pela diversidade de interpretações;

- b) Estabelecer processos de conciliação a fim de gerir, de modo equitativo, as situações em que são atribuídos valores contraditórios ao mesmo património cultural por diferentes comunidades;
- c) Aumentar o conhecimento do património cultural como um modo de facilitar a coexistência pacífica, promovendo a confiança e compreensão mútua, tendo em vista a resolução e prevenção de conflitos;
- d) Integrar estes objectivos em todos os aspectos da educação e formação ao longo da vida.

Artigo 8.º

Ambiente, património e qualidade de vida

As Partes comprometem -se a utilizar todos os aspectos patrimoniais do ambiente cultural para:

- a) Enriquecer os processos de desenvolvimento económico, político, social e cultural, bem como o ordenamento do território, recorrendo a estudos de impacte do património cultural e adoptando estratégias de redução dos danos se necessário;
- b) Promover uma abordagem integrada das políticas relativas à diversidade cultural, biológica, geológica e paisagística tendo em vista a obtenção de um equilíbrio entre estes elementos;
- c) Reforçar a coesão social, favorecendo um sentido de responsabilidade partilhada face ao espaço de vida em comum;
- d) Promover um objectivo de qualidade nos elementos contemporâneos inseridos no ambiente, sem pôr em causa os seus valores culturais.

Artigo 9.º

Utilização sustentável do património cultural

A fim de tornar sustentável o património cultural, as Partes comprometem -se a:

- a) Promover o respeito da integridade do património cultural, velando por que as decisões de adaptação incluam a compreensão dos valores culturais que lhe são inerentes;
- b) Definir e promover princípios de gestão sustentável e encorajar a manutenção;
- c) Velar por que as necessidades específicas da conservação do património cultural sejam tidas em conta em toda a regulamentação técnica geral;
- d) Promover a utilização de materiais, técnicas e aptidões tradicionais e explorar as suas potencialidades para aplicações contemporâneas;
- e) Promover uma elevada qualidade nas intervenções através dos sistemas de qualificação e acreditação profissionais das pessoas, das empresas e das instituições.

Artigo 10.º

Património cultural e actividade económica

A fim de valorizar as potencialidades do património cultural enquanto factor de desenvolvimento económico sustentável, as Partes comprometem -se a:

- a) Aumentar a informação sobre as potencialidades económicas do património cultural, bem como a sua utilização;
- b) Ter em conta o carácter específico e os interesses do património cultural na concepção das políticas económicas; e
- c) Velar por que essas políticas respeitem a integridade do património cultural sem pôr em causa os valores que lhe são inerentes.

TÍTULO III

Responsabilidade partilhada perante o património cultural e participação do público

Artigo 11.º

Organização das responsabilidades públicas em matéria de património cultural

Na gestão do património cultural, as Partes comprometem-se a:

- a) Promover uma abordagem integrada e bem informada pelas autoridades públicas em todos os sectores e a todos os níveis;
- b) Desenvolver quadros jurídicos, financeiros e profissionais que permitam uma acção concertada por parte das autoridades públicas, peritos, proprietários, investidores, empresas, organizações não governamentais e sociedade civil;
- c) Desenvolver métodos inovadores para a cooperação das autoridades públicas com outros agentes;
- d) Respeitar e encorajar iniciativas voluntárias complementares à missão das autoridades públicas;
- e) Encorajar as organizações não governamentais interessadas na conservação do património a actuarem no interesse público.

Artigo 12.º

Acesso ao património cultural e participação democrática

As Partes comprometem-se a:

- a) Encorajar todas as pessoas a participar:
No processo de identificação, estudo, interpretação, protecção, conservação e apresentação do património cultural;
Na reflexão e debate públicos sobre as oportunidades e os desafios que o património cultural representa;
- b) Tomar em consideração o valor atribuído ao património cultural com o qual se identificam as diferentes comunidades patrimoniais;
- c) Reconhecer o papel das organizações não lucrativas, tanto como parceiros nas actividades desenvolvidas, como enquanto elementos de crítica construtiva das políticas de património cultural;
- d) Adoptar medidas para melhorar o acesso ao património, especialmente entre os jovens e pessoas desfavorecidas, a fim de aumentar a sensibilização sobre o seu valor, sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados.

Artigo 13.º

Património cultural e conhecimento

As Partes comprometem -se a:

- a) Facilitar a inclusão da dimensão patrimonial cultural em todos os níveis de ensino, não necessariamente como objecto de estudos específicos mas como meio propício ao acesso a outros domínios do conhecimento;
- b) Reforçar a ligação entre o ensino no domínio do património cultural e a formação profissional;
- c) Encorajar a investigação interdisciplinar sobre o património cultural, as comunidades patrimoniais, o ambiente e as suas relações;
- d) Encorajar a formação profissional contínua e o intercâmbio de conhecimentos e de métodos, tanto no interior como no exterior do sistema de ensino.

Artigo 14.º

Património cultural e sociedade da informação

As Partes comprometem -se a desenvolver a utilização da tecnologia digital a fim de reforçar o acesso ao património cultural e aos benefícios que lhe são inerentes:

- a) Incentivando iniciativas que promovam a qualidade dos conteúdos e tendam a garantir a diversidade das línguas e culturas na sociedade da informação;
- b) Favorecendo normas compatíveis à escala internacional em matéria de estudo, conservação, valorização e segurança do património cultural, combatendo o tráfico ilícito no domínio dos bens culturais;
- c) Procurando suprimir os obstáculos no acesso à informação relativa ao património cultural, designadamente para fins pedagógicos, protegendo embora os direitos de propriedade intelectual;
- d) Reconhecendo que a criação de conteúdos digitais em matéria de património não deve prejudicar a preservação do património existente.

[...].

**PLANO DE PORMENOR
DE REABILITAÇÃO URBANA
DA MADRAGOA**

- 1. OPORTUNIDADE DA ELABORAÇÃO DO PLANO**
- 2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO**
- 3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**
- 4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**
- 5. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL**
- 6. METODOLOGIA**
- 7. BASE PROGRAMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA**
- 8. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO**
- 9. FASES E PRAZOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO**
- 10. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO PLANO E DA EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO INTERNO**

ANEXOS:

01. PLANTA DE LOCALIZAÇÃO.....	1 / 10.000
02. PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE.....	1 / 5.000
03. ORTOFOTOMAPA.....	1 / 5.000
04. PLANTA DE ORDENAMENTO - CLASSIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – PDM94	1 / 5.000
05. PLANTA DE ORDENAMENTO – COMPONENTES AMBIENTAIS 2.1– PDM94	1 / 5.000
06. PLANTA DE ORDENAMENTO – COMPONENTES AMBIENTAIS 2.2 – PDM94	1 / 5.000
07. PLANTA DE ORDENAMENTO – UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO – PDM94.....	1 / 5.000
08. PLANTA DE ORDENAMENTO – INVENTÁRIO MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO 4 – PDM94.....	1 / 5.000
09. PLANTA DE ORDENAMENTO – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ESTRUTURA PATRIMONIAL – PDM2010 (em revisão)....	1 / 5.000
10. PLANTA DE ORDENAMENTO ESTRUTURA ECOLÓGICA – PDM2010 (em revisão).....	1 / 5.000
11. PLANTA DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS – SISTEMA DE VISTAS – PDM2010 (em revisão)	1 / 5.000
12. PLANTA DE CONDICIONANTES – RISCOS NATURAIS I – PDM2010 (em revisão)	1 / 5.000
13. PLANTA DE CONDICIONANTES – RISCOS NATURAIS II – PDM2010 (em revisão)	1 / 5.000
14. PLANTA DE CONDICIONANTES E OUTRAS RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA – PDM2010 (em revisão).....	1 / 5.000
15. PLANTA DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS – IGESPAR – PDM2010 (em revisão).....	1 / 5.000

1. OPORTUNIDADE DA ELABORAÇÃO DO PLANO

Fundamenta-se, pelo presente, a oportunidade e necessidade de actualização e substituição do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 24 de Outubro de 1996 e publicado no DR N.º 242, II Série, em 18 de Outubro de 1997, e os parâmetros para a sua reconfiguração como Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, nos termos e para os efeitos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do art. 74.º e do n.º 1 do art. 98.º do DL 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro.

A área de intervenção do Plano de Pormenor corresponde, no essencial, à área do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa (PUNHM), elaborado no âmbito da programação da Unidade Operativa de Planeamento (UOP) n.º 03 do Regulamento do Plano Director Municipal (RPDM) publicado em 1994. São propostos, no entanto, alguns acertos na área de intervenção de forma a abranger nos seus limites, a Norte, quarteirões completos que estão na continuidade morfológica e espacial da área, e retirar, a Nascente da Avenida D. Carlos I, quarteirões que pela sua realidade urbanística fazem mais sentido integrar a área do Plano de Pormenor do Bairro Alto e Bica.

Toda a intervenção então proposta no PU de 1997 assenta, cf. estabelecia o Anexo 4 do mesmo RPDM, na intervenção directa do Gabinete Local, já então existente, mais tarde reestruturado como Unidade de Projecto, cujas competências se foram depois modificando no tempo, ao ritmo da mudança de orientações e políticas da Câmara Municipal.

Da Memória Descritiva e Justificativa do PU, consta, como “Introdução”:

“O Plano de Urbanização da Madragoa incide num dos tecidos antigos da cidade menos estudados, e por isso de alguma forma menos considerado. Cabe ao Plano contribuir para um conhecimento mais aprofundado e uma maior atenção para esta importante parcela da Lisboa antiga, (...)

Pelo desenho e dimensão dos arruamentos e dos lotes, são claramente diferenciáveis dois tipos de tecidos: o pré-pombalino que abrange a Madragoa antiga (Mocambo) e o pequeno núcleo do Conde Barão, e o romântico decorrente do Plano pós-Terramoto, que para além de aproximar fisicamente a Madragoa do rio, a estende para norte na sua ligação à Lapa-Estrela.

(...)

Para além das propostas inerentes à reabilitação e desenvolvimento controlado do edificado e, conseqüentemente, à salubridade dos respectivos fogos e ainda do respectivo plano de reabilitação por quarteirão, foi igualmente dado relevo à envolvente desse mesmo edificado. Estão nestas circunstâncias os espaços verdes públicos de circulação e tipologias dos respectivos pavimentos. Ainda relacionado com estes itens, o Plano [vem] propor (...) a

manutenção da última carreira de eléctricos da área, a 25, que fazendo a ligação do Bairro Alto/Bica à Estrela através da Madragoa/Lapa é imprescindível não ser retirada de circulação.

Em termos de usos e tendo em conta a dinâmica natural e desejável da sociedade, foi filosofia do Plano o controlar a crescente terciarização, favorecendo a manutenção da habitação assim como de outras afectações, (...).

Houve preocupação significativa no tratamento que se pretendeu sério e actual, para os problemas patrimoniais do edificado, seu levantamento, inventariação, controlo e reabilitação. Não se podendo ignorar as pressões decorrentes de um turismo cultural crescente, onde naturalmente também se incluem os lisboetas em geral e os "madragoenses" em particular, o estudo e difusão dessa importância histórico - patrimonial, assim como a detecção de referências particulares e percursos de interesse, foram igualmente princípios abordados numa perspectiva propositiva.(...)"

A experiência entretanto acumulada pela permanência das referidas estruturas municipais locais, e a avaliação das diversas medidas adoptadas ao longo de quase 13 anos de vigência do Plano permitirá agora o aperfeiçoamento e actualização das medidas de política urbanística e de reabilitação do conjunto edificado então encetadas.

Por outro lado, as recentes alterações do enquadramento legal do licenciamento urbanístico, do ordenamento do território e da reabilitação urbana, a par de novas dinâmicas e tendências testemunhadas nesta malha urbana e nesta cidade, aconselham igualmente a ponderação das medidas administrativas mais adequadas à prossecução dos objectivos centrais de revitalização habitacional e funcional do tecido histórico.

Constatou-se, igualmente, a insuficiência do conteúdo normativo de plano de urbanização para atingir os fins prosseguidos, o que encontra eco na recente formulação legal, quer pela regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural quer pelas já referidas actualizações aos regimes legais dos Instrumentos de Gestão Territorial e da Reabilitação Urbana. Quer numa quer noutras se preconizam e aprofundam figuras específicas de Plano de Pormenor, cujos conteúdos articulam as novas ferramentas legais para a promoção de uma mais efectiva qualificação do quadro construído.

Outros estudos recentes traduzem, nas suas conclusões, a necessidade e premência de inverter a tendência de abandono que permanece uma ameaça nesta área. Designadamente, o apuramento dos edifícios devolutos, de propriedade maioritariamente privada, evidenciando neste território uma das suas áreas críticas, indicia claramente o insuficiente investimento na recuperação dos edifícios arrendados pelos respectivos proprietários. O Plano Local de Habitação, através do respectivo

diagnóstico e dos três relatórios já publicados – *dinâmicas, políticas e estratégia* (“*Objectivo F. – Dar prioridade à reabilitação*”) – vem também sustentar a revitalização da função habitacional, crucial para os objectivos de intervenção nestes bairros.

É relativamente consensual que a vigência do PU permitiu, pelo menos, sustentar a tendência de ruína generalizada, designadamente enquadrando e programando os investimentos municipais entretanto concretizados e a comparticipação de obras de reabilitação privadas através de vários programas.

Reconhecendo-se, assim, as virtualidades do PU em vigor, importa reorientar e aprofundar as suas disposições, enquadrando este IGT como Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, e prevendo, nos termos do DL 307/2009, de 23/10, a opção pela realização de uma “**operação de reabilitação sistemática**”, enquadrada por “**programa estratégico de reabilitação urbana**”.

Este Programa Estratégico de Reabilitação Urbana permitirá ainda, e fundamentalmente, articular um conjunto de iniciativas, tirando partido das sinergias geradas entre elas – designadamente o Plano de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana (PIPARU) e a promoção e desenvolvimento do Turismo, em particular nas áreas históricas.

Constitui-se assim o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana como instrumento privilegiado de operacionalização e monitorização das políticas de regeneração urbana em aplicação neste território, em rigorosa correspondência com a revisão do PDM, em curso, nas suas prioridades estratégicas e quanto aos objectivos a concretizar

Em síntese, o Plano de Pormenor será desenvolvido a partir das opções estratégicas de intervenção já preconizadas no PDM94 e operacionalizadas pelo PUNHM97, actualizadas e enquadradas pelo processo de revisão do PDM2010, em curso, as potencialidades de regeneração urbanística e os objectivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO

O presente documento que se submete à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa para efeitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro, consubstancia assim os Termos de Referência para o Plano de Pormenor

em modalidade específica – Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana – ao abrigo das alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 91.º-A do citado diploma, na sequência das Deliberações n.º 31 e 32/AM/2009 (Deliberações n.º 157 e 157-A/CM/2009), de 28 de Abril, conjugadas com o disposto na Secção II do Capítulo II do DL 307/2009 (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), de 23 de Outubro, e no n.º 1 do art. 70.º do DL 309/2009 (Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural), da mesma data.

São ainda aplicáveis os Decretos Regulamentares n.º 9/2002, n.º 10/2009 e n.º 11/2009, de 29 de Maio, relativos respectivamente a conceitos de urbanismo e ordenamento do território, cartografia e classificação e qualificação do solo.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do agora designado Plano de Pormenor da Madragoa, pertence às freguesias de Santos-o-Velho e São Paulo, circunscreve-se a uma área de 28 hectares, abrange parte da U.O.P. n.º 3 do PDM.94 e é delimitada por:

- a norte, Rua da Lapa (1-115), Rua do Quelhas (3-51), Rua das Francesinhas (25-27);
- a sul, Rua das Janelas Verdes (2-90), Calçada Ribeiro dos Santos, Largo de Santos (1-11; 2-4), Largo Vitorino Damásio (5-9; 2-10);
- a poente, Rua de S. Domingos à Lapa (2-84);
- a nascente, Avenida D. Carlos I (51-97).

4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

DAS ORIGENS

Alguns, raros, vestígios arqueológicos fazem remontar as origens da Madragoa aos períodos romano, visigótico e muçulmano.

Há notícia de uma lápide romana com inscrição funerária, infelizmente desaparecida, que se encontrava nos jardins do Paço de Santos no século XVI, e conserva-se no Museu da Cidade uma lápide funerária com inscrição árabe encontrada na Rua das Madres.

Os santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, três irmãos sacrificados no tempo do imperador Diocleciano, em 303, terão sido enterrados pelos cristãos no local da actual igreja de Santos-o-Velho, onde teriam erguido um templo para os venerar. A descoberta em 1965, de um ábaco visigótico no local vem comprovar esta pré-existência pelo menos desde o século VI - VII.

Após a conquista de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques mandou edificar uma nova igreja, em memória daqueles mártires. D. Sancho I, seu filho, entregou em 1194, juntamente com umas casas contíguas, a igreja aos freires da Ordem Militar de Santiago de Espada.

Mais tarde, as instalações de Santos receberam um recolhimento de muitas das parentes destes monges que assim se refugiavam do mundo enquanto os seus homens - maridos, irmãos ... - estavam ausentes na guerra.

Em 1501, o rei D. Manuel aí instituiu o Paço Real de Santos. Em 1541 D. João III encarrega João de Castilho de fazer diversas obras no palácio e jardim. Residência real até D. Sebastião, foi daqui que este rei embarcou, em 24 de Junho de 1578, para Alcácer Quibir.



Fonte: IGESPAR

Desaparecido o rei, a propriedade voltou para a posse das Comendadeiras de Santos que a venderam, em 1629, a D. Francisco Luis de Lencastre, antepassado dos Marqueses de Abrantes.

O palácio é então reconstruído, sofrendo transformações várias ao longo dos tempos perdendo a sua feição quinhentista.

Em 1870 é alugado ao ministro de França, conde de Armand que aí funda a legação do seu país. Adquirido pelo Estado francês em 1911, é elevado à categoria de embaixada em 1948.

EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA

Coroando um promontório sacro debruçado ao Tejo, a igreja de Santos-o-Velho assinalava o começo da cidade no século XVI, para quem vinha do Ocidente. Junto a este templo, a Norte, paralelo ao rio, passava o "caminho tortuoso" (1) que saía das portas de Santa Catarina levando a Alcântara e Belém, que foi um dos eixos de crescimento urbanístico de uma cidade que se expandia tentacularmente através de uma paisagem francamente campestre.

Ao longo dessa via, ou nas suas proximidades - principalmente entre o que viria a ser a Esperança e as Janelas Verdes - instalaram-se vários palácios e conventos.



Fonte: IGESPAR

É de crer que a transformação do convento das Comendadeiras de Santos, junto à referida igreja, em paço real, em 1501, tenha contribuído decisivamente para a instalação de outras famílias nobres e de conventos naquela área, contribuindo estes por sua vez para o crescimento urbano.

O primeiro dos conventos aí a instalar-se, em 1530, foi o da Esperança que rematava a Norte o que viria a ser o Largo da Esperança e no século XVIII o lado poente foi enriquecido com a edificação do emblemático Chafariz da Esperança, um projecto de 1752 do arquitecto Carlos Mardel.

Este largo constituiu um pólo de desenvolvimento essencial na estrutura interna do que viria a ser a Madragoa, separando-a de um outro núcleo que entretanto se formava a nascente, onde pontificava o palácio dos Condes - Barões de Alvito, construído ainda em finais de Quinhentos. Este último dará o nome ao largo que frente a eles se veio a formar.

(1) Damião de GÓIS - Descrição da Cidade de Lisboa, pág. 46

Entre aquele convento e outros que aí se instalam veio a crescer o pequeno, popular e fechado bairro do Mocambo. Este apresenta uma estrutura urbanística reticulada, de pequenos quarteirões, formada por ruas paralelas ao rio e por perpendiculares que as cortam, que condicionada por pré-existências edificadas, caminhos e morfologia do terreno, não se apresenta totalmente regular.

Muitas das ruas ainda hoje existentes já aparecem referenciadas no século XVI e a provar o crescente aumento populacional da área vemos a paróquia de Santos ser erguida em freguesia em 1566.

Dada a proximidade do rio, grande parte da população que aí veio a instalar-se estava ligada às actividades do mar. Aliás a construção naval e a pesca já no século XIV atingiam o areal da praia de Santos.

Mas para além dos pescadores, marinheiros e artesãos, no dizer de Júlio de Castilho, também aí habitariam negros, justificando assim a existência de um topónimo de ressonâncias tão africanas como é "Mocambo". (2)

A zona, mais tarde rebaptizada de Madragoa, pouco sofreu com o terramoto de 1755. Daí que a única intervenção a nível urbanístico pouco depois desta data, no consolidado tecido, fosse a abertura da então Rua Nova dos Condes, actual Calçada Marquês de Abrantes, devido à incapacidade de escoamento do intenso tráfego que se fazia sentir na Rua Direita da Esperança, única saída da cidade para Ocidente.



Planta topográfica, Lisboa c. 1780, Pormenor

O plano pombalino, levado a cabo pelas Trinas, para a zona norte da Madragoa, entre a Rua de S.Domingos, à Lapa, Rua do Quelhas e Rua da Lapa, retoma o traçado ortogonal das ruas, continuando e regularizando pré-existências, agora com quarteirões de maiores dimensões que os do antigo Mocambo. A lenta ocupação destes novos quarteirões registou-se essencialmente no século XIX originando um ambiente claramente oitocentista.

(2) Júlio de CASTILHO tem como fonte o *Vocabulário portuguez & latino* de Rafael Bluteau, datado de 1716.

Enquanto estas novas áreas eram ocupadas por uma burguesia endinheirada que abandonava o centro da cidade, novas camadas de população, principalmente pescadores do Algarve ao Minho que procuram em Lisboa melhores condições de subsistência, afluem ao núcleo mais antigo.

Já na segunda metade do século XIX, três transformações urbanísticas de vulto alteram definitivamente o *modus vivendi* desta zona da cidade.

O Aterro, idealizado desde o século anterior, só teve concretização prática depois de 1850. O Tejo que batia na muralha do Paço de Santos viu-se então afastado para bem longe com a construção de docas e da linha de caminho de ferro para Cascais, alterando o recorte, então regularizado, da cidade.

Para estabelecer a ligação entre a Avenida 24 de Julho, entretanto construída no Aterro, e o antigo convento de S. Bento da Saúde, agora Palácio das Cortes, abriu-se a Avenida D. Carlos I, inaugurada em 1889, destruindo uma série de vielas populares e insalubres que limitavam a Sul o Largo da Esperança, e o convento do mesmo nome.



Fonte: IGESPAR

O advento da industrialização nas proximidades, *grosso modo* em Santos e em Alcântara, alterou a quase exclusividade das actividades profissionais ligadas ao mar.

A extinção das ordens religiosas em 1834 leva a que muitos dos edifícios conventuais recebam novos usos. Enquanto uns são ocupados por instituições várias, outros convertem-se em alojamento de uma numerosa e desfavorecida população.

Hoje, com o rio em fundo mas inacessível, mantêm-se vivas as memórias e herança cultural do bairro que se pretende preservar e revitalizar.

5. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Ao nível dos Instrumentos de Gestão Territorial, são eficazes o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML2002) e o Plano Director Municipal de Lisboa (PDM.94) dos quais se refere:

5. 1. Enquadramento no PROTAML

Um dos objectivos fundamentais do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa é *“a promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos **centros históricos**”*.

No Capítulo “II – Opções Estratégicas”, n.º “4 – Estratégia de coesão socioterritorial”, a requalificação socio-urbanística de áreas degradadas, nomeadamente a revitalização das áreas históricas, é uma das opções estratégicas, no âmbito de uma acção coerente e sustentada de coesão socioterritorial para a AML:

“Requalificação socio-urbanística de áreas degradadas – A reconversão, requalificação e revitalização das áreas social e urbanisticamente degradadas assume-se como uma das opções estratégicas fundamentais para uma maior coesão social e espacial do território metropolitano, devendo constituir, nos próximos anos, uma das áreas de maior investimento financeiro e político.

(...)

C) Revitalização das áreas históricas - a recuperação e reabilitação dos edifícios – quer do parque habitacional, quer do patrimonial – o tratamento cuidado dos espaços públicos, a gestão dos serviços e comércio, o forte investimento nas áreas da cultura e desporto e a promoção da participação cívica – reforço de colectividades e associações culturais – deverão constituir opções fundamentais no processo de revitalização das áreas históricas. Por outro lado, há que ter particular atenção com a melhoria das acessibilidades em transporte público e com a gestão do estacionamento.”

Ainda nas opções estratégicas, no n.º “5 - Estratégia territorial”, as dinâmicas de transformação territorial entendem-se, no PROTAML, como a capacidade de mudança que se verifica nas diversas áreas da estrutura metropolitana, em relação às situações preexistentes, principalmente a forte dependência funcional de Lisboa, a desqualificação urbana, ambiental e social das áreas habitacionais, a perda de vitalidade de áreas urbanas centrais e a degradação física de áreas com usos tradicionais

em abandono. Em relação às dinâmicas e tendências de mudança um dos tipos de espaços identificados foi as «*áreas críticas urbanas*», que integram o **Centro Histórico de Lisboa**:

“Áreas críticas urbanas – são áreas especialmente desqualificadas urbanística e socialmente, carenciadas de infra-estruturas e equipamentos, e caracterizadas por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais. Exigem importantes investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbanas com vista a inverter tendências a médio e longo prazos. (...)”

De acordo com o definido no PROTAML a estratégia territorial para a Área Metropolitana de Lisboa deverá ter como instrumentos fundamentais de implementação um conjunto de programas integrados, apoiando-se, designadamente, nos «sistemas de execução» previstos no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

- Qualificação urbana;
- Requalificação urbanística de áreas suburbanas;
- Desenvolvimento de novas centralidades;
- Valorização do património e de áreas históricas;
- Revitalização da área central de Lisboa;
- Novos mecanismos de programação do solo urbano (Decreto-Lei n.º 380/99).

No Capítulo **“IV – Normas orientadoras”**, no n.º “1 – Normas gerais” apresentam-se as normas de carácter geral e indicativo, englobando as principais orientações para as acções e funções dominantes a favorecer, assim como os critérios de aplicação do PROTAML, e os mecanismos institucionais necessários à implementação do plano.

No ponto **“1.3 - Orientações territoriais”** em **“1.3.2 – Lisboa – Centro metropolitano”** apresentam-se as específicas para Lisboa:

“1.3.2.1 – Promover Lisboa como área central para localização de actividades e desempenho de funções de nível superior com capacidade para servir de motor ao desenvolvimento da AML e à sua afirmação a nível nacional e internacional.

1.3.2.2. – Imprimir nova vitalidade e dinamismo ao centro tradicional de Lisboa através da implantação de actividades inovadoras e de qualidade, numa lógica de complementaridade de produtos e articulação de funcionamento, indutoras da reconversão e diversificação dos segmentos de investidores e utilizadores desse espaço.

1.3.2.3 – Revitalizar e requalificar os bairros históricos no sentido de criar condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional e às actividades socialmente diversificadas.

1.3.2.4 – Controlar e inverter os processos de degradação física e funcional, criando mecanismos de sensibilização e apoio dirigidos à conservação e recuperação do parque habitacional e à reconversão dos espaços industriais e de armazenagem em decadência ou abandono.

1.3.2.5 – Desenvolver acções e projectos integrados nos domínios da habitação, da formação, do emprego e do apoio social dirigidos às populações afectadas por fenómenos de pobreza, desqualificação ou exclusão social.

1.3.2.6 – Estruturar o sistema urbano da coroa exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais vizinhas através, designadamente, do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização do espaço público associado à implementação da REM.”

O PROTAML, no Capítulo IV, no n.º **“2 – Normas específicas”**, “2.1 – Ordenamento territorial e planeamento urbanístico”, refere no ponto 2.1.4.:

“A administração central:

- a) Deve apoiar nos termos da lei e dos programas existentes, as acções municipais que visem a requalificação e reconversão urbanística das áreas desqualificadas, designadamente dos centros históricos degradados (...)

Ainda no Capítulo IV n.º **“3 - Acções Urbanísticas”** refere que:

“A implementação do esquema do modelo territorial do PROTAML pressupõe a adopção de orientações, mecanismos e apoios necessários à concretização de acções urbanísticas a desenvolver ao nível do planeamento municipal, de acordo com as características dominantes das unidades territoriais definidas no esquema do modelo territorial”.

“3.1 – Área urbana central a revitalizar

A revitalização do centro tradicional da cidade de Lisboa deve ser encarada numa perspectiva de gestão integrada e deve decorrer de:

- Implantação de actividades inovadoras e de qualidade;
- Criação de condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional;
- Controlo e inversão dos processos de degradação física e funcional do parque edificado e do espaço público;
- Criação de espaços públicos qualificados;
- Dinamização do comércio, dos serviços e de actividades culturais e recreativas;
- Apoio às populações afectadas por fenómenos de desqualificação, pobreza e exclusão social.”

O PROTAML constitui o quadro de referência para a elaboração do Plano de Pormenor da Madragoa.

5.2. Enquadramento no PDM.94

5.2.1. Planta de Ordenamento – Classificação do Espaço Urbano

Ao nível da Classificação do Espaço Urbano, a área de intervenção do Plano é abrangida pelas categorias de espaço designadas por Área Histórica Habitacional, Área de Equipamentos e Serviços Públicos e Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista.

As Áreas Históricas são espaços urbanos cujas características morfológicas, arquitectónicas e ambientais se pretendem preservar.

A **Área Histórica Habitacional** é uma das subcategorias que constituem as Áreas Históricas onde se mantém o uso habitacional predominante e que se pretende revitalizar nos aspectos demográficos, social e funcional. *RPDM ART. 30.º*

As **Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos** são áreas ocupadas por equipamentos colectivos existentes cujo conjunto abrange uma superfície de terreno superior a um hectare. *RPDM ART. 87.º*

As **Áreas Consolidadas de Edifícios de Utilização Colectiva Mista** são áreas destinadas a uso misto, habitacional e terciário, nas quais se pretende manter as morfologias urbanas existentes. *RPDM ART. 45.º*

5.2.2. Planta de Ordenamento – Componentes Ambientais Urbanas

Componentes ambientais 2.1

Nesta carta é apenas identificado o Corredor Verde correspondente ao eixo da Avenida Dom Carlos I. *RPDM ART. 18.º*

Componentes ambientais 2.2

Nesta carta delimita-se toda a área-plano como **Núcleo Urbano de Interesse Histórico**, *RPDM ART. 24.º*, integrando-se na Frente Ribeirinha pela zona baixa, delimitada pela Rua Garcia da Horta / Travessa da Bela Vista. Integra ainda, parcialmente, um **conjunto urbano singular**, correspondente à Rua das Janelas Verdes. *RPDM ART. 21.º*

5.2.3. Planta de Ordenamento – Unidades Operativas de Planeamento

A área do Plano é abrangida, na sua totalidade, pela Unidade Operativa de Planeamento UOP03- Área Histórica Central.

Para os planos municipais de ordenamento do território a desenvolver para a **UOP03**, bem como para as demais UOP das Áreas Históricas centrais e periféricas, o PDM define como objectivos preservar os aspectos urbanísticos, históricos, ambientais e culturais e revitalizar social e funcionalmente. Define ainda que as estruturas municipais descentralizadas que deverão ser responsáveis pelo planeamento e gestão urbanística de cada área e que deverão coordenar, integrar e programar as operações urbanísticas, o licenciamento de obras e as operações de realojamento necessárias, promoverão os estudos e planos municipais de ordenamento necessários à prossecução dos objectivos de reabilitação dessas áreas, conforme definido pelo RPDML.

5.2.4. Planta de Ordenamento – Inventário Municipal do Património

Atendendo à diferença qualitativa dos imóveis que integram a área de intervenção do Plano este terá presente o particular valor dos imóveis e conjuntos edificados incluídos no inventário municipal do património, conforme o Anexo n.º 1 ao Regulamento do PDM de Lisboa.

Este Inventário foi já objecto de avaliação no âmbito do PUNHM, art. 20.º, integrando a respectiva Carta do Património nos seguintes termos:

CÓDIGO	FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	CLASS_IMP
37-22	Santos	Palácio Marquês de Abrantes – Calçada Marquês de Abrantes, 119-123	Imóvel
37.21	Santos	Igreja de Santos-o-Velho	Imóvel
37.20	Santos	Palácio dos Condes de Murça– Rua de Santos-o-Velho, 102-114	Imóvel
37.19	Santos	Convento dos Marianos - Rua das Janelas Verdes, 2-32	Imóvel
37.09	Santos	Palácio do Machadinho - Rua do Machadinho, 20	Imóvel
37.44	Santos	Edifício da "Casa dos Caracóis da Esperança" - Rua da Esperança, 116 a 126 / Trav. das Isabéis, 1-3	Imóvel
37.43	Santos	Edifício Seiscentista - Rua Vicente Borga, 77-81	Imóvel
37.14	Santos	Edifício Seiscentista (?) - Calçada do Castelo Picão, 19 / Rua do Machadinho, 49	Imóvel
37.02	Santos	Casa de Mouzinho de Albuquerque - Rua das Trinas, 70 a 80 / Rua das Praças, 3-5	Imóvel
37.12	Santos	Edifício de Habitação - Rua Garcia de Orta, 32/Rua de S. Félix, 1	Imóvel
37.13	Santos	Palacete - Rua Garcia de Orta, 63	Imóvel
37.24	Santos	Edifício de Habitação - Rua das Janelas Verdes, 70-78 (IIP)	Imóvel
37.26	Santos	Cinema Cinearte – Largo de santos, 2 (IIP)	Imóvel
37.23	Santos	Calçada Marquês de Abrantes, 43-45/Largo Vitorino Damásio, 9-10	Imóvel
37.05	Santos	Edifício Azulejado - Rua do Quelhas, 29	Imóvel

37.40	Santos	Museu da Rádio - Rua do Quelhas, 21 / Trav. da Bela Vista	Imóvel
37.41	Santos	Edifício Oitocentista - Rua do Quelhas, 15 a 19	Imóvel
37.04	Santos	Edifício Oitocentista - Rua das Trinas, 67 a 73	Imóvel
37.06	Santos	Colégio das Escravas do Sagrado Coração de Jesus	Imóvel
37.08	Santos	Convento das Trinas – Rua das Trinas, 49-51 (IIP)	Imóvel
37.16	Santos	Convento das Bernardas – Rua da Esperança, 146-152 (IIP)	Imóvel
37.17	Santos	Chafariz da Esperança	Objecto Singular
37.10	Santos	Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros	Imóvel

Na planta do inventário patrimonial são delimitadas também as Áreas de Potencial Valor Arqueológico. A área de intervenção do Plano está inteiramente classificada com o Nível de Intervenção 2.

5.2.5. Planta de Ordenamento – Planta de Condicionantes e Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Para a área de intervenção do Plano, existem como Condicionantes e Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública a protecção ao aeroporto de Lisboa e a protecção a um Feixe Hertziano Militar.

A área de intervenção do Plano está abrangida por servidões administrativas na área do património cultural, nomeadamente:

- Aqueduto das Águas Livres, seus Aferentes e Correlacionados / Aqueduto das Águas Livres e Mãe de Água (MN - imóvel exterior à área de intervenção);
- Convento das Trinas do Mocambo (IIP);
- Edifício na Rua das Janelas Verdes, nº 70 a 78 (IIP);
- Cinema "Cinearte" / Companhia de Teatro "A Barraca" (IIP);
- Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo / Convento das Bernardas do Mocambo / Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (IIP);
- Museu Nacional de Arte Antiga / Museu das Janelas Verdes / Palácio Alvor (IIP - imóvel exterior à área de intervenção);
- e toda a área a Poente da Av. D. Carlos I é abrangida pela Zona Especial de Protecção conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga, Igreja de São Francisco de Paula, Convento das Trinas e Chafariz da Esperança.

5.3. Enquadramento no PDML em revisão 2010

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 74.º do RJGIT, cumpre ainda *“identificar e ponderar”* os outros planos *“que se encontrem em preparação”*, onde assume especial relevo o processo em curso de revisão do PDM.

Neste âmbito, e conforme o **“Regulamento da Proposta de Plano” (Proposta Preliminar)**, de Março de 2010, nas suas **“Disposições Gerais”** estabelece que, entre outros, o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa deverá ser revisto *“no prazo de três anos, a contar da data de entrada em vigor do PDML”*.

Relativamente a **“Unidades operativas de planeamento e gestão”**, há a considerar a **UOPG 7. CENTRAL LITORAL**, que abrange, designadamente, a área da **Lapa**, com os seguintes **Objectivos genéricos**:

- *Minimização do efeito barreira e de seccionamento provocado pelas infra-estruturas rodó e ferroviárias na relação da frente ribeirinha com a cidade interior;*
- *Dimensionar a oferta de estacionamento visando suprir carências preexistentes;*
- *Definição de um programa funcional para a Boavista de acordo com a categoria de espaço em que se integra, visando favorecer a inversão da tendência de decréscimo demográfico verificado na Freguesia de S. Paulo, contribuindo para a qualidade de vida dos residentes através do adequado dimensionamento dos equipamentos de ensino, cultura e lazer, incrementando assim a atractividade da Freguesia aos níveis económico, turístico, comercial e residencial;*
(...)
- *Valorização arquitectónica e paisagística desta zona também enquanto fachada do Tejo e porta de entrada na cidade;*
(...)
- *Garantir as relações da cidade com a Zona Ribeirinha, definindo acessibilidades pedonais que permitam um maior usufruto do rio, dos espaços públicos e equipamentos ribeirinhos, garantindo a inexistência de barreiras arquitectónicas.*

5.3.1. Planta de Ordenamento – Qualificação do Espaço Urbano

I. Ao nível da Qualificação do Espaço Urbano, a área de intervenção do Plano é totalmente abrangida por Espaços Consolidados, segregados pelas seguintes categorias:

- **Espaços Centrais e Residenciais**, identificados como de Traçado Urbano A – Áreas Históricas.

- **Espaços de Uso Especial de Equipamentos**, no quarteirão ocupado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros, à Av. D. Carlos I;

II. No âmbito da Estrutura Patrimonial Municipal, há a considerar:

- O património edificado e paisagístico que inclui, nesta área, os imóveis, conjuntos edificados, objectos singulares e lojas, jardins e miradouros identificados na Planta de Ordenamento e constantes do Anexo III (Lista de bens da Carta Municipal do Património);
- O património arqueológico e geológico que se constitui pela área de valor arqueológico de Nível III em toda a área de intervenção;

III. Mobilidade e Transportes

A Planta de Ordenamento assinala e hierarquiza como eixo da **“Rede Viária Nível 3 Existente – Rede de Distribuição Secundária”** o eixo viário da Av. D. Carlos I.

É prevista uma **“Rede de Mobilidade Suave (RMS)”**, concretizada nos seguintes termos:

“Os planos de (...) pormenor, as unidade de execução (...) devem contribuir através da representação em planta para:

- a) A promoção dos modos suaves de deslocação na sua área de intervenção nomeadamente através de uma boa ligação às respectivas funções relevantes (interfaces, equipamentos, zonas de comércio e de serviços e zonas residenciais densas), indicando, para cada caso, qual o tipo de segregação com o tráfego automóvel que se considera desejável.*
- b) A continuidade da RMS interna, ao nível pedonal e ciclável, sempre que esta última se justifique, optimizando a ligação entre os percursos pedonais e cicláveis propostos as respectivas redes envolventes e os transportes públicos, de acordo com os critérios definidos para cada uma das redes em regulamento municipal específico.”*

5.3.2. Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica

A Estrutura Ecológica assinala a ocorrência de zonas do **sistema húmido**, correspondentes a um eixo de drenagem pluvial aproximadamente coincidente com a Rua de S. João da Mata e à confluência de três outros eixos importantes no cruzamento da Av. D. Carlos I com a Calçada do Marquês de Abrantes, integra a metade Sul da área-plano, no Anel ou Arco Ribeirinho do **sistema de corredores estruturantes**, delimitado pela Rua Garcia da Horta / Tv. Belavista / Rua do Quelhas; é ainda abrangido pelo **sistema de transição fluvial-estuarino** entre o Largo Vitorino Damásio.

É ainda assinalado um Espaço verde correspondente ao Largo de Santos.

5.3.3. Planta de Condicionantes

i) Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

A actualização da Planta de Condicionantes inclui conceitos de servidão não constantes da cartografia do PDM em vigor, designadamente:

- A existência de um Fitomonumento – “povoamento” – localizado no jardim do Largo de Santos, prevendo mancha de protecção de 50 metros;
- Define ainda o zonamento acústico para toda a área do Concelho como zona mista.

ii) Outras Condicionantes (inclui Condicionantes Temporárias e Metro)

Esta carta não traduz condicionantes para a área de intervenção do Plano.

iii) Condicionantes Ambientais - Sistema de Vistas

O Sistema de Vistas não prevê Pontos Dominantes nesta área de intervenção. Apenas a zona Nascente da área-plano é abrangida pelo ângulo de visão do Miradouro de Santa Catarina.

iv) Riscos Naturais - Vulnerabilidade a Inundações e Efeitos de Maré, Susceptibilidade de Ocorrência de Movimentos de Vertente e Vulnerabilidade Sísmica dos Solos

É assinalado apenas um **Ponto de Máxima Acumulação** na Av. D. Carlos I, correspondente a bacia hidrográfica de 75 a 500 hectares.

A Vulnerabilidade a Inundações traduz **zonas moderadas** coincidentes com as linhas de drenagem natural registadas na Estrutura Ecológica, e **elevada** na zona definida pelos pontos de máxima acumulação, sendo **muito elevada** em toda a orla Sul, da Rua das Janelas Verdes ao Largo de Santos. O **efeito de maré directo** (até à cota 5,0 metros) é previsível igualmente no Largo Vitorino Damásio e Largo de Santos.

A susceptibilidade de ocorrência de **Movimentos de Vertente**, de **Classe Elevada**, apenas é assinalada no quarteirão ocupado pelo RSB à Av. D. Carlos I.

Da **Vulnerabilidade Sísmica dos Solos**, determina-se ser **Média** na maior parte desta área de intervenção, sendo mesmo **Baixa** na metade Sul do quarteirão adjacente à Rua das Janelas Verdes.

6. METODOLOGIA

O plano a desenvolver deve expressar na sua metodologia o conceito de urbanismo de proximidade, tendo como referência a experiência desenvolvida localmente pela Unidade de Projecto.

Assim, deve ser privilegiada a articulação com as Juntas e Assembleias de Freguesia, assim como outras instituições locais, através de fóruns próprios, para além dos requisitos formais de participação a que a lei obriga.

Desta forma, pretende-se aprofundar o reconhecimento do bairro e identificar as oportunidades e carências a que o plano deve dar resposta. Nomeadamente, no que respeita a:

- Equipamentos de proximidade
- Melhoria do espaço público com aumento das áreas pedonais, ou de uso misto, através do reperfilamento dos arruamentos
- Aproveitamento do património municipal para a introdução de programas e actividades inovadoras

O plano será também o instrumento de definição dos meios a activar para levar a cabo a conclusão do processo de reabilitação já iniciado, devendo para isso articular os diversos mecanismos legais e de política municipal existentes para o efeito.

No âmbito do plano a serem definidas as regras e condicionamentos às alterações morfológicas que, sem descaracterizar o bairro, poderão ser admitidas, nomeadamente, no que respeita ao aproveitamento do interior dos quarteirões, a cêrcea e altura das fachadas e a configuração e remate das coberturas.

De igual modo, a sustentabilidade ambiental é um objectivo prioritário a ter em conta, sendo de considerar as medidas que devem garantir a manutenção ou incremento da:

- área permeável global
- estacionamento de residentes
- vias com limitação de velocidade a 30km/h
- aproveitamento e reutilização de águas

Finalmente, o plano deve contribuir para a caracterização dos principais riscos de cada área e das acções a promover e implementar para a redução do risco de incêndio, derrocada ou inundação e prevenção anti-sísmica.

7. BASE PROGRAMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA

7.1. Objectivos Programáticos

Os objectivos do Plano de Pormenor [de Reabilitação Urbana] da Madragoa decorrem dos objectivos e propostas estabelecidos no Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa, em que se incluem os definidos no PDM para a UOP03, e são conformados pela dinâmica e transformações entretanto operadas na área de intervenção que podem configurar novas exigências ou oportunidades.

Nestes termos, identificam-se os seguintes objectivos:

- Preservar o conjunto urbano na essência das suas características ambientais e patrimoniais, onde se destacam a morfologia e traçados urbanos pré-terramoto;
- Definir as normas de identificação, protecção e salvaguarda dos elementos de valor arquitectónico, histórico e arqueológico;
- Satisfazer as necessidades básicas da população residente e das novas gerações, dotando as habitações de condições de habitabilidade e conforto próximo dos níveis de exigência actuais;
- Definir as regras e condições a que devem obedecer as intervenções no edificado, com o propósito de garantir a preservação do património, o reforço da segurança e a adaptação a novos usos e condições de conforto;
- Conciliar os incentivos à reabilitação com a defesa do património e a sustentabilidade ambiental no que respeita a manutenção de áreas permeáveis, eficiência energética e redução da poluição sonora e do ar associada à circulação automóvel;

- Eliminar as dissonâncias no ambiente urbano, definindo os critérios e situações a ser rectificadas de forma a restabelecer o equilíbrio volumétrico e coerência formal do conjunto onde se inserem;
- Prever a introdução de normativa e acções que promovam a redução de riscos de sinistros associados a incêndios, derrocadas, sismos e deslizamentos;
- Promover a revitalização funcional da área de intervenção, definindo a afectação ponderada dos usos de comércio, habitação, serviços e equipamentos, com vista a criar condições de atractividade e equilíbrio das várias funções urbanas, assegurando a mistura de funções;
- Recuperar a vocação residencial da área, através da possibilidade de refuncionalização de edifícios de terciário ou indústria devolutos;
- Reordenar o trânsito automóvel e o estacionamento, definindo de forma mais rigorosa os locais de estacionamento e dando prioridade ao transporte público e à mobilidade suave, com privilégio da circulação pedonal e em bicicletas, quando viável, promovendo a redução de ruído e a melhoria de qualidade do ar;
- Promover a requalificação e criação de equipamentos públicos de proximidade, nomeadamente, de ensino, desporto, saúde e sociais em articulação com as zonas envolventes de forma a satisfazer as necessidades da população;
- Recuperar os espaços públicos, tendo em consideração o significado histórico e ambiental do local, conferindo à zona, em simultâneo, melhores condições de segurança no que toca a condições de acessibilidade para socorro em caso de sinistro;
- Definir as condições e normas de construção de caves de forma a garantir a preservação do património arqueológico e hidrogeológico da zona;
- Recuperar a rede de infra-estruturas de saneamento básico com vista a eliminar as estruturas obsoletas com grande recorrência de roturas;
- Promover a actualização de redes de infra-estruturas e a eliminação das redes aéreas de electricidade ou telecomunicações através da realização de valas ou caleiras técnicas;
- Definir as condições e regras de introdução de equipamentos de aproveitamento de energias renováveis na construção, preservando os valores patrimoniais;

7.2. Parâmetros Urbanísticos

Os parâmetros urbanísticos do Plano são os decorrentes da malha urbana existente e das características morfológicas da área e deverão incrementar o uso habitacional.

6.3. Perequação e execução do Plano

Na área abrangida pelo plano poderão ser delimitadas unidades de execução onde serão aplicados mecanismos de perequação, sempre que se verifique ser necessário.

Nas restantes utilizar-se-ão mecanismos indirectos de perequação através da fiscalidade urbanística.

A execução do plano será efectuada através do sistema de cooperação ou imposição administrativa, de acordo com a programação estabelecida pela Câmara Municipal no programa de execução que acompanha o Plano.

8. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO

O conteúdo material e documental do Plano é o decorrente do disposto nos artigos 91.º, 91.º-A e 92.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, bem como pela Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro e do Documento Normativo OI/OT, de 2004.09.06, da CCDRLVT, sem prejuízo de outros elementos que decorrem de regimes especiais, nomeadamente no que respeita a zonas inundáveis (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto).

Considerando:

1. Tratar-se de uma pequena área a nível local (280.000 m2);
2. O Plano não constituir enquadramento para a futura aprovação de projectos sujeitos ao regime da avaliação ambiental de projecto, nem dever ser sujeito a uma avaliação de incidências ambientais;
3. O Plano constituir enquadramento para a futura aprovação de projectos de reabilitação urbana em zona histórica maioritariamente classificada ao abrigo da Lei do Património Cultural;
4. Tratar-se da requalificação de uma área urbana consolidada da cidade;

5. O Plano desenvolver objectivos programáticos constantes do Plano Director de Lisboa – a UOP03;
6. O plano de pormenor ser o grau inferior da hierarquia dos instrumentos de gestão territorial;
7. O Plano prever a melhoria de diversos indicadores:
 - Manutenção da construção e do traçado urbano, melhorando os índices de espaços verdes e públicos;
 - Aumento da eficiência energética e introdução de medidas de regulação climática;
 - Redução da pegada de carbono através do uso de energias alternativas;
 - Redução de ruído e melhoria da qualidade do ar;
 - Recuperação e valorização do Património Arquitectónico;
 - Melhoria do Ambiente Urbano através da qualificação do espaço público e ordenamento de tráfego;
 - Preservação das condições hidrogeológicas;

Deste modo, considera-se de dispensar o Plano em causa da Avaliação Ambiental, nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

8.1. Conteúdo Material

O Plano de Pormenor deve adoptar o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita e aos objectivos previstos nos presentes Termos de Referência, considerando ainda o estatuído no DL 307/09, de 23/10, estabelecendo nomeadamente:

- A delimitação e caracterização física, arquitectónica, histórico-cultural e arqueológica da área de intervenção, identificando os valores culturais e naturais a proteger;
- As operações de transformação fundiária necessárias e a definição das regras relativas às obras de urbanização;
- O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, de circulação viária e pedonal, de estacionamento, bem como do respectivo tratamento, alinhamentos, implantações, bem como a localização dos equipamentos e zonas verdes;
- Os princípios e regras de uso do solo e dos edifícios, com vista à:

- Valorização e protecção dos bens patrimoniais, culturais, naturais e paisagísticos existentes na área de intervenção;
- Sua adequação à estratégia de revitalização económica, social e cultural da área de intervenção, em articulação com as demais políticas urbanas do município;
- A identificação e classificação sistemática dos edifícios, das infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos e verdes de utilização colectiva de cada unidade de execução, estabelecendo as suas necessidades e finalidades de reabilitação e modernização ou prevendo a sua demolição, quando aplicável;
- A distribuição de funções e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente índices, número de pisos e cérceas;
- As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
- As regras para a ocupação e gestão dos espaços públicos;
- A implantação das redes de infra-estruturas, com delimitação objectiva das áreas a elas afectas;
- Os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização colectiva e a respectiva localização no caso dos equipamentos públicos;
- A identificação dos sistemas de execução do plano e a programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
- A estruturação das acções de perequação compensatória, caso se venham a verificar justificáveis.
- A delimitação das unidades de execução, para efeitos de programação da execução do plano;
- A identificação e articulação, numa perspectiva integrada e sequenciada, dos principais projectos e acções a desenvolver em cada unidade de execução;

Relativamente aos imóveis classificados, em vias de classificação, e às respectivas áreas de protecção, o Plano adopta o conteúdo material específico apropriado à protecção e valorização dos mesmos, nos termos dispostos no art. 66.º do DL 309/09, de 23/10, nomeadamente:

- Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
- A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes dos bens imóveis e das zonas especiais de protecção;

- As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística;
- As regras específicas para a protecção do património arqueológico, nomeadamente, as relativas a medidas de carácter preventivo de salvaguarda do património arqueológico;
- As regras a que devem obedecer as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição;
- A avaliação da capacidade resistente dos elementos estruturais dos edifícios, nomeadamente, no que diz respeito ao risco sísmico;
- As regras de publicidade exterior e de sinalética;
- A identificação dos bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que podem suscitar o exercício do direito e preferência em caso de venda ou dação em pagamento.

8.2. Conteúdo Documental

- Elementos que constituem o Plano:
 - Regulamento;
 - Planta de Implantação, que representa o regime de uso, ocupação e transformação da área de intervenção;
 - Planta de Condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.
- Elementos que acompanham o Plano:
 - Relatório contendo a fundamentação técnica das soluções propostas no Plano, suportada na identificação e caracterização objectiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução;
 - Programa de execução das acções previstas e respectivo plano de financiamento.
- Demais elementos que acompanham o Plano:
 - Planta de enquadramento, contendo a localização do Plano no território municipal envolvente, com indicação da área de intervenção e respectiva articulação, designadamente com as vias

de comunicação e demais infra-estruturas relevantes, estrutura ecológica, grandes equipamentos e outros elementos considerados relevantes;

- Planta da situação existente, com a ocupação do território à data da elaboração do Plano;
- Relatório e, ou, planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração da câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do Plano;
- Extractos do regulamento e das plantas de ordenamento e condicionantes do Plano Director Municipal de Lisboa;
- Plantas contendo cotas mestras e volumetrias; perfis longitudinais, onde aplicável, e perfis transversais-tipo dos arruamentos; traçados das infra-estruturas e equipamentos urbanos;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.

- Outros estudos complementares:

- Estudo Geológico – geotécnico e Hidrogeológico;
- Síntese Sócio-urbanística (a partir dos elementos do PDM);
- Esquema de ordenamento de Tráfego e medidas de controlo de Ruído;
- Infra-estruturas de Saneamento – Redes Primárias, existentes e rectificação prevista.

9. FASES E PRAZOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO

Prevê-se um prazo de 300 dias para a elaboração do Plano de Pormenor do Bairro Alto e Bica, de acordo com o seguinte faseamento:

1.ª Fase – Elaboração da proposta Preliminar

90 dias após conclusão do período de participação preventiva, na sequência da deliberação de elaboração do plano.

2.ª Fase – Elaboração da Proposta de Plano

120 dias após aceitação da Proposta Preliminar do Plano, com eventuais alterações propostas pela CCDR-LVT e pelas entidades consultadas.

3.ª Fase – Eventual reformulação da Proposta de Plano

60 dias após recepção do parecer da CCDR-LVT

4.ª Fase – Versão Final do Plano

30 dias após discussão pública

Acrescem a estes prazos os inerentes à tramitação e procedimentos previstos no Plano de Pormenor, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei .º 380/99, de 22/9, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20/2.

A participação Pública irá decorrer durante 30 dias úteis, a iniciar no 8.º dia após a publicação do Aviso em Diário da República (II série).

10. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO PLANO E DA EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO INTERNO

A elaboração deste Plano de Pormenor é da responsabilidade da **Direcção Municipal de Planeamento Urbano** e da **Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana** da Câmara Municipal de Lisboa.

A equipa técnica responsável pela elaboração do Plano será multidisciplinar, coordenada por um dos seus elementos e deverá assegurar, como mínimo, especialistas nas áreas de Arquitectura, Arquitectura Paisagista, Urbanismo, História, Sociologia, Engenharia do Ambiente, Saneamento, Acústica, Engenharia Civil, Circulação e Transportes, Geologia, Geomorfologia, Economia e Direito, com experiência profissional de pelo menos três anos, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Setembro.

Lisboa, Maio de 2010

Lisboa “renova votos” de protagonismo: património (i)material, criatividade e emoção – um manifesto por um território mais competitivo e inclusivo

Mestrado em *Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade*

